

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL A PARTIR DO
TURISMO: UM OLHAR SOBRE SÃO MARTINHO (SC)**

IVO ELESBÃO

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL A PARTIR DO TURISMO:
UM OLHAR SOBRE SÃO MARTINHO (SC)**

IVO ELESBÃO

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lucia Helena de Oliveira Gerardi

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço, para a obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Rio Claro (SP)
2007

631.4 E39t Elesbão, Ivo
Transformações no espaço rural a partir do turismo : um
olhar sobre São Martinho (SC) / Ivo Elesbão. – Rio Claro :
[s.n.], 2007
328 f. : il., tabs., gráfs., fots.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Lucia Helena de Oliveira Gerardi

1. Geografia econômica – Recreação – Turismo. 2.
Turismo no espaço rural. 3. Desenvolvimento. 4. Mudanças.
I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL A PARTIR DO TURISMO:
UM OLHAR SOBRE SÃO MARTINHO (SC)

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Lucia Helena de Oliveira Gerardi (Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Odaléia Telles M. M. Queiroz

Prof^ª. Dr^ª. Darlene Aparecida Oliveira Ferreira

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lucia Salazar Pessoa

Prof^ª. Dr^ª. Lígia Celória Poltroniéri

Ivo Elesbão

Rio Claro, 05 de outubro de 2007.

Resultado: APROVADO

À Josiane, minha esposa,
dedico, com amor, este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, em especial:

- À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Lucia Helena de Oliveira Gerardi, por ter me recebido como orientando, pela oportunidade de aprendizado ao longo dos três anos e meio do doutoramento, pelo exemplo de profissional e pelos momentos valiosos de discussão e orientação;

- À Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ por conceder-me licença das minhas atividades docentes;

- À minha esposa Josiane pelo seu amor e companheirismo;

- À minha família, em especial meus pais, pela confiança, estímulo e valorização dos meus estudos;

- Aos colegas e amigos Carlos Frederico de Oliveira Cunha, Gilnei Luiz de Moura, José Carlos Severo Corrêa, José Ricardo Libardoni dos Santos, Luciana Paim Pieniz e Manoel do Nascimento Filho, pelo apoio fundamental à minha liberação para o doutoramento;

- A todos os amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia, particularmente: Amanda, Dante, Leomar, Pedro, Rosane, Rubens e Thiago;

- Aos meus queridos amigos Eluisa e Roberto Ziegelmann, que tiveram participação muito importante na minha vida desde os tempos da graduação em Ciências Econômicas;

- À Prof^ª. Dr^ª. Carminda Cavaco por ter me acolhido no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, e aos demais professores do CEG pelos momentos de convívio e aprendizagem, especialmente os Professores Diogo Abreu, José Simões, Luís Moreno e Paulo Morgado;

- Ao Prof. Dr. Artur Cristóvão por ter me acolhido em Vila Real e pela oportunidade de vivências e aprendizagens muito importantes e significativas para minha formação;

- Ao Prof. Dr. Ubirajara de Azevedo Marques, pelo apoio, amizade, e pelos momentos de aprendizagem compartilhados em Lisboa;

- Aos funcionários da Pós-Graduação em Geografia e da Biblioteca, pelos bons serviços prestados e pela paciência em sempre me atender com atenção;

- Aos moradores e lideranças do município de São Martinho que participaram da pesquisa, pela acolhida e pelas entrevistas concedidas.

Saudades de Minha Terra

Quero ir na minha terra quero matar a saudade
Quero ver o que eu não vejo aqui dentro da cidade
Quero demorar bastante ficar lá o mês inteiro
Quero fazer toda lida que eu fazia de primeiro
Quero domar potro xucro que a muito tempo eu não domo
Tomar um mate a meu gosto que há muito tempo eu não tomo

"Comer as frutas silvestres da mata da estância
Plantadas por mão do mestre que comi na minha infância
Eu quero fazer de tudo se der certo o que desejo
Eu quero encerrar as vacas tirar leite fazer queijo
Fazer um laço de doze se esparramar no espaço
E serrar nas guampas do bicho pra mostrar que braço é braço"

Quero camperiar bastante num lombo de bons cavalos
Carpir bastante de enxada para as mãos criarem calos
Arrastar pipa de água na chinha do meu petiço
Para lembrar minha infância e o meu primeiro serviço
Quero arranjar um gaiteiro e fazer um baile animado
Pra provar que eu sou herdeiro da herança do passado
Lavar a terra sem trator pegar no rabo do arado
Pra o bem da musculatura cortar lenha de machado
E levar um retratista pra bater fotografia
E provar pros meus amigos de tudo que eu lá fazia
Vou fazer acreditar quem nunca me acreditou
E outros ficarão sabendo que eu era e quem eu sou.

(Gildo de Freitas - Carlos M. Pereira)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar os efeitos do turismo no espaço rural, mais especificamente, se esta atividade propicia o desenvolvimento do local que passa a contar com um fluxo de visitação ou se somente tem reflexos no crescimento da economia local. Nesse sentido esta pesquisa, por meio de uma abordagem qualitativa, analisa o caso do turismo no espaço rural no município de São Martinho, localizado no Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil. Foram entrevistadas pessoas de quatro categorias, agrupadas de acordo com seu envolvimento com a atividade turística. Não se verificou diferença significativa na visão dos moradores envolvidos e não envolvidos com relação aos efeitos do turismo no espaço rural no município. O turismo no espaço rural, mesmo com sua capacidade de gerar diversos efeitos positivos na economia local, não leva ao desenvolvimento e, mesmo em termos de crescimento econômico, seu reflexo é muitas vezes pequeno, dependendo do nível espacial que se analisa. Mesmo com todo o sucesso alcançado por São Martinho nesta atividade, a grande maioria dos moradores não participantes não sentiu nenhum tipo de melhora no seu nível de vida em decorrência do turismo. No entanto, o turismo no espaço rural tem uma função muito importante, pois consegue mobilizar alguns recursos e principalmente despertar capacidades humanas que estavam latentes e mesmo subutilizadas. Considerando que crescimento não é a mesma coisa que desenvolvimento, o turismo no espaço rural pode vir a ser importante para o crescimento econômico, mas sozinho não reúne condições de promover o desenvolvimento do local onde é realizado. Assim, na busca por uma situação real de desenvolvimento do espaço rural local, deve, necessariamente, ser incluído numa política de desenvolvimento que envolva a agropecuária e outras atividades agroindustriais.

Palavras-chave: Transformações; Turismo no espaço rural; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the effects of tourism in the rural space. More specifically, it intends to analyze if such activity either provides development for the place that starts to have visitors flow or if it is only reflected in the growth of local economy. Thus, through a qualitative approach, this research analyzes tourism in the rural space of São Martinho – a town located in Santa Catarina State in the Brazilian Southern. People from four categories and grouped according to their involvement with touristic activities were interviewed. In the view of both the involved and not involved residents, there was not significant difference concerning the effects of tourism in the rural space of São Martinho. The tourism alone in the rural space does not lead to development even with its capacity to generate several positive effects in the local economy. Besides, even in terms of economical growth, many times its results are small depending on the space level that is analyzed. Even with the great success reached by São Martinho in this activity, a great majority of not participant residents did not feel any kind of improvement in their quality of life as a result of this activity, although tourism in the rural space has a very important role because it is able to mobilize some resources and mainly to arouse human capacities that were latent and even subutilised. Considering that growth is not the same as development, tourism in the rural space may become very important to the economical growth, but alone it does not combine conditions to promote development of the place where it is carried out. Therefore, when searching for a real situation of development of the local rural space it must be necessarily included in a policy of development that involves farming and other agro-industrial activities.

Key-words: Transformations, Tourism in the rural space, Development.

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 – Distribuição global da riqueza entre países industrializados e em desenvolvimento, 1960-2000 (%).	16
Tabela 2 – Participação dos principais produtos no valor das exportações. Brasil, 1898-1929 (em %).	60
Tabela 3 – Número de estabelecimentos por grupos de área. Brasil, 1940-96.	64
Tabela 4 – Percentual de estabelecimentos por grupos de área. Brasil, 1940-96.	64
Tabela 5 – Área dos estabelecimentos por grupo de área. Brasil, 1940-96.	65
Tabela 6 – Percentual da área dos estabelecimentos por grupo de área. Brasil, 1940-96.	66
Tabela 7 – População Urbana, Rural e Total. Brasil, 1900-2000.	67
Tabela 8 – Total de estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento (FT). Brasil, 1995/96.	69
Tabela 9 – Estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) dos tipos de agricultores familiares. Brasil, 1995-96.	70
Tabela 10 – Número de estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural por modalidade de hospedagem. Portugal, 1985 a 2005.	125
Tabela 11 – Número de estabelecimentos por modalidade de hospedagem e por NUTES II. Portugal, 2005.	126
Tabela 12 – Estimativa das dormidas por país de residência. Portugal, 2004 e 2005.	127
Tabela 13 – Estimativa das dormidas dos portugueses e estrangeiros por Região NUTE II. Portugal, 2005.	129
Tabela 14 – Estimativa das dormidas por país de residência e por modalidade. Portugal, 2005.	130
Tabela 15 – População residente por situação do domicílio. Santa Catarina, 1970-2000.	141
Tabela 16 – Percentual do número de estabelecimentos por grupos de área. Santa Catarina, 1975-2003.	141
Tabela 17 – Percentual da área dos estabelecimentos por grupos de área. Santa Catarina, 1975-2003.	142

Tabela 18 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Estados da Região Sul e Brasil, 1991 e 2000.	143
Tabela 19 – População residente por situação do domicílio. São Martinho, SC, 1970-2000.	144
Tabela 20 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Municípios da Microrregião de Tubarão, SC, 1991 e 2000.....	145
Tabela 21 – Valor adicionado na agropecuária, indústria e serviços. São Martinho, 2001 e 2002 (em R\$ e %).	146
Tabela 22 – Lavouras temporárias, quantidade produzida, área plantada e rendimento médio. São Martinho, 2003.....	147
Tabela 23 – Efetivo dos rebanhos e produção pecuária. São Martinho, 2003.....	147
Tabela 24 – Elementos relacionados ao turismo. São Martinho, 1993, 1999 e 2007....	150
Tabela 25 – Pessoal ocupado em atividades de turismo rural segundo tipo de contrato. Espanha, 2003.	198
Tabela 26 – Área da propriedade, principal fonte de receita, tipo de relação com o turismo e participação na receita familiar dos funcionários/fornecedores. São Martinho, SC. 2006.....	202
Tabela 27 – Classificação atribuída ao turismo para o desenvolvimento do município pelos não participantes. São Martinho, 2006.....	217
Tabela 28 – Posição manifestada em relação ao turismo pelos empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes. São Martinho, 2006.....	262
Tabela 29 – As relações sociais na comunidade na visão dos diferentes grupos. São Martinho, 2006.....	264
Tabela 30 – A situação da poluição na comunidade na visão dos diferentes grupos. São Martinho, 2006.	267
Tabela 31 – O sossego/tranquilidade na visão dos diferentes grupos. São Martinho, 2006.	269
Tabela 32 – As oportunidades de negócios na visão dos diferentes grupos. São Martinho, 2006.	271

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1 – Conceitos a desvalorizar e conceitos a valorizar.....	31
Quadro 2 – Atratividade turística de um destino.	46
Quadro 3 – Os benefícios e os custos econômicos do turismo.....	50
Quadro 4 – Empreendimentos de turismo no espaço rural. São Martinho, SC. 2006.....	160
Quadro 5 – Sexo, idade e profissão dos empreendedores de turismo no espaço rural. São Martinho, 2006.	167
Quadro 6 – Sexo, idade, profissão e tipo de relação com o turismo dos funcionários/fornecedores. São Martinho, 2006.....	168
Quadro 7 – Sexo, idade e profissão dos não participantes. São Martinho, 2006.....	169
Quadro 8 – Posição das lideranças municipais em relação às relações sociais, poluição, sossego/tranqüilidade e oportunidades de negócios. São Martinho, 2006.	188
Quadro 9 – Tamanho da propriedade, principal fonte de renda e participação da atividade turística na receita familiar dos empreendedores. São Martinho, SC. 2006.	192
Quadro 10 – Contratação de mão-de-obra, aquisição de produtos locais e revenda de produtos pelos empreendedores. São Martinho, SC. 2006.....	196

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

	Página
Figura 1 – Mesorregiões do Estado de Santa Catarina.....	140
Figura 2 – Localização da área de estudo.....	144
Foto 1 – Distrito de Vargem do Cedro.....	151
Foto 2 – Paisagem típica em Vargem do Cedro.....	151
Figura 3 – Localização dos empreendimentos no distrito de Vargem do Cedro.....	160

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	01
1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: RELAÇÕES ENTRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO.....	10
1.1 O Estado frente ao processo de globalização.....	12
1.2 As diferenças entre crescimento e desenvolvimento.....	23
1.3 O desenvolvimento local.....	29
1.4 Do tempo livre ao tempo de lazer.....	34
1.5 O lazer e o turismo.....	41
1.6 O turismo como promotor do desenvolvimento?.....	47
2 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL.....	56
2.1 O rural brasileiro ao longo do século XX.....	58
2.2 Um espaço rural cada vez mais complexo.....	72
2.3 O enfoque nas atividades não agrícolas: a noção de pluriatividade.....	77
2.4 O rural como espaço de lazer e turismo.....	81
2.5 O turismo no espaço rural.....	91
2.5.1 As tipologias turísticas no espaço rural.....	94
2.5.2 Organização e efeitos do turismo no espaço rural.....	99
2.5.3 Relações entre turismo no espaço rural e desenvolvimento.....	103
2.5.4 O turismo leva realmente o rural ao desenvolvimento?.....	110
2.6 A experiência do turismo no espaço rural (TER) em Portugal.....	114
2.6.1 O rural e a promoção do TER.....	115
2.6.2 As modalidades de TER.....	119
2.6.3 Aspectos da constituição da oferta de TER.....	121
2.6.4 Algumas características da demanda do TER.....	126
3 CAMINHOS QUE NOS LEVARAM E CONDUZIRAM POR SÃO MARTINHO.....	133
3.1 A pesquisa qualitativa e o estudo de caso.....	135

3.2	Caracterização do local de pesquisa.....	140
3.3	Início e organização do turismo no espaço rural no município de São Martinho.....	148
3.4	Procedimentos de coleta dos dados.....	154
3.5	Os sujeitos da pesquisa.....	165
4	O TURISMO NO ESPAÇO RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO: SEU SIGNIFICADO SOB DIFERENTES CONTEXTOS.....	171
4.1	O turismo no espaço rural na visão das lideranças municipais.....	172
4.1.1	A importância da atividade turística.....	173
4.1.2	Os obstáculos e as ações no turismo no espaço rural.....	179
4.1.3	O que mudou a partir do turismo.....	183
4.2	O turismo no contexto das propriedades rurais.....	190
4.3	A importância do turismo para a comunidade rural.....	203
4.4	O papel do turismo no desenvolvimento do município.....	210
5	OS EFEITOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO RURAL.....	218
5.1	Diferenças entre moradores e visitantes.....	221
5.2	A (re)valorização do espaço rural entre seus habitantes.....	226
5.3	Relação da agropecuária com outras atividades.....	235
5.4	Mudanças no espaço rural a partir do turismo.....	240
5.5	Os problemas e o incentivo ao turismo no espaço rural.....	257
5.6	Alterações nas relações sociais, poluição, sossego e oportunidades de negócios.....	263
	CONCLUSÃO.....	273
	REFERÊNCIAS.....	283
	BIBLIOGRAFIA.....	300
	APÊNDICES.....	313

INTRODUÇÃO

O aumento das atividades de turismo só foi possível devido à grande evolução que houve no desenvolvimento tecnológico, que permitiu a expansão e, até certo ponto, a democratização nos transportes, tanto terrestre, como aéreo e aquático. Não obstante, a redução da jornada de trabalho e o conseqüente aumento do tempo livre, a ampliação dos direitos trabalhistas, o estabelecimento de uma idade para aposentadoria, aliados a um considerável aumento da renda, pelo menos para uma parte da população, são elementos fundamentais na explicação do aumento do turismo na sociedade moderna. Há de acordo com Krippendorf (1989, p. 18) “um perpétuo recomeço. Trabalhamos sobretudo para poder sair de férias, e temos necessidades de férias para poder retomar o trabalho”.

Uma das principais transformações vivenciadas pela humanidade ao longo do século XX foi o crescimento acentuado das cidades. Nesse sentido, o Brasil também sofreu um acelerado processo de urbanização, passando de um país considerado rural, com a maioria da sua população nesta condição na década de 60, para uma situação onde, de acordo com o Censo 2000 do IBGE, mais de 80,0 % da população é considerada urbana. Nesse contexto, um significativo número de pessoas que fizeram esse caminho, ainda mantém algum tipo de relação com o rural, no mínimo de ordem afetiva. Além disso, quanto mais o urbano apresenta problemas, mais o rural vai sendo imaginado como um lugar tranquilo, de descanso e felicidade. De acordo com Urry (1996, p. 30) “o turismo envolve necessariamente o devaneio e a expectativa de novas e diferentes experiências, que divergem daquelas normalmente encontradas na vida cotidiana”.

O processo de migração campo/cidade e todas as conseqüências daí geradas, somado aos movimentos ambientalistas, contribuíram para que houvesse uma crescente valorização do meio ambiente, da paisagem, da tradição e da cultura local, o que vem caracterizando como potencialidade a utilização do espaço rural para o lazer dos urbanos. O interesse em visitar o campo advém de várias motivações, e Ferreira (1999) salienta que são basicamente três os reencontros com o mundo rural: o reencontro com o passado, motivado pela ligação direta ou indireta às aldeias e aos campos, preservando ligações com o lugar de partida, ou seja, o elo histórico-familiar. O reencontro com o território, movido pela atratividade do rural como espaço de lazer e segunda residência, e o reencontro com os ideais, movido pelo imaginário da vida associada ao simbolismo e ao modo de vida do campo.

É corrente na literatura, tanto internacional como nacional, que o turismo engendra grande potencial para desenvolver regiões e países. Normalmente é destacada a grande capacidade dessa atividade em gerar divisas e renda quando de sua efetivação. Tudo isso foi, de certa forma, estendido para as diferentes tipologias turísticas que se desenvolvem nos

territórios e obviamente também para as que acontecem no espaço rural. O turismo é propagandeado como uma atividade capaz de gerar uma série de benefícios, entre os quais, seguidamente se destaca o efeito multiplicador desencadeado pelos gastos dos turistas. No entanto, é bastante complexo verificar isto com clareza e mais ainda quanto ao turismo no espaço rural.

Muitos municípios que tentaram de todas as formas se desenvolverem através da indústria ou da agricultura se voltam agora também para o turismo como atividade que poderia desencadear esse processo. Isso pode ser um problema, pois, nos preocupa o que o imediatismo e a falta de conhecimento podem produzir.

Há uma crescente diferenciação e segmentação da demanda turística, com a constituição de nichos de mercado. Isso fica evidente para o turismo no espaço rural. Contudo, grosso modo, podem-se caracterizar dois grandes modelos de organização do turismo no espaço rural, se for considerada a divisão normalmente utilizada para a agropecuária: patronal e familiar, que marca também a produção do turismo. Entendemos, e isso vai ser discutido oportunamente, que são duas situações que trazem implicações diferentes em termos do que resulta da atividade. Entretanto, quase não se vê na literatura especializada uma distinção clara baseada nessa característica, que a nosso ver é fundamental para compreender as implicações do turismo no espaço rural.

É corriqueiro encontrar nos livros e artigos científicos a apresentação de uma série de dados quantitativos que demonstram a importância crescente que o turismo tem para a sociedade contemporânea, como grande empregador e gerador de renda mundial. A maioria destes trabalhos apresenta uma visão bastante otimista sobre o turismo, afirmando que através do correto planejamento e rigor na sua implementação, este irá proporcionar o desenvolvimento local. O problema é que muitos estudiosos analisam o turismo como uma atividade capaz de, sozinha, transformar determinado local a partir dos investimentos. Na maioria das vezes, esses estudos apreendem apenas uma parte da realidade, quando na verdade o turismo deveria ser estudado no conjunto de outras estratégias. No entanto, o que nos parece mais relevante é compreender a complexidade desta atividade, como atinge o sistema produtivo local, como interage e de que forma altera a dinâmica da economia rural.

As primeiras experiências em turismo no espaço rural no país se iniciaram na década de 80 e ainda são poucos os estudos empíricos aprofundados sobre os efeitos desta atividade no espaço rural e, principalmente, como a comunidade percebe essa mudança. A maioria das pesquisas até agora realizadas tiveram como foco os empreendedores que ofertam algum tipo

de produto ou serviço, sendo que grande parte desses estudos apresenta o turismo no espaço rural como gerador de receita e empregos em maior ou menor magnitude para essas famílias.

É fácil de constatar os efeitos diretos propalados como consequência do turismo no espaço rural, principalmente quando se considera a constituição da receita familiar. Porém, os efeitos indiretos são pouco estudados e ainda carecem de maior constatação empírica, pelo menos no Brasil. É necessário então ouvir aquelas pessoas que indiretamente estão se beneficiando do turismo e também aquelas que só recebem os efeitos da presença de visitantes em seus locais de trabalho e moradia.

Considerando então, que a grande maioria das pesquisas empíricas sobre o turismo no espaço rural no Brasil teve como sujeitos os agricultores/empreendedores, as lideranças municipais ou os turistas, e que cada destino/atrativo tem sua característica peculiar, ou seja, é diferente dos demais, se fazem necessários estudos que busquem ouvir os outros integrantes da comunidade, ou seja, quem está envolvido indiretamente ao turismo e quem não tem nenhum tipo de envolvimento com essa atividade.

A opção aqui foi por pesquisar o turismo realizado em áreas onde predomina a produção familiar, por entendermos que é nesses locais que o turismo tem maior possibilidade de contribuir no desenvolvimento. Normalmente nesse contexto, uma propriedade sozinha não configura um atrativo suficiente para a constituição de um fluxo turístico, sendo necessário a formação de um roteiro turístico¹, agregando um grupo de propriedades, promovendo assim uma maior relação com o entorno. Ao passo que nas áreas de predominância de grandes propriedades, uma só pode constituir um atrativo, como é o caso de uma fazenda-hotel.

Assim, nos roteiros que envolvem pequenas propriedades de produção familiar o turismo teria maior potencial para proporcionar benefícios, podendo contribuir para dinamizar a economia local, ao contrário dos grandes empreendimentos onde tende a haver pouca relação com o entorno. Nos roteiros turísticos, embora o número de propriedades que recebem visitantes seja pequeno, os benefícios (renda e empregos) não se restringem somente aos empreendedores, mas se estendem às outras famílias que mantêm relação direta com estes na condição de fornecedores de mão-de-obra ou produtos.

O turismo no espaço rural é uma atividade que se encontra na encruzilhada de duas áreas permeadas por realidades diferentes: o turismo, considerada uma nobre atividade de

¹ O Ministério do Turismo conceitua roteiro turístico como um “itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade. É definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística” (BRASIL, 2007, p. 3).

lazer; e o espaço rural, onde historicamente produção e vivências se acham muito ligadas. Compreender então essa “nova” atividade pressupõe primeiramente conhecer um pouco de cada uma destas duas realidades que convergem. Nesse sentido, nossa pesquisa se pauta pela associação que há entre o turismo, atividade capaz de provocar mudanças, e o rural, espaço onde essas mudanças se desenrolam.

Assim, um dos aspectos importantes que precisam ser mencionados é que nossa atenção sempre esteve mais voltada para os moradores do espaço rural que recebem os efeitos do fluxo de visitação turística e não propriamente para a atividade turística em si. Nesse sentido, esta pesquisa não teve como foco o turismo enquanto atividade fim, mas sim buscou compreender o que essa atividade provoca no local onde ocorre e como os habitantes percebem seus efeitos. Isso porque o espaço rural contemporâneo não pode mais ser analisado somente pelo conjunto de atividades agropecuárias que nele são desenvolvidas. Para Abramovay (2003, p. 13) é necessário “[...] que se encare o meio rural como o espaço de atividades variadas, reunindo uma multiplicidade de atores sociais e não apenas como o terreno de onde vão sair produtos agropecuários”.

Historicamente a agricultura para exportação foi privilegiada com políticas públicas, tendo o seu processo de modernização contribuído grandemente para o êxodo rural. Esse processo foi marcado pela redução da mão-de-obra empregada no campo, pela concentração tanto da posse da terra como da renda produzida no rural. Nesse contexto, podemos facilmente identificar pelo menos dois espaços rurais diferentes: aquele do *agribusiness*, da produção de *commodities* para exportação; e aquele onde predomina a pequena produção, com diversificação de atividades e funções dentro do núcleo familiar. Os defensores do *agribusiness* projetam o Brasil como maior exportador de produtos agropecuários e grande produtor de proteína vegetal e animal para abastecer o mercado mundial. As preocupações aqui estão voltadas para o aumento da produtividade, permeada pela questão tecnológica, principalmente da biotecnologia e pelas variações nos preços dos produtos no mercado internacional. O outro rural, da pequena produção, tem o seu desenvolvimento bastante atrelado à diversificação de atividades, sendo hoje entendido como um espaço multifuncional e pluriativo, onde se conjugam a agropecuária com outras atividades, entre elas a de turismo no espaço rural.

Há um entendimento de que os estudos das atividades agropecuárias não são mais suficientes para que se possa compreender a dinâmica do espaço rural. Ocorreu uma mudança no seu uso, com o surgimento e emergência de novas aptidões que levam a um novo olhar sobre o rural e uma redefinição das suas atribuições. De acordo com Graziano da Silva (1997,

p. 93), “há um conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro”.

O rural passa a ser estudado, percebido e pensado, como um espaço com diversas atribuições, não somente em relação à produção que nele se realiza, mas também pela atração que exerce cada vez mais nos cidadãos. Nesse sentido, há um processo de (re)valorização do campo, principalmente pelos urbanos, que passam a enxergá-lo não mais como lugar de atraso. Essa percepção em relação ao rural e ao natural se intensificou na medida em que a sociedade se urbanizou e os problemas desse processo começaram a ser sentidos pela população. A partir daí passa a haver a associação do rural e da natureza, à saúde, à liberdade, à qualidade de vida e ao descanso.

É importante deixar claro um ponto neste argumento, que a produção agropecuária constitui a dimensão mais importante e a que define especificamente o rural, e certamente vai permanecer como tal por muito tempo ainda. Mas, no entanto, não podemos deixar de atentar para a realidade, onde as atividades não-agrícolas surgem e passam a ter importância crescente na formação da receita de um número significativo de famílias, especialmente em regiões desfavoráveis ao desenvolvimento da agropecuária em nível comercial.

Para Abramovay (2003, p. 75) o grande desafio “[...] é descobrir os potenciais de geração de renda existentes num determinado território e que vão muito além daqueles contidos estritamente no crescimento da agropecuária”. Entendemos também que o desenvolvimento rural não se reduz ao desenvolvimento agrícola e concordamos que, “por mais relevante que seja o estudo das atividades não agrícolas no meio rural, a questão do desenvolvimento, porém, não se restringe às possibilidades de sua expansão” (ABRAMOVAY, 2003, p. 83).

Todavia, pesquisar esse processo é fundamental para que se possa compreender o que acontece e está acontecendo nos espaços rurais onde o turismo está ocorrendo. Uma preocupação que aparece segundo Cristóvão (2002, p. 107), é que o turismo “[...] embora criando oportunidades de desenvolvimento, coloca a economia rural numa posição de cada vez mais dependência de factores e actores exógenos”.

Temos então a constituição de uma crescente demanda pelo espaço rural como lugar de lazer e turismo com a formatação de oferta para atendê-la. Isso traz inquietações, pois, além de provocar mudanças na organização do espaço rural, que passa a ser freqüentado por um número significativo de pessoas, também implica numa mudança no convívio familiar dos que se envolvem diretamente com os turistas.

No Brasil podemos considerar a atividade turística no espaço rural como sendo ainda recente, embora seja crescente o número de administradores públicos que estão manifestadamente interessados na sua implementação. No entanto, ainda podem ser considerados escassos os estudos que buscam elucidar as entrelinhas dessa atividade e desmistificar alguns conceitos muito difundidos pela mídia e que já estão ficando bastante arraigados no imaginário de muitas pessoas.

Assim, buscando identificar os efeitos do turismo no espaço rural, procuramos analisar se esta atividade realmente pode conduzir ao desenvolvimento ou se somente tem participação no crescimento da economia local. Nesse sentido, esta pesquisa analisa o turismo no espaço rural do município de São Martinho, que está localizado na Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina.

Quando nos referimos à relação entre turismo e desenvolvimento é inevitável que surja uma série de indagações: mas como falar em desenvolvimento se estamos diante de uma atividade que é excludente tanto pelo lado da oferta como pelo lado da demanda? Mas como falar em desenvolvimento sem saber se a maioria das pessoas da comunidade também está se beneficiando com o turismo? Mas como afirmar que o turismo no espaço rural pode levar ao desenvolvimento sem conhecer todas as relações estabelecidas em decorrência desta atividade?

Nesse contexto, pensamos ser muito oportuna a realização de uma pesquisa tendo como base os seguintes questionamentos que formam o fio condutor deste estudo: quais e que tipo de relações são estabelecidas entre as pessoas que estão vivenciando o turismo no espaço rural no município de São Martinho? Quem está se beneficiando com a atividade turística no espaço rural deste município? Quais as mudanças identificadas no espaço rural pelos moradores a partir do início da atividade turística? O turismo realmente leva ao desenvolvimento do espaço rural que passa a ser freqüentado por visitantes?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as relações entre o turismo e o desenvolvimento do espaço rural onde ele ocorre, mais especificamente se essa atividade realmente leva ao desenvolvimento do local que passa a contar com um fluxo de visitação, procurando identificar o que muda no espaço rural a partir do turismo na visão de seus moradores.

Nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) analisar quais e como são as relações estabelecidas entre os moradores do espaço rural onde ocorre a atividade turística no município de São Martinho (SC); b) conhecer como se estendem os benefícios do turismo entre os residentes do espaço rural onde acontece o fluxo de visitação

turística; c) identificar as mudanças no espaço rural do município a partir do turismo na visão de diferentes grupos de pessoas; d) analisar a contribuição do turismo no espaço rural para a economia local.

Considerando estes objetivos foi elaborado um conjunto de hipóteses para serem examinadas com a realização da pesquisa empírica e com base em bibliografia específica. Como hipótese geral tem-se que o turismo no espaço rural é uma das atividades não agrícolas que compõem a pluriatividade de um conjunto de famílias rurais e que, somada a outras atividades, atenua os problemas de emprego e renda dentro do núcleo familiar. Contribui significativamente na dinamização da economia local, podendo, assim, ser uma das estratégias de políticas de desenvolvimento mas que, sozinha, dificilmente poderá promover o desenvolvimento do local onde ocorre.

Esta hipótese se desmembra em outras quatro: a) o turismo no espaço rural implica um pequeno número de famílias de empreendedores envolvidos diretamente com os visitantes. No entanto, essas famílias contribuem para a pluriatividade de outras famílias, através das relações de trabalho, aquisição de produtos e pontos de comercialização; b) embora possa ser considerado significativo o número de pessoas envolvidas na atividade turística, a maioria dos habitantes do espaço rural de São Martinho não se beneficia diretamente do turismo; c) a visão dos moradores em relação aos efeitos do turismo no espaço rural é diferente de acordo com o grau de envolvimento destes na atividade. Essa visão tende a ser mais positiva quanto maior for o envolvimento com a atividade turística; d) se desenvolvimento pressupõe melhoria da qualidade de vida de toda a população, o turismo no espaço rural, embora contribua para dinamizar a economia local, não leva necessariamente ao desenvolvimento local.

Estas hipóteses foram testadas através da pesquisa que realizamos e que está constituída de cinco capítulos. Nos dois primeiros capítulos apresentamos um panorama teórico que constitui o pano de fundo para compreendermos as mudanças no espaço rural a partir do início da atividade turística, que serão analisadas nos dois últimos capítulos.

Assim, no primeiro capítulo abordamos as transformações no mundo contemporâneo, sobretudo as que permeiam as relações do turismo com o desenvolvimento. Pesquisamos o local, mas não podemos esquecer e precisamos estar atentos às suas conexões com o global, pois no mundo atual, de crescente interação, cada vez mais as pessoas estão “plugadas”, isto é, mais ligadas nos acontecimentos e com isso, sendo influenciadas constantemente. Isso se torna mais importante ainda quando se tem envolvida uma atividade como o turismo, que pressupõe um conjunto de motivações em torno da demanda, que obviamente estão

perpassadas pela contemporaneidade. Neste capítulo procuramos deixar evidente a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, bem como esmiuçar as relações entre trabalho e tempo livre na constituição do tempo de lazer e turismo. Ao final analisamos o suposto papel do turismo como promotor do desenvolvimento.

O segundo capítulo é dedicado a analisar a participação do turismo nas transformações no espaço rural. Iniciamos por mostrar um panorama geral das mudanças que ocorreram no rural brasileiro ao longo do século XX, passando depois a focar as mudanças mais recentes, dando ênfase às atividades não agrícolas e à pluriatividade das famílias rurais. Seguimos neste capítulo analisando a importância do rural como espaço de lazer e turismo, depois passando a analisar mais especificamente o turismo no espaço rural no Brasil, suas tipologias, os efeitos desta atividade e as relações com o desenvolvimento do local onde é realizada. Por último apresentamos alguns elementos da experiência portuguesa de turismo no espaço rural, destacando principalmente a constituição da oferta e da demanda.

No terceiro capítulo é apresentado o local onde realizamos a pesquisa empírica e especificados os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo. Primeiramente fazemos uma breve reflexão sobre a pesquisa qualitativa e o estudo de caso. Depois apresentamos e caracterizamos o local de pesquisa, além de uma síntese de como iniciou e foi organizado o turismo no espaço rural do município de São Martinho. A parte final é destinada a explicitar os procedimentos utilizados no trabalho de campo, bem como a identificar os sujeitos que fizeram parte do universo de pesquisa.

O quarto capítulo foi destinado a apresentar e discutir a importância do turismo em diferentes contextos, ou seja, na propriedade rural, na comunidade e no município como um todo. Começamos por descrever a visão das lideranças municipais em relação a esta atividade, depois passamos a focalizar o turismo no contexto das propriedades rurais das pessoas que possuíam algum tipo de envolvimento. A seguir tratamos da importância desta atividade para a comunidade onde é realizada e o seu papel no desenvolvimento municipal.

No quinto e último capítulo tratamos de esmiuçar os efeitos da atividade turística no espaço rural. Começamos por focar as diferenças percebidas pelos moradores entre os habitantes do local e os visitantes. Em seguida passamos a abordar o processo de (re)valorização do espaço rural e depois como os moradores percebem a pluriatividade das famílias. Seguimos discutindo as mudanças no espaço rural, os problemas decorrentes da atividade turística e o apoio ao turismo.

**1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO:
RELAÇÕES ENTRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO**

A história recente da humanidade, principalmente ao longo do século XX, foi marcada pelas profundas transformações que ocorreram em todos os níveis, possíveis, em sua maioria, pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A revolução que ocorreu nas tecnologias, agrícola, industrial, nos transportes, comunicações, etc., permitiu que se ampliasse rapidamente a produção de bens e serviços, bem como que se estabelecessem níveis de consumo cada vez mais elevados.

Logicamente essas transformações não foram permeadas pela equidade, pelo contrário, foram marcadas pela concentração e exclusão, que se intensificaram nos últimos tempos. Além disso, ocorreu um crescente processo de interação mundial, que ficou mais conhecido como globalização. De um lado os países do chamado capitalismo avançado com um nível de produção e consumo elevados, com base na crescente utilização e degradação dos recursos naturais. De outro lado os demais países, a maioria da população mundial, com concentração de riqueza e exclusão social, procurando, na maioria das vezes sem achar, o caminho para o desenvolvimento.

Nesse contexto, intensificaram-se as discussões sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países, sendo cada vez mais atribuída importância à questão ambiental. O progresso, um dos grandes objetivos das nações, passou a ser também uma preocupação, implicando assim que os países em desenvolvimento não poderiam seguir o mesmo caminho dos países desenvolvidos, e estes precisariam arrefecer sua produção e consumo, sob pena de comprometer irreversivelmente a vida do homem na Terra. Para Gorbachev (2003) a humanidade jamais conheceu, em toda sua história, problemas tão complicados como os que hoje são apresentados. O ser humano terá que encontrar os meios de gerir os processos econômicos e sociais que são cada vez mais complexos. Para isso será necessário elaborar métodos de tomada de decisões não conflituosos, buscar o equilíbrio entre os diversos interesses, modificando a mentalidade da sociedade de consumo.

Nesse sentido, a questão ambiental passa cada vez mais a ser debatida, sendo incorporada (pelo menos teoricamente) nas políticas de desenvolvimento. Desenvolvem-se as legislações ambientais e ganha importância o impacto que as atividades humanas exercem sobre o meio ambiente. O estudo e a avaliação dos impactos ambientais passam a ser obrigatórios e a fazerem parte do planejamento dos projetos de investimento. As questões ambientais deixam de ser uma preocupação local para tornarem-se parte do debate internacional, onde se busca a redução das emissões de poluentes, a reciclagem de materiais, etc., tudo para se alcançar o já tão propalado desenvolvimento sustentável. Esse é precisamente o cenário em que o adjetivo “sustentável” passa a acompanhar a palavra

“desenvolvimento”, sendo atualmente a busca pelo “desenvolvimento sustentável” o mote balizador das políticas públicas.

Estas questões se revestem de grande importância quando pretendemos situar uma discussão que tem como objetivo principal descortinar as relações entre o turismo, atividade carregada de modernidade, e o espaço rural, local que ainda mantém muitas características do passado.

Nesse contexto, entendemos como necessário dedicar um espaço mínimo à discussão teórica e conceitual das transformações na sociedade contemporânea, em face da importância que adquire na contextualização e compreensão das mudanças no espaço rural a partir do turismo, que constitui o tema central desta tese. O objetivo então é de realizar também uma discussão teórica de temáticas não tão próximas do objeto de estudo, mas que não deixam de estar conectadas.

Assim, começamos por apresentar um panorama resumido do processo de globalização e como o Estado se situa nessa realidade, ao qual não procedemos nenhum tipo de filiação às correntes teóricas, pois os autores foram escolhidos aleatoriamente, e, além disso, não havia possibilidade de esgotar uma revisão bibliográfica sobre este tema. Após procuramos deixar claro a diferença que existe entre crescimento econômico e desenvolvimento, terminando esse item abordando a questão do desenvolvimento local. Em seguida procedemos uma breve análise das relações entre o tempo de trabalho e o tempo livre, no contexto do surgimento das atividades de lazer e turismo. Finalizando este capítulo abordamos a capacidade do turismo de promover o desenvolvimento do local onde ele é realizado.

1.1 O Estado frente ao processo de globalização

Na atualidade as preocupações globais repercutem localmente e se inserem no debate sobre a integração da economia mundial, ensejando também reflexões sobre o papel dos estados nacionais nessas questões. Nossa intenção é situar a abordagem aqui realizada no contexto da discussão mais ampla e não aprofundar o debate, se há ou não um sistema global integrado, se a globalização é ou não um mito, se esse processo leva ou não ao fim do Estado-nação, ou quais são as implicações em relação ao meio ambiente, mas sim, refletir sobre

alguns panoramas dessas transformações que trazem certamente implicações às questões locais no espaço rural, que para nós é o cenário das relações entre turismo e desenvolvimento.

O século XX foi marcado por uma série de acontecimentos e transformações. Dos conflitos mundiais ao redesenho do jogo de forças na política internacional, nas ciências, na economia, no padrão de consumo da sociedade dos países desenvolvidos, em praticamente tudo se viu mudanças profundas. A economia mundial ao longo deste século passou por períodos de grande depressão como em 1929, por outros de prosperidade, entre 1950 e 1973, denominado de ‘Era de Ouro’ e após 1973, pelas chamadas décadas de crise.

A Era de Ouro foi um fenômeno mundial, tendo no baixo preço do petróleo e na grande disponibilidade de mão-de-obra (ex-desempregados do período anterior e pela grande migração campo-cidade) dois de seus principais sustentáculos. Sua principal característica foi a necessidade de cada vez menos trabalhadores e um volume cada vez maior de investimentos (HOBBSAWM, 1996).

Nas chamadas Décadas de Crise, de acordo com Hobsbawm (1996), o crescimento econômico dos países desenvolvidos continuou, embora em ritmo bem mais lento que no período anterior, de grande prosperidade. O que se observou foi um distanciamento entre os países ricos e pobres. O fato marcante desse período foi que o processo produtivo dispensava mão-de-obra muito mais rapidamente que a capacidade da economia de mercado gerar novos empregos, mesmo nos ramos da economia que estavam em expansão.

Ainda, segundo o autor, a partir da década de 60 começou a surgir uma economia cada vez mais transnacional, onde os territórios e fronteiras dos Estados eram fatores complicadores para as atividades econômicas, podendo ser destacados três aspectos dessa transnacionalização: as empresas transnacionais, onde o mundo mais conveniente é aquele povoado por Estados anões ou sem Estado algum, a nova divisão internacional do trabalho e o aumento de financiamento *offshore* (externo).

Ao longo do último quarto do século XX, houve a mudança de um sistema econômico internacional para um sistema econômico global. Benko (2001) refere-se a isso como uma importante mutação geopolítica das condições de produção, de competição e de interdependência. O sistema econômico internacional era caracterizado pela soberania dos Estados, a quem competia definir, entre outros, suas políticas monetárias e alfandegárias. Já no sistema econômico global as relações entre os Estados em certa medida diluem-se, em proveito das conexões entre economias regionais afastadas, ligadas entre si por intercâmbios complexos feitos de competição e de colaboração.

Segundo Castells (1999), a globalização pode ser entendida como um processo segundo o qual as atividades decisivas num âmbito de ação determinado funcionam como unidade em tempo real no conjunto do planeta. Trata-se de um processo historicamente novo, distinto da internacionalização e da existência de uma economia mundial, porque somente no último quartel do século XX se constituiu um sistema tecnológico que tornou possível essa globalização.

Nesse contexto, são destacados por Benko (2002, p. 86), três elementos essenciais que justificam a visão de uma nova era econômica, ou seja, da globalização:

1. um mercado unificado, já que a economia mundial vai transformando-se numa zona única de produção e de trocas;
2. empresas mundializadas, gerando sobre uma base planetária a concepção, a produção e a distribuição de seus produtos e serviços;
3. um quadro regulamentar e institucional ainda muito inadaptado, visto que carece de um mecanismo de regulação que permita controlar em escala planetária a interdependência econômica e política.

Globalização significa então, que os países do mundo estão mais intimamente integrados e com isso há uma maior necessidade de ações coletivas visando solucionar os problemas comuns. A emissão de poluentes é um exemplo desses problemas, pois as emissões geradas em determinado país podem afetar outros países. Nesse sentido, como o mundo todo partilha a mesma atmosfera, as emissões dos Estados Unidos, por exemplo, no longo prazo podem provocar inundações em Bangladesh, ou mesmo a submersão de alguns países nas ilhas do Pacífico (STIGLITZ, 2003).

Conforme Sachs (2001), o século XX foi marcado pela prosperidade global sem precedentes na história, no entanto, esta prosperidade foi acompanhada de uma concentração dos recursos e da renda entre as nações e dentro delas. Além disso, por graves problemas sociais e humanitários, pelas guerras e por um sistema internacional fraco demais para promover a paz duradoura, a equidade e o desenvolvimento.

Para autores como Hirst e Thompson (1998, p. 15), a globalização, da maneira como é concebida por seus defensores mais extremados, é um mito. Nesse sentido, eles apresentam alguns pontos que desafiam a tese da globalização:

- 1 A atual economia altamente internacionalizada tem precedentes [...]. Em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914.
- 2 Empresas genuinamente transnacionais parecem ser relativamente raras [...].

3 A mobilidade do capital não está produzindo uma transferência maciça de investimentos e de empregos dos países avançados para os países em desenvolvimento [...].

4 [...] a economia mundial está longe de ser genuinamente ‘global’. Ao contrário, os fluxos de comércio, de investimento e financeiro estão concentrados na Tríade da Europa, Japão e América do Norte [...].

5 Portanto, essas grandes potências econômicas, o G3, têm então a capacidade, especialmente se coordenam a política, de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas [...].

Um ponto importante que Castells (2000) coloca, diz respeito à questão da integração das economias. A regulamentação e as políticas governamentais afetam as fronteiras internacionais e a estrutura da economia global. Nesse sentido, segundo o autor, não há e nem haverá, pelo menos no futuro previsível, um mercado internacional totalmente aberto e integrado para mão-de-obra, tecnologia, bens e serviços. Não enquanto existirem Estados-nações e houver governos para promover, na concorrência global, os interesses de seus cidadãos e das empresas nos territórios sob sua jurisdição.

A reestruturação econômica, a liberalização, as mudanças tecnológicas e a competição feroz que acompanharam a globalização, tanto no mercado de bens quanto no de mão-de-obra, contribuíram para aumentar uma série de problemas, como o empobrecimento, as desigualdades, a insegurança no trabalho, o enfraquecimento e o desgaste das identidades e dos valores estabelecidos (STREETEN, 2001).

Essa dicotomia do processo de globalização é também apontada por Castells (1999). Para o autor, globalização significa dinamismo produtivo e inclusão dos criadores de valor, mas ao mesmo tempo é marginalização social, exclusão dos que carecem de interesse como produtores ou consumidores a partir da perspectiva da produtividade, competitividade e lucro, que se constituem critério fundamental para mercados desregulados e economias privatizadas. O efeito mais importante e mais amplamente reconhecido da globalização sobre a capacidade de interação do Estado nacional é a globalização do capital e a interdependência dos mercados financeiros. Este é o sentido mais direto da globalização econômica: a vinculação de fato de todas as moedas mundiais.

Ianni (1993) coloca que a globalização não apaga as desigualdades e as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial. Ao contrário, desenvolve umas e outras, recriando-se em outros níveis, com novos ingredientes. As mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração alimentam as desigualdades e contradições, em âmbito tribal, regional, nacional, continental e global.

Conforme Hirst e Thompson (1998, p. 185):

[...] se quisermos um mundo mais justo, uma melhor distribuição da produção e da renda, não podemos, como sustentam os otimistas, deixá-lo a cargo das forças do mercado, mas intervir para reestruturar a economia mundial por meio das políticas públicas que geram mais auxílio público, que estimulam o investimento ético de capital privado nos países pobres, e que aperfeiçoam suas relações comerciais.

Segundo Streeten (2001), tanto em termos espaciais quanto temporais, a globalização e o progresso econômico avançaram de forma desigual. O aumento da renda per capita apresentou vastas diferenças entre os países e as regiões, de maneira que os hiatos de renda se alargaram e as disparidades de renda entre os países ricos e pobres dobraram nos últimos trinta anos.

Para ilustrar essa afirmação, na tabela 1 é apresentada a distribuição global da riqueza entre países industrializados e em desenvolvimento. Como se pode perceber houve um aumento da concentração da riqueza em prol dos países industrializados, passando de 77,3 % em 1960 para 81,4 % em 2000, enquanto a parte que cabia aos países em desenvolvimento se reduziu de 22,7 % para 18,6 % no mesmo período.

Tabela 1 – Distribuição global da riqueza entre países industrializados e em desenvolvimento, 1960-2000 (em %).

	Países industrializados	Países em desenvolvimento
1960	77,3	22,7
1970	80,9	19,1
1980	77,4	22,6
1989	78,8	21,2
2000	81,4	18,6

Fonte: Streeten (2001, p. 77).

O alcance e a intensidade do processo de globalização fazem com que o Estado-nação se debilite, emergindo com isso outra realidade, ou seja, uma sociedade global, com suas relações, processos e estruturas. Trata-se de uma totalidade histórico-social diversa, abrangente, complexa, heterogênea, contraditória e em escala desconhecida (IANNI, 1993).

De acordo com Sachs (1999), é certo que em consequência do processo de globalização da economia, o Estado perdeu parte de sua autonomia de ação, embora as avaliações sobre os efeitos paralisantes desse processo sejam muitas vezes exageradas.

Nessa mesma perspectiva, Hobsbawm (1996) entende que quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, abalou o Estado-nação territorial, pois este tipo de Estado tenderia a poder controlar uma parte cada vez menor de seus assuntos.

Nesse sentido, o Estado é cada vez mais inoperante no global e cada vez menos representativo em âmbito nacional. Se essas tendências se confirmarem, na era da informação, na qual já nos encontramos, poderemos desembocar em uma justaposição generalizada de mercados globais e tribos identitárias enfrentando-se sobre as ruínas do Estado democrático e da sociedade civil, que foram construídos com tanto esforço no trajeto histórico da era industrial (CASTELLS, 1999).

O papel que o Estado deve exercer no processo de desenvolvimento do capitalismo é assim colocado por Ianni (1998, p. 28):

O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isto baseado no suposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping center global e disneylândia global.

Também para Ohmae (1996) ao menos em termos econômicos, o que mantém os Estados-nações tradicionais coesos está se dissolvendo. O autor advoga em favor do que denomina Estados-regiões, que seriam zonas econômicas naturais, que, embora limitadas no tamanho geográfico, exercem uma influência econômica muito grande, sendo que as linhas divisórias territoriais que realmente fazem sentido pertencem aos Estados-regiões. Segundo ele, estes acolhem favoravelmente o investimento estrangeiro, a propriedade estrangeira e os produtos estrangeiros, ou seja, acolhem favoravelmente tudo que contribui para empregar produtivamente sua população, para melhorar sua qualidade de vida e para dar-lhe acesso aos melhores e mais baratos produtos de qualquer parte do mundo.

As discussões quanto à persistência e o papel dos Estados-nações são grandes e certamente estão longe de acabar. Nesse sentido parece oportuno o que Benko (2001, p. 8) coloca:

É claro que o tempo das nações não terminou, e os Estados continuam exercendo um papel crucial em muitas áreas [...]; mas, preso entre a dimensão local e a global, seu lugar na economia foi redefinido. Assiste-se,

por um lado, a um movimento de internacionalização da atividade econômica em um mundo cada vez mais destituído de fronteiras reais, [...] por outro lado, sublinha-se a intensificação do crescimento econômico de um certo número de regiões, reconhecidas como os motores da prosperidade mundial, e que dão origem a uma recomposição da hierarquia dos espaços produtivos. Essas regiões são, principalmente metropolitanas.

Para o autor, globalização não significa homogeneização do espaço mundial, mas, ao contrário, diferenciação e especialização. Constituíram-se grandes pólos, dando formato ao que ele denomina de uma economia em oásis, ou seja, uma rede de regiões dinâmicas, que deixam para trás o resto do mundo.

Devido à persistência das nações e governos nacionais e também em decorrência do papel dos governos que usam a concorrência econômica como ferramenta de estratégia política, é provável que fronteiras e separações entre as principais regiões econômicas continuem a existir por muito tempo, estabelecendo uma diferenciação regional da economia global (CASTELLS, 2000).

No debate sobre o Estado frente ao processo de globalização, o papel das empresas é um aspecto bastante destacado por alguns autores. Segundo Gonçalves (2003), a empresa transnacional é o principal agente do processo de globalização produtiva. Esta é uma empresa de grande porte que possui enormes ativos de sua propriedade e controla estes ativos em pelo menos dois países. Na medida em que a empresa transnacional tem papel-chave na ruptura do paradigma tecnológico e organizacional, ela passa a ser um agente determinante do processo de globalização.

Para o autor a história das relações internacionais tem sido marcada por uma forte articulação entre as grandes empresas e os Estados nacionais. O resultado é a simbiose entre os interesses privados das empresas transnacionais e os interesses públicos dos Estados nacionais. Nesse sentido, é pertinente diferenciar a empresa estrangeira da empresa nacional. A primeira exerce impacto direto e perpétuo sobre as contas externas pelas remessas de lucros e dividendos, exercendo também poder econômico e político. O fato é que a origem da propriedade é de importância fundamental na determinação do poder político específico de um agente econômico e a empresa de capital estrangeiro.

Conforme Castells (1999), as empresas multinacionais parecem ser ainda muito dependentes de suas bases nacionais. Nesse sentido a idéia de que as empresas transnacionais seriam “cidadãs da economia mundial” parece não ter validade. No entanto, as redes formadas por empresas multinacionais transcendem fronteiras, identidades e interesses nacionais. Para o autor, conforme o processo de globalização progride, as formas organizacionais evoluem de

empresas multinacionais a redes internacionais, na verdade, passando por cima das chamadas “transnacionais”, que pertencem mais ao mundo de representação mítica do que às realidades institucionais da economia internacional.

Para Hirst e Thompson (1998) as empresas transnacionais permanecem ‘nacionalmente enraizadas’, estando muito confinadas em seu território de origem e continuam a ser mais multinacionais que transnacionais. Entendem os autores que os governos nacionais têm poder para regular essas empresas.

De modo geral, os países em desenvolvimento têm pouca resistência às pressões, aos fatores desestabilizadores e choques externos. O processo de desnacionalização, pelo qual a maioria destes países passa ou passou, pode representar um grande aumento da vulnerabilidade externa na esfera produtiva real, devido ao crescente controle do aparelho produtivo do país pelo capital estrangeiro. A este fenômeno pode-se chamar de “efeito multiplicador da vulnerabilidade externa” (GONÇALVEZ, 2003).

No entender de Gonçalves (2003), as empresas transnacionais podem e devem ser reguladas pelos Estados nacionais. A regulação nacional é essencial tendo em vista a fragilidade e ineficácia do sistema internacional de regulação.

Hirst e Thompson (1998) entendem que a capacidade de governabilidade do Estado enfraqueceu consideravelmente, mas, no entanto, ele permanece uma instituição crucial, especialmente por criar condições para uma efetiva governabilidade internacional. De acordo com os autores, há bons motivos econômicos para acreditar que a economia internacional, de modo algum, é ingovernável. Nesse sentido a governabilidade é possível em cinco níveis:

- 1 através do acordo entre os principais Estados avançados e particularmente, do G3;
- 2 através de um número substancial de Estados que criam agências de regulação internacional para algumas dimensões específicas da atividade econômica, como a Organização Mundial do Comércio;
- 3 através do controle de amplas áreas econômicas pelos blocos comerciais, tais como a União Européia ou a Área de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA;
- 4 através das políticas de nível nacional que equilibram a cooperação e a competição entre as empresas e os principais interesses sociais;
- 5 através das políticas de nível regional de oferecer serviços coletivos aos distritos industriais (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 293).

De um lado, de acordo com Benko (2002), a economia global pode ser considerada um mosaico de sistemas de produção regionais especializados, possuindo cada qual sua própria rede de acordos de troca e um funcionamento específico do mercado local de trabalho. De

outro lado, o mesmo mosaico se insere no entrelace planetário de ligações inter-industriais, de fluxos de investimentos e de migrações de população.

Benko e Pecqueur (2001) colocam que a “glocalização” é uma nova palavra-chave que aparece e diz respeito a articulação crescente dos territórios locais à economia mundial. Na origem, esse neologismo foi forjado pelos administradores japoneses para designar um modo de gestão ao mesmo tempo global e local da empresa-rede no quadro da economia mundializada. Em geografia a noção de glocalização é uma maneira de destacar a persistência de uma inscrição espacial de fenômenos econômicos, a localização dos lugares de produção de uma multinacional nos territórios.

Atenção especial deve ser dada à interface entre a economia nacional e a global. Este, sem dúvida, é o ponto mais sensível, exigindo regulamentação não apenas nacional, mas também internacional. A globalização tem sido usada como pretexto pra promover liberalização com regras iguais para todos, o que reduz as chances de os parceiros mais fracos conseguirem resistir às pressões dos asoberbantes interesses dos parceiros mais fortes. A equidade nas relações internacionais exige “regras do jogo” que tendam a favorecer os mais fracos, e não uma igualdade formal entre todos os parceiros (SACHS, 2001).

Para Stiglitz (2003), os debates sobre descentralização, regionalização e globalização evoluem mais do que a teoria econômica. Há forças políticas que exigem maior descentralização – que o governo se aproxime das pessoas – e que pedem maior globalização – que se estabeleçam padrões globais para facilitar o comércio global, com todos os ganhos econômicos que poderiam resultar (ao menos para alguns) da criação de um mercado global. Essas duas forças são divergentes, mas ambas ocorrem ao mesmo tempo e enfraquecem o tradicional foco de poder político, o Estado-nação.

A descentralização é frequentemente apresentada como sinônimo de democratização, embora esse dois processos não sejam necessariamente correspondentes. Também não é razoável despojar o Estado nacional de responsabilidades que não possam ser enfrentadas adequadamente no nível regional ou local. Dessa forma, as tão necessárias reformas institucionais devem lidar simultaneamente com dois problemas: a adequada articulação de todos os espaços de desenvolvimento e a democratização de todos os níveis de governo (SACHS, 1999).

Castells (2000) ressalta que nem tudo é global, que a imensa maioria do emprego, da atividade econômica, da experiência humana e da comunicação simbólica é local e regional. E as instituições nacionais continuam sendo as instituições políticas dominantes e o serão no futuro previsível.

Nesse sentido, Benko (2001) destaca que está havendo um “deslizamento de escala”. Trata-se de uma recomposição dos espaços, onde os espaços clássicos estão se deslocando ao mesmo tempo para cima e para baixo. Na escala superior, constata-se a criação ou o reforço dos blocos econômicos e o deslocamento rumo ao patamar inferior da escala caracteriza-se pelo reforço das unidades territoriais em nível regional. O nosso planeta tem assim quatro níveis espaciais de análise: mundial, supra-nacional (blocos econômicos), nacional (Estados-nações) e regional (local ou infranacional).

No entender de Ianni (1993) as forças da fragmentação compreendem o nacionalismo, o regionalismo, a nacionalidade, o tribalismo, o tradicionalismo, o fundamentalismo, o islamismo, o terceiromundismo e outras; envolvendo sociedades nacionais, grupos, classes, etnias, minorias e outras expressões da vida social nacional, continental e mundial. Para surpresa de muitos, junto com as forças de interdependência e integração, movem-se as de fragmentação e antagonismo.

Os governos locais (ou municipais) e regionais (autonomias na Espanha, estados no Brasil) apresentam maior potencial de flexibilidade para adaptar-se aos fluxos globais e com eles negociar. Além disto, têm uma relação muito mais direta com seus cidadãos, podendo expressar melhor as identidades culturais do território, estabelecer mais facilmente mecanismos de participação e informação e gerar mobilizações simbólicas comunitárias (CASTELLS, 1999).

Benko e Pecqueur (2001, p. 43) a despeito das especificidades do local enfatizam que:

Ativos genéricos e mesmo específicos não permitem a um território se diferenciar duravelmente pois, por definição, eles existem noutro sítio e são suscetíveis de serem transferidos. Uma diferenciação durável, ou seja, não suscetível de ser colocada em cheque pela mobilidade dos fatores, só pode nascer verdadeiramente dos recursos específicos, os quais não poderiam existir independentemente das condições nas quais eles foram engendrados. A importância é mais de apreender essas condições do que procurar o que constituiria o potencial identificável de um território. Essas condições não poderiam ser definidas de maneira abstrata. Elas dependem do contexto no qual se inscreve o processo heurístico de onde nascem os recursos específicos.

São exatamente as particularidades, ou seja, os recursos específicos de cada local, que se planejados e potencializados, podem vir a se constituir no motor do desenvolvimento. Nesse sentido, além de identificar esses recursos, é fundamental que se tenha claro que o caminho a ser trilhado passa pela compreensão das relações que são estabelecidas no local e que estas é que empreendem um caráter genuíno aos recursos.

Nesse contexto, desenvolvimento local significa dar maior importância às características locais, ou seja, às especificidades de cada lugar, a todos os aspectos que podem ser diferentes de um lugar para outro e que devem ser necessariamente considerados. Isto posto, entende-se que o local opõe-se ao global, pois enquanto a globalização leva a uma maior homogeneização, o desenvolvimento local pressupõe uma grande ênfase nas particularidades de cada lugar.

No entanto, entendemos que tanto a globalização como o enfoque local, deveriam levar ao mesmo lugar, a homogeneização, mas não da cultura, do consumo e da produção, mas sim da qualidade de vida. Parece que nesta questão, tanto um processo como outro estão deixando muito a desejar, pois o que se vê é a mesma lógica de acumulação, tanto no global como no local.

É possível perceber que está havendo uma mudança no papel do Estado na economia e que este está longe de acabar, mas que certamente seu papel está sendo redefinido e a escala local está aumentando sua importância quando do planejamento e implementação de estratégias de desenvolvimento.

Contudo, ainda é preciso haver uma mudança de mentalidade, pois, como coloca Capra (2002), a busca do crescimento econômico contínuo e indiferenciado é claramente insustentável, sendo que a expansão ilimitada num planeta finito só pode levar à catástrofe. Já está mais do que evidente que as atividades econômicas estão prejudicando a biosfera e a vida humana de tal modo que, em pouco tempo, os danos poderão tornar-se irreversíveis. Nessa precária situação, é essencial que a humanidade reduza sistematicamente o impacto das suas atividades sobre o meio ambiente natural. Isso passa necessariamente, em nível global, pela mudança de paradigma, na direção da redução no consumo de recursos e da poluição gerada pelo processo produtivo, principalmente nos países desenvolvidos.

É nesse cenário, de relações crescentes entre os diversos países, onde a economia mundial está cada vez mais interligada, que os países que ainda não conseguiram melhorar o nível de vida da maioria da sua população, buscam alternativas e soluções para alcançar o tão almejado desenvolvimento. Isso passa não só pela busca de atividades econômicas capazes de inserir o país no mercado mundial, mas também e principalmente, por utilizar e potencializar os recursos peculiares de cada local.

Nesse contexto, ao local, representado pelas regiões e municípios, é atribuída grande importância quando se fala em desenvolvimento. A consciência de que é preciso descobrir e mobilizar as potencialidades locais são cada vez mais levadas em consideração nas

abordagens do desenvolvimento, sendo assim buscadas atividades que possuam capacidade de gerar sinergias, dinamizar e alavancar as economias locais.

1.2 As diferenças entre crescimento e desenvolvimento

Passamos agora a analisar algumas questões que envolvem o crescimento econômico e o desenvolvimento, principalmente procurando ressaltar que existem diferenças fundamentais entre os dois conceitos e que devido a essas não podemos confundir um com o outro. Após isso entramos mais especificamente no conceito de desenvolvimento local, pois compreendê-lo é essencial para entendermos a opção de alguns municípios pelo turismo.

O crescimento econômico se constituiu numa preocupação constante para todos os povos, sendo que o objetivo principal de todos os governos era manter e aumentar o poder dos soberanos e não melhorar a qualidade de vida de sua população. Nesse sentido, conforme Souza (1993), o crescimento econômico foi uma preocupação muito mais antiga que a relacionada ao desenvolvimento.

A confusão que é feita entre os conceitos de crescimento e de desenvolvimento é ainda bastante comum na sociedade contemporânea, principalmente com estes dois termos sendo muitas vezes considerados como sinônimos. No entanto, em nosso entendimento eles possuem conceitos diferentes, sendo que aqui buscaremos deixar clara essa distinção.

De acordo com Souza (1993), não se deve confundir desenvolvimento com crescimento, pois os resultados de uma expansão na economia podem não beneficiar a população como um todo, podendo acontecer os seguintes efeitos perversos:

- a) transferência do excedente para outros países; b) apropriação do excedente por poucas pessoas no próprio país; c) os salários continuam extremamente baixos; d) as empresas tradicionais não conseguem desenvolver-se pelo pouco dinamismo do setor de mercado interno; e) não se implantam atividades ligadas às empresas que mais crescem, exportadoras ou de mercado interno (SOUZA, 1993, p. 16).

Segundo o autor, “o desenvolvimento é definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida, incluindo maior consumo de produtos e serviços básicos para o conjunto da população” (SOUZA, 1993, p. 18). Assim, é insuficiente considerar apenas o valor da renda per capita para comparar o desenvolvimento entre países e regiões.

O reducionismo que está contido na idéia de crescimento econômico precisa ser vigorosamente refutado. Para Souza (2002), a evolução tecnológica e uma maior produção de bens seriam apenas meios para tornar mais justa e legítima uma sociedade. Nesse sentido, o termo desenvolvimento deve designar “*um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima*” (SOUZA, 2002, p. 18, grifo do autor).

O referido autor coloca que o progresso técnico e o crescimento econômico são totalmente insuficientes na definição do que seja desenvolvimento. Ele considera a questão do desenvolvimento por intermédio de um conceito mais abrangente, o de desenvolvimento socioespacial, entendido “como um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadores de maior felicidade individual e coletiva” (SOUZA, 2002, p. 19). Nesse sentido “o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, econômica, política) e, também, do espaço natural e social” (p. 19).

O crescimento da economia é importante no processo de desenvolvimento, mas de modo algum é suficiente para alçar tal condição, pois os objetivos do desenvolvimento vão muito além da simples multiplicação da riqueza produzida. A idéia de desenvolvimento no contexto histórico em que surgiu, de acordo com Sachs (2004, p. 13), “implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres”.

De acordo com Souza (1993, p. 201):

A própria definição do termo desenvolvimento, ao ser diferenciado de crescimento, traz implícita a idéia de transformação e de evolução. Isso se explica por que a palavra incorpora a noção de mudanças de estruturas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, enquanto no termo crescimento está implícita apenas a idéia de expansão quantitativa.

Para Cavalcanti (1995), a distinção entre crescimento e desenvolvimento é bem conhecida. No entanto, existe uma tendência a igualar os dois conceitos quando se fala sobre progresso. Isso é o que se quer dizer quando propostas de desenvolvimento são discutidas nos países menos desenvolvidos ou quando se alude, como no Brasil, à necessidade da “retomada do desenvolvimento”.

Ainda, segundo o autor, ninguém se arrisca a propor que o Produto Interno Bruto (PIB) permaneça constante enquanto mudanças estruturais estejam sendo realizadas. Na

verdade, o que está em jogo é a busca da redução das desigualdades e a melhoria na qualidade de vida, sendo que, toda pessoa deseja ser feliz, viver uma longa vida e alcançar a plena realização de si próprio. O desenvolvimento pode levar a tais objetivos, sem que seja necessário aumentar a posse de bens para que uma pessoa se sinta mais feliz. No entanto, a possibilidade de se ter mais e mais de cada coisa converteu-se no fim supremo do progresso.

Como estamos percebendo o conceito de crescimento não pode ser confundido com o de desenvolvimento, pois este é muito mais amplo, além de englobar outras variáveis. Nesse sentido, de acordo com Sachs (2004, p. 14), “em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância”.

O conceito de desenvolvimento é muito mais abrangente que o conceito de crescimento, sendo que sua natureza é essencialmente qualitativa. De acordo com Sirgado (1990, p. 94), o desenvolvimento pode ser entendido num duplo sentido: “(a) enquanto processo estrutural de uma sociedade progressiva; (b) como estágio a atingir (imbuído de um propósito de natureza ideológica)”.

Assim, muito mais importante que crescimento é alcançar o desenvolvimento, pois segundo Cavaco (1999a, p. 98):

[...] para lá do crescimento econômico, identificado com o aumento global da produção e de riqueza, importa o desenvolvimento, que é simultaneamente econômico e social e também territorial, e que envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos.

No entanto, Rivero (2002) coloca que o desenvolvimento foi um dos mitos mais persistentes da segunda metade do século XX. Todos os tecnocratas estavam convencidos que podiam alcançar o desenvolvimento, bastando para isso “aplicar as teorias e políticas certas para criar valor agregado, acumular, decolar e consumir em massa” (p. 126). Entretanto, a maioria dos países continua na mesma situação, ou pior, tiveram um aumento em sua pobreza. Só um número muito pequeno de países conseguiu sair da pobreza generalizada e melhorar o nível de vida da população.

O autor acrescenta ainda que o mito do desenvolvimento persiste devido às suas conotações quase religiosas de esperança e salvação da pobreza, mesmo a experiência

mostrando que a maioria dos países não consegue se desenvolver. Segundo ele “a natureza mítica do desenvolvimento leva os políticos das sociedades pobres a insistirem em ‘fechar a brecha’ que os separa das sociedades industrializadas capitalistas, tentando reproduzir sociedades de consumo nacionais insustentáveis e sem chances de financiamento” (RIVERO, 2002, p. 128).

Não concordamos que o desenvolvimento seja um mito. Na verdade, o que precisaria ocorrer é uma mudança de enfoque, do aumento da riqueza de uma sociedade para a forma como esta é distribuída. Nesse sentido, uma sociedade poderia melhorar seu nível de vida sem que houvesse maior acumulação de riqueza, bastaria que esta fosse distribuída com mais igualdade. Isso pode ser considerado uma utopia, principalmente se considerarmos que a “teoria do bolo”² está ainda bastante viva nas concepções de muitos dos responsáveis pelas políticas públicas.

Entendemos também como Veiga (2005, p. 56), que o crescimento econômico é muito importante no processo de desenvolvimento, “mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa”.

O fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. Aliás, é preciso taxas mais altas de crescimento econômico para acelerar a reabilitação social, uma vez que é mais fácil operar nos acréscimos do PIB que redistribuir bens e rendas numa economia estagnada (SACHS, 2001).

De acordo com Sachs (2004, p. 117), o processo de desenvolvimento possui duas vertentes que precisam ser compatibilizadas:

- em nível econômico, trata-se de diversificar e complexificar as estruturas, logrando, ao mesmo tempo, incrementos significativos e contínuos da produtividade de trabalho, base do aumento do bem-estar;
- em nível social, deve-se, ao contrário, promover a homogeneização da sociedade, reduzindo as distâncias sociais abismais que separam as diferentes camadas da população.

² Tese de que primeiro era preciso o bolo (riqueza nacional) crescer para depois distribuir, a qual foi amplamente difundida durante a ditadura militar brasileira.

Conforme Cavalcanti (1995), não é fácil pensar em renunciar ao crescimento, mesmo porque o aumento da riqueza é sempre apontado como o caminho para se combater a pobreza e a miséria. Todavia, o que normalmente não é considerado é que a pobreza também pode ser combatida e reduzida por outros meios, como a redistribuição da renda e da riqueza e o planejamento familiar.

Uma das formas mais utilizadas para classificar e comparar os países quanto ao bem estar de suas populações era através do cálculo do PIB per capita, ou seja, o nível de vida da população de um país era medido com base apenas num indicador econômico de riqueza, não levando em conta como esta estava distribuída entre a população. Assim, um país era considerado tanto mais desenvolvido quanto maior era seu PIB per capita.

No entanto, o progresso humano e as condições de vida da população não podem ser mensurados com base apenas na riqueza que é produzida, mas também e principalmente, em como esta é distribuída, sendo assim fundamental que se utilizem medidas sócio-econômicas mais abrangentes.

Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado por Mahbub ul Haq para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no início da década de noventa do século passado, tendo como objetivo avaliar de forma mais abrangente o bem estar e as condições de vida de uma população.

O IDH é o resultado da combinação de três componentes básicos: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer e que reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população; educação, resultado da combinação da taxa de alfabetização de adultos (com peso 2/3) e da taxa de matrícula nos três níveis de ensino, fundamental, médio e superior (com peso 1/3); e renda, baseada no PIB per capita, o qual é ajustado ao custo de vida do país ou região através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC), assim podendo ser possível a comparação entre os diferentes países e regiões.

O índice varia entre 0 (pior) e 1 (melhor), sendo assim tanto maior o nível de desenvolvimento de um país quanto mais próximo de 1 ele estiver. Assim os países são classificados em três categorias: Baixo Desenvolvimento Humano (0 a 0,5); Médio Desenvolvimento Humano (0,5 a 0,8); e Alto Desenvolvimento Humano (0,8 a 1).

O Brasil, segundo esta classificação do PNUD, é considerado um país de médio desenvolvimento humano, sendo que o índice passou de 0,696 em 1991 para 0,766 em 2000, ocorrendo assim uma melhora de 10,1 % neste índice.

Nesse sentido, Veiga (2005, p. 18) coloca que a partir do momento em que surgiu o IDH com o objetivo de evitar a utilização exclusiva do critério econômico para comparar o

desenvolvimento entre os países, “ficou muito esquisito continuar a insistir na simples identificação do desenvolvimento com o crescimento”.

O IDH foi um grande avanço na busca de se compreender o que é o desenvolvimento, no entanto, o próprio PNUD admite ser esse apenas um ponto de partida, lembrando que o processo que envolve o desenvolvimento é muito amplo, sendo difícil de ser captado por uma simples medida, pois não inclui outras variáveis que precisariam ser consideradas (VEIGA, 2005).

Historicamente houve concentração dos resultados do crescimento econômico, pois, infelizmente, segundo Sachs (2004, p, 118), “o crescimento econômico promovido pelas forças do mercado traz, mesmo quando bem-sucedido em nível econômico, resultados sociais opostos aos almejados: as diferenças sociais aumentam, a riqueza se concentra na mão de uma minoria, com marginalização simultânea de uma parcela importante da população”.

Nessa mesma linha Veiga (2005, p. 80) coloca que o desenvolvimento não tem sido a regra geral, mas sim uma exceção histórica, “ele não é o resultado espontâneo da livre interação das forças de mercado. Os mercados são tão somente uma entre as várias instituições que participam do processo de desenvolvimento”.

Ainda segundo o autor, existem três explicações básicas sobre o que é desenvolvimento. Duas delas são consideradas mais simples: uma primeira que simplifica essa tarefa e coloca o desenvolvimento como sinônimo de crescimento; e a segunda aponta o desenvolvimento como sendo uma ilusão, um mito ou uma manipulação ideológica. Já uma outra explicação recusa estas duas primeiras, sendo considerado o “caminho do meio”, ou seja, um caminho que rejeita a redução do desenvolvimento ao crescimento e ao mesmo tempo descarta a crença em que o desenvolvimento não seja possível de ser alcançado. Esta terceira via tem como base o trabalho de Sen (2000) “Desenvolvimento como liberdade”.

De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento é entendido como um processo de expansão das liberdades reais das pessoas. Nessa perspectiva, a industrialização e o progresso técnico podem contribuir substancialmente para aumentar a liberdade humana. Mas aí reside a grande diferença, a liberdade humana depende de outras influências, principalmente de uma variedade de instituições sociais, que contribuem no aumento e na sustentação das liberdades individuais.

Nesse sentido, para se ter realmente desenvolvimento, é necessária a remoção das principais fontes de privação de liberdades, ou seja, a “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18).

Concatenado com as idéias de Sen, Veiga (2005, p. 81) coloca que “o desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas”.

Assim, além do crescimento da riqueza, possibilitado pela industrialização e pelo progresso técnico, interessa como os resultados desse crescimento são distribuídos para a população e qual sua contribuição na ampliação das possibilidades das famílias de terem acesso aos serviços básicos e em que magnitude conseguem melhorar as suas condições de vida.

Consideramos então que para determinado local estar em processo de desenvolvimento, pressupõe que a grande maioria da sua população, e não somente uma parte dela, esteja tendo seu nível e qualidade de vida melhorados. O simples crescimento da economia local não significa então que esteja havendo desenvolvimento.

Nesse contexto, surgiram também subdivisões e adjetivos em relação ao desenvolvimento, como: local, sustentável, endógeno, alternativo, rural, etc. Todos eles motivo de muita discussão, mas que não serão aqui objeto de análise. Buscaremos dar ênfase à reflexão sobre o processo denominado “desenvolvimento local”, pois “local” é o adjetivo que mais aparece quando se aborda o turismo no espaço rural.

1.3 O desenvolvimento local

O nível local é onde se sentem os problemas que mais interferem na vida tanto individual como coletiva, devendo ser, portanto, o campo privilegiado de atuação dos agentes de desenvolvimento na execução de suas estratégias. Conforme Sirgado (1990, p. 128), “o nível local assume, assim, um papel muito importante na condução do desenvolvimento, uma vez que constitui como o âmbito privilegiado de afirmação das estratégias dos agentes activos”.

Para Buarque (2002), o desenvolvimento local pode ser considerado como um processo endógeno de mudança, que pode levar ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para que possa ser sustentável, deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia

local. Ao mesmo tempo deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas próprias capacidades e potencialidades, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

De acordo com Melo (2002, p. 517):

A idéia fundamental do ‘desenvolvimento local’ e das políticas que têm por objectivo promovê-lo é, assim, a de que mesmo num mundo onde os espaços econômicos e os territórios estão muito interligados e são muito interdependentes há alguma margem de manobra para um pequeno território desencadear e fortalecer processos de melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

É fundamental o reconhecimento de que todos os territórios possuem recursos que devem ser base de seu processo de transformação. Nesse sentido, a mobilização e a animação de um território em torno de uma proposta de desenvolvimento local vai depender das suas especificidades. Conforme Schmidt; Schmidt e Turnes (2003, p. 291) as ações empreendidas deverão buscar “a criação e a acumulação de conhecimentos e de sinergias entre os atores locais; a identificação e a adoção de símbolos que conduzem à criação de uma identidade territorial; além de criar e consolidar arranjos institucionais capazes de democratizar a gestão do processo de desenvolvimento local”.

Para Yruela e Guerrero (1994), o desenvolvimento local significa em primeiro lugar a mobilização dos recursos ociosos, ou seja, recuperar atividades produtivas existentes que foram abandonadas e/ou oportunizar aquelas que nunca foram aproveitadas. Em segundo lugar, consiste em descobrir essas possibilidades não somente nos lugares onde elas se encontram desaproveitadas, mas também em outros locais. Em terceiro lugar, é muito importante identificar, estimular e apoiar as pessoas capazes de desenvolver as atividades em prol do desenvolvimento. E em quarto lugar, consiste em mobilizar o conjunto de fatores identificados no contexto local.

O envolvimento e a mobilização dos atores de determinado território é que vão possibilitar o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento local, pois assim serão valorizados os recursos locais, revitalizada a auto-estima e aumentadas a capacidade produtiva e de controle. Segundo Schmidt; Schmidt e Turnes (2003, p. 291), “a criação de ‘estados de mobilização’ orientados para a transformação da realidade é a primeira condição para que as mudanças que advirão sejam sustentáveis (política, social e ambientalmente)”.

Sirgado (1990) analisando os processos de desenvolvimento local e o planejamento aplicado a esta escala, identifica uma relativa desvalorização de conceitos tradicionalmente utilizados e a valorização de outros conceitos, que podem ser observados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Conceitos a desvalorizar e conceitos a valorizar.

Conceitos a desvalorizar	Conceitos a valorizar
Quantidade	Qualidade
Crescimento	Desenvolvimento
Unicidade	Pluralidade
Especialização	Diversificação / Flexibilização
Tradição	Modernização / Inovação
Isolacionismo	Estruturacionismo / Multidimensionalismo

Fonte: Sirgado (1990, p. 145).

O que pode ser destacado num projeto de desenvolvimento local é a possibilidade de articulação, a partir de iniciativas dos governos locais, de um conjunto heterogêneo de forças sociais locais em torno de um projeto comum, além de se poder canalizar toda a energia para o aproveitamento das oportunidades locais, viabilizando com isso a produção de especialidades, eliminando atravessadores, estimulando micro e pequenas empresas, formas cooperadas de produção e comercialização de produtos e serviços, enfim, articulando e estimulando uma série de iniciativas que abram novas oportunidades de trabalho, mercado e distribuição de renda (BAVA, 1996).

De acordo com Bava (1996), é fundamental que se identifique o município como a unidade política que atua sobre uma base territorial. Um projeto de desenvolvimento local, que consiga articular e mobilizar os atores locais, precisa ser apoiado nas iniciativas da sociedade civil, necessitando, no entanto, do estímulo e da articulação dos governos locais para se tornar viável.

Buarque (2002) coloca que o desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, sendo capaz em localidades periféricas, de romper a dependência e a inércia características do subdesenvolvimento e do atraso, promovendo assim, uma mudança social no território. Especialmente em regiões e municípios pobres, o que deve ser buscado com afinco, é o aumento da renda e da riqueza locais, por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas, vale dizer, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e, no limite, nos mercados globais. Para o autor, é apenas com uma

economia eficiente e competitiva, com capacidade de gerar riqueza local sustentável, é que se pode falar efetivamente em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de transferência de rendas geradas em outros espaços.

Conforme o autor, as estratégias para promoção do desenvolvimento local devem se estruturar em, pelo menos, três grandes pilares:

[...] organização da sociedade, contribuindo para a formação de capital social local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e reestruturação e modernização do setor público local, como forma de descentralização das decisões e elevação da eficiência e eficácia da gestão pública local. Tudo isso associado com alguma forma de distribuição de ativos sociais, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e pela capacitação tecnológica. As mudanças que decorrem desses três processos e a sinergia gerada no conjunto do tecido social viabilizam o desenvolvimento local de forma consistente e sólida (BUARQUE, 2002, p. 27).

Ainda segundo o autor, o desenvolvimento local constitui um movimento com forte conteúdo interno e que depende diretamente da capacidade e potencialidade dos atores locais. É necessário, no entanto, ressaltar que o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influências e pressões tanto positivas como negativas, sendo que se deve trabalhar essas influências e aproveitar os fatores dinamizadores externos.

Do mesmo modo, Melo (2002) observa que não há receitas universais na busca do desenvolvimento local, pois “cada território apresenta as suas próprias especificidades, constitui um resultado muito próprio da articulação entre uma geografia, uma evolução histórica e uma trajetória econômica que o torna diferente de todos os demais” (p. 522). Além disso, destaca que não tem sentido a idéia de uma política nacional de desenvolvimento local, podendo haver, no entanto, programas nacionais com a finalidade de apoiar as iniciativas locais, principalmente disponibilizar os instrumentos necessários aos agentes locais de desenvolvimento.

Para Salgado (1996) é ingênuo considerar que os governos municipais estejam produzindo interferências que mudem completamente as condições locais, principalmente no que se refere à economia, fazendo desaparecer os problemas da vida dos cidadãos. A crise é profunda e, entre outras conseqüências, diminui os possíveis investimentos do poder público e tem impacto determinante na questão da geração de emprego e renda. No entanto, é inegável

que há ações que promovem o desenvolvimento e buscam a melhoria de condições de vida da população, transformando a relação de dependência do social ao financeiro e, ao mesmo tempo, procurando implantar formas de intervenção no desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento local, por definir uma base territorial, já chama a atenção para a questão das particularidades. Nesse sentido ao se considerar por local a menor unidade política da federação, tem-se então o município designado como sendo a base territorial. Entretanto, essa proposta de desenvolvimento não deve ser entendida como uma transferência de responsabilidades sem o correspondente suporte financeiro e de capacidade de gestão, ou seja, os Estados nacionais não devem apenas transferir a gestão do conflito social e das carências para os governos municipais (BAVA, 1996).

É de suma importância que, ao se buscarem soluções para os problemas municipais, se procure conhecer a realidade e as práticas que ali já estão sendo desenvolvidas, pois isso pode representar um maior êxito na resolução das questões de desenvolvimento local e regional (SALGADO, 1996).

Nessa perspectiva, Dowbor (1999, p. 81) observa que “a atribuição de maiores recursos ao município e a organização da participação da comunidade nas decisões sobre as formas de sua utilização constituem a melhor política [...] para adequar o desenvolvimento às necessidades da população”.

O que fica evidente é que, primeiramente, deve haver uma mudança de mentalidade e isso passa por uma outra formação das pessoas. Saber distinguir crescimento de desenvolvimento é importante, mas o fundamental mesmo é priorizar as políticas que efetivamente promovam o desenvolvimento. Nesse sentido, o local parece ser a dimensão mais adequada para emergir um processo de mudança de mentalidade e de redirecionamento das ações, principalmente quando consideramos o contexto do espaço rural.

O enfoque local do desenvolvimento pode ser adotado em contextos muito variados, sendo pertinente associá-lo as novas tendências sobre o desenvolvimento rural. A constatação de que o desenvolvimento de muitas áreas rurais não pode repousar por mais tempo somente sobre a atividade agropecuária e a necessidade igualmente reconhecida de facilitar meios para que isso não contribua para a desertificação demográfica das áreas rurais, tem suscitado o estímulo a atividades complementares e até mesmo diferentes das tradicionalmente desenvolvidas (YRUELA; GUERRERO, 1994).

O local é, portanto, o espaço mais indicado para ser implementada uma política de desenvolvimento que realmente considere as particularidades e potencialidades existentes, tendo a própria população como protagonista da melhoria das suas condições de vida. Isso

passa por um rigoroso diagnóstico e identificação de um conjunto de atividades que poderão compor as estratégias de desenvolvimento. Nesse contexto, o turismo frequentemente é apontado não só como uma atividade a mais nesse processo, mas muitas vezes como o possível grande promotor do desenvolvimento local, principalmente em áreas pouco desenvolvidas.

1.4 Do tempo livre ao tempo de lazer

As várias transformações, umas mais lentas e outras mais rápidas, se tornaram mais visíveis nos últimos tempos, sendo que, é principalmente ao longo do século XX que o processo de mudança ganha em velocidade. Essas mudanças são verificadas em todas as coisas, mas são mais perceptíveis nas ciências com reflexo mais intenso na economia. De acordo com De Masi (2000a), muitos países do mundo passaram nos últimos séculos por três fases. A primeira, muito longa - durou aproximadamente sete mil anos - caracterizada pela produção rural e que se estendeu até o final do século XVIII. A partir daí, e no decorrer de todo o século seguinte, desenvolveu-se a chamada sociedade industrial, que durou em torno de 200 anos. Já a terceira, a qual vivemos, é denominada de sociedade pós-industrial. Na primeira fase o centro do sistema social era ocupado pela produção rural, enquanto que na sociedade industrial girava em torno da produção de bens industriais em grande escala e onde os valores eram o racionalismo e a produtividade. Na sociedade pós-industrial, que aprecia a flexibilidade e a criatividade, o que predomina é a produção de bens imateriais, como serviços, informação, estética, símbolos e valores.

Vários fatores foram determinantes para essa grande transformação, com destaque para três. O primeiro fator de mudança foi o desenvolvimento tecnológico e a grande velocidade com que vem ocorrendo. Em segundo lugar tem-se o desenvolvimento organizacional, primeiro atingindo o trabalho, depois a escola, a sociedade e o tempo livre. Por fim tem-se a globalização e todas as suas implicações (DE MASI, 2000a).

O processo de industrialização pode ser considerado como divisor de águas entre o estágio tradicional e o moderno, sendo que a transição é marcada pela ruptura entre a vida em sua totalidade e o lazer. Esses estágios constituem um *continuum* ou podem estar presentes dentro da mesma sociedade. Na sociedade tradicional, com características marcadamente rurais, não havia separação entre as várias esferas da vida do homem, não havendo

caracterização do binômio trabalho/lazer. Já na sociedade moderna, se acentua a divisão social do trabalho, com especialização e fragmentação, ocorrendo mudança na convivência das pessoas e despersonalização das relações, passando a caracterizar-se o binômio trabalho/lazer (MARCELLINO, 1983).

Na concepção de Requixa (1977), é a partir do momento que o país se urbaniza, se industrializa, desenvolve os meios de comunicação de massa e a sociedade moderna se sobrepõe à tradicional, que surge e principalmente se fortalece o lazer de massa. Nesse contexto, ainda permanecem, mas vão perdendo parte de sua função social, as manifestações lúdico-folclóricas e lúdico-religiosas, estas últimas, no entanto apresentando maior resistência.

O tempo fora do trabalho é tão antigo quanto o trabalho, no entanto o lazer possui características específicas que são também da sociedade nascida na Revolução Industrial, que teve início no século XVIII na Inglaterra. De acordo com Dumazedier (1979, p. 2), para que o lazer fosse possível à maioria dos trabalhadores, tiveram que se realizarem duas condições prévias:

- a) As atividades da sociedade não mais são regradas em sua totalidade por obrigações rituais impostas pela comunidade. Pelo menos uma parte destas atividades escapa aos ritos coletivos, especialmente o trabalho e o lazer. Este último depende da livre escolha dos indivíduos, ainda que os determinismos sociais se exerçam evidentemente sobre esta livre escolha.
- b) O trabalho profissional destaca-se das outras atividades. Possui um limite arbitrário, não regulado pela natureza. Sua organização é específica, de modo que o tempo livre é bem nitidamente separado ou separável dele.

O avanço tecnológico característico da Revolução Industrial acentuou a divisão do trabalho. Para Marcellino (1983, p. 14) “o lazer é resultado dessa nova situação histórica – o progresso tecnológico, que permitiu maior produtividade com menos tempo de trabalho”. Com essa redução no tempo de trabalho e o conseqüentemente aumento do tempo livre, o lazer surge como resultado das reivindicações sociais pela distribuição desse tempo.

O progresso técnico, entendido como a redução da mão-de-obra necessária para produzir uma mesma mercadoria no mesmo espaço de tempo, ou a redução do tempo para produzir a mesma mercadoria com a mesma quantidade de trabalho, foi o grande responsável pela possibilidade de redução da jornada de trabalho e conseqüentemente o aumento do tempo livre.

Esse progresso não se refletiu apenas na redução do tempo de trabalho e conseqüente aumento do tempo livre, mas principalmente na diversificação da utilização desse tempo. O

que sem dúvida contribuiu para isso foram alguns reflexos do progresso técnico, com destaque para as facilidades de comunicação e locomoção.

As lutas e as conquistas dos trabalhadores possibilitaram o reconhecimento público de que o tempo livre era uma necessidade social, e que era importante oferecer condições favoráveis para que os trabalhadores pudessem partilhar com seus familiares um tempo de repouso e lazer. De acordo com Andrade (2001a, p. 16) eram poucos que “por espírito de justiça, intuição, ou para preservar sua força de trabalho, concediam algum tempo para o repouso e para o lazer. Porém, não passava de concessão ou favor, o que, atualmente é lei”.

O reconhecimento de que o tempo livre é necessário para que os trabalhadores possam repor suas energias não tem história muito antiga. Foi muito lenta a mudança de mentalidade e o reconhecimento de que o trabalho não deveria escravizar os trabalhadores e que a dignidade humana deveria ser respeitada. Aliás, essa mudança além de demorada, motivou muitos conflitos, sendo uma conquista dos trabalhadores, possível somente a partir da organização destes para a reivindicação de seus direitos.

É importante definir o que é tempo livre, pois é a partir e dentro deste, que estão as atividades de lazer. Segundo Requiza (1977, p. 29) “o tempo livre é a condição ‘sine qua non’ para a existência do lazer”.

Nesse sentido, Andrade (2001a, p. 47) define o tempo livre como sendo “a pausa na preocupação ou na dedicação produtiva de tarefas sistemáticas que dizem respeito aos diversos atos ou procedimentos relativos ao conjunto de cargos, funções e atividades, lucrativas ou não, em termos de ganhos de bens diversos, sejam estes materiais ou não”.

Dumazedier (1975) faz uma distinção importante entre tempo ocioso, tempo desocupado e tempo liberado. O tempo ocioso é escolhido, é um tempo de ociosidade, de ausência de trabalho, enquanto o tempo desocupado é o tempo do desemprego, ou seja, não é escolhido nem é fruto de sua relação com o trabalho. Já o tempo liberado é a condição da produção do lazer, supondo a existência do trabalho e a produtividade deste, que permite liberar tempo produzindo mais e trabalhando menos. É, portanto, o oposto do tempo desocupado.

A concepção do tempo livre foi elaborada na sua relação com o trabalho, onde num primeiro momento a preocupação se dava em relação à proporção de tempo livre sobre o tempo de trabalho, sendo atribuído a este último um valor muito maior. Hoje a atenção está voltada para a constituição do tempo livre, ou seja, pelas atividades que ali são realizadas.

De acordo com Camargo (1992), conquistou-se, através das lutas dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, um tempo livre diário, mas também semanal, anual

(férias) e existencial (quando da aposentadoria), caracterizado como lazer do fim do dia, o lazer do fim de semana, o lazer do fim de ano e o lazer do fim da vida.

O tempo que passou a ser destinado às férias proporcionou também uma liberdade de escolha para que as pessoas decidissem como melhor utilizar esse tempo, pois estas passaram a dispor de um período relativamente prolongado em cada ano, além dos recursos financeiros que possibilitaram que fossem realizados dispêndios com transporte, hospedagem e serviços não habituais no decorrer da vida cotidiana. A tendência de generalização do direito a férias pagas segundo Sirgado (1990, p. 59), “foi fundamental no sentido de tornar o turismo um fenômeno de grande amplitude social, desvanecendo o carácter elitista que tradicionalmente lhe estava associado e tornando-o cada vez mais uma actividade de massas, a caminho da universalidade”.

O lazer, como escreve Andrade (2001a, p. 21), é fundamental para que o ser humano possa ter uma vida equilibrada, saudável e produtiva, sendo “indispensável à conservação e ao dinamismo regular do ecossistema humano, cujo ponto ideal de produtividade se manifesta nas atividades espontâneas e nas atividades planificadas de expansão e de retração, de tensão e de relaxamento”.

Com a utilização cada vez maior de máquinas na produção, em substituição ao trabalho humano, o esforço físico é reduzido, mas ao mesmo tempo induz à fadiga psíquica. Para Bacal (2003, p. 82) “o ritmo vital tende a ser substituído pela monotonia, não só em decorrência do trabalho, mas também como resultado de toda uma existência mecanizada, que se constitui pela repetição dos mesmos movimentos musculares e de idênticas imagens mentais”.

De Masi (2001) destaca que o homem vive hoje em uma sociedade pós-industrial. Enquanto que na sociedade industrial a principal característica da economia era a produção de bens materiais e para isso a produtividade era um fator fundamental, na pós-industrial o importante é a produção de idéias. Para o autor “através do direito ao trabalho, o homem realizou a sua condição industrial; através do direito ao ócio, o homem realiza a sua condição pós-industrial” (p. 14).

O trabalho perdeu o papel central que ocupou durante o período em que o homem viveu na sociedade industrial. Na sociedade pós-industrial é a produção de idéias que ganha destaque e, segundo De Masi (2000a), para que isso aconteça o ócio é imprescindível. Não o ócio que é dissipador e alienante, mas o ócio criativo, que permite sentimentos de liberdade, felicidade, com a mente muito ativa.

Houve alteração do valor dos termos do binômio trabalho – tempo livre. Enquanto na sociedade industrial a relação era trabalho – tempo livre, ou seja, o trabalho vinha sempre em primeiro lugar, na sociedade pós-industrial, a relação se inverteu para tempo livre – trabalho, sendo as atividades laborais o meio para se conseguir usufruir o tempo livre. Conforme Bacal (2003, p. 71), “o progresso se revela na deterioração da mística do trabalho, que cedeu seu lugar à valorização das atividades realizadas no tempo livre, isto é, dos lazeres”.

O trabalho, na civilização pós-industrial, é colocado como um meio para que os trabalhadores possam usufruir das atividades de lazer. Isso resultou de uma nova cultura do trabalho, onde houve uma grande mudança na atitude valorativa das ações humanas (BACAL, 2003).

Nas últimas décadas o tempo livre tornou-se um fenômeno de massa. Quando este tempo era escasso, era fácil encontrar uma maneira de ocupá-lo bem, mas agora, com muito mais tempo livre é preciso uma preparação séria para que as pessoas não caiam na angústia do tédio (DE MASI, 2001).

Para Camargo (1992, p. 51) “[...] esse tempo livre, para a maior parte da população, vem sendo utilizado com intensidade crescente para o exercício de atividades voluntárias, desinteressadas, hedonísticas e liberatórias, chamadas de lazer”. As atividades de lazer são então uma escolha que cada pessoa faz, sem interesse e buscando algum prazer.

A partir do momento em que o trabalhador foi dispendo de um tempo cada vez maior em relação a jornada de trabalho, para, entre outros, recuperar-se do esforço físico das atividades laborais, também passa a utilizar esse tempo de outras formas. Nesse contexto, o trabalhador além do tempo necessário para descansar, também dispõe de um tempo para usar da forma como melhor entender, ou seja, em atividades ou não.

Sirgado (1990) identifica nas sociedades desenvolvidas ocidentais nove tipos de usos do tempo que são elencados a seguir:

- Tempo de trabalho: que pode ser remunerado e não remunerado (tarefas domésticas, jardinagem, etc.);
- Tempo de circulação: destinado a utilização de transportes;
- Tempo de formação profissional: que é dedicado à vida profissional e à valorização intelectual;
- Tempo de valorização individual: dedicado a atividades motivadas pela necessidade de progresso intelectual ou físico dos indivíduos;
- Tempo de vivência política e associativa: norteado por preocupações de inserção e intervenção no quadro da vida social, política e associativa;

- Tempo de obrigações burocráticas de cidadania: destinado a formalidades burocráticas inerentes à inserção individual no contexto de seu município, estado e nação;
- Tempo de necessidades vitais: que engloba o sono, alimentação, higiene, saúde, etc.;
- Tempo de divertimentos: que está relacionado com ocupações de natureza lúdica, especialmente jogos e diversões de vários tipos;
- Tempo específico de lazer: utilizado em práticas ligadas ao descanso, leitura, participação em espetáculos, visita a museus e exposições, passeios, práticas turísticas, etc.

Na opinião de Dumazedier (1975) o mundo moderno reencontrou uma nova ética entre o trabalho e o lazer, onde os valores relacionados ao trabalho têm sua importância reduzida, enquanto que os valores do lazer ganham em importância, ocupando um lugar maior na vida das pessoas.

É necessário destacar também a diferença de significado que existe entre ócio e lazer, pois, como coloca Requiza (1980), o relacionamento do lazer com um não-fazer, deriva justamente da distinção não claramente percebida entre os dois. Segundo ele “o ócio possui um significado diferente do lazer. Primeiramente, deve ser entendido como um não-fazer, ao passo que o lazer, antes de tudo, é reconhecidamente uma ocupação, um fazer” (p. 36).

Também para Rodrigues (1999a) não deve haver confusão entre os conceitos de ócio e lazer, pois o ócio significa não realizar nenhum tipo de atividade, enquanto o lazer supõe justamente o consumo do tempo realizando alguma atividade.

Tanto o ócio como o lazer são tempos fora do trabalho, no entanto nas palavras de Dumazedier (1979, p. 236) “o lazer não é ociosidade, pois ele supõe, antes de mais nada, a presença do trabalho profissional, ao passo que a ociosidade supõe em primeiro lugar a negação deste”. O lazer é então uma parte do tempo livre, quando se retira deste as obrigações sócio-políticas e sócio-espirituais.

Nesse sentido, segundo Requiza (1980), o lazer deve ser então entendido como uma ocupação:

O lazer, como o trabalho, é também uma ocupação. Para o trabalho, entretanto, prepondera o aspecto de obrigação, de constrangimento social; o indivíduo obedece a um tempo que lhe é imposto, realizando uma tarefa que lhe é determinada. Em uma situação de lazer, ao contrário, ele dispõe livremente de seu tempo, fazendo o que lhe agrada. O tempo de lazer é natural, subjetivo. O homem se imerge nele e nele se deixa viver (p. 38).

É necessário compreender a mudança de concepção em relação ao tempo de lazer, que ele deixa de ser apenas um tempo de repouso reparador da fadiga do trabalho, passando

também a ter um valor em si e sendo um tempo de atividade. A produção do tempo de lazer não é consequência somente do tempo liberado pela redução do trabalho profissional, mas também se deve levar em consideração a redução dos trabalhos domésticos e familiares, e a diminuição do tempo do transporte entre o local de serviço e a residência (DUMAZEDIER, 1979).

Camargo (1992) apresenta as atividades de lazer classificadas em físicas, manuais, artísticas, intelectuais, associativas e turísticas, sendo que “o turismo é tido como uma das mais nobres atividades de lazer” (p. 90). No entanto, certamente se fosse realizada uma revisão mais ampla da bibliografia sobre o lazer, encontrar-se-iam diferentes classificações dessa atividade.

De acordo com De Masi (2000a) as pessoas estão cada vez mais dando atenção ao saber, ao convívio social, ao jogo, amor, amizade e à introspecção, em detrimento do dinheiro, da posse de bens materiais e do poder. Neste contexto surgem uma série de valores emergentes como: “intelectualização, emotividade, estética, subjetividade, confiança, hospitalidade, feminilização, qualidade de vida, desestruturação do tempo e do espaço e virtualidade” (p. 271).

A sociedade capitalista gradualmente expropriou o tempo de ócio, criando uma ideologia da necessidade de consumo do tempo livre, quando na verdade este tempo poderia ser utilizado, de acordo com vontade de cada um, para a contemplação. Segundo Rodrigues (1999a, p. 110) “manipulado pelo sistema capitalista, o homem é impelido a não ‘perder’ o seu tempo”.

O ócio só é considerado enquanto oportunidade de consumo, sendo controlado, desestimulado ou incentivado conforme as circunstâncias e assim transformado em objeto de manipulação pela publicidade. É um segmento da vida disputado pelos profissionais do turismo, mas não com o intuito de aumentar a felicidade dos ociosos, mas sim os lucros dos comerciantes. Quando na verdade deveria ser cultivado com uma específica ação pedagógica (DE MASI, 2001).

Nesse contexto há autores como Russell (2001), que sugeriram a redução da jornada diária de trabalho de oito para quatro horas, sendo que essas deveriam ser suficientes para que as pessoas satisfizessem suas necessidades básicas e os confortos elementares da vida. Para ele se as pessoas trabalhassem quatro horas, haveria trabalho para todos e todos teriam tempo para o lazer. A educação teria papel fundamental na capacitação das pessoas para usarem seu lazer de maneira inteligente. Isso permitiria que as pessoas tivessem vidas felizes, desaparecendo inclusive o gosto pela guerra.

Na sociedade contemporânea o tempo livre prevalece sobre o tempo de trabalho e as questões da qualidade de vida sobre o consumismo. No entanto isso ainda parece ser difícil de visualizar, principalmente nos países que não conseguiram se desenvolver. Para De Masi (1999, p. 330), o desafio do século XXI seria “como inventar e difundir uma nova organização, capaz de elevar a qualidade de vida e do trabalho, fazendo alavanca sobre a força silenciosa do desejo de felicidade”.

Fica evidente, portanto, que a relação central que se dava entre a proporção existente entre o tempo de trabalho e o tempo livre, este entendido como um tempo de descanso e lazer, teve sua importância reduzida, sendo que prevalece hoje como é distribuído e constituído esse tempo livre. E aí entra o turismo, considerado a mais “nobre” destinação que o indivíduo poderia dar ao seu tempo fora do trabalho, notadamente nos finais de semana e no período destinado as férias.

1.5 O lazer e o turismo

A Revolução Industrial pode ser considerada o grande marco do surgimento do turismo, pois é a partir daí que, por um lado, vai se tornando possível a evolução nos transportes e, por outro lado, o trabalho e sua relação com o tempo livre, passam a se tornar o elemento essencial para o crescimento desta atividade. É somente a partir da Revolução Industrial que passou a haver uma separação clara entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho. Com o passar do tempo, já no século XX, através das reivindicações por menores jornadas e melhores condições de trabalho é que foram instituídas então as férias e os finais de semana liberados, que possibilitaram o turismo passar a ser como o conhecemos nos dias atuais.

A partir da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo, onde as pessoas passam a ser conduzidas pelo ritmo das máquinas, tendo o tempo definido e estruturado racionalmente pelo empregador, é que o turismo começa a adquirir as características que possui hoje, ou seja, de um setor que está estruturado e organizado na economia e na sociedade (SOARES, 1998).

As ações de cada indivíduo na vida moderna são efetivamente reguladas pelo calendário e pelo relógio, o que gera uma utilização muito intensiva do tempo. Nesse sentido,

há um grande apelo à “evasão”, ou seja, é um grande motivador da utilização turística do tempo livre (SIRGADO, 1990).

O aumento do tempo livre, decorrente da redução da jornada de trabalho, conjugado com a alteração dos hábitos de lazer e com a evolução tecnológica, que permitiu, entre outros o grande avanço nos meios de transporte, tiveram um papel que pode ser considerado fundamental no surgimento e crescimento do turismo.

O processo de surgimento do turismo moderno é marcado pelas viagens realizadas por jovens ingleses principalmente durante o século XVIII. Essas viagens eram realizadas como parte final da formação dessas pessoas, que buscavam através delas a ampliação do aprendizado e o enriquecimento cultural.

O *The Grand Tour* ou simplesmente *The Tour*, como eram chamadas, foram viagens que duravam de seis meses a dois anos, realizadas por jovens aristocratas ingleses educados nos melhores colégios e que tinham essa viagem como complemento da sua educação. Estas pessoas eram frequentemente acompanhadas por um preceptor e tinham livros de referência (BOYER, 2003).

O que havia nessa época não pode ser considerado propriamente como turismo. De acordo com Barretto (2000), o que acontecia eram *tours*, ou seja, viagens de ida e volta, esporádicas e realizadas por uma minoria de pessoas que faziam parte da elite da época.

Um fato que é considerado o início da época moderna do turismo é a primeira excursão coletiva organizada na Inglaterra em 1841 por Thomas Cook. Esta excursão foi realizada de trem onde participaram 570 passageiros. De acordo com Dias (2003, p. 48), “o desenvolvimento do turismo moderno está diretamente relacionado com a evolução dos transportes, em particular com o crescimento da malha ferroviária”.

Segundo Barretto (2000), foram estas justamente as primeiras viagens organizadas com participação de agentes de viagens, o início do turismo moderno. Isso ocorreu no século XIX, após o começo da Revolução Industrial, sendo que o turismo deste período teve em nível nacional o trem como principal meio de transporte e em nível internacional os deslocamentos tiveram no navio um importante aliado.

Já a partir da segunda metade da década de 50 do século passado, o turismo com deslocamento aéreo passou a ser preferido ao realizado através de navios. Isso em função do menor tempo gasto no deslocamento entre os destinos e também pela introdução de tarifas mais econômicas (BARRETTO, 2000).

O turismo pode ser considerado na sociedade moderna, de acordo com Lage e Milone (2000, p. 117), como “um conjunto de atividades econômicas diversas que englobam os

transportes, os meios de hospedagem, os agenciamentos de viagens e as práticas de lazer, além de outras ações mercadológicas que produzem riquezas e geram empregos para muitas regiões e países”.

Bacal (2003) considera que o lazer turístico é uma atividade que tem como base de sua definição a presença de um tempo livre contínuo, que é estabelecido legalmente, sendo ocupado com atividades que proporcionam satisfação íntima a quem dele usufrui, de acordo, é claro, com o sistema de valores e a estrutura econômica de cada contexto.

Para Ouriques (2003, p. 21) o discurso que separa tempo de trabalho de tempo livre não considera que “o tempo de não-trabalho, na forma dos lazeres, férias, em uma palavra, turismo, é um tempo do capital, um tempo em que o sujeito que consome o turismo não deixa de reproduzir a lógica do capital”.

É importante que fique claro a distinção que existe entre lazer e turismo. Enquanto o lazer pode acontecer de várias maneiras, sem necessidade de que a pessoa esteja ligada a alguma atividade turística, o turismo só acontece quando há deslocamento do indivíduo de sua residência para outro local. De acordo com Andrade (2001b, p. 25), embora o lazer e o turismo estejam inter-relacionados, eles possuem sistemas próprios e devem ser analisados de acordo com suas particularidades, “pois há diferenças entre os dois fenômenos, mesmo que os clientes de lazer sejam os mesmos clientes do turismo”.

Nesse sentido, o lazer existe sem obrigatoriedade de qualquer tipo de vinculação com o turismo, as viagens e as hospedagens. Por sua natureza, ele independe de motivações, pois muitas vezes ele é apenas destinado para a recuperação mental e/ou física do indivíduo para recarregar suas energias após um período de trabalho.

Em contrapartida, deve-se entender que o turismo não se efetiva exclusivamente como resposta às necessidades de lazer e de repouso. No entanto, por causa das possibilidades de aproveitamento das viagens e dos eventos, ele propicia e estimula programações de lazer e entretenimento. Para Rodrigues (1999a, p. 80) “pode existir lazer sem turismo, porém turismo pressupõe deslocamento e lazer”.

Bacal (2003, p. 103) observa que “o turismo, inegavelmente, dentre os lazeres é o mais sedutor e significativo, pois contendo um tempo livre contínuo, se apresenta como espaço propício para o desempenho das atividades não impostas e para o estabelecimento de ‘relações gratuitas’”.

De acordo com Requixa (1977, p. 67):

Há duas características que homogeneizam as férias, fins de semana e turismo, do ponto de vista do lazer: em primeiro lugar, supõem um tempo livre, contínuo, ao contrário de outras atividades que podem desenrolar-se em intervalos do trabalho, ou outros compromissos; em segundo lugar, constituem, no geral, uma forma mais sofisticada de uso do tempo livre, vinculada a estágio mais avançado de bem-estar material.

Nesse sentido, o turismo por ser uma modalidade de entretenimento que além do consumo do tempo livre exige o deslocamento das pessoas e a utilização de um mínimo de equipamentos, como transporte e hospedagem, é então uma forma elitizada de lazer (CORIOLANO, 1998).

Nessa mesma perspectiva, Krippendorf (1989) coloca que vivemos em uma sociedade completamente orientada para as viagens, onde não é preciso justificativa para que uma pessoa saia nos feriados ou em uma viagem de férias. No entanto, ficar em casa torna-se difícil de justificar sem que ocorra perda de prestígio social.

O turismo de massa é característico das sociedades modernas e só pôde desenvolver-se a partir do momento em que uma série de mudanças econômicas, urbanas, infra-estruturais e de atitude imprimiram uma grande transformação nas experiências sociais de setores consideráveis da população ao longo do século XIX (URRY, 1996).

O turismo na sociedade contemporânea passou a ser considerado a principal forma de lazer e também a mais desejada pelas pessoas. Viajar, seja qual for a distância do deslocamento, passou a ser uma necessidade social. Nesse sentido o turismo é definido segundo Ignarra (2001, p. 25) como sendo “o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante”.

Conforme Bacal (2003, p. 112), o turismo “é o conjunto de atividades e relações existentes nos deslocamentos temporais voluntários, realizados pelo afastamento da morada permanente – por diferentes motivos – com intenção de retorno, e a utilização total ou parcial dos bens e serviços orientados para a satisfação dos viajantes”.

Andrade (2001b, p. 90) destaca que por sua essência “o turismo supõe viagem ou o deslocamento das pessoas de suas residências habituais a algum outro receptivo, com alguma das diversas finalidades específicas que caracterizam o fenômeno turístico, em seus âmbitos cultural e comercial”.

De acordo com a amplitude das viagens, o turismo, segundo Ignarra (2001, p. 26), pode ser classificado em:

- a) local, quando ocorre entre municípios vizinhos;
- b) regional, quando ocorre em locais em torno de 200 ou 300 km de distância da residência do turista;
- c) doméstico, quando ocorre dentro do país de residência do turista;
- d) internacional, quando ocorre fora do país de residência do turista (intracontinental ou intercontinental).

Talvez uma das características mais marcantes do turismo seja o fato de que nessa atividade não é o produto e/ou serviço que é transportado para ser consumido em outros locais diferentes de onde são ofertados, mas sim o consumidor, revestido de turista, que tem que se deslocar até o local de consumo. Nesse sentido, estão presentes múltiplos atos de consumo, que segundo Sessa (1983, p. 37), “ocorrem em ‘momentos’ diferentes. Antes como demanda de transporte, depois como demanda de produtos alimentícios, e assim por diante, mas ‘todos’ estes atos no seu ‘complexo’ constituem o produto turismo”.

Como envolve o deslocamento do consumidor ao local onde será demandado, o turismo se constitui num produto que possui, para Bacal (2003, p. 116) as seguintes características peculiares:

- Não é mercadoria a ser expedida, mas é o consumidor quem se desloca ao local de consumo;
- É um bem tangível/intangível, pois os serviços podem ser consumidos, mas não possuídos;
- É um bem fungível, na medida em que se ‘acaba’ após o uso. Seu valor residual é uma vivência e um ‘uso do tempo’;
- Os serviços turísticos não podem ser estocados, por isso os serviços ofertados e não demandados são considerados perdidos;
- O produto final é composto por um conjunto de subprodutos, que na linguagem econômica são chamados, cada um, de produto;
- Os serviços prestados por cada um desses ‘produtos’ são realizados por empresas distintas, com diferentes estruturas organizacionais e administrativas que, porém, guardam entre si uma interdependência essencial no processo turístico origem-deslocamento-destino, tornando possível o produto turístico final;
- Os serviços turísticos são baseados em equipamentos e pessoas, mas o que se destaca é o elemento humano;
- O consumo do produto turístico é representado por uma multiplicidade de atos de consumo que ocorrem em momentos distintos que, em seu conjunto, constituem a compra do produto final.

A segmentação da oferta é cada vez maior e visa atender a diversificação da demanda e suas diferentes motivações. Nesse sentido Ignarra (2001, p. 79) afirma que, em relação a oferta, o mercado turístico pode ser segmentado segundo fatores geográficos em: “a) turismo de praia; b) turismo de montanha; c) turismo de verão; d) turismo de inverno; e) turismo marítimo; f) turismo fluvial; g) turismo urbano; h) turismo rural”.

Analisando a oferta no turismo e seu respectivo poder de atração sobre a demanda, Cosmelli (1997, p. 32) chegou ao conceito de “atratividade global” de um destino turístico, que é “a capacidade global que um destino turístico tem para atrair visitantes e resulta do somatório ou da interação dos diferentes tipos de atratividade que a compõem”.

Quadro 2 – Atratividade turística de um destino.

	TIPO DE ATRATIVIDADE	FATOR
A T R A T I V I D A D E G L O B A L	ATRATIVIDADE ENDÓGENA	Produto turístico; Inovação do produto tradicional; Clima; Infra-estrutura; Qualidade; Paz; Segurança; Saúde; Hospitalidade; Acessibilidade ao destino; Acessibilidade ao produto; Promoção e imagem; Ambiente; Outros.
	ATRATIVIDADE EXÓGENA	Transportes; Paz; Catástrofes regionais; Ambiente; Clima; Existência de destinos vizinhos; Imagem da zona; Outros.
	ATRATIVIDADE COMPARADA	Preço; Qualidade; Nível de vida; Taxa de câmbio; Ambiente; Segurança; Acessibilidade; Imagem informação.

Fonte: Adaptado de Cosmelli (1997, p. 67).

Como podemos observar no quadro 2, a atratividade global é dividida em três tipos, que por sua vez dependem de uma série de fatores: atratividade endógena, que é característica do destino turístico e a ele intrínseca; atratividade exógena, que não depende de si, mas se dá em função da região em que esse se situa e do poder de atração que esta exerce na demanda; e atratividade comparada, quando um destino é comparado com outros destinos turísticos concorrentes.

O turismo se constituiu em importante atividade para a população que possui condições de viajar durante o período de férias. Cada vez mais a população mundial é motivada a conhecer outros lugares, outras culturas, a ter outras vivências. Essa demanda, que se traduz em crescimento no turismo em diversos países, faz com que esta atividade seja cada vez mais considerada nas políticas de investimento e até mesmo tomada como possível promotora de um processo de desenvolvimento.

É do turismo internacional que falamos, mas também e, principalmente, do turismo doméstico, pois o perfil da demanda do turismo no espaço rural do Brasil é basicamente composto por brasileiros. Nesse sentido, a maior parte do fluxo monetário é originária da própria região onde se localiza a oferta ou de outras regiões do estado, quando muito de outros estados próximos. O turismo no espaço rural nessa perspectiva tem como uma de suas características carrear recursos monetários para as áreas rurais, contribuindo assim para o crescimento da economia local.

1.6 O turismo como promotor do desenvolvimento?

É muito freqüente encontrarmos na bibliografia sobre o turismo a atribuição da denominação “indústria” ao setor turístico. No entanto, concordamos com Benevides (1999, p. 165), quando este afirma que, “o complexo de atividades econômicas enfeixadas na imprecisa denominação de ‘indústria do turismo’ na verdade é constituído por um grupo de ramos de atividade do chamado setor terciário da economia (serviços e comércio)”.

Nesta imprecisa designação de “indústria do turismo” reside talvez, uma das explicações para a grande importância atribuída ao turismo como impulsionador de um processo de desenvolvimento, pois durante muito tempo (e ainda hoje é) a localização de uma grande indústria em determinado local era sinônimo de desenvolvimento. Essa visão é obviamente decorrente da identificação do conceito de crescimento econômico com o de desenvolvimento, que, como vimos, embora relacionados, são termos diferentes e que englobam distintas variáveis.

Nesse contexto, uma grande parte dos trabalhos que abordam o turismo, o fazem com bastante entusiasmo, não deixando de apontar o seu potencial de alavancar e contribuir decisivamente num processo de desenvolvimento local. Aliás, são mesmo raros os trabalhos que divergem dessa receita, ou seja, que tratam o tema com a cautela que se faz necessária.

Devido às poucas oportunidades de emprego encontradas no mercado de trabalho local, a atividade turística cria uma série de expectativas, em função, principalmente, do seu tão propalado ‘efeito multiplicador’, que geraria oportunidades de trabalho não só na atividade em si, como também em outras atividades relacionadas aos serviços turísticos (PIRES, 2004).

De acordo com Sartor (1981) o efeito multiplicador, entendido como o surgimento de novas unidades de produção, tanto diretas como indiretas, é gerado pelo fato de o consumidor se deslocar ao local de produção, não havendo assim a remessa de mercadorias. Além disso, segundo a autora “a produção de turismo poderá gerar a formação de espírito criativo na população, encorajando o nascimento de novas atividades, bem como reativando outras já estagnadas” (p. 24).

O efeito multiplicador provocado pela atividade turística pode ser analisado por dois ângulos diferentes. Um deles, como mencionamos anteriormente, diz respeito aos efeitos provocados pelo surgimento de outras iniciativas empreendedoras, que puderam emergir em função do desenvolvimento das atividades de turismo. O outro, como veremos em seguida, está mais relacionado ao desencadeamento da circulação do dinheiro gasto pelo turista quando de sua passagem e/ou estadia em determinado local.

Nesse sentido, quando um turista realiza um dispêndio, esse dinheiro irá passar por outras transações. Assim, “o efeito multiplicador é produzido pela sucessão de despesas que tem origem no gasto do turista e que beneficia os setores ligados diretamente e os ligados indiretamente ao fenômeno turístico” (BARRETTO, 2000, p. 74).

Swarbrooke (2000), acrescenta que deve-se ter muita atenção ao princípio do ‘efeito multiplicador’, pois os gastos dos turistas circulam pela economia local em forma de uma série de ondas. Assim, o objetivo deve ser o de maximizar os gastos dos turistas e minimizar as fugas de dinheiro da economia local, ou seja, quanto mais dinheiro ficar circulando na comunidade, melhor será. O autor apresenta para ilustrar o conceito de multiplicador, três ondas básicas: a primeira delas composta pelos gastos dos turistas em alojamento, alimentação, recreação, etc.; uma segunda composta por uma rodada de gastos com salários, propaganda, gastos administrativos, impostos, etc.; e depois desta, os derradeiros beneficiários finais (açougueiros, artesãos, dentistas, donos de mercearias, etc.).

O multiplicador, conforme Urry (1996, p. 158), “depende de com que e onde os receptores dessa renda, tais como os fornecedores de um hotel ou os empregados do bar em um pub, a gastam e, por sua vez, onde os receptores das rendas dessas pessoas gastam, e assim por diante”. Além disso, existem outros problemas na avaliação do multiplicador para uma determinada economia local, pois, “as ligações entre as firmas são particularmente complexas e em parte pouco claras, devido a multiplicidade de pequenas empresas envolvidas no processo” (p. 158).

Assim, não seria fácil avaliar o impacto econômico do turismo em determinado local, pois, não se pode avaliar o que o turismo gera de riqueza somente pelos gastos dos turistas em

hotéis, restaurantes, etc. Isso constitui uma parcela importante, mas que desencadeia uma série de outros gastos realizados a partir do total de dispêndio dos turistas.

Mesmo considerando todas as dificuldades em se calcular o multiplicador e efetivamente se descobrir o impacto do turismo na economia local, Urry (1996, p. 158) coloca que, “parece que o gasto empreendido pelo turista tem um multiplicador local bastante alto, em comparação com outros tipos de gasto que podem ocorrer localmente”.

Entretanto, para Sessa (1983, p. 55), o conceito de multiplicador seria fácil de verificar na realidade, pois parece ser evidente “que o dinheiro deixado pelo turista, pelo pagamento do hotel e da estada, venha passar por todos os setores da economia de uma nação. Esta primitiva despesa não fica nas mãos do hoteleiro ou do dono do restaurante que a recebe, mas é utilizada para o pagamento dos vários bens e serviços requisitados pelo turista”.

Barretto (2001) destaca também que nos países da América Latina o efeito multiplicador tem sua importância reduzida, pois os baixos salários da área de turismo impedem que as pessoas ali empregadas venham a gerar, com os salários que recebem, um encadeamento significativo de gastos. Assim a corrente que seria desencadeada pelos gastos dos turistas se rompe nestes locais.

Porém, embora não se tenha conhecimento preciso dos seus efeitos em determinado local, não pode ser negligenciado o fato de que os gastos despendidos pelos visitantes parecem possuir um multiplicador maior, se comparado a outros tipos de dispêndio. Contudo, concordamos com Ouriques (2003) quando assinala que o turismo gerou várias “ilhas de prosperidade”, com a constituição de um circuito privilegiado de consumo e produção, mas que, no entanto, esta prosperidade se restringe a poucos, significando para os trabalhadores apenas a redução e/ou substituição das atividades econômicas tradicionais.

O turismo, para autores como Souza (2002, p. 17), deve ser considerado uma atividade importante para o desenvolvimento, pois sendo uma “atividade complexa, de importância crescente e de significativo potencial de impacto (positivo e negativo) sobre as relações sociais e o ambiente, o turismo merece, por isso, mais que um lugar subalterno no contexto da reflexão teórica sobre o desenvolvimento”.

Por ser uma atividade basicamente de serviços, o turismo possui determinada capacidade de gerar empregos, sendo este um dos principais resultados desta atividade. Segundo Lage e Milone (2000a, p. 119), o desenvolvimento do turismo proporciona a criação de empregos que podem ser classificados em três categorias: “(a) empregos diretamente relacionados com a direção e o funcionamento da indústria turística; (b) empregos resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura, bancos, etc.; (c)

empregos indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais”.

O turismo provoca uma série de benefícios econômicos, no entanto, é preciso nunca esquecer que também decorrem do desenvolvimento desta atividade outros tantos custos econômicos, sendo que alguns deles são apresentados no quadro 3.

Quadro 3 - Os benefícios e os custos econômicos do turismo.

Benefícios	Custos
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de empregos - Injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador; - Auxílio para a manutenção da viabilidade dos negócios locais; - Reforma e reestruturação da economia em cidades e metrópoles onde outras atividades industriais estão em declínio; - Estímulo a investimentos internos e industriais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Muitos empregos são mal remunerados e/ou sazonais; - Custos de ocasião, ex.: dinheiro investido em turismo que não poderá ser usado posteriormente para outras finalidades; - Congestionamento; - A necessidade de investir em infra-estrutura dispendiosa que pode ser usada apenas em parte do ano; - Excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado de turismo.

Fonte: Swarbrooke (2000, p. 95).

O desenvolvimento local envolve a descoberta, mobilização e valorização dos recursos locais, sendo que o turismo normalmente é apresentado como uma das atividades capazes de organizar e desenvolver as potencialidades. Nesse contexto, para Costa (1992, p. 213), “o desenvolvimento do sector do turismo e o aproveitamento de produtos artesanais são formas de aproveitamento dos recursos locais”.

As atividades de serviços ligados ao turismo podem e devem desempenhar um papel muito importante no processo de desenvolvimento local. No entanto, para que isso ocorra é necessário apoiar iniciativas locais de pequena e média dimensão, pois são estas que desencadearão todo esse processo. Assim, as dinâmicas turísticas segundo Sirgado (1990, p. 136), “se forem conduzidas com coerência, podem impulsionar o desenvolvimento local. Todavia, esta reactivação dos processos de desenvolvimento local, deve evitar o alargamento das dependências em relação ao exterior e a desarticulação dos tecidos econômicos”.

Para Urry (1996), existem três elementos fundamentais no relacionamento que existe entre o local e o desenvolvimento do turismo: o primeiro deles indica que são as pessoas da localidade que manifestam preocupação em conservar características do ambiente no qual vivem; o segundo são os atuais os potenciais proprietários de serviços privados relacionados

com o turismo; e por fim, mas não menos importante, a administração local, que engloba não só as autoridades locais, mas também os profissionais de outras esferas públicas que atuam naquele lugar.

Sirgado (1990) destaca uma série de elementos que considera como sendo fundamentais para que haja uma interação positiva entre o turismo e o desenvolvimento local, sendo que alguns deles são mencionados a seguir:

- a) a dinamização e modernização dos tecidos econômicos locais e regionais;
- b) a promoção e criação de tecidos econômicos competitivos, privilegiando a diversificação destes e não a especialização que pode ser prejudicial no médio e longo prazos;
- c) o desenvolvimento de serviços não diretamente ligados ao turismo, mas que tenham efeito sinérgico;
- d) a possibilidade de captação de investimentos para outras atividades;
- e) a exigência em inovar os processos produtivos e os produtos, em função de novas exigências do mercado consumidor;
- f) o crescimento do ‘produto local’, deve significar também o aumento do rendimento das famílias;
- g) proteção do patrimônio natural e cultural;
- h) proteger a integridade da comunidade local.

A criação de um conjunto de infra-estruturas – tanto as que têm como finalidade incentivar e apoiar o desenvolvimento do turismo quanto as que têm como objetivo principal apoiar a comunidade local – é considerada por Sirgado (1990) como um fator de desenvolvimento local e regional. Isso se dá em função de que as infra-estruturas criadas para o turismo também melhoram as condições de vida dos moradores, bem como as criadas em prol dos moradores refletem positivamente na atividade turística, favorecendo a atração de visitantes.

Conforme Silveira (2002) os programas e planos do governo que visam incentivar o turismo devem estar inseridos numa estratégia de desenvolvimento da região ou do país. Desse modo, devem ser conduzidos de “forma a promover juntamente com a equidade social, a equidade territorial, isto é, esses programas devem ser implementados de modo a fazer com que os benefícios vindos do turismo se estendam a todos os lugares, principalmente, aos espaços economicamente deprimidos” (p. 66).

O autor coloca ainda, que a educação ambiental pode ser um dos instrumentos utilizados para conscientizar a população receptora sobre os benefícios e os efeitos negativos da atividade turística. Além disso, é importante que a população local seja convidada e

incentivada a participar e a assumir funções de liderança no processo de planejamento da atividade.

Segundo Krippendorf (1989), normalmente a opinião dos autóctones não é considerada para o desenvolvimento de atividades turísticas, e isso se deve também a eles próprios, por não manifestarem a soberania de seu poder sobre o mercado. No entanto, acrescenta que isso seria muito difícil, pois, “o turismo penetra em regiões rurais onde as condições de vida são piores, o nível de educação dos habitantes em geral mais baixo que nas cidades” (p. 90). De acordo com o autor:

De pronto compreende-se bem que, no início do desenvolvimento turístico, a população autóctone faça e aceite tudo o que pedem os promotores estrangeiros, seu próprio governo e até mesmo os comerciantes locais. Ela acredita nas promessas e tudo parece cor-de-rosa. Trata-se de uma grande oportunidade, é o que lhes será dito. Não se deve deixá-la passar. A promoção do turismo é vital para a aldeia e para a região e chega a ser do interesse nacional (KRIPPENDORF, 1989, p. 90).

A participação da população nas decisões sobre o que é melhor para seu desenvolvimento é prática pouco comum, principalmente nos países que ainda não o alcançaram. Ainda conforme Krippendorf (1989, p. 91), “mesmo nas regiões fortemente desenvolvidas com tradição turística, é muito raro que a população local possa exprimir claramente a sua opinião”.

Na visão de Silveira (2002, p. 67), o turismo tem grande capacidade de transformar os territórios “mas daí até achar que o incremento da atividade por si só é capaz de eliminar as iniquidades de um modelo de desenvolvimento econômico socialmente excludente e gerador de desigualdades regionais, existe uma grande distância”.

No entanto, o discurso em defesa do turismo adquire, segundo Ouriques (2003, p. 20):

[...] um poderoso poder de persuasão e seduz os poderes públicos e as comunidades locais, já que a ideologia dos grupos pró-crescimento ‘vende’ as promessas de desenvolvimento, geração de empregos e respeito ao meio ambiente de forma tão poderosa que as opiniões contrárias acabam sendo rotuladas de ‘inimigas do progresso’, ‘dos que querem manter o atraso’.

O turismo, conforme o autor, “é considerado uma atividade intrinsecamente benéfica, sendo negativas apenas algumas formas de manifestação de sua expansão. Daí a aposta na conciliação entre turismo e meio ambiente” (p. 20). O autor entende o turismo como uma forma de fetichismo, sendo que “as paisagens naturais e socialmente construídas tornam-se

objetos de consumo turístico, como se isso fosse uma característica a elas inerente. Desta forma, através da valorização de lugares onde os atributos paisagísticos delicias os sentidos humanos, é produzido o *fetichismo espacial*” (OURIQUES, 2003, p. 25, grifo do autor).

Para Pires (2004), a difusão por parte dos meios de comunicação de uma imagem emoldurada e estereotipada do turismo, principalmente com base no turismo convencional, desperta o interesse dos municípios e de seus habitantes, produzindo um efeito de ‘canto de sereia’ nas pessoas que não conhecem a realidade turística. Isso pode despertar dois tipos de impulso: o desejo de ser turista e poder viajar para conhecer outros lugares; e a vontade de investir na atividade, mesmo não conhecendo as implicações de tal prática. De acordo com o referido autor:

[...] o turismo aparece como uma das mais reiteradas entre as reduzidas opções, vistas como capazes de desencadear uma movimentação na combalida economia dos municípios e lhes proporcionar ao menos um abano de desenvolvimento, tanto para aqueles cuja economia baseada em atividades tradicionais já atingiu o ponto de inflexão, ou já se encontra em plena decadência, como para aqueles que emergiram de emancipações recentes e ainda estão à procura do seu próprio paradigma (PIRES, 2004, p. 2).

Os possíveis benefícios originados a partir do turismo em prol do desenvolvimento fazem com que esta atividade esteja angariando cada vez mais admiradores nas diversas esferas das administrações públicas. Segundo Ribeiro (2001), estaria crescendo cada vez mais a convicção de que a opção pelo turismo pode constituir a turbina do processo de construção de soluções para os problemas socioeconômicos, pois este é apresentado como um dos mais importantes instrumentos de multiplicação de oportunidades empresariais.

A procura de opções de atividades que possam desencadear um processo de desenvolvimento é bastante comum entre os gestores dos municípios brasileiros. Nesse contexto, o turismo aparece com um apelo muito forte, principalmente quando são mostrados exemplos bem sucedidos. No entanto, segundo Yázig (1999, p. 179):

Ao contrário do que muitos prefeitos sonham, o turismo não é uma atividade que possa amadurecer no espaço de uma gestão, sobretudo quando se parte do zero. É um investimento a médio e longo prazos, em que cada um vai acrescentando um ou mais tijolos, para que, pouco a pouco, existam condições mínimas para se pensar num desenvolvimento turístico.

Além disso, pode ser considerada pouco expressiva a representatividade tanto da oferta como da demanda do turismo em municípios que não possuem os atrativos tradicionais,

quando comparadas ao turismo de sol e praia. Nesse sentido, parecem ser esclarecedoras as palavras de Pires (2004, p. 6), quando este coloca que:

[...] muitos municípios e suas microrregiões terão que responsabilmente adequar-se a um turismo eminentemente doméstico em termos de demanda, já que a movimentação de visitantes será limitada em termos quantitativos e, igualmente modestos, em termos de receitas e divisas para a economia municipal ou micro regional, possibilitando uma certa expansão dos negócios particulares atrelados diretamente aos atrativos em operação, porém com reflexos limitados no desenvolvimento da economia local.

Ouriques (2003, p. 92), quando faz uma reflexão teórica do turismo e suas implicações dentro do sistema capitalista, destaca que “o turismo é um poderoso agente transformador que cria um mundo novo de negócios e acaba contemplando inumeráveis aspectos da vida social, constituindo-se ao mesmo tempo como um sedutor mecanismo de reprodução do capitalismo”. Em sua pesquisa, o autor identificou quatro linhas de interpretação do turismo na sociedade contemporânea. A primeira delas possui uma concepção economicista e cunho predominantemente liberal; a segunda linha é pautada pelo desenvolvimento planejado, através do Estado, incluindo recentemente a questão ecológica; uma terceira, chamada pelo autor de pós-moderna, baseia-se na crítica ao turismo de massa, exaltando a importância da diferenciação e segmentação do mercado turístico, enfatizando os aspectos culturais, naturais e o patrimônio histórico; a quarta, denominada de enfoque crítico, dá ênfase aos aspectos de consumo e produção destrutivos do turismo. A interpretação crítica segundo ele:

[...] além de entender o turismo no contexto da produção que caracteriza a sociedade capitalista (portanto, como produtora do desenvolvimento insustentável), compreende-o como forma específica de produção das relações sociais de exploração capitalistas (através da transformação das relações de trabalho ‘tradicionais’ em relações assalariadas) e, não menos importante, como expressão da tendência imperiosa de mercantilização de tudo, inclusive da paisagem (OURIQUES, 2003, p. 123).

Ainda conforme o autor, o enfoque crítico se diferencia das outras três correntes de pensamento, na medida em que não representa uma tentativa de justificar o desenvolvimento do turismo, buscando sim entender a complexidade da atividade turística em todas as suas relações e dando destaque aos problemas das populações trabalhadoras.

Assim, observamos que Ouriques (2003) não considera o turismo como motor do desenvolvimento. Segundo ele, “contrariando os mitos ideologicamente estabelecidos, queremos afirmar aqui que, na periferia do capitalismo, o turismo não se constitui em ‘motor

do desenvolvimento” (p. 142). Um dos seus argumentos está relacionado à remuneração, sendo que, ao se considerar a economia formal, regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), “as ocupações ligadas direta ou indiretamente ao turismo estão entre as que pagam os piores salários no conjunto da economia nacional” (p. 187).

Nesse contexto, faço minhas as palavras de Krippendorf (1989), quando este coloca que devem ser formuladas as seguintes reivindicações quando se aborda o desenvolvimento do turismo:

- O turismo só deve ser encorajado na medida em que proporcionar à população hospedeira uma vantagem de ordem econômica, antes de tudo sob a forma de lucros e empregos – que a mesma terá desejado, onde esta vantagem seja de natureza duradoura e não traga prejuízos aos outros aspectos da qualidade de vida.
- Caberia promover uma grande diversificação econômica nas regiões turísticas, que confira ao desenvolvimento da agricultura, da silvicultura, das artes e ofícios, do artesanato, da pequena indústria e dos serviços não-turísticos uma importância pelo menos equivalente ao turismo. Nas regiões onde o turismo cresce rapidamente, estes outros ramos econômicos devem, inclusive, ser alvo de uma prioridade absoluta (KRIPPENDORF, 1989, p. 186).

O que foi discutido até então, possibilita compreender que o turismo não pode ser considerado isoladamente como promotor do desenvolvimento, pois o fator dinâmico de uma economia baseada no turismo é exógeno, ou seja, é muito dependente de fatores externos. Também as relações que se estabelecem são bastante complexas e trazem uma série de implicações, que podem ser benéficas como também podem produzir uma série de problemas.

Entendemos que o turismo deve ser pensado como uma estratégia a mais inserida num conjunto de estratégias que irão compor uma determinada política de desenvolvimento. Nesse contexto, esta atividade pode vir a ter um papel muito importante e contribuir na dinamização da economia local, gerando sinergias positivas. Mas é importante ressaltar que a atividade turística não deve nunca ser considerada solução única e imediata para os problemas de desenvolvimento local.

Assim, em cada local é necessário, antes de qualquer coisa, realizar um diagnóstico para conhecer suas potencialidades, bem como suas limitações, para então procurar estratégias que possam mobilizar e utilizar todos os seus recursos em prol do desenvolvimento. Com isso, essas estratégias poderão vir a incluir o turismo, o que não significa dizer que todos os locais estejam aptos e desejem que esta atividade seja incentivada.

2 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL

O processo de urbanização e todas as conseqüências daí geradas, aliado aos movimentos ambientalistas, fizeram com que houvesse uma crescente valorização da natureza, da necessidade de sua preservação e dos possíveis benefícios que são gerados para a qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, cada vez mais o rural passa a ser olhado como um espaço com diversas atribuições e não mais somente em relação ao que é produzido pela agropecuária, mas também pela atração que exerce sobre as pessoas que vivem nas cidades. Às clássicas funções do espaço rural incorporam-se outras, onde se destacam as atividades de lazer e turismo.

Já está se tornando corrente na literatura a visão de que o rural não pode mais ser olhado somente pelo conjunto das atividades agropecuárias que nele são desenvolvidas. Nesse sentido, segundo Moreira (1994, p. 63), o espaço rural “longe de perder o seu papel de alicerce sobre o qual se edificaram as diversas sociedades, está adquirindo uma importância cada vez mais ampla e essencial, posto que, ao seu tradicional papel de ‘alimento’ em gêneros e espaço, junta atualmente o de ‘alimento’ dos espíritos”.

Neste capítulo buscamos primeiramente, refletir sobre as transformações em curso no espaço rural brasileiro, apoiando-nos, para isso, em uma revisão bibliográfica de autores que tem o rural como objeto de estudo e que buscam compreender as mudanças que estão ocorrendo nesse espaço. Necessário se faz ressaltar que esta, nem de longe pode ser considerada uma reflexão exaustiva, pois entendemos as limitações ao analisar um espaço que é estudado por várias áreas da Ciência e que congrega uma grande quantidade e variedade de trabalhos produzidos sobre o tema.

Num primeiro momento, procuramos discorrer sobre algumas das principais características do rural brasileiro ao longo do século XX, principalmente enfocando a forma de organização do espaço produtivo. Das grandes plantações cafeeiras da primeira metade deste século, passando pelo processo de modernização da base técnica na agropecuária, e chegando ao final deste, onde a categoria denominada de agricultores familiares passa a ter importância crescente nas discussões sobre as estratégias de desenvolvimento para o espaço rural.

As mudanças mais recentes observadas e reconhecidas no espaço rural dos países desenvolvidos passam também a ser detectadas no rural brasileiro, que hoje é estudado à luz dessas transformações, ampliando o enfoque, que outrora recaía somente na produção de alimentos e matérias-primas, para considerar também a relação com as atividades não agrícolas. É claro que há divergências na forma de análise e principalmente nas considerações quanto ao futuro do mundo rural. No entanto, buscaremos discutir algumas mudanças não nos

preocupando muito com as diferentes correntes de análise, mas sim, considerando que essas mudanças implicam na emergência de situações diversas, desde o surgimento de oportunidades de geração de uma nova dinâmica para determinadas localidades até a deflagração de problemas ambientais e conflitos sociais.

As atividades não agrícolas, praticadas por componentes de muitas famílias rurais, ganham importância na busca da compreensão da reprodução social dos habitantes deste espaço. Nesse sentido, procuraremos compreender a busca de remuneração em atividades não diretamente relacionadas à agropecuária e sua melhor definição. A pluriatividade das famílias rurais, como veremos, é vista como estratégica, tendo importante papel na manutenção destas no campo.

Na seqüência de nossa discussão direcionaremos a análise para as atividades de lazer e turismo que são desenvolvidas no espaço rural e que se encontram em crescimento, em função principalmente da mudança na forma como os citadinos olham para o campo, agora visto como lugar para onde se pode fugir do *stress* cotidiano, recuperar as energias, buscar as origens, resgatar valores, etc.

A seguir trazemos algumas considerações sobre a experiência de turismo no espaço rural (TER) em Portugal, fruto do estágio realizado durante o ano de 2006 junto ao Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Faculdade de Letras na Universidade de Lisboa. Nossa abordagem se apegua principalmente na constituição da oferta do TER e em algumas características da demanda.

Na parte final deste capítulo abordamos especificamente alguns aspectos do turismo no espaço rural. Começamos por apresentar de maneira sucinta as tipologias turísticas, passamos pelos efeitos desta atividade no espaço rural e finalizamos analisando as relações do turismo no espaço rural com o desenvolvimento.

2.1 O rural brasileiro ao longo do século XX

Compreender as transformações do meio rural brasileiro passa, necessariamente, pelo estudo do processo histórico de constituição do rural enquanto espaço de produção e de reprodução social da população que ali reside e trabalha. O rural, antes de espaço produtivo, é lugar de interação social, condição muitas vezes colocada em segundo plano quando da sua análise. A esfera produtiva sempre esteve em destaque, seja quando da produção de produtos

para exportação, o que aconteceu durante a maior parte da história econômica brasileira, seja no fornecimento de matérias-primas para o surgimento e consolidação da agroindústria nacional, como também, atualmente sendo a principal responsável pelos saldos positivos na balança comercial brasileira. Não podemos negligenciar, é claro, a produção de alimentos, que é a base da chamada produção familiar, que só recentemente passou a ter um pouco de atenção por parte dos responsáveis pelas políticas públicas.

O mundo rural historicamente se organiza, de acordo com Ferrão (2000, p. 46) em torno de uma conhecida tetralogia de aspectos: “- uma função principal: a produção de alimentos; - uma actividade econômica dominante: a agricultura; - um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; - um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas”.

O fato é que basicamente o rural sempre foi olhado como espaço de produção de alimentos, matérias-primas e fornecedor de mão-de-obra para o processo de industrialização, estando essas dentro das funções clássicas desempenhadas pela agricultura no processo de desenvolvimento. De acordo com Albuquerque e Nicol (1987, p. 280-281) a agricultura desempenharia cinco papéis básicos com vistas a dar suporte para o processo de desenvolvimento de outros setores da economia:

- a) liberação da mão-de-obra para o setor industrial;
- b) fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas a custos constantes ou decrescentes;
- c) suprimento de capital para o financiamento de investimentos industriais;
- d) suprimento de divisas estrangeiras através da exportação de produtos agrícolas, necessárias ao financiamento de importações para o setor industrial;
- e) criação de um mercado interno para produtos industriais.

Nesse sentido, se analisarmos a formação econômica do Brasil, vamos perceber que a economia brasileira se desenvolveu em ciclos: do açúcar, da mineração, do café, não esquecendo também da pecuária, da borracha e outros relevantes, mas de menor importância para a economia brasileira.

Durante a expansão cafeeira as ações governamentais foram direcionadas especificamente para este setor, devido não só a importância do café na economia brasileira, como também, em função da influência política das elites agrárias. Graziano da Silva (1988, p. 252) coloca que: “na verdade, a economia brasileira era o café e todas as políticas do

Estado brasileiro giravam em torno da política de valorização do café: compra de excedentes, financiamentos externos, impostos sobre exportação, etc.”.

Podem ser apontados vários fatores que contribuíram para facilitar o rápido desenvolvimento do café no Brasil. Entre eles o significativo aumento na demanda mundial do produto; a crise na economia mineira, que possibilitou a liberação de mão-de-obra para outras atividades; a fertilidade natural da terra nos arredores do Rio de Janeiro; e a transferência da corte para este Estado (ALBUQUERQUE; NICOL, 1987).

Em fevereiro de 1906 foi firmado o chamado Convênio de Taubaté (na cidade de mesmo nome), conhecido como política de “valorização do café”. De acordo com Furtado (1964) os principais pontos dessa política eram os seguintes:

- a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;
- d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações (FURTADO, 1964, p. 207).

A política de valorização acordada pelo Convênio de Taubaté, fez com que os preços do café se mantivessem num patamar interessante para os produtores, com isso, os lucros continuavam elevados, o que fazia também com que novos investimentos continuassem a ser feitos na produção, ocasionando uma pressão cada vez maior sobre a oferta do produto.

O mecanismo de defesa da economia cafeeira transferia o problema para o futuro, pois a política de desestímulo era impraticável sem a criação de alternativas. O desequilíbrio máximo aconteceu em 1929, quando o valor dos estoques ultrapassou 10 % do Produto Interno Bruto (FURTADO, 1964).

Tabela 2 – Participação dos principais produtos no valor das exportações. Brasil, 1898-1929 (em %).

Período	Café	Açúcar	Cacau	Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couro e peles	Outros
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2	5,2
1911-1913	61,7	0,3	2,3	3,1	1,9	2,1	20,0	4,2	4,4
1914-1918	47,4	3,9	4,2	3,4	2,8	1,4	12,0	7,5	17,4
1919-1923	58,8	4,7	3,3	2,4	2,6	3,4	3,0	5,3	16,5
1924-1929	72,5	0,4	3,3	2,9	2,0	1,9	2,8	4,5	9,7

Fonte: Villela e Suzigan (1973) apud Gremaud; Saes; Toneto Jr. (1997, p. 57).

Podemos perceber na tabela 2 a grande importância que o café tinha para a economia na época, representando, exceto entre 1914-1918, mais de 50,0 % do valor das exportações brasileiras, chegando entre 1924-1929, a responder por 72,5 %. Observa-se também a diminuição da importância da borracha, tendo reduzida sua participação de pouco mais que um quarto do total entre 1898-1910 para apenas 2,8 % no último período aqui considerado.

Diante deste quadro fica mais perceptível a grande influência dos cafeicultores nas decisões políticas do país e nas medidas adotadas, voltadas para a proteção de seus interesses. Para Furtado (1964, p. 215) “a economia havia desenvolvido uma série de mecanismos pelos quais a classe dirigente cafeeira lograra transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga nas quedas cíclicas anteriores”.

Na aurora do século XX, de acordo com Garcia e Palmeira (2001, p. 40) “o espaço físico e o poder social encontravam-se concentrados nas mãos dos detentores de grandes plantações voltadas para cultivos destinados aos mercados internacionais”. A grande plantação era a unidade base do processo agroindustrial, mas principalmente a matriz da sociabilidade no mundo rural. Práticas precisas de concessão do uso do patrimônio fundiário permitiam que os grandes proprietários constituíssem uma clientela de famílias de trabalhadores submissas às suas ordens.

A crise de 1929 encontrou a economia brasileira bastante fragilizada devido à grande dependência e vulnerabilidade externa. Com isso, ocorre o rompimento do modelo primário-exportador, que era a base da economia brasileira até então e que tinha a agropecuária como setor dinâmico, que “além de produzir os alimentos requeridos pela população urbana, obtinha através de suas exportações, as divisas necessárias às importações de bens de consumo para a população” (FÜRSTENAU, 1987, p. 139).

Devido à crise, ocorreu uma grande diminuição na receita das exportações e conseqüentemente uma redução da capacidade de importar, fazendo com que o governo adotasse medidas com vistas a defender o mercado interno, favorecendo a industrialização. Para Furtado (1964, p. 267) “a primeira metade do século XX está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno”.

O período seguinte à crise e que se estendeu até a década de 60, é conhecido como industrialização substitutiva de importações e divide-se em duas fases: uma de 1930 até o final dos anos 40, chamada de transição para uma economia urbana e industrial; e outra a partir de meados da década de 50, onde ocorreu aceleração do desenvolvimento industrial com uma crescente subordinação do setor agropecuário ao setor industrial (FÜRSTENAU, 1987).

Em meados do século XX, a diferença nos níveis regionais de renda havia aumentado significativamente, embora, nessa época, a economia brasileira tenha alcançado certo nível de articulação entre as diferentes regiões. De acordo com Furtado (1964, p. 272) “à medida que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional de renda”.

Conforme Garcia e Palmeira (2001, p. 44) “até meados do século XX predominou a associação entre capital fundiário, agrícola e industrial”, ou seja, não havia uma separação nítida entre os capitais que operavam na economia. Isso era mais evidente no início do século, onde o principal setor produtor da riqueza do país mantinha intacto seu patrimônio fundiário. Todos os mecanismos são rompidos e o funcionamento das grandes plantações é fortemente alterado quando a expulsão da mão-de-obra torna-se sistemática a partir da década de 50³.

Meados da década de 60 marca o desencadeamento em larga escala de um conjunto de transformações socioeconômicas que configuram um novo padrão de desenvolvimento rural, o qual se convencionou chamar de modernização conservadora, caracterizada, segundo Delgado (1983, p. 21) pelo:

[...] crescimento rápido da urbanização e das exportações; a modernização agropecuária que enseja a constituição e ampliação dos diversos ramos do CAI; a organização de um novo sistema de financiamento para atividades rurais – o Sistema Nacional de Crédito Rural – e, por último, a definição de um novo padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado.

O processo, que buscava elevar a produtividade através do uso intensivo dos fatores de produção, ficou conhecido mundialmente como “Revolução Verde”. No Brasil, uma das principais políticas com o objetivo de modernizar a agropecuária foi a concessão de crédito rural relacionado à posse da terra.

Nesse sentido, Graziano da Silva (1998, p. 51) coloca que:

A política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetária-financeira expansionista. Não é sem outra razão que a

³ Garcia e Palmeira (2001) apresentam alguns fatores explicativos e impulsionadores das mudanças, sociais, morfológicas e das formas de dominação tradicionais: o primeiro trata da evolução desfavorável dos preços obtidos pelas lavouras comerciais; um segundo está relacionado à possibilidade de emigrar em massa para as metrópoles que se industrializavam rapidamente a partir da década de 30; e o terceiro fator foi a implantação dos novos direitos trabalhistas.

política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização conservadora até o final dos anos 70.

De acordo com Moreira (1999, p. 52) “desta forma, o grande proprietário aprofunda e intensifica sua condição de grande produtor, de acordo com as novas ‘regras do mercado’ e amparado pelo apoio público ou privado à modernização”. Assim, não ocorrem alterações nas relações de poder e na estrutura da propriedade da terra, daí então se poder falar de uma modernização conservadora.

É no final dos anos 60 que se constitui o Complexo Agroindustrial (CAI), que é caracterizado pela implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura e pelo desenvolvimento de um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária (DELGADO, 1983).

Para Graziano da Silva (1998), não se deve confundir modernização da agricultura, industrialização da agricultura e constituição dos complexos agroindustriais, pois, estes seriam distintos e identificáveis temporalmente. A modernização dependia da capacidade de importar insumos químicos, máquinas e equipamentos. Já a industrialização da agricultura não se resume a utilização de insumos industriais, sendo um momento específico do processo de modernização, ou seja, a reunificação agricultura-indústria em outro patamar, onde a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da base técnica agrícola. Isso se dá a partir da industrialização da produção dos insumos agrícolas.

A constituição dos complexos agroindustriais significou uma mudança qualitativa no padrão de desenvolvimento da agricultura. Segundo Graziano da Silva (1998), no final dos anos 60 havia condições favoráveis que possibilitaram essa mudança e na importância que ela teria no padrão geral de acumulação. Mudança qualitativa essa, concretizada nos complexos agroindustriais e no processo de fusão/integração de capitais inter-setoriais pelo capital financeiro.

A relação imbricada entre agropecuária e indústria, que passa a haver a partir do processo de modernização, altera profundamente as relações socioeconômicas no campo. Para Moreira (1999, p. 38) “o pacto político fundamental que viabiliza esse padrão de modernização tecnológica se sedimenta entre 1964 e 1968 e consiste na manutenção do elevado padrão de concentração da propriedade e uso da terra”.

Nas tabelas 3 e 4 poderemos verificar a estrutura fundiária brasileira por grupos de área, no período de 1940 a 1996, considerando o número de estabelecimentos.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos por grupos de área. Brasil, 1940-96.

Ano	0 a menos que 10	10 a menos que 50	50 a menos que 100	100 a menos que 1.000	1.000 e mais	Sem declaração	Total
	Número (1.000)	Número (1.000)	Número (1.000)	Número (1.000)	Número (1.000)	Número (1.000)	Número (1.000)
1940	654,56	770,73	204,71	243,82	27,81	2,96	1.904,59
1950	710,93	833,23	219,33	268,16	32,63	0,36	2.064,64
1960	1.495,02	1.218,75	272,66	314,83	32,48	4,02	3.337,80
1970	2.519,63	1.592,54	341,85	414,75	36,88	18,38	4.924,02
1980	2.598,02	1.625,38	391,39	488,52	47,85	8,70	5.159,85
1995-96	2.402,37	1.516,11	400,38	469,96	49,35	21,68	4.859,87

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Em relação ao número de estabelecimentos por grupos de área, observamos que houve um aumento progressivo e significativo entre 1940 e 1980, passando de pouco mais de 1,9 milhão para mais que 5,1 milhões, ou seja, o total de estabelecimentos aumentou 170,9 % no período. No entanto houve uma redução de 5,8 % de 1980 para 1995/96.

Ao considerarmos os grupos de áreas, podemos perceber um aumento na participação de estabelecimentos com menos que 10 ha, passando de pouco mais que 34,0 % em 1940 e 1950 para em torno de 50,0 % a partir de 1970. No entanto, observamos uma relação inversa para os estabelecimentos de 10 a menos que 50 ha, que foram reduzindo sua participação no total de 40,5 % em 1940 para 31,2 % em 1995-96. Já os estabelecimentos de 50 a menos que 100 ha tiveram uma participação média de 8,7 % no período analisado, enquanto que para os de 100 a menos que 1.000 ha a média foi de 10,5 %. Ao agruparmos os estabelecimentos com menos que 50 ha, verificamos que estes representavam em 1995-96, 80,6 % do total.

Tabela 4 - Percentual de estabelecimentos por grupos de área. Brasil, 1940-96.

Ano	0 a menos que 10	10 a menos que 50	50 a menos que 100	100 a menos que 1.000	1.000 e mais	Sem declaração	Total
1940	34,37	40,47	10,75	12,80	1,46	0,15	100,00
1950	34,43	40,36	10,62	12,99	1,58	0,02	100,00
1960	44,79	36,51	8,17	9,43	0,97	0,12	100,00
1970	51,17	32,34	6,94	8,42	0,75	0,37	100,00
1980	50,35	31,50	7,58	9,47	0,93	0,17	100,00
1995-96	49,43	31,20	8,24	9,67	1,01	0,45	100,00

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX. Elaborada pelo autor.

Quanto à área dos estabelecimentos, poderemos verificar na tabela 5, que houve um aumento de 78,8 % no total da área, passando de 197 milhões em 1940 para 353 milhões em

1995-96. Observamos que todos os grupos considerados no período tiveram aumento na área, com destaque para os estabelecimentos com menos de 10 ha, que tiveram o total da área aumentado em 172,4 % entre 1940 e 1995-96. Os estabelecimentos que tiveram o menor ganho percentual no período foram os com mais de 1.000 ha que aumentaram sua área total em 66,7 %.

Em relação ao total, podemos verificar que a área dos estabelecimentos com menos de 10 ha representava em média 2,2 % no período, enquanto que a área dos estabelecimentos com mais de 1.000 ha equivalia a 45,5 %.

Todos os grupos de áreas tiveram redução no tamanho médio dos estabelecimentos entre 1940 e 1995-96. A redução mais significativa percentualmente verificou-se nos estabelecimentos com menos de 10 ha, passando de 4,42 ha para 3,28 ha, ou seja, os chamados minifúndios ficaram ainda menores. Os estabelecimentos com mais de 1.000 ha possuíam em 1940 uma área média de 3.435,08 ha que foi reduzida em 5,9 % em relação a 1995-96, passando para 3.231,89 ha. Comportamento parecido tiveram os outros grupos de área, diminuindo menos que 6,0 % em seu tamanho médio.

Tabela 5 - Área dos estabelecimentos por grupo de área. Brasil, 1940-96.

Ano	0 a menos que 10	10 a menos que 50	50 a menos que 100	100 a menos que 1.000	1.000 e mais	Total
	Área (1.000 ha)	Área (1.000 ha)	Área (1.000 ha)	Área (1.000 ha)	Área (1.000 ha)	Área (1.000 ha)
1940	2.893,44	18.956,07	14.256,09	66.185,00	95.529,65	197.720,25
1950	3.025,37	20.185,87	15.376,88	75.520,72	118.102,27	232.211,11
1960	5.952,38	28.503,32	19.062,97	86.029,46	110.314,01	249.862,14
1970	9.083,50	36.167,68	23.902,02	108.742,68	116.249,59	294.145,47
1980	9.004,26	37.136,29	27.358,05	126.799,19	164.556,63	364.854,42
1995-96	7.882,19	35.237,83	27.455,75	123.541,52	159.493,95	353.611,25

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Em 1940 os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam 34,4 % do total e eram responsáveis por 1,5 % da área, passaram em 1995-96 a representar 49,4 % dos estabelecimentos e a ocupar 2,2 % da área. Enquanto que, os com mais de 1.000 ha, que em 1940 eram 1,5 % do total e tinham 48,3 % da área, passaram em 1995-96 a 1,0 % do total dos estabelecimentos e a ocuparem 45,1 % da área.

Se considerarmos em 1995-96 apenas as propriedades com mais de 10.000 ha, a concentração da terra fica ainda mais evidente, sendo que 1.273 propriedades, que correspondiam a apenas 0,04 % do total dos estabelecimentos, detinham 14,5 % do total de terras.

No período analisado o país passou por grandes transformações estruturais, mas como se pode perceber, elas não se estenderam a estrutura fundiária, que praticamente não se modificou, ou seja, a terra continuou concentrada nas mãos dos grandes proprietários.

Tabela 6 – Percentual da área dos estabelecimentos por grupo de área. Brasil, 1940-96.

Ano	0 a menos que 10	10 a menos que 50	50 a menos que 100	100 a menos que 1.000	1.000 e mais	Total
1940	1,45	9,58	7,20	33,47	48,30	100,00
1950	1,30	8,69	6,62	32,52	50,86	100,00
1960	2,38	11,41	7,63	34,43	44,15	100,00
1970	3,09	12,29	8,13	36,97	39,52	100,00
1980	2,47	10,18	7,50	34,75	45,10	100,00
1995-96	2,23	9,96	7,76	34,94	45,11	100,00

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

A concentração e a centralização de capital, que são acompanhadas por igual concentração da terra, implicam segundo Moreira (1999), em efeitos sobre a pequena propriedade e a produção familiar como:

(1) a perda da propriedade familiar pela impossibilidade de reproduzir-se enquanto proprietários; (2) a tecnificação da pequena produção subordinada à agroindústria, com liberação de força de trabalho familiar que emigra; e (3) a queda do excedente de valor retido pelo produtor familiar – após a reposição dos custos de materiais, força de trabalho de terceiros e juros – inviabiliza a reprodução familiar, forçando a redução do tamanho da família pela migração seletiva de seus membros (MOREIRA, 1999, p. 122).

O processo de modernização da agricultura brasileira dividiu os agricultores em dois grupos bastante distintos, aqueles que conseguiram acompanhar esse processo e os que não conseguiram. De acordo com Moreira (1999, p. 130) “o processo de modernização da agricultura não se verifica, no entanto, de forma homogênea: a modernização é lenta em algumas partes, rápida em outras e, fundamentalmente, desigual”.

Obviamente as repercussões entre um grupo e outro são bastante diferentes, sendo que os agricultores que se modernizaram e passaram a utilizar os insumos modernos de produção, conseguiram se inserir no mercado, ao passo que os que não conseguiram essa condição, a grande maioria, ficaram à margem do sistema, passando a fazer parte de uma massa de excluídos.

Muitos desses compuseram as levas de migrantes campo/cidade, enquanto outros resistiram e ainda resistem a migrar. Segundo Singer (1998, p. 29) “como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre

historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. Conforme o autor, “a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas” (p. 36).

Essas desigualdades vão influenciar diretamente nos fatores de expulsão. Para Singer (1998) esses fatores são de duas ordens: fatores de mudança e fatores de estagnação. Os primeiros são decorrentes da introdução de relações de produção capitalistas no campo, onde o aumento da produtividade do trabalho reduz o nível de emprego. Enquanto os fatores de estagnação se manifestam pela crescente pressão populacional sobre uma limitada área de terra cultivada, entre outros, pela monopolização desta.

Ao analisarmos a evolução da população brasileira ao longo do século XX, verificamos que até 1960 a maioria da população era rural, essa relação se inverteu durante a década de 60, sendo que em 1970 a população urbana já representava 55,9 %.

Podemos perceber na tabela 7, que a população rural cresceu até 1970, começando a reduzir seu número a partir daí, enquanto que a população urbana cresceu em todos os períodos analisados. Entre 1950 e 1960 a população urbana aumentou 66,7 % e a rural 16,9 %. Já de 1960 para 1970 a urbana cresceu 66,4 % e a rural apenas 5,9 %. No entanto a diferença mais significativa vai se dar entre os anos de 1970 e 1980 quando a população urbana aumentou 54,4 %, enquanto a rural diminuiu 6,1 %.

Estes dados deixam evidente a significativa migração campo/cidade que ocorreu principalmente nas décadas de 60 e 70, período este marcado por um êxodo rural intenso em direção principalmente das grandes cidades e que trouxe uma série de problemas na sua expansão.

Tabela 7 – População Urbana, Rural e Total. Brasil, 1900-2000.

Anos/População	Urbana	Rural	Total
1900	-	-	17.318.556
1920	-	-	30.635.605
1940	12.880.182	28.356.133	41.236.315
1950	18.782.891	33.161.506	51.944.397
1960	31.303.034	38.767.423	70.070.457
1970	52.084.984	41.054.053	93.139.037
1980	80.436.409	38.566.297	119.002.706
1991	110.990.990	35.834.485	146.825.475
1996	123.076.831	33.993.332	157.070.163
2000	137.953.959	31.845.211	169.799.170

Fonte: Censos Demográficos IBGE.

As políticas agrícolas que priorizavam a produção de produtos para exportação tiveram importante contribuição nesse processo. Isso fez com que não se alterasse a distribuição de renda no campo, pelo contrário, fez com que aumentassem as desigualdades e entre as conseqüências estão o aumento da pobreza e os impactos sobre o meio ambiente.

A década de 70 foi marcada pela abundância de crédito subsidiado. Isto ocorreu devido à necessidade de um mecanismo que financiasse, a taxas subsidiadas e a prazos relativamente longos, uma modernização quase que compulsória da base técnica da agropecuária brasileira. A política de crédito rural subsidiado permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1988).

De acordo com Moreira (1999, p. 52):

A “industrialização” do campo ou a “modernização tecnológica” por que passa a agricultura brasileira nos anos 70 é viabilizada pela política de crédito rural subsidiado. Essa política consolida os interesses pela manutenção de estrutura concentrada da propriedade e uso da terra, que serve como garantia e acesso ao crédito, pela ampliação do mercado interno para máquinas, equipamentos e insumos industriais para a agricultura, consolidando este subsetor industrial complexo.

Todo esse processo foi marcado por uma brutal concentração dos recursos com igual concentração da renda. A influência que a classe patronal sempre teve na definição das políticas para o meio rural fez com que se ampliassem as diferenças, ou seja, não se alterasse a concentração da terra e as prioridades históricas voltadas para o incentivo da produção de produtos com inserção no mercado internacional.

Embora essa influência não possa ser considerada um resquício histórico, pelo contrário, ainda está bastante presente no círculo do poder, já se pode visualizar uma possibilidade, não de mudança de enfoque, mas pelo menos do reconhecimento da importância da agricultura familiar. Forma de produção essa, que segundo Veiga (1991, p. 197), “teve seu desenvolvimento apoiado em todos os países capitalistas centrais”.

Nesse sentido, nos últimos tempos a produção familiar passou a fazer parte do debate sobre o desenvolvimento rural e a ter políticas específicas para a sua promoção. Consta-se assim um crescente reconhecimento por parte das pessoas responsáveis pelas políticas públicas, que a agricultura familiar tem importância fundamental no desenvolvimento do meio rural. No entanto, segundo Veiga (2003, p. 133) “as vantagens de uma estratégia de

desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira”.

Uma das características da agricultura familiar é que ela normalmente é bastante diversificada, sendo que para Veiga (2001), as economias rurais polivalentes são as mais dinâmicas, enquanto que as regiões que apresentam enclaves normalmente são resultantes da especialização.

Tendo como base os dados do Censo do IBGE de 1995/96, foi elaborado, em cooperação entre o INCRA/FAO um estudo sobre a situação da agricultura familiar no Brasil (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p. 16). Neste estudo o universo familiar foi caracterizado por estabelecimentos que atendiam simultaneamente às seguintes condições: direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelo produtor; trabalho familiar superior ao trabalho contratado; e área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares.

Considerando esta metodologia, os estabelecimentos categorizados como sendo de caráter familiar abrangiam 85,2 % em 1995/96, ocupando 30,5 % da área total, produzindo 37,9 % do valor bruto da produção e recebendo 25,3 % do total de financiamento destinado ao setor. Já a agricultura patronal, que representava apenas 11,4 % dos estabelecimentos, congregava 67,9 % da terra, sendo responsável por 61,0 % do valor bruto da produção e por 73,8 % do financiamento (Tabela 8).

Tabela 8 – Total de estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento (FT). Brasil, 1995/96.

CATEGORIAS	Estab. Total	% Estab. s/ total	Área (mil ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total	FT (mil R\$)	% FT s/ total
Familiar	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3
Patronal	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0	2.735.276	73,8
Inst. Pia/Relig.	7.143	0,2	263	0,1	72.327	0,1	2.716	0,1
Entid. pública	158.719	3,2	5.530	1,5	465.608	1,0	31.280	0,8
Não identific.	132	0,0	8	0,0	959	0,0	12	0,0
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611	100,0	47.796.469	100,0	3.707.112	100,0

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1995/96. In: Guanziroli e Cardim (2000, p. 16).

Quando a análise se faz por regiões, a região Sul é a que apresenta a maior proporção de agricultores familiares (90,5 %), abrangendo 43,8 % da área, sendo muito representativa sua participação no percentual do Valor Bruto da Produção (57,1 %). Ao relacionarmos as cinco regiões com o total de estabelecimentos familiares do Brasil, constatamos que a região

Sul é responsável por 47,3 % do Valor Bruto da Produção da agricultura familiar brasileira, apesar de ter 21,9 % dos estabelecimentos ocupando 18,0 % da área total.

O estudo também faz uma caracterização dos agricultores familiares, classificando-os em quatro tipos, A, B, C e D, associando-os, respectivamente, a agricultores capitalizados, em processo de capitalização, em descapitalização e descapitalizados (Tabela 9).

Os agricultores familiares do tipo A, ou seja, os capitalizados, compunham o menor grupo (8,4 %) quanto ao número de estabelecimentos, sendo, no entanto, responsáveis por 50,5 % do total do valor bruto da produção da agricultura familiar e recebendo 46,2 % do total do financiamento para a categoria. Já os descapitalizados (tipo D), eram 46,3 % do total de estabelecimentos, contribuindo com apenas 10,7 % do valor bruto da produção e recebendo 22,0 % do financiamento total para a agricultura familiar.

Verificamos com isso, que mesmo dentre os agricultores caracterizados como familiares há uma grande diversidade, principalmente em relação ao valor do que é produzido em cada estabelecimento. Nesse sentido, as políticas para agropecuária necessariamente deveriam considerar essas diferentes condições dos agricultores, pois certamente as prioridades não são as mesmas e vão desde a consolidação dos capitalizados até a busca de reinserção dos descapitalizados e dos em processo de descapitalização.

Tabela 9 – Estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) dos tipos de agricultores familiares. Brasil, 1995-96.

TIPOS	Estab. Total	% Estab. s/ total	Área (ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total	FT (mil R\$)	% FT s/ total
A	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2	433.295	11,7
B	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1	228.965	6,2
C	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6	68.911	1,9
D	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1	206.656	5,6
TOTAL	4.139.369	85,1	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1995/96. In: Guanziroli e Cardim (2000, p. 41).

De acordo com Anjos (2003, p. 343) “longe de representar uma forma social de produção destinada a desaparecer definitivamente no curso da história, a agricultura familiar parece consolidar-se como realidade estrutural e permanente, que forma parte dos sistemas agrários da quase totalidade dos países desenvolvidos”. O reconhecimento dela como parte importante da composição do rural e desempenhando funções agora um pouco mais consideradas, traz novos componentes para a discussão das estratégias e das prioridades de desenvolvimento rural.

A importância que a produção familiar desempenha na agricultura, faz com que ela

seja um setor único no capitalismo contemporâneo. Segundo Abramovay (1992, p. 209) “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante”.

Anjos (2003, p. 245) coloca que:

A agricultura familiar se estrutura, finalmente, como uma nova categoria política, portadora de uma considerável fonte de legitimidade social, que simultaneamente representa os interesses dos pequenos produtores rurais, das famílias assentadas, dos arrendatários, dos agricultores integrados aos complexos agroindustriais e de outros atores sociais do campo brasileiro.

Para Veiga (2001) a sociedade brasileira tem que escolher entre dois projetos para o campo. Um deles tem como objetivo a maximização da competitividade do *agribusiness*, através da minimização dos custos de produção. Com isso, a busca por tecnologias mais avançadas leva à especialização crescente da produção agropecuária, o que torna desnecessário a mão-de-obra menos qualificada, reduzindo, cada vez mais, os postos de trabalho. Já o outro projeto tem por objetivo a diversificação das economias locais. Enquanto o primeiro projeto tem caráter setorial, o segundo busca a diversidade multi-setorial, valorizando a dinâmica gerada por famílias que vão se tornando pluriativas.

Conforme Veiga (2003, p. 136) “é inimaginável que a sociedade brasileira não venha a se dar conta do preço que está pagando por acreditar no mito da maior eficiência da agricultura patronal”. Segundo o autor “um dia acabará percebendo que a periclitante eficiência alocativa de um punhado de ‘reis’ do gado, da cana, do arroz ou da soja, nem de longe compensa sua absurda ineficiência distributiva (p. 136)”.

O mais importante é o reconhecimento da existência e da importância destas duas opções bastante antagônicas. No entanto não seria necessário escolher entre um projeto ou outro, mas sim, atentar para a diversidade do meio rural brasileiro, onde há espaço para o desenvolvimento tanto da produção de *commodities*, quanto da diversificação da agricultura familiar.

Mais do que priorizar um setor ou outro dentro da agropecuária, é fundamental que se olhe para o rural como um território que desempenha não só as funções de produção de alimentos, matérias-primas e moradia, mas que sofre mudanças, implicando que novas funções sejam incorporadas, suscitando oportunidades diversificadas para a população que ali reside, e que precisam ser bem aproveitadas.

2.2 Um espaço rural cada vez mais complexo

A complexidade de se estudar o meio rural brasileiro passa pela compreensão da diversidade e das particularidades que permeiam a constituição dos sistemas produtivos pelo seu vasto território. Esse desafio é encarado por alguns estudiosos que buscam apreender as transformações em curso no meio rural.

Nesse contexto destacam-se as pesquisas no âmbito do Projeto Rurbano, onde estudos foram desenvolvidos na perspectiva da urbanização do campo com a constituição de um “novo rural”, tendo José Graziano da Silva como um dos seus expoentes. Já Maria José Carneiro e Maria de Nazareth B. Wanderley desenvolvem em suas pesquisas uma abordagem sociológica e antropológica analisando o rural a partir de suas novas ruralidades. E ainda destacam-se os estudos de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay que trazem um novo enfoque sobre o meio rural, o enfoque territorial.

Podemos dizer que há um consenso de que o mundo rural passou e vem passando por mudanças importantes, como, aliás, é natural no processo de evolução da sociedade e nas suas relações, no entanto, há divergências em relação à intensidade e ao conteúdo dessas transformações.

Para Graziano da Silva (1997) é cada vez menos importante a diferença entre rural e urbano, sendo cada vez mais difícil delimitá-los. Segundo o autor “o rural hoje só pode ser entendido como um ‘continuum’ do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (p. 75)”.

Da mesma forma Vilela (1999), em estudo sobre a globalização e a emergência de múltiplas ruralidades, coloca que não existe mais uma separação antagônica entre os espaços rural e urbano, sendo que, a concepção da relação rural-urbano que merece maior atenção é a que a analisa como um *continuum*, ou seja, onde são eliminadas as suas diferenças fundamentais. Para o autor, as transformações recentes do mundo rural são bastante complexas, podendo-se observar “que uma crescente proporção da população rural não mais depende de atividades agrícolas para obter renda. A divisão original do trabalho entre a cidade e o campo tem progressivamente declinado” (p. 68).

No entanto, para alguns autores como Sorokin; Zimmermann e Galpin (1986), as diferenças entre o mundo rural e o urbano aumentaram quantitativamente e qualitativamente com o decorrer do tempo e são da seguinte ordem: diferenças ocupacionais – onde a

totalidade dos indivíduos que compõem a sociedade rural estaria envolvida em uma atividade agrícola; diferenças ambientais – os agricultores trabalham ao ar livre, ou seja, estão expostos às variações climáticas; diferenças no tamanho das comunidades – os aglomerados rurais são sempre menores; diferenças na densidade populacional – as comunidades de agricultores têm densidade mais baixa; diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações – a população das comunidades rurais tende a ser mais homogênea; diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social – os urbanos são marcados por uma complexidade maior, manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social; diferenças na mobilidade social – a classe urbana tem sido mais móbil ou dinâmica que a rural; diferenças na direção da migração – a direção da migração é rural-urbana e; diferença no sistema de integração social – pois há menos contato entre os indivíduos rurais.

De acordo com Graziano da Silva (1997, p. 96) o meio rural incorporou novas funções e tipos de ocupações como:

- propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente às famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), através dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fim de semana, etc.;
- dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do eco-turismo, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas;
- abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida com a Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretários, digitadores, trabalhadores domésticos).

Segundo Vilela (1999, p. 63) passa a haver competição pelos recursos entre os novos e velhos atores do rural, podendo a agricultura tornar-se crescentemente residual, passando o espaço rural “a ser palco do surgimento de novas categorias sócio-profissionais, dotadas de experiências as mais diversas, em busca de um lugar em um velho/novo espaço revalorizado, que ‘renasce’ após quase ter a sua morte decretada pelo agressivo processo de urbanização”.

Analisando as estatísticas recentes sobre o rural brasileiro, Graziano da Silva (2001) constata a diminuição do emprego agrícola em praticamente todas as regiões do país, mas paradoxalmente a população que se encontra nessa situação parou de diminuir e até aumentou em alguns lugares. Para o autor “esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. Esse novo cenário é explicado em parte pelo incremento do emprego não-agrícola no campo” (p. 40).

Conforme Graziano da Silva (1997, p. 75) “pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”. Para o autor, a única forma de manter a população rural pobre no campo e melhorar o seu nível de vida, seria o incentivo a criação de empregos não agrícolas.

Pesquisando a pluriatividade e o desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina, Mattei (1999, p. 159) coloca que “os padrões de vida urbanos e rurais cada vez mais se aproximam, fazendo emergir uma sociedade rural muito complexa, tanto em relação às atividades e às ocupações, quanto ao que se refere às suas características sociais”.

No entanto, para Alentejano (2000) essas transformações não são tão radicais e é exagerado o destaque que lhes são atribuídas. Conforme o autor “seria incorreto dizer que não se verificam transformações importantes e significativas no campo brasileiro, mas o realce que lhes é dado, nos últimos tempos, atribuindo-lhes um sentido de novidade absoluta, não julgamos que corresponda exatamente à realidade” (p. 100).

Nesse sentido, concordamos com o referido autor quando este coloca que o rural ainda se configura como “elemento de descrição e explicação da realidade”, embora tenha tido e esteja tendo seu significado alterado, ou seja, o rural não deixou nem deixará de existir como categoria analítica.

Ao buscarmos entender a realidade tanto urbana como rural, devemos atentar não só ao que cada uma tem de particular, mas também ao que tem de geral, a intensidade de sua territorialidade. De acordo com Alentejano (2000, p. 105), é essa intensidade que distingue o rural do urbano, “podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa”.

Já para Carneiro (2005) tornam-se inúteis, como categorias analíticas, as diferenças entre cidade/campo e rural/urbano, pois, cada espaço é possuidor de contradições, ambigüidades e conflitos que resultam das diferenças que são inerentes aos seus sistemas de valores e interesses. A autora sugere que se oriente o olhar para os atores sociais desse processo e não mais simplesmente para o espaço e suas atividades econômicas. Os processos em curso apresentam uma grande heterogeneidade e o mais adequado seria falar em ruralidades, considerando a diversidade de cada uma delas, que pode ser percebida pelas diferenças entre as localidades rurais e os grupos sociais que as compõem.

Segundo Wanderley (2000a, p. 89) “o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas

formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a *emergência de uma nova ruralidade*”. Para a autora, está se constituindo uma nova visão do rural que implica em uma outra “concepção das atividades produtivas, especialmente daquelas ligadas à agropecuária, e uma igualmente nova percepção do ‘rural’ como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado” (p. 134).

Ainda de acordo com a autora, as transformações recentes do mundo rural brasileiro são marcadas por dois fatos importantes. Um deles é o reconhecimento, pela primeira vez na história, do agricultor familiar como um ator social importante, sendo que o Programa de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF) constitui uma expressão dessa valorização. O outro fato está relacionado à demanda pela terra e aos assentamentos de reforma agrária. Isso se traduz na revalorização do rural como lugar para se trabalhar e para se viver.

O meio rural seria então um espaço diferenciado, não sendo mais apenas um lugar de produção agropecuária, mas capaz de proporcionar aos cidadãos padrões de residência bastante específicos, além de ser espaço para formas de lazer ligadas ao contato com a natureza (WANDERLEY, 2002).

Para Carneiro (2005) é a vez da cidade se voltar para o campo, seja através do deslocamento físico, possibilitado pela facilidade de acesso aos locais, decorrente da evolução dos veículos motorizados e da expansão do sistema viário, bem como através da intercomunicação de valores, símbolos e práticas pertencentes a universos culturais distintos.

Abramovay (2003) ressalta que um dos mais importantes fenômenos demográficos, sociais e culturais do início do milênio é a revalorização de regiões interioranas. O autor afirma que:

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados (ABRAMOVAY, 2003, p. 98).

De acordo com Veiga (2004), tornou-se cada vez mais forte nos últimos 20 anos um fenômeno novo em todas as sociedades mais desenvolvidas, que diz respeito à atração que os espaços rurais exercem e que resulta do grande aumento da mobilidade com um crescente leque de deslocamentos. Segundo o autor, nos últimos tempos “as principais vantagens

comparativas voltaram a ser riquezas naturais, mas de outro tipo. São os encantos do contexto rural – beleza paisagística, tranqüilidade, silêncio, água limpa, ar puro – todas ligadas à qualidade do meio ambiente natural” (p. 63).

Para Giuliani (1990) valores típicos do velho mundo rural que estavam em vias de extinção, se revigoram e começam a ganhar para si a adesão dos cidadãos. Esse fenômeno é denominado pelo autor de neo-ruralismo e acontece “quando as pessoas decidem não mais morar na cidade e não mais trabalhar em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de animais” (p. 60). De acordo com o autor “o neo-ruralismo se caracteriza por dimensões afirmativas, como a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca de autodeterminação, do trabalho como prazer, da integralização do tempo e das relações sociais” (p. 64).

Analisando os processos e sentidos sociais do rural contemporâneo Ferreira (2002, p. 36) sublinha que:

A nova paisagem e os processos produzidos pela integração de atividades não agrícolas nos estabelecimentos rurais e pela pluriatividade dos agricultores e seus familiares, o aumento de uma população rural não agrícola e de aposentados que moram no campo, trazem um fenômeno de diversificação no meio rural. No entanto, não se pode pensar o rural brasileiro nos termos em que é pensado nos países de capitalismo avançado: nossa realidade não dá suporte para uma representação do rural como predominantemente não agrícola.

Ferreira (2002) afirma que os agricultores estão valorizando as oportunidades disponíveis nos seus espaços rurais e colocando em prática estratégias de diversificação de seus estabelecimentos, de pluriatividade, de associativismo e de agroindustrialização em pequena escala. Segundo a autora “temos no Brasil uma ruralidade em reconstrução, sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementaridade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades” (p. 41).

Esse emergir de uma complexidade cada vez maior do espaço rural, traz uma série de implicações quando se busca compreender essa realidade, principalmente no que diz respeito às inter-relações entre as atividades agrícolas e não agrícolas.

2.3 O enfoque nas atividades não agrícolas: a noção de pluriatividade

Olhar para o meio rural contemporâneo requer, primeiramente, que se atente para sua diversidade. Esta palavra precisa ser usada para analisar o rural seja qual for a dimensão. A visão simplista do rural como agrícola vai ficando totalmente superada, pelo menos como campo de análise, sendo que, novas funções vão sendo consolidadas e incorporadas nas estratégias de reprodução de muitas famílias que moram no meio rural.

As atividades não agrícolas exercidas no seio de muitas famílias rurais passam a ser importante objeto de análise de muitos pesquisadores (DEL GROSSI, 1997; SCHNEIDER, 1999; GRAZIANO DA SILVA, 1997, 2001; MATTEI, 1999; BALSADI, 1997; SOUZA, 2000), intrigados com a crescente conjugação de diversas atividades e principalmente pela atração que o rural e o natural vão despertando nos citadinos, bem como, a forma com que as famílias rurais vão respondendo a essas demandas.

Essas atividades estão presentes em praticamente todo o meio rural, mas é claro que com incidência diferente dependendo da região, e compõem a denominada pluriatividade das famílias rurais, que conforme Carneiro (1998) se refere “as atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou vários membros de um grupo doméstico” (p. 148).

De acordo com Mattei (1999, p. 10) “a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, onde se desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto dentro como fora dos estabelecimentos, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração”.

O crescimento das atividades não agrícolas no meio rural implicou que se incorporassem novos elementos não só nos métodos de análise, mas principalmente nas políticas direcionadas ao desenvolvimento desse espaço. Foi necessário também, que se definissem os agricultores que realizavam outra atividade além da agrícola em suas propriedades ou fora delas. Duas noções ganharam destaque neste íterim, a de pluriatividade e a de agricultura em tempo parcial.

Para Teixeira (1998) as noções de pluriatividade e agricultura em tempo parcial se distinguem na medida em que a pluriatividade leva em consideração não apenas a força de trabalho individual do chefe da exploração, como ocorre na agricultura em tempo parcial, mas de todos os membros da família, considerando também a descontinuidade temporal do trabalho agrícola, incluindo outras formas de produção que não sejam necessariamente remuneradas em dinheiro.

Del Grossi e Graziano da Silva (1998) entendem que o conceito de pluriatividade permite que se juntem as atividades agrícolas com outras atividades que geram ganhos monetários e não-monetários, independentemente destas serem internas ou externas à exploração agropecuária. Para os autores o termo pluriatividade engloba os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial.

Schneider (1999) coloca a noção de pluriatividade como a melhor forma de definir o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas, sendo esse termo utilizado para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como, para indicar o surgimento de um conjunto de novas atividades que ganham espaço no meio rural.

Também para Alentejano (2001) a noção de pluriatividade é a mais adequada para designar a presença de atividades não agrícolas nas famílias rurais, pois:

[...] permite dar conta melhor do caráter familiar da unidade agrícola, pois, parte dos membros pode dedicar-se até integralmente ao trabalho agrícola, enquanto outros trabalham em outras atividades, o que não caracterizaria agricultura em tempo parcial – referida normalmente apenas ao chefe da exploração –, porém enquadra-se na noção de pluriatividade, se falarmos não apenas de indivíduos pluriativos, mas, fundamentalmente, de unidades familiares calcadas no trabalho pluriativo (ALENTEJANO, 2001, p. 154).

O termo pluriatividade parece também ser o mais adequado para Del Grossi (1997), que faz a defesa deste termo, pois ele engloba não apenas as atividades não-agrícolas dos chefes das unidades produtivas (famílias), mas de todos os membros das unidades familiares, enquanto o termo *part-time farming* limita-se apenas ao trabalho parcial do chefe da unidade produtiva.

Conforme o autor há duas maneiras de medir a pluriatividade: considerando a pessoa como unidade de análise ou considerando a família como tal. A primeira busca verificar se essas pessoas exercem mais de uma atividade além da agricultura. Desse enfoque surgiram os primeiros trabalhos sobre *part-time farmer*. Na segunda maneira, verifica-se na unidade familiar não só os membros com mais de uma atividade, mas também a existência de membros com atividades não-agrícolas e membros com atividades agrícolas. Esta última é uma forma mais completa de se medir a pluriatividade.

Para Graziano da Silva; Vilarinho e Dale (2001) a pluriatividade resulta do esforço empreendido pelos pequenos produtores rurais para se inserirem em novos mercados locais, e pode ser considerada uma etapa da diferenciação social e econômica pela qual passam as

famílias agrícolas, que não conseguem se manter apenas no espaço agrícola do novo mundo rural.

Conforme Carneiro (1999, p. 327) “falar em agricultura familiar pluriativa, requer ainda incorporar a complexidade das relações sociais que definem e redefinem a família”. Para isso é fundamental que se redefina o universo de observação e que se passe a privilegiar a família, não apenas como unidade de produção, mas como unidade social.

Em sua pesquisa, em uma aldeia francesa, Carneiro (1998, p. 169) verificou que “as atividades não-agrícolas se impõem como alternativa econômica e social, tornando viável a instalação de um sucessor que, numa conjuntura precedente, teria recusado a agricultura a favor do trabalho assalariado”. As atividades não-agrícolas associadas à agricultura assumem um outro significado, passando “a representar não apenas uma saída econômica para a crise, mas também uma alternativa de vida com a possibilidade de realizar valores rurais que foram recuperados, paradoxalmente, pela população urbana” (p. 169). A pluriatividade possibilita a permanência dos agricultores no campo, pois, proporciona que estes continuem com as atividades agropecuárias mesmo estas não sendo rentáveis:

Dado um contexto de esvaziamento do campo associado à desvalorização da profissão de agricultor e às dificuldades crescentes da agricultura em garantir o necessário à reprodução social dos produtores e de seus familiares, a pluriatividade surge como uma alternativa à emigração e à exclusão do processo produtivo, possibilitando a permanência no campo e assegurando a continuidade da atividade agrícola mesmo quando esta não é mais considerada rentável economicamente (CARNEIRO, 1998, p. 203).

Para Alentejano (2001, p. 155) é fundamental que se perceba “que essas múltiplas estratégias representam o caminho, às vezes único, para assegurar a reprodução da unidade familiar agrícola, quer porque a renda dita complementar é essencial, quer porque a especialização na atividade agrícola não aparece como opção desejável para os descendentes”.

As pequenas aldeias rurais são campo fértil para a construção de um novo padrão de produção agrícola, abrindo-se espaço também para a pluriatividade, considerada como um novo tipo de exploração rural. Segundo Carneiro (1998, p. 150), as “regiões desfavoráveis à intensificação da agricultura e à instalação das grandes explorações capitalistas, como as zonas de montanha, por exemplo, são tradicionalmente espaços abertos à prática de atividades complementares não-agrícolas”.

Há estudos que mostram que a opção que o agricultor faz pela pluriatividade decorre entre outros fatores, da redução da renda na agropecuária, consequência do processo de

modernização da agricultura. Considerando uma redução persistente de sua renda, o agricultor chegaria numa situação de inviabilidade de sua produção, tendo basicamente duas opções, ou abandonar a propriedade ou procurar outros tipos de atividades para gerar renda. Disso pode-se inferir que uma parte desses agricultores certamente recorre a pluriatividade. No entanto nem todos se tornam pluriativos. Há um elemento definidor da busca das atividades não agrícolas que de acordo com Carneiro (1999, p. 339) é “a tradição cultural, o saber-fazer, a rede de sociabilidade – enfim, o patrimônio cultural”. Nesse sentido, a estratégia familiar vai depender, “além do capital econômico disponível – e, obviamente, das condições do mercado (de trabalho, sobretudo) – do patrimônio familiar, ou seja, das capacidades (individuais e coletivas) existentes para enfrentar a situação de queda do rendimento familiar e, então, inovar ou reinventar a tradição” (p. 339).

O êxodo rural e a conseqüente perda da vitalidade social é o que mais ameaça o dinamismo do meio rural. “Freqüentemente – e cada vez mais – a pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, de garantia de permanência no meio rural e de vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar” (WANDERLEY, 2002, p. 46).

Essa nova dinâmica produzida pelas atividades não agrícolas traz a possibilidade de que famílias continuem residindo no campo independentemente das atividades que exerçam. Para Veiga (2003, p. 78) a “pluriatividade da agricultura familiar, que sempre ignorou fronteiras entre o rural e o urbano, é o inverso da expulsão prematura de trabalho inerente à opção pela fazenda patronal”.

A dinâmica da economia rural, segundo Veiga (2000), já não é mais determinada pelas riquezas naturais, mas sim pela presença crescente de aposentados, moradores temporários e turistas. Devido a isso, “o desenvolvimento de inúmeras áreas rurais tenderá a depender muito mais da segmentação de mercados locais ou regionais impulsionada por residentes temporários, turistas, esportistas, aposentados, etc., do que de padronizados mercados nacionais ou externos que absorvem commodities e manufaturados” (p. 193).

Figueiredo (1999, p. 266) salienta que o espaço rural contemporâneo:

De espaço que, num primeiro momento, se diferenciava e se definia pela sua função de produtor de alimentos, a espaço que era integrado no modelo de desenvolvimento de natureza urbano industrial, de acordo com a sua capacidade produtiva, o espaço rural é hoje reconhecido não apenas por esta função, mas sim, como referimos já, por todo um novo conjunto de capacidades e potencialidades.

No entanto, de acordo com Alentejano (2001), a pluriatividade não deve ser considerada como única saída, pois, em algumas regiões as condições para o seu desenvolvimento não estão presentes, enquanto em outras, as atividades agrícolas poderão produzir melhores resultados. Para o autor “não devemos cair no equívoco de criar mais uma dicotomia, mas, sim, criar condições para a multiplicação de estratégias de desenvolvimento no meio rural, de forma a garantir condições de vida mais digna para a população que habita hoje o meio rural, assim como para aqueles que poderão vir a buscá-lo como alternativa de sobrevivência” (p. 169).

O desenvolvimento de muitas áreas rurais brasileiras passa pela percepção da diversidade e das peculiaridades que cada uma possui. Identificar o potencial do território é fundamental na elaboração de políticas de desenvolvimento rural. Certamente em muitos, as atividades agropecuárias precisarão ser mais incentivadas, mas em outros, as atividades não-agrícolas poderão compor as estratégias de desenvolvimento. Nesse contexto as atividades de turismo e lazer, podem desempenhar um papel importante como veremos a seguir.

2.4 O rural como espaço de lazer e turismo

Quanto mais problemas surgem decorrentes da vida nas cidades, mais motivações vão se constituindo em relação à necessidade do contato com a natureza e de vivências diferentes das do cotidiano urbano. Como veremos na seqüência, está se desenvolvendo e consolidando cada vez mais, o interesse dos cidadãos pelo contato com um espaço que outrora era visto como lugar de atraso e que agora passa a ser por eles desejado.

Segundo Silva (2000), o rural sempre foi visto como periferia, espaço de precariedade social, o lugar das ausências e das desqualificações, onde faltava tudo, inclusive a infraestrutura básica, não tinha água encanada, eletricidade, hospital, escola, transporte, telefone, televisão, etc. Era visto como um apêndice do urbano, do qual dependia.

Hoje se pode afirmar que os “qualificativos” mudaram, sendo basicamente dois os grandes atrativos de um outro olhar: a natureza, principalmente em relação à sua conservação, e o rural, quanto ao seu modo de vida. Para Cristóvão (2002, p. 84) “a emergência dessas novas procuras é largamente baseada num quadro de representações dos urbanos, em particular de grupos sociais mais elevados, sobre os campos e a natureza”.

A deterioração da qualidade de vida nas cidades e a ameaça ambiental fizeram surgir a consciência ecológica da população. A palavra poluição tornou-se comum no vocabulário popular, com a população dando mais atenção às formas de contê-la. Nesse contexto, segundo Requixa (1977), há uma associação entre a valorização ambiental, a procura do verde e a qualidade de vida, sendo traduzida numa demanda turística que parece estar ligada à nostalgia do verde.

A atratividade exercida pelas paisagens naturais advém principalmente da beleza dos elementos que as integram, mas também da unidade, força e harmonia, enquanto que, para as paisagens rurais, essa atratividade se deve “ao legado de humanização dessa mesma natureza, por meio de atividades agropastoris e de outros aspectos da ocupação do espaço, impregnados pela herança cultural de seus protagonistas” (PIRES, 2003, p. 117).

Pires (2003) posiciona a paisagem rural como sendo de média qualidade visual, considerando o critério de naturalidade que é dado pela escala do gradiente de modificação, que compreende áreas naturais praticamente inalteradas de um lado e centros urbanos de outro. A paisagem rural perde valor de naturalidade, porém, pode ser compensada, até com vantagem, pela diversidade e singularidade, que são atributos igualmente definidores da qualidade visual. Conforme o autor a “integração entre os elementos introduzidos de origem humana e aqueles preexistentes de origem natural, envolta pela herança cultural e ditada pela criatividade e labor do ser humano, é responsável pela rica e notável diversidade e diferenciação entre as paisagens das regiões rurais em todo o mundo” (p. 129).

Tuan (1980, p. 125) coloca que:

É amplamente aceito que o campo é a antítese da cidade, independente das verdadeiras condições de vida destes dois meios ambientes. Escritores, moralistas, políticos e mesmo os cientistas sociais tendem a ver o espectro urbano-rural como uma dicotomia fundamental. No entanto, de outra perspectiva é claro que a natureza virgem ou o selvagem, e não o campo, é o pólo oposto da cidade, inteiramente feita pelo homem. O campo é a paisagem intermédia.

Segundo Pires (2003), por estar localizado numa posição intermediária entre o totalmente urbanizado e a natureza intocada, o meio rural constitui-se de elementos dos dois pólos, ou seja, preserva elementos que ainda são remanescentes da natureza primitiva e possui as marcas e os registros da ação passada e presente do homem sobre esse espaço.

Ainda de acordo com o referido autor a paisagem, tanto natural como rural, torna-se para o turista indicador de que ele está mudando de lugar, sendo portanto um componente

fundamental do fenômeno turístico, compondo um recurso muito importante na constituição e consolidação da oferta turística. O rural brasileiro possui um potencial paisagístico muito grande, decorrente da conjugação de fatores como a grande extensão do território, diversidade de ambientes naturais e da variada composição cultural.

Tuan (1980) ressalta que o sentimento pelo campo somente pôde aparecer quando surgiram as grandes cidades, e as pressões da política e da vida burocrática fizeram com que se tornasse atrativa a paz rural. De acordo com ele “quando uma sociedade alcança um certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a relativa simplicidade da natureza” (p. 118).

O surgimento de uma imagem social diferente em relação ao mundo rural parece representar uma nova dicotomia, no que diz respeito as representações, entre os modos de vida e os sistemas de organização social, rurais e urbanos, “sendo agora os primeiros mais valorizados que os segundos, valorização que radica sobretudo numa das suas mais marcantes características – a relação mais direta com uma natureza que se julga ‘mais intacta’” (FIGUEIREDO, 1999, p. 266).

Na concepção de Diniz e Gerry (2002) o ambiente rural em geral, em todos os seus aspectos, seria utilizado como espaço de descompressão da vida na cidade. Além disso, o surgimento e generalização de uma consciência ambiental, levou igualmente “a uma evolução positiva de atividades ligadas ao ambiente, que se manifestam na promoção, conservação e valorização do ambiente em geral, e da paisagem em particular, não só como recurso, mas, também, como mercadoria” (p. 559).

Tanto o natural, como o rural, estão presentes no imaginário dos cidadãos e compõem o conjunto dos atrativos turísticos. Poder-se-ia, nesse sentido, segmentar a demanda de acordo com suas motivações, ou seja, separá-las no mínimo entre os que buscam o contato com a natureza mais intocada possível e aqueles que buscam o rural com suas peculiaridades, o que entendemos ser uma tarefa bastante árdua, pois, esta demanda ainda encontra-se em formação. No entanto, nosso interesse aqui não se dá em relação à demanda, mas sim o que ela representa para os espaços rurais. Por isso, não vamos nos preocupar em distingui-las, nem tampouco identificar quais autores assim procedem. A razão principal deste argumento está relacionada ao objetivo de nosso estudo, que enfoca a constituição da oferta.

Os turistas buscam o imaginário rural, representado na procura pelo autêntico, pelo diferente, pelo excitamento e pelo nostálgico. Para Verbole (2002, p. 131) “essa imagem é uma construção complexa com diferentes significados e interpretações atribuídas a ela por diferentes atores sociais e está permanentemente sendo desconstruída e reconstruída”.

De acordo com Verbole (2002, p. 131) “[...] os turistas rurais não constituem um grupo homogêneo e sua demanda pelo imaginário rural está baseada em diferentes motivos, expectativas e percepções”. Entre esses se pode elencar, a busca pela paz, tranquilidade, relaxamento, simplicidade, autenticidade, lazer, gastronomia típica, cultura local, recuperação do stress cotidiano, estar perto da natureza, em contato com o modo de vida rural, com o ar puro, entre outros.

Conforme coloca Cavaco (1999b, p. 144):

Trata-se de fazer dispensar pelo espaço rural uma procura de novos espaços turísticos, fragmentada, apoiada na mobilidade individual e na diversificação das motivações das deslocações, com relevo para o ambiente, procura que tem vindo a se desenvolver entre clientelas de todas as idades, no geral algo sofisticadas e com rendimentos relativamente elevados.

Quem trabalha e vive na cidade está procurando cada vez mais o campo como local de descanso e diversão. Esse sentimento em relação ao campo e o que ele representa em termos de atrativo é sintetizado por Tropic (1998, p. 9), que coloca que “ninguém esquece uma boa acolhida, comida caseira e uma paisagem aconchegante. Uma casa de fazenda, vacas pastando ao longe, uma caminhada por entre campos e florestas ou um passeio a cavalo com a família são imagens de sonho para quem vive entre o cimento e o asfalto”.

A revalorização do rural é motivada pela renovação do olhar dos cidadãos sobre o campo, que é desencadeada pelo turbulento processo de urbanização e as mazelas daí geradas. Conforme Cristóvão (2002, p. 85) “face as experiências de vida na cidade e ao mundo globalizado e tendencialmente homogêneo, as idéias construídas sobre o quotidiano no campo, o contacto com a natureza e as culturas tradicionais, traduzem-se numa revalorização social do rural e do local e induzem uma busca do singular, do específico, do autêntico”.

Nesse sentido, o rápido crescimento das cidades e o processo de urbanização desencadearam essa mudança de percepção, um certo bucolismo em relação ao rural. Silva (2000, p. 20) afirma que “a valorização do meio rural, ou o gosto pela pastoral, só poderia ter surgido juntamente com o crescimento das cidades e nos sentimentos de quem já estava afastado do cotidiano no campo e dele começava sentir falta”.

Para Cavaco (1999a, p. 110) o rural não é um destino turístico realmente novo, sendo que durante séculos houve migração de férias em direção ao campo, e que “tratava-se, contudo, para muitos, não de pausas no trabalho e na rotina dos seus quotidianos, para recuperação de forças físicas e mentais, mas de mudança de ares, de ambiente e de rotinas de vidas mais ou menos ociosas”.

No entanto, segundo a autora, nos últimos tempos a demanda turística pelo rural, vem sofrendo mudanças e diversificações, em função principalmente da redescoberta desse espaço por parte das classes média-alta e alta da sociedade urbana, que fogem dos locais de banalização popular e dos ambientes de poluição e “escolhem as cores, os cheiros e os sons de outras paisagens e as histórias de outra gente, gente com os seus valores, cultura e experiências da vida e gente simples, humilde, espontânea, acolhedora, atenta, disponível, com outro tempo e outros ritmos” (CAVACO, 1999a, p. 112).

As mudanças que vem ocorrendo na agricultura moderna transformaram fundamentalmente a vida rural e, de acordo com Urry (1996, p. 134), “a imagem do campo está se tornando um objeto cada vez mais atraente para o olhar do turista”. Conforme o autor, “houve também maior interesse em visitar o campo, que se prende a um interesse mais amplo em relação a equipamentos e maquinários usados na agricultura em relação a padrões de vida que se desenvolveram no mundo agrícola” (p. 147).

Ferreira (1999) afirma que o rural cada vez mais vai se tornando um espaço de fuga do *stress*, de retomada do contato com a natureza e com a vida no campo. No entendimento da autora, “a valorização dos simbolismos associados ao mundo rural, a procura de estilos de vida salutar, a consciencialização ecológica, são valores emergentes que prefiguram atitudes e/ou intenções de aproximação temporária ou mesmo definitiva aos *hinterlands* dos centros urbanos” (p. 315). Além disso, “a função recreativa e turística das áreas rurais é outra tendência que vem ganhando consistência e que também contribui para a reanimação destes espaços, num quadro de progressiva afirmação e generalização de práticas e hábitos de lazer” (FERREIRA, 1999, p. 316).

Conforme Silva (2000) sonhar com a casa no campo é uma forma de migrar interiormente, numa postura claramente utópica, o desejo de uma vida melhor. O passado traz a nostalgia, através das lembranças e vínculos com o campo. O desejo manifestado de uma casa no campo se apresenta em uma relação entre presente, passado e futuro, ou seja, é provocado pelo descontentamento com a realidade vivida, despertando sentimentos de saudade e nostalgia, e de cenários esperançosos de uma vida melhor. De acordo com a autora, a imagem que representa o sentimento complexo que envolve o sonho com a casa no campo é o fogão à lenha, que é descrito sempre com sacralidade, como se fosse o altar desta casa.

Como se pode perceber é fácil encontrar motivações que justifiquem a atração que o meio ambiente e o campo exercem sobre as pessoas que vivem na cidade. Há nesse sentido, uma forte associação com a qualidade de vida e valorização da natureza. Como bem destaca Talavera (2002, p. 22):

El estilo de vida rural se ha consolidado como un atractivo basado, sobre todo, en estereotipos y perspectivas diferentes a lo urbano, agregado esto a su desarrollo en un medio ambiente idealizado como aquel modo de vida. Se enfatiza así una imagen de independencia, naturaleza, salud, tranquilidad y conservación del patrimonio cultural, claramente enfrentados, casi dicotómicamente, a los problemas que la vida urbana acarrea o que perciben con tales los ocupantes de las ciudades.

A constituição de uma demanda ávida pelo contato com o campo impulsiona novas oportunidades de empreendimentos no intuito de satisfazer os anseios dessa parcela da população. No entendimento de Cristóvão (2002), uma nova legitimidade baseada na representação do campo como símbolo de liberdade, paisagem, beleza e saúde, tem originado novas demandas e abraça potencialidades que precisam ser aproveitadas. Para o autor “assumir o mundo rural como espaço multifuncional implica uma lógica de identificação e valorização dos recursos existentes, do chamado potencial endógeno” (p. 81).

Os territórios rurais possuem uma série de atributos e qualidades como a fauna e a flora, as paisagens humanizadas, os ecossistemas particulares, os modos de povoamento, os lugares históricos, as tradições, as manifestações culturais, etc. Esses atributos encontram-se distribuídos de forma variada e heterogênea pelo território devido à dispersão que há das explorações e das produções (COVAS, 1999).

Esses atributos fazem parte do que podemos chamar de “amenidades rurais”, que segundo Covas (1999, p. 19) embora não sendo uma expressão fácil de conceituar, pode ser definida como “um benefício ou uma dádiva da natureza, um activo patrimonial, natural e cultural, com um valor potencial muito superior ao seu valor ‘observável’. Se quisermos, um valor superior ao presumível valor de mercado [...] é uma realidade dinâmica e as suas fronteiras reportam-se a uma tripla conotação: territorial, biológica, cultural”. Assim, uma amenidade rural seria tanto mais nítida quanto melhor fosse delimitada territorialmente, sendo que nesse contexto os seus atributos ganhariam maior visibilidade, pois a escala apropriada daria destaque às suas propriedades.

Uma amenidade rural é então um exemplo vivo do passado e do futuro, sendo composta segundo o autor por uma lista muito longa, da qual alguns exemplos são colocados a seguir: “uma aldeia, uma paisagem, um sítio histórico, um ecossistema particular, um lugar de recreio, uma zona de protecção ambiental, uma reserva biogenética, um sítio de observação, um espelho de água, um bosque, etc.” (COVAS, 1999, p. 20).

Ainda de acordo com Covas (1999) as amenidades rurais apresentam algumas características que passam a ser elencadas a seguir, que, todavia não se encontrariam em estado puro:

- Raridade: a amenidade rural é única, um acaso feliz de ocorrência e combinação de recursos. Mesmo que sejam retocadas para exibir melhor a sua fulgurância ela permanece uma raridade;

- Irreversibilidade dos atributos: uma vez que se destrua algum dos atributos, será praticamente impossível reconstituí-lo, ou seja, é a raridade dos atributos que faz a raridade das amenidades;

- Não produtibilidade: uma amenidade não pode ser produzida industrialmente em qualquer lugar. Assim, o consumo se realiza no local e, em princípio, não destrói os seus atributos básicos;

- Não transação: não há um mercado de amenidades no sentido mais convencional. Como não se desloca a mercadoria, deve-se deslocar o utilizador. No entanto, há alguns bens associados e derivados de uma amenidade, como por exemplo, os produtos com Denominação de Origem Controlada (DOC).

Conforme Veiga (2003), com a crescente valorização das amenidades rurais, a preservação do patrimônio natural e cultural tende a ser o principal vetor do dinamismo econômico das regiões. Nesse sentido a consciência ambiental torna-se uma alavanca do crescimento econômico e não um obstáculo. Desse modo:

É imenso o leque de amenidades disponíveis nos espaços rurais, podem variar tanto de fragmentos de natureza intocada a paisagens minuciosamente manejadas, quanto das mais antigas relíquias históricas às mais vivas tradições culturais. O aumento da demanda por todos esses tipos de amenidades acompanha a evolução da renda e do tempo livre dos habitantes urbanos, gerando novos negócios e empregos (VEIGA, 2003, p. 80).

Nesse sentido, uma série de ações como a preservação dos recursos naturais, o cuidado com ambiente e com o equilíbrio ecológico, a recuperação e a conservação do patrimônio histórico e cultural, bem como a utilização de produtos tradicionais de qualidade, constituem trunfos preciosos num processo de revitalização dos territórios. Assim, de acordo com Cordovil e Rosa (1997, p. 16), “as zonas rurais ocupam, relativamente a estes aspectos, uma posição privilegiada enquanto componente da oferta de um modelo de desenvolvimento moderno de qualidade”.

A competitividade das atividades econômicas presentes no espaço rural precisa estar ancorada em base sólida e pode ser expressa pelas seguintes razões econômicas e sociais: a) econômicas: as economias locais não podem ser consideradas isoladas da economia global, pois há no mercado mundial uma segmentação crescente da procura de determinados produtos; b) sociais: a concentração de pessoas nas cidades criou uma nova demanda pelo campo, que assume novas funções de lazer e preservação (DINIS, 1999).

Com base nas características atribuídas às amenidades rurais podemos então destacar o turismo como uma das atividades que podem vir a desempenhar um papel muito interessante no aproveitamento de todo esse potencial. É claro que isso precisa ocorrer dentro de um planejamento adequado que inclua as referidas ações e que, acima de tudo, respeite os limites das potencialidades do local.

Segundo Silveira (2003, p. 136) “a apropriação do espaço rural para satisfazer as necessidades de ócio e lazer da sociedade urbana tem potencializado enormemente as suas aptidões turísticas”. Estas se traduzem nas formas alternativas de turismo, diferenciadas do turismo convencional, de pequena escala e formatadas de acordo com as características do espaço rural.

Para Graziano da Silva; Vilarinho e Dale (2001, p. 32) o importante seria conseguir que através do turismo se obtivessem, no espaço rural, alguns efeitos indiretos como:

- a) melhoria da infra-estrutura e das telecomunicações;
- b) desenvolvimento das pequenas e médias indústrias existentes no meio rural, como consequência do crescimento da demanda por artesanato e produtos alimentícios;
- c) desenvolvimento da industrial do lazer;
- d) melhoria indireta do setor agrícola, pela potencialização de produtos de qualidade típicos de cada zona, como é o caso do mel, dos queijos, dos embutidos.

O potencial desse novo olhar dos cidadãos em relação ao campo, na geração de um conjunto de atividades e sinergias daí geradas, não pode ser negligenciado. No entanto, Cavaco (1999b, p. 138) chama atenção para que “não deixemos, todavia, de relativizar a idéia, tão em voga, de que estas actividades são alternativas fáceis às agriculturas em crise ou letárgicas: na verdade, elas são em si mesmas actividades muito difíceis e muito exigentes, como o turismo rural e em particular o agroturismo”. Esse alerta da autora é feito com base em estudos realizados no rural português e deve ser levado muito em consideração, principalmente quando se observa em discursos, o turismo sendo tratado como solução para todos os problemas do meio rural.

Para Ferreira (2002) o espaço rural visto como lugar de residência e lazer para os citadinos é uma tendência em expansão, mas que ainda é bastante restrita. Segundo a autora, as condições precárias do meio rural brasileiro constituem um freio para a consolidação dessa nova situação aos moldes das experiências dos países europeus e dos norte-americanos.

Cavaco (1999b) é muito perspicaz quando indica com cautela a importância dessas novas atividades no espaço rural:

O artesanato, o turismo em espaço rural e outras actividades não agrícolas, inclusive os lares para a Terceira Idade, que se difundem no meio rural e ajudam a diversificar as oportunidades de trabalho e de ganhos, não são todavia alternativa geral às actividades agro-alimentares e agro-industriais, como o não foram no passado a diversidade de actividades e funções tradicionais, dos ofícios utilitários ao comércio e aos serviços de âmbito local (CAVACO, 1999b, p. 145).

Segundo Rodrigues (2001) o imaginário coletivo sobre a vida rural é fruto do movimento romântico emergido das populações urbanas e que se traduz em demanda turística. No entanto, “na realidade, a vida tradicional no campo foi e ainda é muito árdua para quem tem de extrair da terra os produtos para sua sobrevivência” (p. 116).

Essas novas demandas que têm o rural como destino e que são representadas tanto pelos neo-rurais como pelos turistas de final de semana, são motivo de euforia e preocupação, pois, ao mesmo tempo em que significam novas perspectivas e oportunidades de emprego e renda para a população autóctone, implicam também em situações de conflitos e disputas com essa mesma população (CARNEIRO, 2005).

O que não pode acontecer é tratar os agricultores como se eles devessem ser guardiões da natureza, de um modo de vida e das tradições. Para Sevinete Pinto (1999, p. 368) “trata-se da famosa questão da transformação dos agricultores em cantoneiros da paisagem ou em guardiões do espaço. Do meu ponto de vista, estará bem se eles também forem isso e estará mal se eles só forem isso”.

Como se pôde perceber, todo esse processo de (re)valorização do rural, com a constituição de uma demanda por espaços outrora ocupados somente pela produção agropecuária e que agora passam a ser destinados também para o lazer e o turismo, trazem oportunidades junto a determinadas comunidades rurais podendo então contribuir para engendrar uma nova dinâmica nesses espaços.

Os brasileiros presenciaram transformações profundas ao longo do século XX. Embora a estrutura agrária praticamente não tenha se alterado durante esse período, hoje

temos um rural significativamente diferente do que tínhamos no início daquele século. A passagem de um modelo primário-exportador para uma economia mais diversificada teve grandes reflexos no campo, desde a esfera econômica, onde a modernização da agropecuária transformou a produção primária e a integrou à indústria, até a social, com a migração de grande parte da população do campo para a cidade.

O processo de modernização da agropecuária e a decorrente migração campo/cidade levaram a população brasileira a vivenciar uma rápida urbanização, na maioria das vezes desordenada. Na medida em que a sociedade se urbanizou e os problemas desse processo começaram a ser sentidos, a percepção em relação ao rural começou a mudar, passando a haver associação do rural e da natureza à saúde, ao descanso e a qualidade de vida.

Quem trabalha e vive na cidade está cada vez mais procurando o campo como local de descanso e diversão. Então, quanto mais o urbano representa problemas no dia-a-dia, mais o rural vai sendo imaginado como um lugar para descanso e recuperação das energias. O que está ocorrendo, de certa forma, é a apropriação do rural no intuito de satisfazer as necessidades de lazer dos urbanos. Nesse contexto, o espaço rural tende a ser transformado em objeto de consumo para a sociedade urbana, sendo que essa demanda tem participação na construção de uma nova identidade rural. Não se pode negar que as atividades turísticas podem oportunizar a geração de uma nova dinâmica no rural, no entanto, com grande dependência de fatores exógenos, maior talvez que a da própria agropecuária.

O rural passa a ser olhado não somente como local de produção de alimentos e matérias-primas, mas como espaço onde se pode ter uma melhor qualidade de vida, pelo contato com a natureza e um modo de vida mais tranquilo. Essa (re)valorização do rural pode implicar na dinamização de determinadas regiões e em potencial de geração de sinergias para o desenvolvimento local. No entanto, essa constituição de uma demanda pelo espaço rural como lugar de lazer e turismo, traz também algumas preocupações, pois provoca mudanças na organização do espaço rural e representa uma alteração na vida das pessoas que se envolvem com os visitantes.

Nesse contexto, as estratégias de desenvolvimento para o rural brasileiro devem levar sempre em consideração a grande diversidade presente nesse espaço, descobrindo e valorizando as potencialidades de cada local. No entanto, não devemos esquecer que o agrícola ainda representa, e provavelmente vai continuar a representar por muito tempo ainda, a dimensão mais importante do rural.

2.5 O turismo no espaço rural

Uma grande parte dos trabalhos sobre turismo no espaço rural, não só no Brasil como também no exterior, faz referência aos benefícios que essa atividade poderia proporcionar principalmente aos agricultores, com destaque para a geração de renda, criação de empregos, melhoria da qualidade de vida e redução do êxodo rural.

Normalmente o que se encontra nos estudos sobre o turismo no espaço rural, nas suas mais variadas tipologias, é que essa atividade pode levar ao desenvolvimento, podendo dinamizar e revitalizar o espaço rural. Essa valorização dos possíveis benefícios e do papel positivo do turismo para o rural e sua população, é confirmada por Dias (1996, p. 5) quando coloca que:

O turismo rural, assim como ocorre em outros países, pode criar novas fontes de trabalho ou resultar em complemento econômico das atividades agrícolas e artesanais desenvolvidas pela população rural. Pode, também, favorecer a integração da população urbana no meio rural com vistas ao enriquecimento humano, à medida em que aumenta os intercâmbios e contatos socioculturais em geral. Serve de plataforma para a reconstrução, manutenção, revitalização e valorização do patrimônio arquitetônico, contribuindo para o respeito aos valores biológicos, físicos e culturais do meio rural. Contribui para fixar o homem no campo, invertendo a tendência de êxodo rural.

Poderíamos citar diversos trabalhos que caminham na mesma direção, de exaltar os possíveis benefícios do turismo no espaço rural e seu papel como estratégia de desenvolvimento, tanto por autores brasileiros como de outros países, assim como fazem Valente e Figueiredo (2003, p. 98):

O turismo surge como uma das novas funções do espaço rural e constitui uma das actuais prioridades estratégicas do desenvolvimento rural pelo papel que poderá ter na preservação do potencial cultural e ambiental das áreas rurais e na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Esta atividade poderá contribuir para a diversificação e rentabilização da base econômica destas áreas, quer pela criação de emprego, quer pela melhoria dos serviços básicos e das condições de acessibilidade, quer mesmo pelo aumento da equidade entre população urbana e rural.

No Brasil, no entanto, praticamente não existem estudos empíricos que confirmem essas afirmações, ou seja, que substituam o ‘pode ser’ pelo ‘é’. Muitas vezes então, essas

afirmações são baseadas na literatura internacional e, em como o turismo foi e está sendo organizado e desenvolvido em outros países, principalmente da Europa.

É claro que para realmente se afirmar (ou não) que o turismo revitaliza e dinamiza o espaço rural onde ele ocorre, é necessário, além de pesquisas sobre o tema, o amadurecimento das experiências que vem sendo desenvolvidas. Nesse sentido, este é juntamente um dos aspectos em que esta pesquisa busca contribuir, procurando responder a alguns questionamentos que envolvem as mudanças provocadas pelo turismo no espaço rural.

Os benefícios que o turismo poderia proporcionar nos espaços rurais tendem a ser superestimados, pois o que se observa, mesmo nos países onde a atividade está organizada há mais tempo (como é o caso de Portugal), é que os empreendimentos são dispersos pelos territórios e constituem um pequeno número de pessoas e/ou famílias envolvidas. Faltam então, de acordo com Cristóvão (2002, p. 107) “estudos mais finos, que permitem apurar contas e estabelecer, com rigor, quem ganha mais e quem ganha menos, quem perde e por que”.

Entretanto, segundo Cavaco (2003b, p. 28):

Se uma ou outra pequena unidade TER não tem grande significado em nível local, é todavia decisiva na renovação do patrimônio utilizado e na fixação da família proprietária, que manteve e renovou a herança familiar com o recurso aos subsídios, induz algum trabalho dependente, como assalariado ou como ajuda a tempo parcial, local e regional, que justifica a continuidade ou o aparecimento de ofertas que também servem à população residente (alimentação, táxi, posto de gasolina etc.), proporcionando-lhes melhores condições e qualidade de vida.

É claro que é pouco significativo se apenas considerarmos, principalmente no caso brasileiro, as famílias envolvidas diretamente com o turismo, dado o considerável número de agricultores que habitam o rural brasileiro e que precisariam ter sua receita ampliada. No entanto, pensamos que o turismo, necessariamente, deve compor uma estratégia de desenvolvimento que leve em consideração os diversos aspectos e particularidades locais.

Há inclusive autores como Araújo (2000, p. 26), que se referem ao turismo como “sinônimo de sobrevivência para os produtores rurais nesses tempos de globalização”, pois este processo contribuiria para a redução da rentabilidade nas atividades agropecuárias, principalmente em função da concorrência internacional e da falta de preparo gerencial dos produtores.

Mas, no entanto, freqüentemente encontramos na literatura muitos autores (RIBEIRO, 2000; GRAZIANO DA SILVA, VILARINHO, DALE, 2000; RUSCHMANN, 2000a;

ELESBÃO, 2001) alertando que o turismo não deve ser tratado como panacéia, como solução para os problemas do campo, mas sim como uma alternativa a mais para a geração de emprego e renda no meio rural.

Na realidade, o rural como espaço de lazer e turismo não é uma idéia nova, sendo que já na década de 20 do século XVIII um poeta escocês já utilizava, como tema literário em sua obra, o prazer que proporcionavam o meio rural e seus habitantes, cultuados como sendo intactos, inocentes e bondosos. De acordo com Talavera (2001, p. 156), “imbuído dessa idéia romântica, o turismo histórico, étnico e cultural foi, talvez junto com aquele voltado para tratamentos em geral, dos primeiros a desenvolver-se na Europa do século XIX”.

Se olharmos com atenção para o passado, vamos perceber que o meio rural era utilizado para descanso pelas pessoas que residiam nas cidades desde a Grécia e a Roma antigas. Essa relação com o rural normalmente era motivada pelo parentesco ou por terem posse de alguma propriedade. Na verdade então, o deslocamento dos urbanos para o rural não é novidade, o que mudou foi a intensidade e as motivações, na forma de uma revalorização do rural e na organização e estruturação da oferta.

Nesse sentido, é o rápido processo de urbanização que imprime uma nova dinâmica a essa demanda e faz com que seja possível que a atividade turística passe a ser considerada como capaz de desempenhar um papel importante na revitalização do espaço rural, principalmente dos países desenvolvidos.

Podemos afirmar, segundo Calvente (2001), que a urbanização está relacionada diretamente à expansão do turismo no espaço rural, sendo que a grande maioria da demanda potencial desta atividade está localizada nos grandes centros urbanos, “pois é uma característica do *olhar do turista* procurar paisagens distintas das encontradas no seu cotidiano” (p. 16).

Após o processo de intensa urbanização, segundo Solla (2002, p. 114), “começam a aparecer visitantes que apenas tiveram alguma vinculação com o campo, ou mesmo aqueles que querem conhecer destinos rurais ainda que não vinculados por laços de amizade ou de família”.

A atribuição da importância do rural, como espaço dotado de valores e atrativos, não é decorrente do olhar ou da percepção de seus moradores, que na maioria das vezes não se reconhecem e não percebem o local onde vivem como capaz de atrair a atenção dos urbanos. É segundo Figueiredo (1999), um duplo olhar externo, ou seja, o olhar dos urbanos e do Estado, que instituem o rural como área natural, um ambiente a ser preservado e como amenidade.

Há nesse contexto, dois componentes fundamentais relacionados à crescente demanda do rural por parte dos cidadãos como local de lazer e turismo. Um primeiro, o nostálgico, deriva precisamente das pessoas que tiveram alguma relação em alguma época de suas vidas, principalmente na infância, com o rural. Isso é bastante presente após um rápido processo de urbanização, como aconteceu no Brasil, onde significativa parcela da população ainda tem raízes rurais. O outro, o imaginário rural, é mais contemporâneo e está relacionado mais às pessoas que quase não tiveram vínculo com o rural, mas que, pelos problemas de poluição e violência das cidades, tendem a imaginar o rural como lugar de ar puro, natureza exuberante e tranquilidade, passando também a admirar o modo de vida de seus moradores. De acordo com Verbole (2002, p. 124) “a busca pela autenticidade, pelo diferente, pelo excitamento e pela nostalgia estão sem dúvida identificados com a busca do imaginário rural”.

Isso posto, buscaremos aqui, expor a atual discussão sobre o turismo no espaço rural, principalmente em relação às tipologias turísticas no espaço rural, como o turismo é considerado nas questões que envolvem o desenvolvimento, além dos efeitos gerados por essa atividade no espaço onde ela é realizada.

2.5.1 As tipologias turísticas no espaço rural

Nos países, principalmente da Europa, que possuem o turismo no espaço rural organizado há mais tempo, existe uma definição mais clara e, principalmente, uma diferenciação das modalidades que são oferecidas, ou seja, o turista encontra na maioria dos países europeus uma organização e padronização na oferta desse tipo de turismo, o que ainda não acontece no caso brasileiro.

Conforme Joaquim (1999), a França é pioneira no turismo no espaço rural, sendo que em 1971 se constituiu a “Tourisme em Espace Rural”, primeira associação do gênero. No ano seguinte foi publicado o “Manifeste de Tourisme em Espace Rural”, que colocava o turismo como instrumento de reanimação do campo, envolvendo uma complementaridade entre agricultura, turismo e artesanato.

No Brasil ainda há muita discussão em torno da melhor forma de definir as diferentes atividades de turismo que são desenvolvidas no espaço rural, principalmente devido à diversidade de situações regionais e à reunião de propriedades formando roteiros, com distintos atrativos, sendo ali oferecidos uma variedade de produtos e serviços. Nesse sentido, se torna mais complexa a tarefa de definir as tipologias. Segundo Tulik (2002, p. 139) “na

prática, percebe-se a complexidade gerada por conceituações ambíguas, contraditoriamente restritivas ou muito abrangentes”.

No entendimento de Rodrigues (2000a), para que se possa definir uma classificação tipológica, é necessário primeiramente fazer a caracterização da paisagem, do tipo de empreendimento, do roteiro, além de analisar a demanda em relação às suas motivações, ao tempo de permanência e às atividades praticadas. A autora sugere então a denominação de ‘turismo peri-urbano’ quando ocorrer pernoite e de ‘lazer peri-urbano’ quando acontecer somente uma visita sem pernoite, aos casos de turismo e lazer não especificamente rurais, mas que ocorram em áreas convencionalmente denominadas rurais. Além disso, sugere que seja adotada a denominação de ‘agrocomércio’ para a venda de produtos artesanais no espaço rural.

Solla (2002) alerta para a confusão que há entre turismo rural e turismo da natureza ou ecoturismo. Para o autor, embora em certas ocasiões as diferenças sejam sutis, as motivações do ecoturismo estão baseadas nos valores ecológicos, interessando ao turista a natureza em seu estado protegido, enquanto no turismo rural as motivações são mais diversas e envolvem todo o contexto rural, desde o patrimônio, a cultura, gastronomia, o modo de vida, até a própria natureza.

Concordamos com Dale (2001) quando coloca que o produto turístico do turismo no espaço rural é condicionado pela estrutura fundiária da região, sendo que os visitantes que tiverem interesse em conhecer a rotina diária de um agricultor terão que procurar regiões de produção familiar, pois não encontrarão isso nas grandes propriedades.

Nesse sentido, a estrutura de organização da posse da terra em determinada região, passa a ser determinante para a definição da tipologia turística, pelo menos no que diz respeito à classificação do turismo no espaço rural entre as propriedades que compõem regiões de predominância da agricultura familiar e aquelas onde predomina a agricultura patronal, ou seja, baseado em grandes fazendas históricas, seja de produção agrícola (café, açúcar, cacau) ou pecuária.

A identificação da tipologia turística pode se dar em função do envolvimento da população receptora. Com base nisso, de acordo com Dale (2001), existem dois modelos básicos de desenvolvimento do turismo no espaço rural que poderiam inclusive co-existir no mesmo local: um modelo concentrador que tem como base o hotel-fazenda; e o outro que tem como base as “unidades familiares de produção”. O primeiro modelo dispensaria a participação local, sendo mais fácil de ser gerido por parceiros externos.

Essa particularidade, que a nosso ver é fundamental na distinção das tipologias de turismo no espaço rural, é pouco considerada pelos pesquisadores. Talvez este seja um dos pontos mais importantes na compreensão do desenvolvimento do turismo no espaço rural brasileiro. Entendemos assim, ser fundamental considerar também a estrutura fundiária na definição do tipo de turismo no espaço rural, nem tanto em relação à demanda, mas principalmente pelos efeitos que essa atividade vai gerar para a comunidade local.

Para a Embratur (1994, p. 7) o turismo rural tem um conceito múltiplo: "um turismo diferente, turismo interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde". Coloca ainda que este "é o Turismo 'do País', um turismo concebido por e com os habitantes deste 'País', um turismo que respeita a sua identidade, um turismo da zona rural em todas as formas".

Nesse sentido, o rural passa a ter importância crescente como espaço complementar das atividades de recreação e lazer, sendo que, segundo Tulik (2002, p. 142), o turismo rural possui as seguintes características:

Aparece basicamente apoiado no turismo doméstico, embora possa atrair uma demanda internacional; desenvolve-se em áreas rurais decadentes ou estagnadas, principalmente nas que foram afetadas por crises econômicas; tem implantação difusa, em pequena escala e ocorre nas proximidades dos centros emissores; está apoiado na atividade agrária; tem contribuído para diversificar a renda dos proprietários e fixar a população no meio rural.

Solla (2002, p. 117) conceitua turismo rural como sendo “aquele que se desenvolve no meio rural e que tem como principais motivações os elementos próprios desses ambientes. Isso supõe a valorização social desses espaços, no seu conjunto”.

Em termos gerais Talavera (2001, p. 155) define turismo rural como:

[...] o uso ou o aproveitamento turístico do entorno não-urbano, atendo-se às premissas do desenvolvimento sustentável: gerar efeitos eminentemente positivos (conservação do patrimônio, proteção do meio etc.), ter lugar em áreas ‘não invadidas’, incluir os habitantes locais como atores culturais, ser minoritário e promover, por meio de encontros espontâneos e da participação, o contato cultural.

Optamos aqui, como não é objetivo aprofundar a discussão sobre as tipologias e conceituações, nem tampouco propor novas definições, por utilizar o termo ‘turismo no espaço rural’ para todas as atividades de turismo realizadas no rural, o qual entendemos, consegue definir com maior abrangência as atividades que são ali desenvolvidas.

Nesse sentido, adotaremos a expressão ‘turismo rural’ como sinônimo de ‘turismo no espaço rural’, principalmente quando considerarmos o discurso de outros pesquisadores⁴, assim como acontece com Zimmermann (2000, p. 129), para quem se pode conceituar “turismo no espaço rural, ou simplesmente turismo rural, como todas as atividades turísticas endógenas desenvolvidas no meio ambiente natural e humano”.

Com isso, compartilhamos a opção de Portuguez (1998), que considerou conveniente utilizar a expressão ‘turismo no espaço rural’ em vez de ‘turismo rural’, pois, por ser mais ampla e abrangente, a primeira torna-se menos ambígua que a segunda.

Araújo (2000) também sugere que se utilize o termo ‘turismo no espaço rural’ em vez de ‘turismo rural’, pois representaria melhor as formas e as oportunidades de turismo nas áreas rurais. Assim, o “turismo no meio rural pode ser considerado tudo que ocorre no meio rural, com relação ao aproveitamento do turismo” (p. 32).

Também Dale (2001) compartilha a mesma idéia, sendo que para ele, a expressão ‘turismo no espaço rural’ permite que se agrupem todas as outras tipologias e expressões turísticas que ocorram neste espaço.

De acordo com Barrera (2000, p. 184) sob a expressão turismo rural poderiam ser assumidas as modalidades de: “agroturismo; ecoturismo; turismo cultural; turismo de aventura; turismo desportivo; turismo técnico-científico; turismo educativo; eventos; turismo de saúde; turismo gastronômico; turismo em comunidades autóctones; comunidades de recreação e retiro”.

Campanhola e Graziano da Silva (2000) usaram os termos ‘turismo no meio rural’ ou ‘turismo em áreas rurais’ para designar todas as atividades de lazer e turismo realizadas no espaço rural, englobando além do agroturismo, também as atividades não relacionadas à produção agropecuária. O agroturismo, por ser uma atividade adicional na propriedade rural, é do ponto de vista das políticas públicas um *job market*, criando novas fontes de renda e emprego no rural. Contrapõem-se então às atividades não agrícolas realizadas por membros das famílias rurais e que concorrem com os mesmos postos de trabalho gerados fora das propriedades agropecuárias, sendo então *job takers*.

Portuguez (1998) pesquisou um grupo de propriedades em uma área de turismo no espaço rural em que seus proprietários se auto-definiam como sendo empreendimentos de agroturismo, e entende esta atividade “[...] como a modalidade de turismo no espaço rural praticada dentro das propriedades, de modo que o turismo entra, mesmo que por um curto

⁴ Todavia, faremos menção a eventuais distinções se assim o forem realizadas por algum dos autores citados.

período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais” (p. 234).

Já Beni (2002, p. 32) define o agroturismo como sendo a “denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação em atividades agropastoris”. O agroturismo, como um segmento do turismo rural, se distinguiria por ter na produção agropecuária a maior fonte de rendimento da propriedade, sendo a receita do turismo complementar.

O envolvimento dos visitantes nas atividades desenvolvidas dentro da propriedade parece ser o ponto central na definição do agroturismo, como estabelece Barrera (2000, p. 186), para quem essa atividade “caracteriza-se pela participação ativa do visitante nas atividades produtivas”.

Dentre as modalidades de turismo no espaço rural ainda se destacam as tipologias que envolvem os denominados hotel-fazenda e fazenda-hotel, presentes na maioria dos estados brasileiros e que contribuem significativamente na oferta de turismo no espaço rural, com destaques nas regiões com presença marcante da pecuária de corte e de produções extensivas principalmente de café e cacau.

Graziano da Silva; Vilarinho e Dale (2001) conceituam o hotel-fazenda como sendo um hotel similar aos outros, oferecendo serviços integrados ao local onde se instalou, apenas com a particularidade de estar no meio rural, oferecendo passeios à cavalo e comidas típicas, mas sem, no entanto, estar vinculado à produção agropecuária. Já a fazenda-hotel constitui-se com base em uma propriedade produtiva, sendo que os turistas podem ali vivenciar as rotinas realizadas na produção pecuária (ordenha, alimentação de animais, etc.), bem como as sazonais (semeadura, tratamentos culturais, colheita, etc.) da produção agrícola.

Nesse sentido, a diferença básica entre um e outro, é que na fazenda-hotel são mantidas as rotinas e atividades anteriormente desenvolvidas, ou seja, a propriedade continua com a sua produção agropecuária tradicional, sendo que os turistas que ali aportam estão mais preocupados em conhecer a autenticidade do lugar.

Há outros conceitos como o de turismo ecológico, que de acordo com Beni (2002, p. 33), pode também ser chamado de turismo de natureza ou turismo verde, e é a “denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivados pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno”.

2.5.2 Organização e efeitos do turismo no espaço rural

Na concepção de um produto turístico, uma das primeiras ações que devem ser empreendidas é a identificação e caracterização da demanda, que segundo Tropia (1998) provém em sua maioria de zonas urbanas geograficamente próximas e de estados limítrofes. Nesse sentido, as grandes cidades situadas num raio de 100 a 150 quilômetros comporiam a base da demanda, que incluiria também aquelas pessoas que desejam conhecer e usufruir um dia de lazer no meio rural, mas que não desejam pernoitar no local.

A grande diversidade e as peculiaridades na composição do produto turismo rural, fazem com que cada local possa ter um elemento atrativo diferenciado e que a atividade necessite de um tratamento diferenciado, por isso, de acordo com Zimmermann (2000, p. 141) “não se poderá unicamente manualizar o processo, mas, sim desenvolver um termo de referência, que indique um norte para cada insumo/fator que acompanha o produto turismo rural”.

Embora o turismo rural seja constituído por bens e serviços que são também comuns a outras modalidades, possui características particulares, mais pelo lado da produção, pois está intimamente relacionado ao espaço rural onde se localiza, mas também do consumo, onde sua distinção é mais sutil, por não ser ainda tão conhecido e se destinar à nichos de mercado (SARTOR, 1981).

De acordo com Grolleau (1994) o turismo no espaço rural tem uma forte característica local, sendo de iniciativa local, gestão local, impacto local, marcado pelas paisagens locais e valorizador da cultura local. É por isso que cada vez mais agrada aos cidadãos, que frente à uniformização e a insegurança da cidade, são ávidos pelas particularidades e pela tranquilidade do campo.

No Brasil encontram-se experiências de turismo no espaço rural na maioria dos estados, sendo baseados nas características regionais. O Sul do país talvez seja uma das principais regiões onde essas atividades são desenvolvidas, pois ali a agropecuária tem participação importante na economia e, a formação cultural é bem marcante e preservada, devido às diferentes correntes migratórias de outros países.

Além disso, Santa Catarina é considerado o estado pioneiro nas atividades turísticas no espaço rural, que se iniciaram no município de Lages na primeira metade da década de 80. Embora haja relatos da existência de uma propriedade no Estado de São Paulo que iniciou a atividade antes de Lages, foi este município que primeiro organizou a atividade e trabalhou a sua divulgação (OLIVEIRA, 2001).

No Brasil, de acordo com Tulik (2003, p. 60), “o Turismo Rural apresenta-se distribuído de modo irregular, difuso e pontual, concentrando-se em núcleos mais atraentes do Sul e Sudeste, em tipos que, de um modo geral, adaptam-se às especificidades locais e regionais, decorrentes, sobretudo, da herança cultural”.

Assim, é fundamental que o turismo no espaço rural seja considerado observando-se a grande diversidade presente no rural brasileiro, pois sua organização invariavelmente vai se dar em função das características locais, sendo então praticamente impossível se definir um modelo para explicar como essas atividades se constituem e se desenvolvem.

O turismo no espaço rural deve ser pensado com o intuito de potencializar o que cada local possui, valorizando suas particularidades. Nesse sentido, Moletta e Goidanich (1999, p. 60) colocam que “para muitas localidades do interior do Brasil, este tipo de turismo vem sendo dimensionado como uma forma de valorizar o espaço rural e proporcionar a melhoria das condições de vida das populações interioranas”.

A parceria é muito importante para o turismo no espaço rural, pois, normalmente, não se encontram disponíveis todos os atrativos turísticos em uma mesma propriedade. Assim, consideradas num conjunto, as propriedades se complementariam, constituindo uma gama maior de atrativos e com isso atraindo também uma quantidade maior e mais diversificada de visitantes (ARAÚJO, 2000).

O turismo pode ser considerado uma atividade para diversificar a receita de uma propriedade rural, mas que necessita capacitação, como qualquer outra nova atividade ou tecnologia. No entanto, em muitos casos essa diversificação, segundo Barrera (2000, p. 196), “é mais acessível do que muitas outras, uma vez que os produtores contam com a paisagem, os valores culturais da região, a casa ou as instalações do estabelecimento, os tratores ou outra maquinaria, a horta, os cavalos, a mão-de-obra familiar e rural etc.”.

Como qualquer outra atividade, também o turismo tende a provocar mudanças no local onde ele ocorre, e segundo Talavera (2001), há riscos como a especialização turística das áreas e de seus moradores, a proletarização, a grande dependência externa e a perda de controle do produto, além de outras.

Calvente (2001, p. 234) coloca que, “compreender a relação necessária do turismo rural com a pequena escala significa levar em consideração as necessidades dos pequenos empreendimentos, invertendo a lógica onde os recursos do Estado são, na quase totalidade, utilizados a serviço dos maiores interesses econômicos”.

O grande fluxo de turistas, somado à não existência de infra-estrutura adequada e à falta de capacitação técnica dos funcionários, pode causar uma série de problemas,

comprometendo inclusive o futuro do estabelecimento. Nesse sentido, é fundamental que haja um correto planejamento da atividade turística e que se pense em todos os aspectos que estão envolvidos com o empreendimento.

De acordo com Moletta e Goidanich (1999), quando não planejado o turismo rural pode causar os seguintes impactos negativos:

- imitação de certos hábitos de outras regiões, com o objetivo de aumentar os atrativos, o que acarretará uma alteração nos costumes locais;
- perda do sentimento de autenticidade, na medida em que os hábitos e costumes são excessivamente forçados com a intenção de satisfazer uma demanda mais exigente, descaracterizando o autêntico;
- excesso de lixo, tornando a paisagem desagradável;
- degradação tanto do patrimônio natural quanto do cultural, quando existe a preocupação de modernizar a propriedade;
- descaracterização do patrimônio cultural, como ampliação da construção principal sem obedecer a critérios de autenticidade, originalidade na arquitetura, entre outros.

Essa atividade pode apresentar então de acordo com Garcia (1996) os seguintes custos: a) como setor econômico frágil é sensível às influências externas, tanto climáticas como econômicas; b) especulação fundiária e desaparecimento da agricultura; c) aumento descontrolado da construção; d) conflitos entre turistas e moradores; e) aumento do custo de vida; e f) destruição do ambiente.

Os impactos e danos do turismo rural para determinada comunidade local, se este não for bem planejado, segundo Schneider e Fialho (2000, p. 36) podem ser os seguintes:

Em primeiro lugar, pode ocasionar a descaracterização da cultura local devido à modificação dos padrões de sociabilidade tradicionais decorrente da intensificação das relações mercantis e sobretudo, pela ampliação dos horizontes sócio-culturais dos mais jovens que, em muitos casos, acabam recusando-se a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua. Em segundo lugar, a comunidade local é afetada pelo aumento do tráfego de pessoas e pela ampliação da mobilidade populacional, o que nem sempre pode ser do agrado de todos. Em terceiro, é notório que o turismo rural é seletivo em relação às áreas onde ocorre sua expansão. Assim, enquanto em algumas localidades essa atividade pode dinamizar a economia, em outras pode conduzir à depressão e à crise, acentuando os desequilíbrios regionais que acabam contrariando o sentido da iniciativa. Uma quarta característica que pode surgir é o aumento da violência e do uso de drogas, típico de situações sociais de intensificação de relações humanas. Uma última consequência que pode ocorrer é o aumento do custo de vida das populações que residem de forma permanente no local, especialmente os preços das atividades de prestação de serviços e do acesso à moradia.

Além dos citados anteriormente, os autores ainda se referem como conseqüência da expansão do turismo, ao problema da valorização da terra, principalmente em regiões com predomínio de pequenas propriedades.

No entanto, de acordo com Moletta e Goidanich (1999) o turismo rural pode criar uma série de oportunidades de negócios para a comunidade, como por exemplo, o artesanato e/ou algum tipo de produto alimentício tradicional que poderá ser oferecido ou servido aos visitantes.

Nesse sentido, Barrera (2000, p. 196) cita os seguintes impactos do turismo rural que são considerados por ele como positivos:

Diversificação; criação de empregos e fomento da permanência no campo; protagonismo da mulher e dos jovens; revalorização do patrimônio cultural, arquitetônico, antropológico, paleoarqueológico e ambiental; incremento do faturamento do estabelecimento por acréscimo de valor e melhoria da comercialização da produção; fomento do associativismo.

Pudemos perceber que há uma preocupação evidente com relação, não só a necessidade de planejamento, mas também em relação a necessidade de preparar o meio rural para receber o fluxo de visitantes, pois, segundo Moletta e Goidanich (1999, p. 8) os “benefícios para o produtor e para a comunidade receptora são inúmeros, desde que saibam explorar esta atividade de forma sustentável”. De acordo com os autores, a atividade turística no espaço rural, se for bem planejada e orientada, apresenta as seguintes vantagens: - diversificação de renda; - geração de empregos; - efeito multiplicador; - preservação do patrimônio natural; - preservação do patrimônio cultural; - melhoria da qualidade de vida local (melhoria na infra-estrutura, água, luz, telefonia, estradas, etc.); - diversificação dos pólos turísticos; - melhoria da formação educacional do homem do campo; - desenvolvimento do espírito de participação e parceria.

O grande problema em nosso entendimento, reside no fato de que normalmente só são considerados os benefícios que podem ser gerados a partir da atividade turística, enquanto os problemas e os impactos negativos não são considerados ou são omitidos. Há, de acordo com Leal (2001, p. 236), várias causas que podem contribuir para o fracasso da atividade turística no espaço rural: “- sobre-avaliação turística; - ausência de instituições apropriadas ao nível local; - desejo de lucros rápidos; - deficiente formação profissional; - ausência de qualidade por parte da oferta; e, - falta de planejamento e de objectivos concretos”.

É muito importante que se tenha em conta então que o turismo no espaço rural não tem os mesmos efeitos positivos para o desenvolvimento local em todos os espaços em que este é implantado. Nesse sentido, o planejamento será fundamental e deverá ter como objetivo a maximização dos efeitos positivos e a minimização dos efeitos negativos (BAIDAL, 1997).

2.5.3 Relações entre turismo no espaço rural e desenvolvimento

O turismo como pudemos perceber proporciona uma série de efeitos positivos no espaço rural. No entanto, não podemos nos esquecer dos efeitos negativos, que podem ser minimizados se a atividade for bem planejada e conduzida.

De acordo com Cavaco (1999a, p. 98), o desenvolvimento rural foi durante muito tempo identificado com o setor agrícola, ou seja, “era apreciado em termos setoriais e medido pela evolução das produções, das atividades e dos rendimentos, em estreita relação com a difusão do progresso técnico e a eficiência dos sistemas de produção”.

Entretanto, diante dessa nova realidade do mundo rural, onde co-existem atividades agrícolas e não agrícolas, as estratégias de desenvolvimento local não podem assentar-se somente na agropecuária, mas segundo Portela (1993, p. 225), “esta nunca pode ter um papel menor. Deve ter sempre um lugar de destaque, maior ou menor consoante as potencialidades e os condicionalismos regionais e locais”.

Para Cordovil e Rosa (1997), a diversificação econômica do espaço rural passaria por duas vias complementares: a diversificação nas atividades agrícolas, através da reconversão de culturas já existentes e a promoção de produtos regionais de qualidade; e a diversificação com atividades não agrícolas, com produções artesanais tradicionais, o turismo no espaço rural, etc.

O intenso impacto da globalização sobre as economias e as sociedades rurais pode originar dois tipos de reações: uma de desânimo, onde os agentes produtivos e a população não se sentem capazes de se adaptarem às novas condições impostas por esse processo, podendo acontecer que uma parte da população continue a envelhecer sem esperança e outra parte, mais voluntariosa, opta pelo caminho do êxodo; e outra em que a população local busca aproveitar novas oportunidades, adotando para isso uma atitude pró-ativa de adaptação à nova realidade, que pode ser designada por reestruturação positiva (MOREIRA, 2001).

Schneider e Fialho (2000, p. 34) defendem que o turismo rural familiar quando organizado, valorizando o meio ambiente e a cultura local “torna-se uma opção para o desenvolvimento rural, contemplando os setores econômicos capazes de criar atividades

comerciais alternativas, com o objetivo de proporcionar a manutenção da população nos seus locais de origem”.

Se houver controle do processo por parte dos atores sociais do local, o turismo pode vir a desempenhar um importante papel no desenvolvimento local. Nesse sentido, de acordo com Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 151), “o turismo no meio rural deve ser, antes de tudo, um turismo local, de território, gerido pelos residentes”.

Nessa mesma linha Schneider e Fialho (2000, p. 46) chegam a afirmar que:

O turismo rural pode ter a função de indutor de desenvolvimento e de preservação, pois tem o papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado. Também proporciona benefícios à população local, com melhorias na infra-estrutura e nos serviços oferecidos, além de criar mercados para os produtos agrícolas.

No entanto, Campanhola e Graziano da Silva (2000) alertam que, para que o turismo seja um vetor do desenvolvimento local, tem que ser considerada a diversidade das áreas rurais, o potencial da comunidade envolvida, além de haver interação e integração entre o estado, instituições privadas e a comunidade local. De acordo com os autores, “o turismo no meio rural, em sua essência, coaduna-se perfeitamente com os princípios do desenvolvimento local, constituindo uma alternativa complementar à agricultura na geração de renda e emprego para a população rural” (p. 152).

Isso acontece de modo geral na Europa, onde segundo Cavaco (2003b, p. 26), o turismo é reconhecido pelas suas potencialidades como fator de desenvolvimento, sendo frequentemente integrado nos programas de desenvolvimento territorial:

São, com efeito, múltiplos e de grande visibilidade os seus impactos, diretos, indiretos e induzidos. Atividade transversal, global, de fronteiras fluidas, interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e financiamento dos territórios. Anima o mercado dos produtos e serviços locais, viabilizando microempresas de ramos diversos (da produção alimentar e artesanal à prestação de serviços de lazer).

Além disso, conforme a autora, ele desempenha um papel importante “na conservação e gestão da diversidade das paisagens-naturais, históricas e culturais, com as suas aldeias e lugares – e do patrimônio edificado, com seus traços arquitetônicos próprios que são, aliás, motivos de atração turística” (CAVACO, 2003b, p. 26).

Conforme Carvalho (2000) o turismo desempenharia um papel muito importante para áreas rurais desfavorecidas, nomeadamente:

- Criando novos postos de trabalho, não só através da construção de infra-estruturas e equipamentos para a sua implementação e suporte, mas igualmente para a sua manutenção;
- Revalorizando e dinamizando áreas fracamente povoadas, minimizando as assimetrias (demográficas, culturais, etc.), pois possibilita, por exemplo, a fixação da população jovem;
- Podendo evitar assim o abandono e o despovoamento das áreas menos favorecidas.
- Melhorando os rendimentos;
- Estimulando o desenvolvimento de outras atividades, como os serviços e alguns tipos de indústria;
- Possibilitando o “encontro de culturas”;
- Projetando os valores culturais;
- Originando a troca de experiências entre as pessoas, podendo contribuir assim para a difusão de inovações;
- Estimulando a promoção de serviços ligados à ocupação dos tempos livres;
- Originando um significativo incremento das atividades artesanais;
- Promovendo e valorizando a qualidade dos produtos regionais;
- Recuperando e conservando o património paisagístico e cultural.

Nesse sentido, o turismo é visto na Europa como um instrumento com grande potencial de promover o desenvolvimento local. De acordo com Ribeiro (2000, p. 211):

Pelos seus reconhecidos efeitos multiplicadores, no que respeita à criação de emprego e de rendimento, pelas sinergias que é capaz de gerar em setores de atividades com os quais, a montante e a jusante, faz interface, o turismo apresenta-se, no atual contexto de reestruturação das economias e das sociedades rurais europeias, e mais concretamente de Portugal, como um dos instrumentos potencialmente mais fecundos de desenvolvimento regional e local.

De acordo com Guerreiro (2001) o turismo no espaço rural contribui para o desenvolvimento das áreas rurais em três níveis: a) demográfico: através da fixação da população, sobretudo a mais jovem; b) sócio-económico: pela criação de emprego, melhoria dos rendimentos e diversificação das atividades económicas; e c) cultural: através da promoção e recuperação do património arquitetónico, de hábitos, usos e costumes, e dinamização dos diversos produtos regionais.

Cavaco (1999b, p. 139) destaca que, o turismo rural, nas suas mais diversas modalidades e motivações, foi reconhecido e assumido “como vetores de diversificação das atividades não agrícolas, a que cabe um papel fundamental de complemento de actividades e rendimentos, de reforço da identidade e da imagem dos lugares, bem como da auto-estima das populações, com os seus valores e culturas”.

Ainda, de acordo com a autora:

O turismo é reconhecido oficialmente pelas suas potencialidades como factor de desenvolvimento, a várias escalas, da nacional à local. São, com efeito, múltiplos e de grande visibilidade os seus impactos, diretos, indiretos e induzidos. Atividade transversal, global, de fronteiras fluídas, interfere nos tecidos económicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no património natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios (CAVACO, 1999b, p. 143).

A inclusão do turismo no rol das políticas públicas para as áreas rurais de muitos países europeus e a importância atribuída a ele como atividade capaz de revitalizar áreas rurais estagnadas e em decadência, de certa forma, foi importada para o Brasil. A atividade turística tradicional (o turismo sol e praia), já há tempos é considerada como importante para o desenvolvimento de regiões e países, sendo somente transportado seus possíveis benefícios para o desenvolvimento dos municípios do interior com características predominantemente rurais. E não são poucos os autores que passaram a atribuir um papel de destaque ao turismo na busca de solução aos problemas de desenvolvimento.

Nesse sentido, Sartor (1981, p. 14) coloca que:

O turismo rural, empregado como um novo e combinado método de produção, passa a constituir instrumento, entre outros, capaz de auxiliar a correção dos atuais problemas de desenvolvimento. Uma vez que, o turismo rural estimula atividades geradoras de benefícios sociais, culturais e económicos, ambientados ao meio, permite produzir local e regionalmente, ao mesmo tempo em que pode gerar efeitos menos negativos, do que outros tipos de atividades, sobre a vida do homem e do seu ambiente. As atividades de turismo rural podem ser endereçadas no sentido de corrigir os efeitos negativos já existentes, desenvolvendo os aspectos de compensação, produzindo e conservando.

O turismo mesmo quando desenvolvido em pequena escala possibilita a promoção de infra-estruturas, provocando também o surgimento de novas oportunidades de trabalho e produção, além da ampliação do contato social, pelo encontro dos autóctones com os visitantes. Assim, segundo Sartor (1981, p. 18), o turismo rural poderá “contribuir para elevar

a ‘qualidade de vida’ da população rural, preenchendo o isolamento sócio-econômico por estruturas de caráter humano, oportunizando prospecções culturais decorrentes do convívio com diferentes culturas e da possibilidade do alargamento das opções de trabalho”.

Para Solla (2002, p. 122):

O turismo é uma atividade que permite criar riqueza, sem necessidade de grandes investimentos, e com a possibilidade de manter as ocupações e costumes tradicionais. Em outras palavras, na medida em que o patrimônio, no sentido mais amplo do termo (natureza, cultura material e imaterial e o próprio ser humano), é fator de atração e gerador de renda, o turismo permite mantê-lo, melhorá-lo e, ao mesmo tempo, obter certas receitas que contribuem para incrementar a qualidade de vida da população envolvida.

Segundo Cavaco (1999b, p. 144) se esperam importantes contribuições do turismo principalmente na “revitalização econômica e social, na valorização dos patrimônios e dos produtos locais de qualidade, fonte de receitas, na manutenção de serviços básicos e de condições suficientes de acessibilidade, mesmo quando mobiliza clientes que pouco permanecem e apenas afluem em certos períodos”.

O turismo, no entender de Dale (2001, p. 52), introduz, em maior ou menor escala, dois componentes novos no cotidiano dos moradores:

- (a) pessoas distantes do universo que o bairro enseja – os visitantes, os turistas e os agentes de um mercado, em geral, de outras regiões e estados; e
- (b) atividades não-tradicionais geradoras de renda (às vezes, com base em atividades já tradicionais, que não geravam renda – como levar visitantes para ordenhar vacas leiteiras ou visitar a cachoeira da propriedade rural).

Se considerarmos o produto turismo no espaço rural e todos os seus componentes, vamos perceber que são as grandes propriedades que mais se beneficiam das receitas provindas da hospedagem, justamente essas que mantêm pouca relação com o entorno. No entanto, em relação aos outros aspectos constituintes dessa oferta turística, os benefícios podem ser mais espalhados, alcançando uma parte maior da comunidade.

O turismo pode ter papel fundamental no desenvolvimento de uma comunidade, desde que sejam ali distribuídos os impactos positivos da atividade. Segundo Solla (2002, p. 122), “por isso vale insistir, em qualquer caso, na necessidade de que haja uma estruturação social prévia que facilite a participação livre, democrática e solidária da comunidade quando se propõe à concretização do turismo rural”. Nesse contexto, o turismo seria um dos grandes impulsionadores para por em prática as idéias que estão presentes em determinado local.

A diferenciação que deve haver entre as modalidades de turismo no espaço rural é mais importante ainda quando se considera os efeitos e o impacto sobre o desenvolvimento do espaço rural, pois segundo Cavaco (1999a, p. 109), nem todas as ofertas turísticas mantêm relação com o entorno, podendo ser “exógenas e empresariais (hotéis rurais, zona de caça turística), com o risco de subverterem o significado do turismo rural como vetor de desenvolvimento regional e local (funcionamento fechado, em quisto, sem difusão de fluxos nem de efeitos)”.

Solla (2002, p. 127) reforça que o turismo rural deve ser trabalhado como um complemento de atividades, sem abandonar outras, principalmente as agrícolas. Nesse sentido, deverá “ser concebido como uma atividade de pequena escala, artesanal, que, mais ainda que benefícios econômicos (obviamente, são importantes), deve propiciar um incremento na qualidade de vida dos moradores locais”.

Conforme Tropia (1998, p. 18) é importante que ocorra associação de empreendedores para que se consiga lograr êxito nas atividades de turismo no espaço rural, sendo que “a experiência de quem já fez, mostra que é muito importante identificar as potencialidades existentes na sua propriedade e também nas propriedades vizinhas”.

Isso é importante, mas não fundamental, no turismo rural com características da agricultura patronal, pois, possibilita ao município e/ou região atrair mais visitantes. Ao passo que, nas regiões onde predomina o turismo que tem como base as pequenas propriedades rurais, é fundamental a união das propriedades em um roteiro para constituir um atrativo, onde uma propriedade ofereça pousada, outra restaurante rural, outra pesque-pague, outra venda de artesanato e produtos coloniais, outra passeios e trilhas e assim por diante. Um grupo de propriedades assim conformando-se num produto turístico.

Moletta e Goidanich (1999) acrescentam que, no geral, a combinação de atrativos proporciona melhores resultados, sendo então importante identificar e constituir o maior número possível de atrativos nas propriedades que serão preparadas para receber visitantes, claro que respeitando as características de cada uma.

As políticas públicas voltadas para o turismo rural no Brasil devem ter quatro objetivos principais: “participação ativa da população local; ocorrência de maneira não concentrada e em pequena escala; valorização e conservação do patrimônio cultural e natural; e inversão no processo de concentração fundiária e da desigual e injusta distribuição de renda” (CALVENTE, 2001, p. 39).

Uma recomendação que se encontra na maioria dos trabalhos sobre a implantação do turismo no espaço rural, é com relação à conscientização da população, principalmente sobre

os possíveis benefícios gerados pela atividade. Esta inclusive, é colocada como etapa imprescindível para o sucesso do turismo.

Não devemos esquecer que o turismo concorre com outras atividades que são desenvolvidas no espaço rural, tanto na ocupação e utilização do espaço e dos recursos naturais, como e, principalmente, pelos recursos humanos disponíveis. No entanto, segundo Cristóvão (2002, p. 107), “existe claramente um potencial para aumentar os benefícios para as economias locais se forem construídas estratégias que permitam aumentar as sinergias entre o turismo e outros sectores da economia rural”.

Contudo, em função da complexidade dos espaços rurais atuais, da situação do mercado turístico e tendo como base estratégias de desenvolvimento rural coerentes, o turismo nunca deve ser, exclusivamente, o motor do desenvolvimento rural, mas é preciso integrá-lo com as outras atividades produtivas, com a sociedade e o meio ambiente locais (BAIDAL, 1997).

O turismo é só uma das medidas para o desenvolvimento de uma área rural, devendo ser inserido em programas de carácter integral, endógeno, participativo e, incluir todas as atividades econômicas, tradicionais ou não. Deve ser tomado como complemento, sendo que é importante que não haja dependência exclusiva das atividades ligadas ao alojamento, ócio e recreação turística (TALAVERA, 2002).

Inclusive Programas como o LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) na Europa, ressaltam que o turismo no espaço rural deve integrar-se dentro de um conjunto amplo de iniciativas, sendo assim apenas mais uma das medidas possíveis na busca de soluções para os problemas do mundo rural. As atividades turísticas não vão resolver todos os problemas que atingem a população rural, além do que um programa de desenvolvimento deve conjecturar a ampliação de sua eficácia através da integração dos sub-setores econômicos (GUERRERO, 2004).

Para que tenha um papel importante no desenvolvimento local, o turismo rural tem que ser considerado em sua totalidade, não apenas como simples fenômeno turístico, sendo necessário pensar a comunidade ou território a partir da diversidade ali presente. Além disso, é preciso que se atente para a especialização excessiva, que pode se tornar perigosa (SOLLA, 2002).

Talavera (2002, p. 45) entende o turismo rural como sendo “un buen incentivo para el desarrollo, pero debe estar sujeto al estudio detallado y exhaustivo del área concreta de actuación, además de a una planificación integral que incluya como objetivo evitar la dependencia exclusiva del mismo”.

2.5.4 O turismo leva realmente o rural ao desenvolvimento?

Como pudemos verificar ao longo do texto, grande parte da bibliografia apresenta argumentos que nos permitiriam responder que o turismo pode ser uma estratégia de desenvolvimento para o meio rural. Todavia, parece difícil escapar ao pode ser, pois não encontramos pesquisas que através de experiências concretas afirmem que o turismo realmente desenvolva um determinado local.

Embora toda uma gama de argumentação das muitas virtudes que a atividade turística no espaço rural apresenta para o desenvolvimento, é frequente, como já mencionamos, encontrarmos alertas em relação a esta não ser a solução para todos os problemas. Assim como faz Leal (2001, p. 86) quando sublinha que “o turismo não é a panacéia para resolver os problemas de desenvolvimento, além de que nem todas as zonas rurais são adequadas para isso. Seria um erro ver neste sector a única alternativa possível à agricultura ou a qualquer outra actividade econômica local ou em dificuldade”.

E justamente um dos pontos fundamentais é que nem todas as áreas rurais possuem as condições e aptidões necessárias para que seja concretizada a implementação de atividades turísticas no seu espaço rural e às vezes nem mesmo no contexto municipal.

Nesse sentido, de acordo com Clavé e Reverté (1997), não se deve pensar que qualquer local pode e deve acolher processos de desenvolvimento turístico, pois existem fatores que condicionam o desenvolvimento do turismo no espaço rural como:

a) a fragilidade do meio físico e, em determinados casos, a existência de uma vontade política conservacionista para preservar essa fragilidade, ou pelo contrário, sua vitalidade - expressa em termos de difícil acessibilidade, ausência de recursos humanos, elevados custos de exploração e comercialização, etc. - pode aconselhar a exclusão de atividades turísticas em determinados espaços;

b) a potencialidade agrária do território, as características da empresa agrária que o explora e a dinâmica da comercialização do produto que se extrai dele são fatores que podem estabelecer limitações à penetração de atividades não agrícolas, especialmente se os resultados são suficientes para assegurar um nível de vida satisfatório. Deve-se recordar que existem tradições e motivos psicológicos que podem determinar uma valorização positiva da qualidade de vida do meio rural ainda que, em termos econômicos, a situação de seus habitantes não seja ótima;

c) a penetração de usos urbanos, tais como as segundas residências, os equipamentos recreativos orientados aos usuários dos serviços e às indústrias em espaços rurais próximos as

idades. Tais usos podem significar uma perda de qualidade que implique a exclusão de determinadas atividades turísticas.

Assim, não se pode confeccionar um padrão comum para todas as áreas rurais, pois ainda que na maioria existam suficientes potencialidades turísticas, nem todas são aptas para assimilar os processos de troca necessários na hora de colocar em marcha atividades empresariais na área de turismo. E isso não se dá somente pela existência de insuperáveis desajustes, mas também por sentimentos de desconfiança, repulsa, indecisão ou simplesmente desalento frente às novas idéias e suas repercussões (GONZÁLEZ, 1997).

Assim, de acordo com Clavé e Reverté (1997, p. 67), “dicho de otra manera, promocionar el desarrollo sostenible del turismo como respuesta privilegiada al atraso de los espacios rurales y de montaña, sólo es posible para algunos niveles territoriales y bajo determinadas condiciones geográficas, económicas y sociales”.

Outro ponto importante é que as relações entre os visitantes e os empreendedores tendem a ser personalizadas, sendo que os visitantes são extremamente exigentes. Assim, de acordo com Cavaco (2003c, p. 197), é fundamental para o êxito econômico, que haja profissionalismo e ética, “o que significa, de imediato, uma certa seletividade espacial e social: o turismo não é uma panacéia para todo e qualquer espaço rural e toda e qualquer comunidade local que teime nele residir”.

Além disso, para Baptista (2006, p. 94) é muito precária a “capacidade dos residentes para aproveitarem oportunidades e dinamizar iniciativas. De facto, a maior parte não tem, dada a sua história e características, possibilidades de o fazer”.

É preocupante a forma com que a relação turismo/desenvolvimento é tratada não só no meio acadêmico, mas por parte dos responsáveis pelas políticas públicas, principalmente municipais, que tendem a ver nessa atividade a solução para os problemas de desenvolvimento do município como um todo e das localidades rurais em particular, quando na verdade, o turismo deveria se somar a outras atividades numa política de desenvolvimento.

No entanto, não é surpresa diante de uma situação de crise pela qual passa o mundo rural, onde abundam estruturas pouco diversificadas e são escassas as oportunidades econômicas, que o turismo passe a ser considerado pelos administradores públicos como um importante instrumento de geração dessas oportunidades econômicas e da reanimação do espaço rural. O turismo seria assim um destacado fator de desenvolvimento, fazendo da articulação da tradição, da ruralidade e do patrimônio os elementos centrais desse processo (RIBEIRO; FREITAS; MENDES, 2000).

De acordo com Cavaco (2003c, p. 196), “num contexto de marginalização econômica e social de grande parte dos espaços rurais, perante a sua incapacidade de se afirmarem competitivos [...] o turismo rural foi sendo estimulado, tanto nos processos de desenvolvimento descendente como nos ascendentes, nos exógenos como nos endógenos”.

Ribeiro (2003b) pesquisou em Portugal a visão que as pessoas responsáveis pelas administrações públicas locais e regionais têm da associação do turismo ao desenvolvimento dos territórios sob sua jurisdição e concluiu que a grande maioria destes atribuiu grande importância ao turismo para o futuro do território. Há então uma atmosfera de elevada confiança no discurso dos administradores sobre as virtudes do turismo na superação dos problemas, “a tal ponto, que poucos são, hoje, os que se atrevem a visualizar futuros de desenvolvimento local que não tenham por turbina, por locomotiva, o turismo, menos ainda os que os concebem à revelia deste” (RIBEIRO, 2003b, p. 43).

Além disso, as convicções sobre o “papel redentor” que a maioria dos administradores atribui ao turismo no destino de seus concelhos, vão ao encontro do reconhecimento igualmente convicto da atratividade destes. Assim nenhum concelho foi considerado pobre em atrativos turísticos, pelo contrário, lhes foi conferido uma “vocação turística” quase natural (RIBEIRO, 2003b).

Essa visão em relação à importância do turismo está também evidenciada em conteúdos documentais das mais diversas formas. Com base nos inquéritos realizados, apenas uma minoria discorda dessa tendência “turismocêntrica”. Para a autora essa percepção “do turismo como ‘tábua de salvação’, das regiões com particulares problemas de desenvolvimento, nomeadamente áreas rurais de montanha, parece ter-se tornando corrente um pouco por toda a Europa, muito particularmente entre agentes políticos institucionais” (RIBEIRO, 2003b, p. 46).

Ribeiro (2003b, p. 54-55) identifica como componentes emblemáticas e centrais do que denomina de “ideologia do turismo”:

- uma identificação praticamente automática e, muitas vezes, acrítica entre possibilidades de desenvolvimento rural/regional e turismo;
- a presunção de todo e qualquer território, nomeadamente rural, como reserva de consideráveis recursos turísticos e destes como justificação suficiente para se optar, se privilegiar, mesmo se priorizar o turismo nas propostas e estratégias de desenvolvimento;
- a representação frequentemente idealizada dos recursos turísticos locais, em sintonia, de resto, com as reconstruções idílicas e, de alguma maneira, mitificadas do passado e do ‘ruralismo bucólico’, que parecem dominar o imaginário dos potenciais turistas;

- a expressão de expectativas elevadas e, em regra, carentes de fundamentação empírica, em torno das virtudes inerentes à relação turismo/desenvolvimento; e
- algum alheamento e desconhecimento sobre o funcionamento efectivo do sector do turismo e das suas vertentes mais críticas.

Inclusive Talavera (2001, p. 163) alerta que “*nunca chove ao gosto de todos*. Não é comum que o desenvolvimento afete por igual todas e cada uma das unidades domésticas da área turística”. Isso pode fazer com que se altere o comportamento entre os moradores do local e, até mesmo, destes com os visitantes, podendo haver radicalização de posturas individuais ou coletivas.

Simões; Cristóvão e Burnay (2003, p. 277), colocam que “a retórica sobre o TERN [Turismo em Espaços Rurais e Naturais] e suas virtudes suplanta, largamente, a acção e o estudo empírico rigoroso de situações e experiências”. Para os autores, ainda são escassos e pouco divulgados os estudos empíricos sobre os impactos destas atividades no desenvolvimento local, nos *habitats* e nos ecossistemas.

Conforme Moreira (1994, p. 225) “para um punhado, aqueles que se situam perto de unidades TER, alguns benefícios ainda haverá dos modestos efeitos induzidos, para a grande maioria de nós, resta-nos olhar para os prospectos e ir tentando perceber onde se esconde a sua função social”.

Froehlich (2000) também destaca que o turismo no espaço rural parece ter condições de gerar emprego e renda, no entanto, questiona a sua capacidade em distribuir essa renda e contribuir para reduzir as graves desigualdades socioeconômicas. Para o autor:

É preciso atentar que o turismo em espaço rural, capaz de gerar ocupações e renda somente para agropecuaristas tradicionalmente patronais e para agricultores familiares ‘consolidados’, mantendo apenas ‘respingos’ para outros setores da população rural, certamente não está colaborando para desconcentrar renda e diminuir as desigualdades sociais, antes talvez para agravar estes problemas (FROEHLICH, 2000, p. 191).

O maior desafio a ser superado pelo turismo no espaço rural é reduzir a desigualdade na distribuição de renda e nos benefícios gerados, pois se a renda gerada por essa atividade ficar concentrada nas mãos de poucos empreendedores os benefícios trazidos por ela não alcançarão a maioria da população, que terá apenas os problemas como, por exemplo, a redução da tranquilidade (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Uma das preocupações é que o turismo no espaço rural deve ser uma atividade complementar, sendo que as atividades agrícolas deveriam ser mantidas. No entanto, o mais

importante seria buscar compreender os graves problemas sociais brasileiros, principalmente, os relacionados à concentração da propriedade da terra e da riqueza. Este seria o principal problema a ser enfrentado e não o da manutenção da produção primária. De acordo com Calvente (2001, p. 24) “a atual diversificação do turismo traz, a nosso ver, uma possibilidade de inserção para uma parte da população brasileira, em locais com potencialidade para o turismo em pequena escala, desde que ocorram políticas para o desenvolvimento da atividade que apoiem os de menor poder econômico”.

O turismo no espaço rural parece ser uma atividade que pode contribuir significativamente para o crescimento da economia do local onde é realizado. Possui inegáveis virtudes, entre elas, a de mobilizar recursos ociosos e, principalmente, despertar iniciativas empreendedoras. Entretanto, devemos ter muito cuidado quando associarmos turismo a desenvolvimento, pois não há ainda nenhum estudo que comprove que o turismo foi o responsável pelo desenvolvimento de determinado espaço rural. O que parece haver nos espaços rurais de turismo e lazer é a mesma lógica de concentração de riqueza que é característica do sistema de acumulação em que vivemos.

2.6 A experiência do Turismo no Espaço Rural (TER) em Portugal

Buscamos aqui também discutir algumas características da oferta e da demanda do turismo no espaço rural de Portugal. Utilizamos para isso alguns dados coletados e bibliografias consultadas quando de um estágio realizado junto ao Centro de Estudos Geográficos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Para analisar a demanda do TER em Portugal nos reportamos aos dados da estimativa das dormidas (pernoites) no total de unidades desta atividade, que foram obtidos junto a Direcção Geral de Turismo (DGT) e à pesquisa realizada pelo Instituto de Turismo de Portugal sobre as férias dos portugueses.

É importante destacar que faremos apenas algumas considerações, portanto, estando longe de ser uma análise profunda e abrangente. Além disso, mesmo sendo um país pequeno territorialmente se comparado ao Brasil, encontramos em Portugal uma grande diversidade de situações no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo no espaço rural, que certamente em uma análise mais acurada precisariam ser consideradas.

A divisão regional de Portugal é atualmente realizada com base no NUTE (Nomenclatura de Unidade Territorial Estatística). Com base nisso, o país se divide em três

regiões NUTE I, que são o Continente, a Região Autónoma de Açores e a Região Autónoma da Madeira. Já o Continente se divide em cinco regiões NUTE II, que são as seguintes: Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; e Algarve. Estas regiões por sua vez se dividem em NUTE III.

Havia também uma outra classificação em regiões turísticas, procedida pela Direção Geral de Turismo, onde o país se dividia nas seguintes regiões: Costa Verde; Montanhas; Costa de Prata; Costa de Lisboa; Planícies; Algarve; Açores; Madeira. No entanto, em nossa análise da oferta e da demanda de TER vamos utilizar a classificação em NUTE II, mais as duas regiões autónomas.

2.6.1 O rural e a promoção do TER

O interior português enfrenta um processo de desertificação humana em função da população se deslocar e concentrar no litoral. Conforme Reis (1994, p. 14), isso afeta diretamente o desenvolvimento destes espaços que ficam sem os valores humanos, pois “abaixo de certos limites de população (e já não falo das condições de produção) qualquer lógica de desenvolvimento local fica posta em causa”.

Cordovil e Rosa (1997, p. 15) constataam alguns efeitos que estariam ocorrendo com maior ou menor intensidade no espaço rural português:

- diminuição e envelhecimento da população;
- aumento do desemprego, do subemprego e da exclusão social;
- degradação dos recursos naturais e do ambiente;
- desequilíbrios e enfraquecimento do tecido produtivo;
- sub-utilização das infra-estruturas existentes;
- estagnação, quando não regressão, dos centros urbanos das áreas rurais.

O espaço rural em Portugal é marcado por uma grande diversidade e consideráveis assimetrias regionais em relação ao desenvolvimento. Nesse sentido, Cavaco (1993) identifica três tipos de situações, às quais corresponderiam diferentes problemas de desenvolvimento:

- Os *campos periurbanos e rurbanos*, que se caracterizam por acréscimos demográficos, densidades relativamente elevadas e densidade de atividades econômicas. A agricultura se sobressai na utilização do solo e na paisagem, embora não na ocupação da população ativa, sendo que, grande parte desta, migra pendularmente entre a residência e centros de empregos;

- Os *campos em via de despovoamento e abandono*, que possuem terras pobres, difíceis de trabalhar e de baixa produtividade. São áreas marginais em termos produtivos e econômicos, sendo por isso, marginalizadas pelos seus residentes frente a outras oportunidades tornadas acessíveis no local ou através da migração;

- Os *campos intermédios*, que estão entre as duas situações anteriores, sendo ainda bastante povoados e com uma grande diversidade, principalmente de utilização do solo, de atividades económicas, de fontes de rendimentos, bem como de povoamento, modos de vida e sistema de valores.

Segundo Portela (1993), o rural português é uma sociedade simultaneamente agrícola e não agrícola. É agrícola, pois está enraizado na agricultura, sendo que a maior parte das famílias depende dela economicamente. O autor (1993, p. 125) acrescenta que “não tenhamos ilusões, sem agricultura o mundo rural será aniquilado muito mais rapidamente. Falamos, é claro, duma agricultura respeitadora dos equilíbrios ambientais, que são como é sabido, dinâmicos e frágeis”.

O rural em Portugal é também uma sociedade não agrícola, pois é bastante dependente de oportunidades e recursos gerados fora da agricultura. Assim, são indispensáveis para muitas famílias rurais os recursos obtidos no exterior da exploração agrícola, bem como também aqueles provenientes de outras transferências financeiras externas. Nesse sentido, de acordo com o autor, “a sociedade rural e a agricultura portuguesa não se entendem desligadas da emigração antiga, do sistema de segurança social recente e da pluriactividade” (PORTELA, 1993, p. 126).

O rural vem sofrendo profundas alterações, que se traduzem numa diferenciação cada vez mais acentuada desse espaço e onde ficam evidenciados alguns problemas e dificuldades. Em Portugal estes podem ser ilustrados pelo declínio demográfico, despovoamento do interior, redução da importância da atividade agrícola e um certo dualismo de desenvolvimento entre as zonas rurais mais afastadas e aquelas mais próximas dos grandes centros. Nesse sentido, de acordo com Cordovil e Rosa (1997, p. 80), é importante “definir um novo papel para o mundo rural, capaz de lhe permitir reter e atrair populações e gerar os rendimentos e as condições de vida adequados”.

No contexto das políticas da Comunidade Européia para o meio rural, foram criados programas com a finalidade de incentivar iniciativas locais, principalmente nos países e regiões que apresentavam problemas de desenvolvimento. Um dos programas criados e que se tornou muito importante para Portugal foi o programa LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural).

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER começou em 1991, sendo que o LEADER I abarcou o período de 1991 até 1993. Já o LEADER II iniciou em 1994 e se estendeu até 1999. A terceira fase compreendeu o período 2000-2006 e foi denominado LEADER+. Segundo Moreno (2002, p. 188), foi somente com a criação e implementação deste programa é que teve início “um processo de promoção da inovação e de valorização das identidades territoriais e dos recursos endógenos em meio rural”.

O Programa LEADER tem sido bastante positivo, pois segundo Leal (2001, p. 187), está permitindo:

- Mobilizar os agentes locais para tomarem consciência da sua responsabilidade no desenvolvimento futuro dos respectivos territórios;
- Uma abordagem territorial descentralizada, integrada e ascendente;
- Capacidade de dar apoio a projectos de pequena dimensão, através da participação de intermediários administrativos, técnicos e financeiros.

De acordo com Moreno (2002), o Programa LEADER quando foi lançado tinha como maior objetivo reforçar outros programas já existentes de desenvolvimento rural que fossem baseados em dinâmicas locais inovadoras. A implantação do LEADER em Portugal suscitou uma série de conflitos internos em função do choque entre uma administração tradicional, centralizadora e institucionalista, e um modelo que tem como base a participação ativa das entidades locais. O que se deu foi quase uma “revolução silenciosa”, pois segundo o autor:

Se é verdade que o PIC LEADER (Programa de Iniciativa Comunitária) foi bem recebido pelo governo português, pela promessa de mitigação da crise da agricultura e do meio rural que se fazia sentir de forma intensa, não é menos verdade que a condução interna do processo escapou à sua lógica mais corrente de planeamento e gestão territorial, vindo a desagradar a vários responsáveis técnicos e políticos afectos ao Ministério do Planeamento e à Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDReg), bem como a responsáveis de várias autarquias locais, que sentiam “intrusões nos seus domínios” (MORENO, 2002, p. 191).

Analisando a estrutura dos investimentos do LEADER I e II, Moreno (2002) identificou algumas alterações na passagem de uma fase para outra, sendo que a mais significativa se deu com a medida/ação “Turismo no Espaço Rural” que representava 49,8 % no LEADER I, passando para apenas 26,5 % no LEADER II. De acordo com o autor “isto teve a ver com o reconhecimento de alguns problemas que o privilégio do TER colocava à diversificação das actividades em meio rural, além de que a formulação encontrada revelou ineficácia no *marketing* e na organização da oferta dos produtos” (p. 199). Entre as ações

diretamente ligadas ao TER, estavam grande número de projetos de apoio, promoção e animação para esta atividade, sendo relevantes as iniciativas voltadas para a recuperação e valorização de infra-estruturas e do património.

Como podemos perceber, o Turismo no Espaço Rural foi muito importante no contexto do Programa LEADER e isto é expresso na citação a seguir:

Assim, quer seja em Portugal ou a nível europeu, o turismo rural é o primeiro sector de investimento do programa LEADER e não há praticamente nenhum grupo LEADER que não tenha incluído o turismo como um dos seus eixos de intervenção. O turismo aparece sempre como um elemento chave de um desenvolvimento integrado, sendo muitas vezes um cimento essencial para interligar os sectores da economia rural e valorizar a entidade territorial. Daí que as experiências na área de turismo rural sejam extremamente numerosas e diversificadas no LEADER (LEADER II, 2003, p. 91).

Leal (2001) também destaca que o turismo no espaço rural foi o setor mais importante em termos financeiros no LEADER I. E acrescenta ainda que sem dúvida esta Iniciativa Comunitária foi, e é, o programa mais importante para o desenvolvimento desta atividade, não só em Portugal, mas em todo o território europeu.

O turismo no espaço rural teria um importante papel a desempenhar na revalorização e desenvolvimento rural, pois:

Pela sua própria natureza, é um turismo cuja qualidade se afirma na pequena escala dos serviços prestados, no contacto humano, na valorização das tradições e produtos tradicionais e na personalização dos serviços. Este tipo de turismo vai, portanto ao encontro dos trunfos e das possibilidades de um mundo rural marcado pela dispersão de actividades e das populações e representa uma grande oportunidade económica para a revitalização de zonas rurais que foram confrontadas com o declínio das suas atividades tradicionais, nomeadamente no campo da agropecuária, como é o caso da grande maioria das zonas de interior (LEADER II, 2003, p. 91).

Considerado nos programas de desenvolvimento rural, com destaque para o LEADER, como uma das atividades com grande potencial na revitalização das áreas rurais, o turismo no espaço rural foi bastante incentivado, principalmente, como veremos mais adiante, através de uma considerável dotação de recursos públicos.

2.6.2 *As modalidades de TER*

De acordo com Ribeiro; Freitas e Mendes (2000), o turismo no espaço rural iniciou de forma experimental no final dos anos 70, mais precisamente em Ponte de Lima (Região Norte de Portugal), Vila Viçosa (Alentejo), Castelo de Vide (Alentejo) e Vouzela (Centro). Foi denominado de Turismo de Habitação e tinha como objetivo aproveitar para o turismo o potencial da arquitetura, da história e da paisagem.

Segundo Garcia (1996), o turismo no espaço rural surgiu na legislação portuguesa através do Turismo de Habitação em 1978. No entanto, já existiam anteriormente tendências e políticas que ressaltavam as potencialidades do espaço rural para aproveitamento turístico.

O turismo no espaço rural é bastante recente também em Portugal, sendo que foi reconhecido como de utilidade pública apenas em 1983. Conforme Valente e Figueiredo (2003, p. 98), o marco legal do TER aconteceu em 1986 e reforçou três objetivos considerados essenciais: “o estímulo da recuperação do patrimônio histórico-cultural; a associação da oferta de alojamento às tradições de hospedagem rural; o aumento do rendimento econômico e das condições de vida das populações”.

Barreto (1992) salienta que no começo dos anos oitenta, o TER tinha também como objetivo não perder, por falta de conservação, um patrimônio de valor arquitetônico, histórico e cultural muito importante. Foi então precisamente em 1986 a primeira referência ao TER, através da publicação do Decreto-Lei nº. 256/86. Anteriormente, só havia o Turismo de Habitação regulamentado, o qual passou a ser uma modalidade do TER, juntamente com o Turismo Rural e o Agroturismo.

Um pouco mais tarde, mais precisamente em 1989, foi criada uma nova modalidade, denominada de Hotel Rural. Em 1997 através do Decreto-Lei nº. 169/97 surgem também o Turismo de Aldeia e a Casa de Campo, configurando assim seis modalidades do Turismo no Espaço Rural.

Cristóvão (2002) ressalta que em Portugal o turismo cresceu e se diversificou, incluindo, sob a designação geral de Turismo em Espaço Rural, tipologias distintas, que compreendem o turismo de habitação, o agroturismo, o turismo de aldeia, as casas de campo, os hotéis e parques de campismos rurais. Também segundo o autor, foi oficialmente regulamentado o Turismo de Natureza, que assume também diversas modalidades quanto ao alojamento e animação.

Nesse sentido, em Portugal há distinção entre o Turismo no Espaço Rural e o Turismo de Natureza. A diferença fundamental não reside no tipo de alojamento, mas na sua

localização, ou seja, enquanto no TER a localização do alojamento se dá no espaço rural em geral, no Turismo de Natureza estes estão restritos as zonas classificadas na Rede Nacional de Áreas Protegidas. Assim, nas Áreas Protegidas encontramos três tipos de alojamento: as casas-abrigo, os centros de acolhimento e as casas-retiro.

De acordo com Simões (2003) as divergências entre o turismo no espaço rural e o turismo de natureza seriam apenas de forma, nas metodologias de trabalho ou simplesmente na nomenclatura utilizada para designar as atividades envolvidas. Esse relativo divórcio tem-se desenvolvido no pressuposto de duas realidades distintas, como se ambos não fossem “as duas faces da mesma moeda”, ou ainda fosse possível conceber no território português áreas completamente virgens. Além disso, nas zonas protegidas há também presença de pessoas que cultivam a terra, sendo a paisagem transformada ao longo do tempo.

O Turismo no Espaço Rural em Portugal é definido como o conjunto de atividades e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar, realizados no espaço rural. Esses empreendimentos podem ser classificados numa das seguintes modalidades de hospedagem: turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, hotel rural, turismo de aldeia, casa de campo.

- Turismo de Habitação: é um serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas antigas particulares que pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas;

- Turismo Rural: serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas rústicas particulares utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário, que pelos seus materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitetura típica regional;

- Agroturismo: serviço de hospedagem prestado em casas particulares utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário e integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo é claro, com as regras estabelecidas pelo responsável;

- Hotel Rural: é um estabelecimento hoteleiro de natureza familiar situado em zonas rurais e fora das sedes do município, sendo explorado diretamente pelo seu proprietário ou familiar;

- Turismo de Aldeia: serviço de hospedagem prestado num empreendimento composto por um conjunto de no mínimo cinco casas particulares, situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, que sejam ou não utilizadas como habitação dos seus proprietários, que pelos seus materiais de construção e demais características, se integram na arquitetura típica local,

podendo este tipo de turismo ser explorado em aldeias históricas, centros rurais ou em aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região onde se inserem;

- Casa de Campo: é uma casa particular situada em zonas rurais que presta um serviço de hospedagem, quer seja ou não utilizada como habitação do seu proprietário e que pelos seus materiais de construção e demais características, se integra na arquitetura e ambiente rústico próprio da zona e local onde se situa;

Além destes tem-se ainda os chamados Parques de Campismo Rural, que são terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, podendo ser integrados ou não em explorações agrícolas, mas cuja área não seja superior a 5.000 m².

2.6.3 Aspectos da constituição da oferta de TER

Um dos primeiros pontos a ser considerado envolve a importância da oferta de turismo no espaço rural em Portugal. Segundo Moreira (1994), embora essa oferta tenha algum significado para determinadas áreas do país, se configura como pouco relevante se comparada com o total da oferta turística. Barreto (1992) também destaca o impacto limitado do TER no setor turístico, devido a este ser ainda recente e também pela própria natureza da atividade, que é contrária à massificação.

De acordo com Cavaco (2003a; 2006), a oferta de turismo no espaço rural continua a ter uma participação muito reduzida, sendo pouco significativa, no total da oferta da hotelaria e similares. Além disso, embora seja valorizado no discurso e nas práticas de desenvolvimento rural e local, bem como nas expectativas de diversificação da base econômica das áreas rurais, “parece pouco realista atribuir ao turismo e às práticas de lazer das populações regionais e locais, sempre difusas, um papel decisivo na inversão das tendências depressivas” (CAVACO, 2003a, p. 36).

No entanto, embora as unidades de turismo no espaço rural não tenham grande significado em nível local, elas são importantes, segundo Cavaco (1999b, p. 145), “na renovação do patrimônio utilizado e na fixação da família proprietária, que manteve e renovou a herança familiar com o recurso aos subsídios, induz algum trabalho dependente, como assalariado ou como ajuda a tempo parcial, e assegura uma procura de bens e serviços diversos”.

Como veremos, o que marcou profundamente a evolução do turismo no espaço rural em Portugal, foi o envolvimento dos proprietários de casas de grande significado

arquitetónico e histórico. Conforme Moreira (1994) são poucos os agricultores envolvidos no turismo no espaço rural, e esses poucos, na sua maioria, fazem parte de um estrato social muito favorecido, com ligações muito particulares com a agropecuária. Assim, a oferta de turismo no espaço rural “provém de estratos socioeconômicos bastante elevados e a presença de pequenos e médios agricultores é diminuta” (p. 224).

A constituição dessa oferta teve início pelo topo da pirâmide social, estando ainda longe de alcançar os estratos mais próximos da base. Moreira (1994, p. 225) coloca que, “os beneficiários actuais do TER, tanto no campo da procura como da oferta, são aqueles que menos necessitavam, à partida, dessas benesses. A inovação partiu do topo, veremos quando chegará à base”.

A forma como está sendo impulsionada a oferta de turismo no espaço rural em Portugal é vista como fechada à grande maioria das famílias rurais portuguesas. Conforme Caldas (2003, p. 536) “mais que uma ‘panacéia’ para o futuro destes espaços, com repercussões no plano empresarial e efeitos dinamizadores nas economias locais, os apoios ao investimento têm sido lidos como representando solução para a recuperação de parte do património arquitectónico e histórico”.

Segundo Ribeiro (2003a), a oferta de turismo no espaço rural em Portugal tem influência marcante da Administração Central, mais precisamente da Direcção Geral de Turismo, “a ponto de não parecer abusivo argumentar-se que a oferta de TER em Portugal tem sido, em grande medida, construída de cima para baixo, ou afirmar-se mesmo que o TER em Portugal tem sido o que a DGT tem entendido que ele deverá ser” (p. 203).

O poder público teve papel fundamental na constituição da oferta de turismo no espaço rural em Portugal, principalmente através de regulamentação, ordenamentos jurídicos das formas de acolhimento e dos serviços a serem prestados; de apoio financeiro, como financiamentos com custos reduzidos e maiores períodos de carência; isenção de impostos; até subsídios a fundo perdido e ações de formação profissional (CAVACO, 2003b).

O crescimento dessa oferta se deve fundamentalmente aos generosos apoios financeiros que o governo tem disponibilizado para o setor no âmbito dos fundos da União Européia. Para Ribeiro (2003a, p. 207), “os vários programas criados para o efeito, têm proporcionado, aos titulares das casas, condições de financiamento praticamente únicas e irrecusáveis – com largas margens de fundo perdido e/ou a juros bonificados – para a recuperação das mesmas”. Nesse contexto, os benefícios privados do turismo no espaço rural são maiores que aqueles que dele decorrem em termos sociais. Mesmo considerando muito relevantes em termos sociais, a recuperação e conservação patrimonial, não há como esconder

que são os proprietários das casas e suas respectivas famílias quem mais usufruem das intervenções. Ainda segundo a autora “a estratégia patrimonial terá, de facto, prevalecido ao longo destes anos, sobre a empresarial” (RIBEIRO, 2003a, p. 208).

Cavaco (2006, p. 84) ressalta também que a criação da oferta de turismo no espaço rural em Portugal “contou com muitos apoios das políticas oficiais de turismo e de desenvolvimento rural e local e com vultuosos subsídios a fundo perdido de origem comunitária”.

O fato do turismo no espaço rural de ter iniciado por cima, ou seja, pelas casas maiores, baseado em critérios de reabilitação patrimonial e aproveitando as vantagens dos primeiros fluxos financeiros comunitários, fez com que esse fenômeno tenha andado, segundo Godinho (2004), um pouco ao contrário do resto da Europa. Para o autor, se desenvolveu uma certa conscientização da necessidade de reabilitar o patrimônio edificado, além do gosto pela preservação da paisagem e despertou um novo olhar dos administradores públicos sobre desenvolvimento e turismo. Todavia, os resultados ficaram bem abaixo das expectativas criadas.

A construção da oferta de turismo no espaço rural em Portugal teve como protagonistas selecionados, pessoas e famílias social e economicamente favorecidas, dispendo muitos deles de outras fontes de rendimentos suficientemente elevados, para não dependerem nem necessitarem das receitas da atividade turística. Conforme Ribeiro (2003a, p. 211), “não encaram, portanto, o TER como um negócio que é preciso fazer render, mas como um meio para, entre outros, poderem ter acesso a apoios financeiros para a restauração das casas”. A maioria dos proprietários destas casas “disporão de recursos e alternativas de vida que lhes permitem secundarizar ou mesmo descartar o interesse econômico da exploração turística das mesmas” (RIBEIRO, 2003a, p. 212).

Nesse sentido, de acordo com Nave (2003), em Portugal não tem sido grande o sucesso das iniciativas de desenvolvimento rural e local com base nas estratégias que envolvem o turismo no espaço rural, sendo para isso muito elucidativos os exemplos do pequeno impacto local em relação à sustentabilidade econômica dos rendimentos e do emprego resultante dos investimentos nessa atividade.

Freire, Andrade e Paiva (1996, p. 91) analisando o custo de oportunidade do TER na região Centro do país se questionam: “Até que ponto as verbas destinadas ao TER não trariam mais benefícios à região, se aplicadas noutras atividades?”. Para os autores, se os recursos aplicados no TER fossem destinados para outras atividades como, por exemplo, a indústria, haveria maior criação de emprego. Essas outras atividades teriam maior potencial de

crescimento e de criação de sinergias na região. Os benefícios derivados do TER são praticamente inexistentes, tendo apenas lugar benefícios pessoais, sendo que “daqui a 20 anos nada terá se alterado na região em consequência do TER” (p. 91).

O turismo no espaço rural segundo Baptista (1998, p. 34), dificilmente é assumido na ótica empresarial autônoma como um investimento rentável. No entanto, em função da sua importância e do seu significado “como meio de valorização indirecta da vivência no espaço rural, em preocupante e crescente desertificação, deve ser encarado como processo de intervenção e apoio, ainda que tendo presente o objectivo essencial de estimular a gradual autonomização das iniciativas privadas”.

O turismo na visão de Cavaco (1993), é uma das atividades mais exigentes em nível pessoal e também uma das mais vulneráveis. Assim, os êxitos na modalidade de agroturismo em Portugal, situam-se:

Entre agricultores com idéias modernas, mentalidade aberta (trato personalizado), meios de investimento, adequada informação, nível de instrução médio e alto, domínio de línguas estrangeiras, bom nível cultural, capacidade de relacionamento com meios sociais diversos e não agrícolas, patrimônios a conservar ou a reconverter e filhos interessados em fazer do turismo ‘doméstico’ uma profissão e um modo de vida, na falta de alternativas e na falta de gosto e persistência nos estudos de nível superior (CAVACO, 1993, p. 106).

Passaremos agora a analisar alguns dados sobre a atividade turística no espaço rural em Portugal. Com base em dados de relatórios obtidos junto a Direcção Geral de Turismo, poderemos observar o crescimento do turismo por modalidade de hospedagem entre os anos de 1985 e 2005.

Como poderemos observar na tabela 10, em 1985 havia apenas 121 estabelecimentos de TER, passando em 2005 para 1.053, ou seja, houve, no período considerado, um crescimento de 870,2 % na oferta. É importante destacar que a oferta continua a ser ampliada com a incorporação de novos estabelecimentos, principalmente os classificados como Casas de Campo. Verifica-se nos últimos anos uma certa estagnação no surgimento de unidades tanto de Turismo de Habitação, como de Agroturismo.

A partir de 1989 os dados sobre os estabelecimentos já são disponibilizados de acordo com as três modalidades de TER que passaram a existir a partir do decreto publicado em 1986, ou seja, além do Turismo de Habitação, também os referentes aos alojamentos de Turismo Rural e Agroturismo. Como vimos, quando o turismo no espaço rural começou era formado apenas pela modalidade de Turismo de Habitação, que predominou na participação

do TER até o ano de 1991, sendo em 1992 ultrapassado pelas unidades classificadas como Turismo Rural.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural por modalidade de hospedagem. Portugal, 1985 a 2005.

Ano	Turismo de Habitação	Turismo Rural	Agroturismo	Casas de Campo	Turismo de Aldeia	Total
1985	-	-	-	-	-	121
1986	-	-	-	-	-	154
1987	-	-	-	-	-	182
1988	-	-	-	-	-	180
1989	107	72	10	-	-	197*
1990	112	86	18	-	-	223**
1991	119	94	20	-	-	240
1992	147	157	49	-	-	358
1993	155	188	71	-	-	417
1994	167	187	75	-	-	429
1995	177	219	88	-	-	484
1996	181	214	98	-	-	493
1997	198	235	101	-	-	534
1998	213	248	108	-	-	569
1999	214	262	115	15	-	606
2000	229	280	119	40	-	668
2001	228	284	122	51	-	685
2002	244	358	145	116	3	866
2003	246	391	147	148	4	936
2004	247	406	146	162	4	965
2005	248	416	147	234	8	1.053

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

Obs.: *1989: 8 estabelecimentos não foram classificados; ** 1990: 7 não foram classificados.

Na distribuição dos estabelecimentos entre as cinco modalidades apresentadas na tabela, podemos verificar que atualmente predominam as unidades de Turismo Rural na composição da oferta, representando 39,5 % desta. O destaque fica por conta do significativo aumento, nos últimos anos, dos estabelecimentos classificados como Casas de Campo, ultrapassando os de Agroturismo e já representando em 2005, 22,2 % da oferta. Além disso, como já referimos, é este o principal fator responsável pela continuidade do crescimento da oferta total de TER em Portugal. O Turismo de Aldeia é que continua pouco significativo na oferta de TER, representando apenas 0,8 % em 2005.

Na tabela 11 poderemos observar o número de estabelecimentos por modalidade de classificação e ainda considerando as diferentes regiões do país, isso tendo como base o ano de 2005.

A oferta de estabelecimentos de turismo no espaço rural está mais concentrada nas regiões Norte e Centro, com destaque para a primeira, que congrega 43,8 % da oferta total. A região Centro detém 23,2 % do total, vindo na frente do Alentejo com 15,8 %. A região de Lisboa é a que possui o menor número de unidades TER, somente 2,7 %.

Tabela 11 - Número de estabelecimentos por modalidade de hospedagem e por NUTES II. Portugal, 2005.

NUTES/Tipos	Turismo Habitação	Turismo Rural	Agroturismo	Casas de Campo	Turismo de Aldeia	TOTAL
Norte	119	210	53	76	3	461
Centro	63	99	33	47	2	244
Lisboa	13	14	1	-	-	28
Alentejo	27	53	52	32	2	166
Algarve	4	18	3	6	-	31
R. A. Madeira	11	8	2	28	-	49
R. A. Açores	11	14	3	45	1	74
TOTAL	248	416	147	234	8	1.053

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

A região Norte detém maior representatividade em todas as modalidades consideradas, com destaque para a de Turismo Rural, com 50,5 % deste total. No entanto, ao contrário do que acontece com essa atividade, nas unidades de Casas de Campo essa região tem a menor participação (32,5 %). Aliás, os estabelecimentos de Turismo Rural predominam em todas as cinco regiões do Continente, exceção feita às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde as Casas de Campo são mais representativas.

2.6.4 Algumas características da demanda do TER

O turismo é considerado um dos principais setores da economia portuguesa e por isso muito importante para o desenvolvimento do país, merecendo inclusive atenção especial do governo através de um Plano Estratégico Nacional de Turismo, que ambiciona desenvolver quantitativamente e qualitativamente este setor.

O turismo se constituiria então, segundo Ferreira (2004, p. 344), “como um dos protagonistas da promoção do desenvolvimento do território, pelos impactos de ordem econômica que promove, bem como no consumo, no emprego, na dinâmica social e cultural das comunidades, fruto da troca de idéias e de contacto que possibilita”.

Devido a significativa participação na constituição do Produto Interno Bruto (calculado em 11,0 % no ano de 2004), Ferreira (2004) considera o turismo uma atividade

vital para Portugal, sendo que “nas áreas rurais e periféricas ele representa quase a única forma de provocar desenvolvimento, graças à sua faculdade de permitir diversificar actividades e multiplicar rendimento, com os seus reconhecidos efeitos multiplicadores” (p. 478).

Assim, o turismo teria o papel de descortinar uma nova realidade. Nesse sentido, Freire; Andrade e Paiva (1996, p. 12) acrescentam que “apesar da reduzida dimensão do seu território, Portugal oferece uma variedade de paisagens, climas, monumentos e património artístico que justificam uma aposta séria num ‘turismo de interior’”.

No entanto, a procura pelo turismo no espaço rural ou por qualquer outro destino alternativo aos convencionais, embora revelando tendências de crescimento, tem segundo Ribeiro (2003a, p. 199), “uma expressão ainda muito incipiente e muito modesta, que a deixam a uma incomensurável distância das opções clássicas dominantes”. O que prevalece ainda são os roteiros tradicionais de turismo.

No que diz respeito a composição da demanda do TER, vamos observar uma característica bem marcante. Considerando, na tabela 12, as estimativas de dormidas por país de residência para os anos 2004 e 2005, temos que na média destes anos, o percentual de turistas estrangeiros (50,5 %) foi ligeiramente superior ao de turistas portugueses (49,5 %). Nesse sentido, o turismo no espaço rural em Portugal, de acordo com Moreira (1994, p. 64), “implica o estabelecimento de fluxos monetários originários do exterior, os quais poderão, eventualmente, compensar e mesmo exceder os que têm origem no espaço considerado”.

Tabela 12 - Estimativa das dormidas por país de residência. Portugal, 2004 e 2005.

PAÍS	DORMIDAS 2004		DORMIDAS 2005	
	Número	%	Número	%
Portugal	177.793	45,7	241.092	53,3
Alemanha	63.478	16,3	71.040	15,7
Brasil	902	0,2	4.354	1,0
Espanha	18.534	4,8	15.867	3,5
EUA	13.279	3,4	9.036	2,0
França	18.000	4,6	20.416	4,5
Holanda	18.272	4,7	17.539	3,9
Reino Unido	32.791	8,4	28.444	6,3
Outros	46.272	11,9	44.700	9,8
Total Estrangeiros	211.528	54,3	211.396	46,7
TOTAL	389.321	100,0	452.488	100,0

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

Ao analisarmos então os dados fornecidos pela Direcção Geral de Turismo para os anos de 2004 e 2005, vamos perceber que entre o total de estrangeiros há uma participação muito significativa de turistas alemães, que representam na média dos dois anos, 16,0 % do total das dormidas, e 31,7 % se considerarmos somente os estrangeiros. Depois vêm os ingleses com média de 7,4 % de participação no total de turistas, seguido dos franceses (4,6 %), holandeses (4,3 %) e espanhóis (4,2 %). O Brasil foi responsável neste período, por 0,6 % do total de turistas no espaço rural português.

Podemos observar também que houve um aumento de 16,2 % no total das dormidas em 2005 em relação ao ano anterior. Isso se deu em função exclusivamente do crescimento das dormidas dos portugueses, que foram 35,6 % maiores de um ano para outro, pois o número de dormidas de estrangeiros permaneceu praticamente o mesmo (com uma quase imperceptível redução). Houve, de 2004 para 2005, um aumento no número de dormidas dos alemães, brasileiros e franceses, enquanto diminuíram dos espanhóis, americanos, holandeses e ingleses.

Kastenholz (2003) em estudo realizado sobre o mercado de turistas no espaço rural na região Norte de Portugal, concluiu que existem diferenças marcantes entre os visitantes do rural desta região, o que contraria a visão de um mercado homogêneo de turistas que procuram esse tipo de turismo. A autora identificou em sua pesquisa, com base nas motivações dos visitantes, quatro segmentos de mercado:

- Os entusiastas rurais calmos: corresponderam a 31,0 % do total, sendo formado por pessoas que particularmente apreciam o espaço rural e manifestaram uma visão romântica do mesmo. Estes buscavam a autenticidade, o património cultural, um ambiente calmo e sem poluição, uma aproximação maior com a natureza, além da integração num estilo de vida mais tradicional e rural. Este grupo é composto, em sua maioria, por estrangeiros, com idade relativamente mais elevada e que possuem um poder de compra mais alto, frequentando o campo regularmente com a finalidade de gozarem as férias;

- Os entusiastas rurais ativos: representam 26,0 % do total e são pessoas também motivadas pelo rural, pelo natural e tradicional, no entanto, mais interessadas em atividades recreativas, desportivas e oportunidades de convívio. Este segmento exige geralmente mais infra-estruturas e atividades. É formado principalmente por portugueses pertencentes a uma faixa etária mais jovem, e que tem boa possibilidade de passar as férias e os finais de semana no campo, tendo suas despesas diárias dentro da média;

- Os urbanos: 22,0 % das pessoas que não demonstram grande preferência pela ruralidade nem pelo local visitado. Procuram infra-estruturas de maior escala, com

divertimentos e variedade de atrações, que eventualmente são incompatíveis com um destino rural autêntico e calmo. Esse grupo é também mais novo em idade e formado predominantemente por portugueses. Tem menos interesse em gozar férias no campo e tem pouca probabilidade de regressar ou recomendar o destino;

- Os puristas: segmento composto por 21,0 % das pessoas que procuram um ambiente natural, tranquilo e sem poluição. Além disso, não valorizam infra-estruturas turísticas, o convívio e nem aspectos culturais, receando inclusive uma certa urbanização do rural. Esse grupo é formado em sua maioria por estrangeiros. São mais críticos e menos satisfeitos com o destino, mostrando-se adversos as mudanças no rural e defendendo veementemente a conservação do patrimônio natural e cultural.

Nesse contexto, outro aspecto que pode ser analisado é a estimativa das dormidas dos portugueses e estrangeiros, considerando as regiões do país, como podemos verificar na tabela 13 para o ano de 2005.

O Norte de Portugal é a região com o maior número de dormidas, sendo a preferida tanto pelos portugueses como pelos estrangeiros. Podemos identificar que as dormidas dos portugueses em relação aos estrangeiros, considerando cada região, são maiores na região Norte, Centro e Alentejo. Já os estrangeiros estão mais presentes na região de Lisboa e no Algarve, além de serem maioria também na Região Autónoma da Madeira e dos Açores.

Tabela 13 - Estimativa das dormidas dos portugueses e estrangeiros por Região NUTE II. Portugal, 2005.

Região NUTE II	Portugueses		Estrangeiros		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Norte	81.622	62,5	48.946	37,5	130.568	100,0
Centro	73.204	71,2	29.618	28,8	102.822	100,0
Lisboa	2.574	10,4	22.258	89,6	24.832	100,0
Alentejo	55.687	61,9	34.317	38,1	90.004	100,0
Algarve	10.730	32,5	22.288	67,5	33.018	100,0
R. A. Madeira	5.556	12,6	38.686	87,4	44.242	100,0
R. A. Açores	11.719	43,4	15.283	56,6	27.002	100,0
Total	241.092	53,3	211.396	46,7	452.488	100,0

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

Podemos identificar também que percentualmente os portugueses estão mais presentes na região Centro (71,2 %), enquanto os estrangeiros dominam as dormidas na região de Lisboa (89,6 %), bem como na Região Autónoma da Madeira (87,4 %). Obviamente o contrário se verifica quanto a menor participação, onde os estrangeiros respondem por 28,8 %

das dormidas no Centro e os portugueses por apenas 10,4 % e 12,6 % em Lisboa e Madeira, respectivamente.

Na tabela 14 encontraremos a estimativa das dormidas das pessoas que demandam o turismo no espaço rural para o ano de 2005, considerando o país de procedência e a modalidade do TER. Um dos primeiros aspectos que podemos observar é que, consoante com a preponderância na oferta de alojamento, também na demanda o Turismo Rural se apresenta em destaque, sendo a modalidade que contribui com o maior número de dormidas no total (35,9 %). Após aparecem o Turismo de Habitação (24,0 %) e as Casas de Campo (21,1 %). Verificamos que há maior número de dormidas, tanto de portugueses como de estrangeiros, na modalidade de Turismo Rural.

Na modalidade Turismo de Habitação, podemos verificar um equilíbrio entre as dormidas de portugueses (50,4 %) e estrangeiros (49,6 %). No Turismo Rural há preponderância de portugueses (61,6 %), assim acontece também no Agroturismo (60,1 %) e no Turismo de Aldeia (62,2 %). Os estrangeiros só aparecem em maior número nas Casas de Campo (63,9 %).

Observamos também que dentre as dormidas dos turistas estrangeiros os alemães aparecem em primeiro lugar em todas as modalidades, com destaque para as Casas de Campo onde a presença destes é muito expressiva (42,7 % do total das dormidas desta modalidade), superando inclusive as dormidas dos portugueses (36,1 %).

Tabela 14 – Estimativa das dormidas por país de residência e por modalidade. Portugal, 2005.

	Turismo de Habitação		Turismo Rural		Agroturismo		Casas de Campo		Turismo de Aldeia	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
<i>Portugal</i>	54.710	50,4	99.923	61,6	43.575	60,1	34.479	36,1	8.405	62,2
Alemanha	11.813	10,9	10.333	6,4	6.640	9,2	40.823	42,7	1.431	10,6
Brasil	733	0,7	2.872	1,8	489	0,7	223	0,2	37	0,3
Espanha	5.191	4,8	6.737	4,1	2.078	2,9	1.362	1,4	499	3,7
EUA	5.071	4,7	2.392	1,5	881	1,2	585	0,6	107	0,8
França	7.019	6,5	8.696	5,3	1.920	2,6	1.989	2,1	792	5,9
Holanda	2.740	2,5	4.149	2,6	5.000	6,9	5.265	5,5	385	2,8
Reino Unido	9.488	8,7	9.117	5,6	5.469	7,5	3.859	4,0	511	3,8
Outros	11.782	10,8	18.061	11,1	6.487	8,9	7.029	7,4	1.341	9,9
<i>Estrangeiros</i>	53.837	49,6	62.357	38,4	28.964	39,9	61.135	63,9	5.103	37,8
TOTAL	108.547	100,0	162.280	100,0	72.539	100,0	95.614	100,0	13.508	100,0

Fonte: Direcção Geral de Turismo.

Podemos então dizer que assim como os alemães, os holandeses também preferem as Casas de Campo. Os brasileiros, juntamente com os franceses e os espanhóis ficam com o

Turismo Rural, pois efetuaram mais dormidas nesta modalidade, enquanto os americanos e os ingleses preferem o Turismo de Habitação. Por outro lado, excetuando o Turismo de Aldeia que ainda é incipiente em termos de demanda como também na oferta, a modalidade que teve menor número de dormidas de alemães e franceses foi o Agroturismo. Já para os brasileiros, espanhóis, americanos e ingleses o menor interesse esteve atrelado as Casas de Campo, enquanto os holandeses preferem menos o Turismo de Habitação.

A demanda do turismo no espaço rural pode, então, ser dividida entre os turistas estrangeiros e os turistas nacionais. No que diz respeito ao turismo interno a atração do rural se deve principalmente, segundo Cavaco (2003c, p. 196), a “idealização do retorno às origens, a busca de uma certa identidade territorial, mais ou menos romântica, a afirmação algo *snobe* de um certo ecologismo e etnologismo”.

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Turismo de Portugal (GOVERNO DE PORTUGAL, 2007) sobre as férias dos portugueses em 2006 e que se refere a população residente no Continente com 15 anos ou mais, podemos constatar que dessa população total, 50,7 % gozou férias e 49,3 % não gozou férias. Entre a população que gozou férias, 70,0 % fizeram isso fora da residência habitual.

Quando consideramos a população portuguesa residente no Continente, com 15 anos ou mais, que gozou férias fora da residência habitual, vamos perceber que a praia foi a preferida por 66,0 % destes, seguida do campo (12,2 %) e da cidade (12,1), o que demonstra que não há uma mudança significativa em relação a tradicional opção de férias da população, ou seja, “sol e praia”.

Fica então evidente, como já mencionado anteriormente, que permanece reduzida a importância do turismo no espaço rural nas férias dos portugueses. Isso fica ainda mais evidente quando consideramos os tipos de alojamento utilizados nas férias dos portugueses, onde o conjunto das unidades TER foram a hospedagem escolhida por apenas 1,8 % da população.

Talvez esse número fosse mais expressivo se os portugueses que não gozaram férias também tivessem usufruído desse período fora da residência. Embora quem não gozou férias também preferisse como ambiente a praia (51,7 %), no entanto, o campo, que havia sido escolhido por 12,2 % dos que gozaram férias, seria o destino elegido por 22,9 % desses outros que não gozaram.

Outro dado interessante que permite fazer algumas ilações é quanto ao número de portugueses que passaram finais de semana fora da residência habitual, que representou em 2006, 43,7 % dos portugueses com 15 anos ou mais. Mais uma vez fica evidente a pouca

procura dos portugueses pelos estabelecimentos de turismo no espaço rural, que foram utilizados apenas por 0,4 % dessa população. O que não significa que o campo não tenha sido o destino de uma parte importante dessa demanda, pois o alojamento fornecido gratuitamente por familiares e amigos aparece em primeiro lugar com quase metade (49,5 %) dos alojamentos utilizados.

O turismo no espaço rural em Portugal pode então ser considerado pouco significativo no total da oferta turística. Além disso, é constituído em grande parte por famílias que não necessitam dos recursos provenientes desta atividade para sobreviver. Em relação à demanda, há grande presença de turistas estrangeiros, o que configura uma realidade bastante particular, pois há necessidade assim, de que, no mínimo, um dos integrantes dos empreendimentos que recebem visitantes saiba falar pelo menos outro idioma.

**3 OS CAMINHOS QUE NOS LEVARAM E
CONDUZIRAM POR SÃO MARTINHO**

Neste capítulo buscaremos discorrer sobre os caminhos que nos fizeram chegar ao município de São Martinho na Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina, bem como elucidar nossos passos dentro deste nível territorial, caracterizando assim o local onde o trabalho de campo foi realizado e descrevendo os procedimentos utilizados para a realização do estudo.

Consideramos aqui que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, dando conta de um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2003).

Nesse contexto, julgamos necessário dar certo destaque, em forma de capítulo, ao método e aos procedimentos utilizados na realização da pesquisa, pois entendemos ser fundamental para melhor compreendê-la, que todos os passos seguidos até os resultados sejam conhecidos e bem evidenciados. Concordamos assim com Duarte (2002, p. 140) quando assinala que:

Se nossas conclusões somente são possíveis em razão dos instrumentos que utilizamos e da interpretação dos resultados a que o uso dos instrumentos permite chegar, relatar procedimentos de pesquisa, mais do que cumprir uma formalidade, oferece a outros a possibilidade de refazer o caminho e, desse modo, avaliar com segurança as afirmações que fazemos.

Um aspecto que gostaríamos de destacar diz respeito ao nosso interesse pelo rural. Poderíamos aqui certamente elencar uma série de motivações para pesquisar este espaço, mas que podem ser sintetizadas nas palavras de Reis (2003, p. 43), ou seja, nos interessamos pelo rural “porque nos interessamos pelas pessoas, pelos territórios, pelas sociabilidades, pela proximidade relacional, pelas capacidades que originam ancoragens qualificantes dos processos de desenvolvimento. E também porque nos interessamos por uma forma de produzir que associamos a modos de vida que queremos ver como recursos para a reinvenção social”.

Tarefa fácil também para quem, como nós, tem raízes no espaço rural, é compreender as motivações da crescente procura pelo campo como local de lazer e turismo, pois quem passou a infância no rural sabe que estar no campo significa matar um pouco a saudade de momentos vividos, é dormir praticamente sem nenhum barulho, comer aquelas comidas que se revestem de um sabor especial, colher uma fruta no pomar, caminhar em meio à natureza, pescar, etc.

Também é preciso explicar os motivos que nos fizeram buscar o espaço rural do município de São Martinho para ancorar nossa pesquisa empírica. Um dos primeiros fatores foi a necessidade de optar entre a realização de um estudo de caso, ou de um estudo mais abrangente, que obviamente careceria de profundidade além de ser deveras dispendioso, pois as experiências em turismo no espaço rural estão irregularmente distribuídas pelo território com suas particularidades geográficas e culturais. Assim, a idéia inicial de realizar um estudo comparativo entre diferentes realidades foi deixada de lado. Nesse contexto então, nossa atenção teria, necessariamente, que ser direcionada para um estudo de caso. Mas qual?

O próximo passo foi escolher o nível territorial onde seria realizada a pesquisa empírica. Duas alternativas surgiram no horizonte. A primeira seria escolher o município onde havia sido realizada a pesquisa para dissertação de mestrado e a segunda, eleger uma nova realidade. Optamos pela primeira alternativa por vários motivos, entre eles inclui-se o fato de São Martinho já ser uma experiência consolidada, tendo bastante reduzida aquela euforia inicial do processo de implantação, sendo assim, o local onde os efeitos e as mudanças poderiam ser melhor identificados. Além disso, a possibilidade de poder dialogar com a pesquisa anterior revelou-se muito interessante.

Nesse sentido, o que apresentamos neste capítulo vai de uma breve reflexão sobre o método de pesquisa qualitativa e o estudo de caso, passa pela apresentação e caracterização do local onde a pesquisa empírica foi realizada, bem como por um breve relato do processo de implantação do turismo no espaço rural no município de São Martinho, chegando aos passos dados na condução do trabalho de campo e na interação com os sujeitos que fizeram parte do estudo, ou seja, os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa empírica.

3.1 A pesquisa qualitativa e o estudo de caso

Para Minayo (2003), a pesquisa é um fator artesanal, não prescindindo da criatividade e se realizando fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, sendo que esta linguagem se constrói com um ritmo próprio e particular. Esse ritmo é denominado pela autora como ciclo da pesquisa, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem à novas interrogações.

Embora nossa pesquisa não tenha como objetivo estudar o turismo isoladamente, não deixamos de transitar nessa área, onde de acordo com Lage e Milone (2000b) a pesquisa qualitativa é comumente usada, sendo que o estudo de caso tem se tornado uma estratégia metodológica bastante utilizada e que está contribuindo para a difusão das múltiplas experiências que a complexa atividade turística incorpora.

Nossa escolha por um método de pesquisa qualitativa se deu em função de entendermos que a realidade, ou seja, os fatos e os problemas podem ser muito mais complexos que uma análise quantitativa poderia mostrar. Além do que, em estudos que envolvem processos mais recentes, como é o caso do turismo no espaço rural, podem ser identificados acontecimentos muito relevantes e que normalmente não seriam revelados pela análise estatística.

Segundo Martins (2004, p. 292) “realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades”. Para a autora a flexibilidade é a marca característica dos métodos qualitativos, principalmente em relação às técnicas de coleta de dados, sendo incorporadas as que são mais adequadas à investigação que está sendo realizada.

Este tipo de pesquisa permite certa liberdade no decorrer da coleta de dados, pois, não segue uma seqüência tão rígida das etapas, permitindo recolher informações em busca de novos dados no decorrer do processo (TRIVINOS, 1987).

É preciso obter os dados sobre as pessoas, o lugar e o processo interativo, através do contato com a realidade estudada, procurando assim, de acordo com Godoy (1995a, p. 58), “compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”. Na pesquisa de base qualitativa é fundamental que se estude e analise determinada situação no seu ambiente natural, pois de acordo com o autor, “um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte” (GODOY, 1995a, p. 62).

Na pesquisa qualitativa os pesquisadores “tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. Considerando todos os pontos de vista como importantes, esse tipo de pesquisa ‘ilumina’, esclarece o dinamismo interno das situações, frequentemente invisível para observadores externos” (GODOY, 1995a, p. 63).

Entendemos também como Duarte (2002, p. 143), que o número de sujeitos que irão compor o quadro de entrevistas numa pesquisa qualitativa raramente poderá ser determinado antes que se inicie o trabalho de campo, ou seja, “tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e

divergência dessas informações”. O autor acrescenta ainda que “enquanto estiverem aparecendo ‘dados’ originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas” (p. 143).

Isso aconteceu, como veremos, para o grupo que tem como integrantes as lideranças municipais, pois quanto aos empreendedores já havíamos decidido que seriam todos entrevistados. E, mesmo para os outros dois grupos, embora fosse durante as entrevistas que identificaríamos quais seriam os sujeitos que fariam parte deles, estabelecemos um número base de entrevistas que seriam realizadas, é claro que, com possibilidade e intenção de ampliá-lo se fosse necessário.

Nesse sentido, com um dos grupos de sujeitos, procedemos como o sugerido por Duarte (2002), inclusive retornando a campo para novos esclarecimentos:

A medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos (DUARTE, 2002, p. 144).

Na metodologia qualitativa não cabe preocupação com a generalização, pois “o que a caracteriza é o estudo em amplitude e em profundidade, visando a elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo, reconhecendo que o resultado das observações são sempre parciais” (MARTINS, 2004, p. 295).

Embora nosso trabalho se pautar numa abordagem qualitativa, entendemos que dados quantitativos possam estar presentes e ajudar a melhor explicar determinadas situações. De acordo com Godoy (1995b, p. 26) “ainda que os estudos de caso sejam, em essência, pesquisa de caráter qualitativo, podem comportar dados quantitativos para aclarar algum aspecto da questão investigada. É importante ressaltar que, quando há análise quantitativa, geralmente o tratamento estatístico não é sofisticado”.

Nesse sentido, também utilizaremos, quando e se necessário for, dados quantitativos, principalmente na análise de dados secundários. Concordamos com Minayo (2003), quando afirma que, o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Dentro dessa abordagem optou-se pela pesquisa do tipo “estudo de caso”, que tem por finalidade investigar profundamente uma determinada realidade. Para Lüdke e André (1986) o caso deve ser sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no decorrer da pesquisa. O interesse neste tipo de estudo incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Segundo os autores, devemos escolher o estudo de caso, quando desejamos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo.

O estudo de caso é colocado por Chizzotti (1995, p. 103) como sendo “uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avalia-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora”. Além disso, “é considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação” (CHIZZOTTI, 1995, p. 103).

Esse tipo de estudo é baseado no aprofundamento da análise de casos particulares, que segundo Bruyne et al. (1991, p. 224), "reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vistas a apreender a totalidade de uma situação", recorrendo, por isso, a técnicas variadas e frequentemente refinadas para a coleta dessas informações.

O estudo de caso passa a ser a estratégia escolhida quando buscamos “responder às questões ‘como’ e ‘por que’ certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real” (GODOY, 1995b, p. 25).

Ao desenvolver o estudo de caso, a preocupação central é a compreensão de uma instância singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada. Nesse contexto, “a questão sobre o caso ser ou não ‘típico’, isto é, empiricamente representativo de uma população determinada, torna-se inadequada, já que cada caso é tratado como tendo um valor intrínseco” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 21).

Para Becker (1999, p. 118) o estudo de caso geralmente tem um duplo propósito:

Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo

tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais.

No estudo de caso, segundo Becker (1999), mesmo que não se consiga alcançar a abrangência que se busca, ele traz conseqüências importantes e úteis. Prepara o pesquisador para lidar com descobertas inesperadas, exigindo, muitas vezes, que ele reoriente seu estudo. Pode também induzi-lo a considerar as múltiplas inter-relações dos fenômenos que observa e a evitar que realize pressuposições sobre questões relevantes e que poderiam vir a se revelar incorretas. Isso ocorre “porque um estudo de caso quase sempre fornece alguns fatos para guiar estas pressuposições, enquanto os estudos com procedimentos de coleta de dados mais limitados são obrigados a pressupor o que o observador que faz o estudo de caso pode verificar” (BECKER, 1999, p. 119).

Todo o processo tem início com a fase exploratória da pesquisa, que é o tempo dedicado às interrogações preliminares sobre o objeto, aos pressupostos, às teorias pertinentes, à metodologia apropriada e às questões operacionais para a realização do trabalho de campo, tendo como principal objetivo a construção do projeto de investigação (MINAYO, 2003). Em seguida, estabelece-se o trabalho de campo que pode combinar entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional, etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias.

O trabalho de campo nos proporciona conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar conhecimento, partindo da realidade presente nele. De acordo com Cruz Neto (2003, p. 54) “o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos”.

Os instrumentos, como entrevistas, observação, questionários, são meios que se usam na investigação e que adquirem importância através da teoria escolhida pelo pesquisador. Para coletar os dados de pesquisa, utilizamos como técnicas a pesquisa bibliográfica e documental, e a entrevista semi-estruturada.

Numa pesquisa qualitativa, Godoy (1995a, p. 62), coloca que “a palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados”. Assim, os dados que são coletados aparecem entre outros, na transcrição das entrevistas, anotações de campo e fotografias.

Nesse sentido, segundo Selltiz et al. (1974, p. 272) “a entrevista é a técnica mais adequada para a revelação de informação sobre assuntos complexos, emocionalmente carregados, ou para verificar os sentimentos subjacentes a determinada opinião apresentada”. E dentre os tipos de entrevistas optamos, como veremos, pela entrevista semi-estruturada (que combina perguntas fechadas e abertas).

3.2 Caracterização do local de pesquisa

O Estado de Santa Catarina está localizado na Região Sul do Brasil e é formado por 293 municípios. Como podemos observar na figura 1, é dividido em seis Mesorregiões: Oeste Catarinense; Norte Catarinense; Serrana; Vale do Itajaí; Grande Florianópolis e Sul Catarinense.

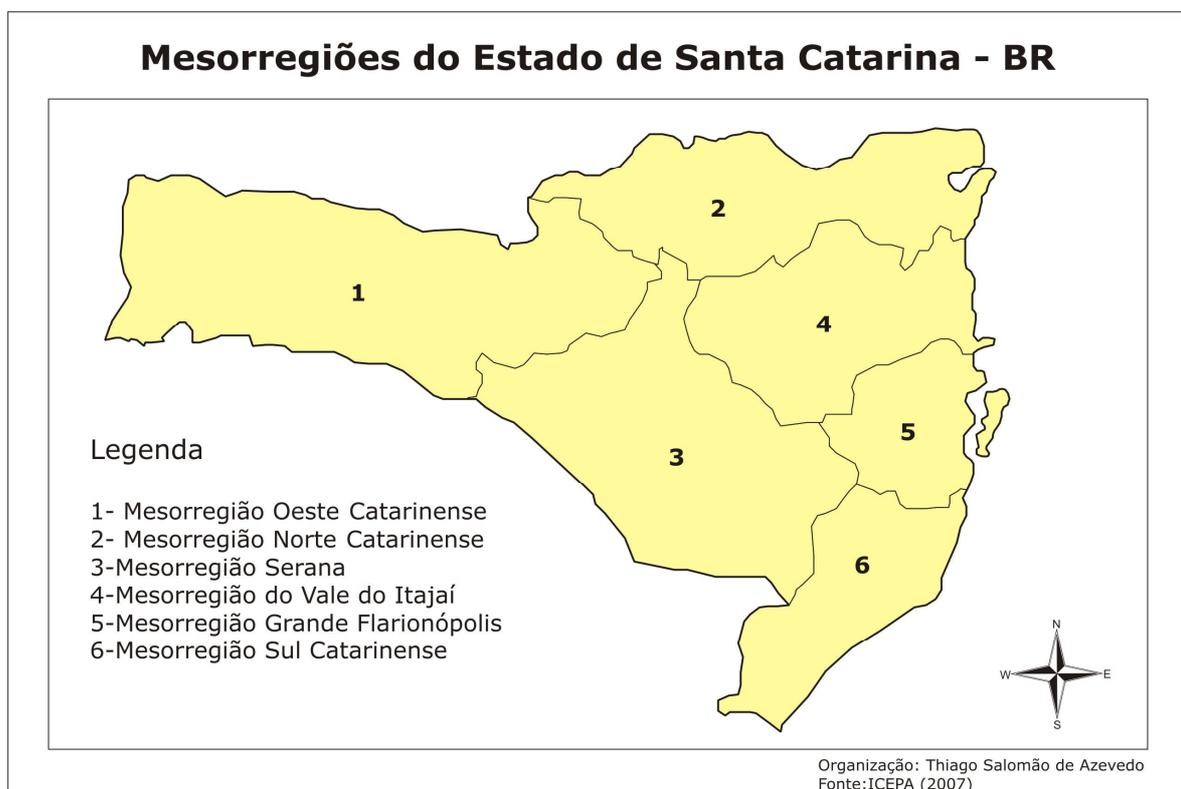


Figura 1 – Mesorregiões do Estado de Santa Catarina.

Como poderemos observar na tabela 15, Santa Catarina tinha em 1900 uma população total de 320.289 habitantes, que correspondia a 1,8 % da população brasileira. Já em 1950

essa população passou para 1.560.502 habitantes, correspondendo a 3,0 % da população do Brasil. A partir dos anos 50 essa proporção praticamente não se alterou, sendo que em 2000 representava 3,2 % do total.

Em 1970 Santa Catarina ainda tinha a maioria de sua população no meio rural, ou seja, 57,0 % dos habitantes ali residiam. A década de 70 é marcada por uma grande migração em direção à cidade, sendo que em 1980 os habitantes do urbano já representavam 59,4 %. Enquanto na referida década a população urbana aumentou 72,7 %, passando de 1,25 milhão para 2,15 milhões, a rural diminuiu em 10,9 %, se reduzindo de 1,65 milhão para 1,47 milhão.

Tabela 15 - População residente por situação do domicílio. Santa Catarina, 1970-2000.

Situação/Ano	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	1.247.158	2.154.250	3.208.537	3.565.130	4.217.931
Rural	1.654.502	1.474.042	1.333.457	1.310.114	1.138.429
Total	2.901.660	3.628.292	4.541.994	4.875.244	5.356.360

Fonte: IBGE

A estrutura agrária do Estado não se modificou significativamente, inclusive nos últimos anos, como se pode perceber na tabela 16, nos dados dos Censos Agropecuários (1975, 1985, 1995) e no Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (LAC)⁵ que teve como base o ano de 2003, tanto para o número de estabelecimentos como para a área destes.

Tabela 16 – Percentual do número de estabelecimentos por grupos de área. Santa Catarina, 1975-2003.

Grupo de Área (ha)	1975	1985	1995	2003
Menos de 10	33,9	39,1	35,6	34,0
10 a menos de 50	54,8	51,2	54,1	56,1
50 a menos de 100	7,1	5,7	5,9	6,0
100 a menos de 1.000	4,0	3,8	4,1	3,7
1.000 a menos de 10.000	0,2	0,2	0,3	0,2
10.000 e mais	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos Agropecuários de 1975, 1985 e 1995. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, 2003.

⁵ Pesquisa de campo de caráter censitário, coordenada pela Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural de Santa Catarina, realizada em todos os municípios no período de 31 de agosto de 2003 a 28 de fevereiro de 2004.

Ao compararmos os dados referentes a 1995 com os mesmos dados do país, verificamos que, enquanto para o Brasil existiam 80,6 % dos estabelecimentos com área de até 50 ha, em Santa Catarina eles representavam 89,7 %. O Estado de Santa Catarina tem uma estrutura agrária um pouco diferente da nacional, ou seja, a posse da terra está um pouco menos concentrada, sendo proporcionalmente maior o número de propriedades consideradas pequenas.

Nesse sentido, para o Brasil quase 10,0 % dos estabelecimentos tem entre 100 e 1.000 ha, enquanto que para o Estado em questão esse número é de apenas 4,1 %, ou seja, bem menor. Outro aspecto que merece ser destacado é com relação aos grupos de área menores que 10 ha, onde a proporção para o país é bem mais significativa, configurando-se assim numa presença maior de minifúndios. Essa relação se inverte para os estabelecimentos de 10 a 50 ha, onde o percentual estadual é maior que o nacional.

Tabela 17 – Percentual da área dos estabelecimentos por grupos de área. Santa Catarina, 1975-2003.

Grupo de Área (ha)	1975	1985	1995	2003
Menos de 10	5,0	6,1	5,5	6,0
10 a menos de 50	36,5	34,5	35,1	37,5
50 a menos de 100	14,2	12,0	12,3	12,6
100 a menos de 1.000	28,9	30,4	31,3	29,4
1.000 a menos de 10.000	13,5	14,7	15,2	13,9
10.000 e mais	1,9	2,3	0,6	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos Agropecuários de 1975, 1985 e 1995. LAC, 2003.

As diferenças na estrutura fundiária do Estado em relação ao país ficam mais evidentes quando se considera a área dos estabelecimentos. As diferenças mais marcantes estão nos grupos de 10 a menos que 50 ha, que no país representam apenas 10,0 % da área enquanto que no Estado esse percentual chega a 35,1 %, e nos grupos com mais de 1.000 ha, em que 1,0 % dos estabelecimentos no país abarcam 45,1 % da área, enquanto que no Estado 0,3 % dos estabelecimentos detém apenas 15,8 % da área.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) permite comparar as condições de vida nos diferentes estados e municípios brasileiros. Poderemos observar na tabela 18 que Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentavam para o ano 2000 um alto⁶ desenvolvimento humano, enquanto o Paraná pode ser considerado de médio desenvolvimento humano. No

⁶ Há três categorias de IDH: Baixo Desenvolvimento Humano (0 a 0,5); Médio Desenvolvimento Humano (0,5 a 0,8); e Alto Desenvolvimento Humano (0,8 a 1).

entanto, todos esses Estados possuíam em 2000 um índice de desenvolvimento humano melhor que o conjunto do país (IDH de 0,766 em 2000).

Tabela 18 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Estados da Região Sul e Brasil, 1991 e 2000.

ESTADO	IDHM, 1991	IDHM, 2000
Paraná	0,711	0,787
Santa Catarina	0,748	0,822
Rio Grande do Sul	0,753	0,814
Brasil	0,696	0,766

Fonte: PNUD (2006).

O destaque aqui fica por conta de Santa Catarina que tem o melhor índice da Região Sul, crescendo em 9,9 % de 1991 para 2000, sendo o segundo melhor dos 27 Estados brasileiros, ficando atrás apenas do Distrito Federal (0,844). Se forem considerados os três indicadores que compõem o IDH de Santa Catarina, a educação foi a dimensão que mais contribuiu para o crescimento do índice, seguida pela renda e por último a longevidade.

São Martinho está localizado na Mesorregião Sul Catarinense e além de compor a microrregião de Tubarão também faz parte da Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), uma das 21 associações de municípios em que está dividido o estado de Santa Catarina. Como poderemos visualizar na figura 2, limita-se ao Norte com os municípios de São Bonifácio e Paulo Lopes, ao Sul com Armazém, a Leste com Imarui e a Oeste com Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima. Fica distante aproximadamente 176 km de Florianópolis, capital do Estado, e a 40 km da cidade de Tubarão.

De acordo com Mattei (1999), no Sul Catarinense encontra-se uma agricultura com elevado nível técnico, estando assentada nos estabelecimentos familiares. Os principais produtos agrícolas são: soja, fumo e arroz. Na produção animal, destaca-se a criação de gado de corte, de leite e a criação de suínos. A Mesorregião Sul difere das demais por possuir uma forte especialização e um processo de integração na produção de fumo e na criação de suínos. Segundo o autor, os agricultores nesta região têm tradição de combinarem atividades agrícolas com não-agrícolas, sendo que estas últimas estiveram sempre vinculadas aos setores do vestuário e de calçados e, mais recentemente, ao turismo rural.

São Martinho está situado no vale do Rio Capivarí, seu principal rio, que corta o município no sentido Norte/Sul e tem como principais afluentes os rios Gabiroba, Capivaras, São João e Sete. Possui área territorial de 236,1 km², sendo o relevo constituído por uma superfície ondulada e montanhosa, com solos de baixa e média fertilidade. O clima é

classificado como mesotérmico úmido, de estações com invernos úmidos e frios e verões muito quentes com temperatura média anual de 20,8 °C. A precipitação pluviométrica é de 1.200 a 1.300 mm anuais.

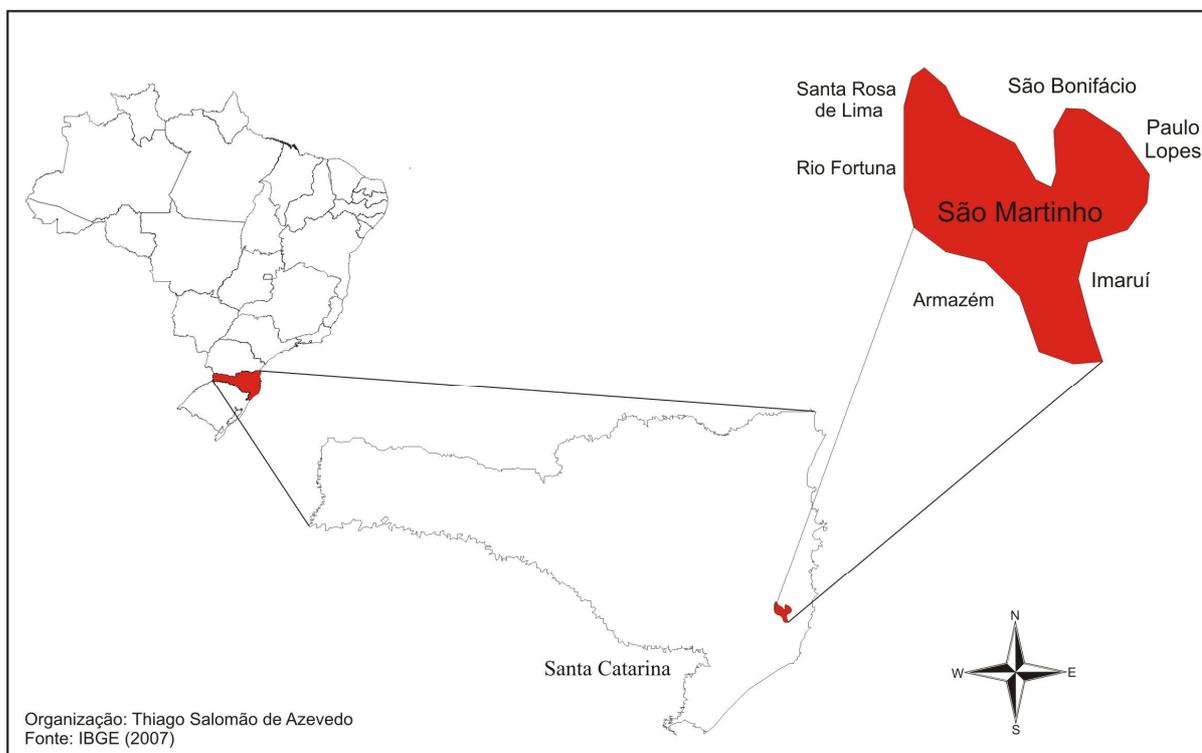


Figura 2 – Localização da área de estudo.

O município emancipou-se politicamente em 1962 de Imaruí. Como podemos observar na tabela 19, segundo o Censo de 2000 do IBGE, São Martinho possuía um total de 3.274 habitantes, sendo que 72,9 % destes viviam na zona rural e 27,1 % na zona urbana. Verificamos que houve uma pequena redução (5,6 %) na população total de 1970 para 2000. Embora a maioria da população continue residindo no campo, observa-se também uma diminuição na relação entre a população rural e urbana, uma vez que em 1970 os residentes no espaço rural representavam 90,3 % do total.

Tabela 19 - População residente por situação do domicílio. São Martinho, SC, 1970-2000.

Situação/Ano	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	338	441	723	781	888
Rural	3.132	2.595	2.655	2.550	2.386
Total	3.470	3.036	3.378	3.331	3.274

Fonte: IBGE

O município de São Martinho é de colonização alemã, estando isso bastante evidente nos costumes, na língua, nos hábitos alimentares e no visual externo das residências. Podemos notar na área rural a presença da arquitetura enxaimel (Apêndice A – foto 1), conhecida pela estrutura em madeira preenchida por tijolos. A maioria dos habitantes é descendente de imigrantes procedentes da Westfália, região localizada no noroeste da Alemanha. Os primeiros imigrantes que se instalaram no município, entre os anos de 1860 e 1870, localizaram-se na comunidade que hoje é chamada de São Martinho Alto. A origem do nome do município está então ligada aos imigrantes alemães, pois São Martinho é um santo popular na Alemanha e provavelmente a tradição religiosa fez com que fosse adotado este nome.

Na tabela 20 podemos observar o IDHM dos municípios catarinenses que integram a Microrregião de Tubarão e a posição de São Martinho em relação aos demais municípios. Constatamos que em 1991 todos os municípios da microrregião de Tubarão eram considerados de médio desenvolvimento humano. Já em 2000 nove dos dezanove municípios foram considerados de alto desenvolvimento humano, sendo que Braço do Norte tem o melhor índice da Microrregião. Verifica-se também que todos os municípios melhoraram seu índice de 1991 para 2000.

Tabela 20 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Municípios da Microrregião de Tubarão, SC, 1991 e 2000.

NÚMERO	MUNICÍPIO	IDHM, 1991	IDHM, 2000
1	Braço do Norte	0,739	0,846
2	Tubarão	0,775	0,842
3	Grão Pará	0,739	0,826
4	São Ludgero	0,757	0,825
5	Rio Fortuna	0,733	0,822
6	<i>São Martinho</i>	<i>0,719</i>	<i>0,816</i>
7	Orleans	0,736	0,814
8	Capivari de Baixo	0,735	0,812
9	Imbituba	0,739	0,805
10	Pedras Grandes	0,721	0,799
11	Gravatal	0,722	0,798
12	Treze de Maio	0,698	0,796
13	Santa Rosa de Lima	0,712	0,795
14	Armazém	0,714	0,795
15	Sangão	0,702	0,794
16	Laguna	0,720	0,793
17	Jaguaruna	0,702	0,793
18	Garopaba	0,682	0,785
19	Imaruí	0,678	0,742

Fonte: PNUD (2006)

O IDHM do município de São Martinho passou de 0,719 em 1991 para 0,816 em 2000, aumentando 13,5 % nesse período, sendo agora considerado um município de alto desenvolvimento humano. Quem mais contribuiu para esse desempenho foi o indicador de renda com 53,1 %, seguido da educação com 31,8 % e longevidade 15,1 %. Em relação aos dezenove municípios da microrregião, São Martinho ocupava o sexto lugar em 2000, sendo que estava em 1991 no 12º lugar. No estado de Santa Catarina ocupava o 67º lugar, onde a capital do Estado, Florianópolis, se encontrava em primeiro lugar com um IDHM de 0,875. No contexto brasileiro São Martinho estava em 276º lugar, sendo que o município de São Caetano do Sul era o primeiro colocado com um IDHM de 0,919.

A estrutura fundiária no município é constituída, em sua maioria, por propriedades com até 50 ha. Essa característica, aliada ao relevo predominante, onde há pouca ocorrência de áreas planas, torna difícil o desenvolvimento em larga escala, principalmente, de atividades agropecuárias que necessitem grandes extensões de terras e mecanização intensa para se viabilizar.

Mesmo assim, a base da economia do município de São Martinho é a agropecuária, o que podemos constatar na tabela 21, que mostra para os anos de 2001 e 2002 o valor adicionado pela agropecuária, indústria e serviços. Verificamos então a importância da agropecuária para a economia municipal, respondendo por mais da metade do valor adicionado total.

Tabela 21 - Valor adicionado na agropecuária, indústria e serviços. São Martinho, 2001 e 2002 (em R\$ e %).

Setores	2001		2002	
	R\$	%	R\$	%
Agropecuária	9.437.000,00	59,9	9.926.000,00	58,5
Indústria	893.000,00	5,7	1.124.000,00	6,6
Serviços	5.416.000,00	34,4	5.919.000,00	34,9
Total	15.746.000,00	100,00	16.969.000,00	100,00

Fonte: IBGE.

De acordo com dados obtidos junto ao Escritório Municipal da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI) em São Martinho, o município possui aproximadamente 600 famílias residindo no espaço rural. As principais atividades desenvolvidas por estas são: a produção de leite (500 famílias); produção de milho (500 famílias); produção de mandioca (500 famílias); o reflorestamento (280 famílias); a

produção de feijão (200 famílias); a produção de fumo (160 famílias); e a piscicultura (80 famílias).

Como podemos verificar na tabela 22, destacam-se na produção agrícola as culturas de milho, cana-de-açúcar (para alambiques artesanais e alimentação do gado), fumo, feijão e mandioca. A cultura do milho ocupa a maior área cultivada do município, perfazendo 900 ha de área plantada, seguida pela cana-de-açúcar com 450 ha e pelo fumo com 372 ha. Na quantidade produzida se destaca a cana-de-açúcar com 18.000 toneladas, depois a mandioca com 3.240 t e o milho com 2.970 t.

Tabela 22 – Lavouras temporárias, quantidade produzida, área plantada e rendimento médio. São Martinho, 2003.

Cultura	Quantidade Produzida (kg)	Área plantada (ha)	Rendimento médio (kg/ha)
Batata-doce	900.000	60	15.000
Batata-inglesa	60.000	5	12.000
Cana-de-açúcar	18.000.000	450	40.000
Feijão	354.000	295	1.200
Fumo	686.000	372	1.844
Mandioca	3.240.000	180	18.000
Milho	2.970.000	900	3.300

Fonte: IBGE.

Nas lavouras permanentes só aparecem dados sobre a produção de laranja, sendo que em 2003 havia 13 ha de área plantada, perfazendo uma quantidade produzida de 260.000 kg com um rendimento médio de 20.000 kg/ha.

Tabela 23 – Efetivo dos rebanhos e produção pecuária. São Martinho, 2003.

Descrição	Valor/Unidade
Bovinos	10.788 cabeças
Suínos	10.886 cabeças
Eqüinos	96 cabeças
Ovinos	298 cabeças
Caprinos	167 cabeças
Galinhas	12.178 cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos	11.385 cabeças
Vacas ordenhadas	3.028 cabeças
Leite	5.419.000 litros
Lã	70 kg
Ovos de galinha	79.000 dúzias
Mel de abelha	3.285 kg

Fonte: IBGE.

Como pudemos verificar na tabela 23, a produção pecuária tem como destaque o gado de corte com um efetivo de 10.788 cabeças, seguido dos suínos com 10.886 cabeças e do gado de leite, onde foram ordenhadas 3.028 vacas perfazendo uma produção total de 5,419 milhões de litros.

Como podemos perceber, o município de São Martinho tem a sua estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, com uma agropecuária relativamente diversificada, onde prevalece a produção de base familiar e em pequena escala. Este contexto é campo fértil para o desenvolvimento de outras atividades não agrícolas, para mobilização e aproveitamento dos talentos, especificidades e mão-de-obra excedente no local, dentre as quais se destaca o turismo.

3.3 Início e organização do turismo no espaço rural do município de São Martinho⁷

Em 1993 os técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI) iniciaram um trabalho visando a preservação do meio ambiente em São Martinho. Nesse ano também, por solicitação do poder público municipal, foram realizados pela mesma empresa cursos de capacitação com agricultores para que estes produzissem produtos com melhor higiene e qualidade, o que depois veio a originar um importante evento municipal que é a Festa do Produto Colonial, inclusive com a construção do Pavilhão do Produto Colonial (Apêndice A – foto 2). Porém, podemos estabelecer o ano de 1994, como de início do turismo no espaço rural em São Martinho de forma organizada. Neste ano foi instituído o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e elaborado um diagnóstico para identificar as potencialidades do turismo no município, em conjunto com a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O diagnóstico realizado no município indicou as potencialidades do turismo, destacando como pontos positivos o fato de já haver uma certa visitação nos finais de semana

⁷ Faremos aqui um resumo do início e do processo de constituição da atividade turística no município. Para isso utilizaremos como base das informações a dissertação de mestrado intitulada “Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal” (ELESBÃO, 2001), defendida em janeiro de 2001 junto ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria e que tinha como um dos seus principais objetivos investigar o processo de construção desta experiência.

dos meses de verão às cachoeiras existentes, bem como a proximidade com o município de Gravatal, uma importante estância termal.

A etapa seguinte do projeto foi a realização de um trabalho de sensibilização com as pessoas do município de que o turismo teria um papel importante no desenvolvimento. Também concomitantemente foram sendo identificadas e incentivadas as famílias que manifestavam intenção de participar da atividade turística. Esta etapa é tida como de fundamental importância, pois há muita desconfiança por parte da população quanto às reais possibilidades do turismo. Assim, foram realizadas palestras, cursos técnicos e seminários sobre o assunto, além de missões de intercâmbio com o objetivo de conhecer outras experiências.

Esse trabalho de sensibilização da comunidade, principalmente dos potenciais empreendedores, que não acreditavam, em princípio, no projeto, foi a principal dificuldade encontrada no processo de implantação do turismo no espaço rural do município, além da falta de pessoal técnico especializado e da carência de recursos financeiros.

Foram realizadas uma série de ações vinculadas com o PNMT como a: constituição de um Conselho Municipal de Turismo; a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico; a estruturação de um Fundo Municipal de Turismo; e a realização de cursos de formação de guias municipais de turismo, com a finalidade de tornar o município um destino turístico

Além disso, o poder público municipal também desenvolveu algumas ações no intuito de melhorar a estética da sede do município, por meio de um projeto de urbanização e paisagismo, com o plantio de uma grande quantidade de flores, a construção do pórtico de entrada da cidade, a criação da Secretaria Municipal de Turismo, a realização de um concurso de jardins, a colocação de sinalização turística, e o importante incentivo e apoio técnico a quem desejasse ingressar na atividade turística. Também foi criada a Casa da Cultura (Museu do Colonizador), realizado um trabalho de resgate da língua alemã através de cursos gratuitos, o resgate da culinária alemã, inaugurado o Museu do Engenho Colonial e criados grupos folclóricos de canto e dança.

Outra etapa importante foi a divulgação dos produtos coloniais como atrativos, realizada principalmente nos municípios da região e, a inserção de São Martinho no roteiro turístico Caminhos da Imigração. Além disso, com o sucesso inicial alcançado, o SEBRAE tomou o município como um modelo, um "case", divulgando São Martinho além das fronteiras estaduais. Isso fez com que o município tivesse um bom número de inserções na mídia.

Identificamos (ELESBÃO, 2001) que o interesse dos visitantes pelos atrativos que o município oferecia estava repercutindo positivamente no resgate e na preservação de manifestações culturais. Isso pôde ser observado no interesse e participação da população local no incentivo à formação de grupos de dança, nos grupos de senhoras que cultivavam e conservavam os jardins da sede e do interior, na promoção de cursos de culinária e língua alemã, entre outros.

Pudemos verificar também que despontava o turismo religioso, pelo fato do distrito de Vargem do Cedro (Fotos 1 e 2) ser considerado popularmente como a “Capital Mundial das Vocações” e pela proximidade com o local de culto à Serva de Deus Albertina Berkenbrock (cuja beatificação passa por processo de oficialização), que está localizado na comunidade de São Luís, pertencente ao município de Imaruí.

Existia um fluxo de visitação durante o ano todo, embora estivesse bem mais concentrado no verão devido às cachoeiras abundantes. Para se ter uma idéia do aumento que estava ocorrendo no número de visitantes, considerando apenas as pessoas que estiveram na Casa da Cultura e que deixaram seu nome registrado, pudemos verificar que em 1994 foram apenas 354 pessoas, número que passou para 2.457 (até 30 de novembro) no ano de 1999, ou seja, um aumento de 694,1 % no período.

O trabalho que foi realizado em prol do desenvolvimento do turismo fez com que o município, em poucos anos, tivesse um crescimento bastante significativo, principalmente em produtos e serviços ligados a essa atividade. Como podemos observar na tabela 24, houve uma mudança significativa a partir de 1993, principalmente até 1999. Já de 1999 para 2007 houve crescimento de alguns elementos, no entanto, outros diminuíram. Podemos destacar o aumento do número de locais de hospedagem de um, em 1993, para seis atualmente.

Tabela 24 – Elementos relacionados ao turismo. São Martinho, 1993, 1999 e 2007.

ELEMENTOS	1993	1999	2007
Agência receptiva	-	1	-
Atrativos prontos	2	12	15
Café colonial	-	1	2
Locais de Pesca	-	2	1
Edifícios Tombados	-	3	2
Locais de Hospedagem	1	4	6
Loja de Artesanato	-	2	4
Museus	-	3	2
Restaurantes	2	9	7

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.



Foto 1 – Distrito de Vargem do Cedro.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em setembro de 2006.



Foto 2 – Paisagem típica em Vargem do Cedro.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em setembro de 2006.

Havia em 1999 boas expectativas em relação ao futuro do turismo no município. O crescimento da atividade e os bons rendimentos auferidos pelos proprietários faziam com que novos investimentos estivessem sendo projetados, com o objetivo de atender o crescimento da demanda. Apesar dessas expectativas de consolidação e crescimento da atividade, no entanto, identificamos que havia uma série de problemas que precisavam ser equacionados para que a continuidade da atividade não fosse prejudicada. Dentre eles estavam, a falta de infraestrutura para receber grande fluxo de visitantes, a escassez de recursos financeiros para que outras pessoas pudessem investir, o pouco apoio do poder público municipal e a dificuldade de acesso (estradas) para o interior (Apêndice A – foto 3).

Com base nas entrevistas que realizamos com os empreendedores do turismo no espaço rural da época, identificamos uma série de aspectos em relação à opção destes pela atividade turística. Um dos resultados mais visíveis foi a considerável melhoria do nível de vida das famílias que recebiam visitantes em suas propriedades.

Constatamos em 2001 que as dificuldades enfrentadas na agropecuária (Apêndice A – foto 4), aliadas à percepção do potencial de crescimento do turismo no município, e ainda com base em algumas experiências de sucesso dos pioneiros, faziam com que o turismo fosse, cada vez mais, buscado como alternativa por outras pessoas interessadas em investir nesta atividade.

A principal dificuldade enfrentada por essas famílias para abrirem suas propriedades e receberem visitantes foi a falta de recursos financeiros, pois não havia linhas de crédito específicas para a atividade, sendo os investimentos realizados com recursos próprios ou através de empréstimos de terceiros. Aliado a isso, os empreendedores também reclamaram da falta de apoio por parte da Prefeitura Municipal da época. De modo geral não foram feitos grandes investimentos, o que houve foi a adequação da estrutura existente, sendo que os empreendedores, com o crescimento de sua atividade e conseqüente capitalização, iam assim realizando outros investimentos.

Havia uma tendência de substituição das atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades pelo turismo, principalmente naquelas que possuíam atividades que necessitavam maior tempo de trabalho, como era o caso das pousadas. Também constatamos que nas propriedades onde eram produzidos e comercializados produtos coloniais e/ou artesanais e mesmo nos restaurantes rurais, a produção de produtos primários era direcionada para suprir essa demanda.

Os empreendedores pesquisados estavam bastante satisfeitos com os resultados alcançados com a nova atividade em suas propriedades, sendo que a grande maioria

enxergava o turismo com boas perspectivas para o futuro, pois era crescente o número de pessoas que buscam os atrativos turísticos do município.

A grande maioria dos entrevistados entendia que a comunidade e principalmente os vizinhos estavam aceitando bem o turismo. Dos doze empreendedores entrevistados apenas um havia afirmado que os vizinhos criticavam bastante, como podemos perceber em sua fala: "Teve aquele que disse, mas o turismo vai trazer tanta coisa ruim. Aí eu disse, e você acha que vai mandar seus filhos para a cidade vão estar livres dessas coisas ruins (entrevistada)" (ELESBÃO, 2001).

Projetamos que o turismo no espaço rural continuaria sua tendência de crescimento, pois entendíamos que a constatação de que o fluxo de visitação poderia trazer benefícios para a comunidade e espelhados nos empreendedores já existentes, outras pessoas seriam motivadas a oferecerem algum produto ou serviço, possibilitando uma ainda maior diversificação dos atrativos disponibilizados aos visitantes.

As famílias pesquisadas tiveram um significativo aumento na receita. Entre as doze propriedades consideradas, a participação dos recursos provenientes do turismo na receita total era grande para sete famílias, média para duas e pequena para as outras três. Embora tenhamos identificado uma tendência de substituição e até abandono das atividades tradicionais, é importante colocar que já havia uma certa "consciência" de que era importante manter algumas atividades que eram desenvolvidas antes do turismo.

Uma boa parte dos produtos comercializados e/ou servidos aos visitantes eram produzidos nas próprias propriedades, e ainda outros eram adquiridos junto aos vizinhos. Assim, compartilhavam um pouco dos benefícios do turismo com outras famílias que passavam a ter uma nova demanda à seus produtos.

Realizamos também uma pesquisa sobre o perfil dos visitantes que aportavam ao espaço rural do município. Identificamos que a maioria dos visitantes (76,7 %) era proveniente de municípios da região sul do estado de Santa Catarina e que viajavam em grupo ou excursão (56,9 %). Havia predominância de pessoas do sexo feminino (63,1 %) e o nível de renda dos visitantes foi considerado menor quando comparado aos visitantes de outros destinos. A grande maioria (90,3 %) dos inquiridos afirmou ter suas expectativas satisfeitas, sendo que as principais motivações para o deslocamento até São Martinho foram os atrativos naturais e o preço dos produtos e serviços.

Concluimos, então, que a experiência tinha sido bem conduzida e que o turismo estava ajudando a dinamizar o espaço rural, pois estava motivando os agricultores a produzirem

produtos de melhor qualidade, além de incentivar também o aumento da produção e a busca de outros mercados.

Revisitar o município de São Martinho depois de doze anos de implantação da atividade turística foi uma forma de verificar as mudanças ocorridas no espaço rural em função dessa atividade pela avaliação dos personagens que protagonizaram a nova forma de geração de emprego e renda.

3.4 Procedimentos de coleta dos dados

Relatar os procedimentos realizados na construção da investigação, principalmente do trabalho de campo, é fundamental para entendermos a pesquisa e seu contexto, pois como coloca Pádua (1997, p. 50), “a coleta e o registro dos dados pertinentes ao assunto tratado é a fase decisiva da pesquisa científica, a ser realizada com o máximo de rigor e o empenho do pesquisador”.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos no estudo, utilizamos uma metodologia de coleta de dados que compreendeu duas fases que podemos considerar distintas: uma relativa à revisão bibliográfica e coleta de dados secundários referentes ao local onde a pesquisa foi realizada; e a outra que implicou na relação direta com pessoas do município, através não só do contato pessoal durante a realização das entrevistas, mas também pela convivência com moradores durante o período de realização dos trabalhos de campo.

A primeira fase compreendeu praticamente todo o período de realização do doutoramento, com início a partir do momento em que ficou definido o município de São Martinho como o local onde o trabalho de campo seria realizado. Nesse espaço temporal, que foi também um tempo de reflexões, procuramos recuperar uma série de dados e informações sobre a implantação e o desenvolvimento do turismo neste município, tendo como base a pesquisa realizada no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, a qual deu origem a dissertação de mestrado intitulada “Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal” (ELESBÃO, 2001).

Não só nos servimos de informações presentes no referido trabalho, mas também de dados básicos que não haviam sido utilizados e que foram coletados principalmente durante o ano de 1999. Esses dados foram utilizados na análise das transformações que ocorreram e

estão ocorrendo no espaço rural do referido município, sendo que freqüente nos reportamos ao estudo que outrora realizamos.

A segunda fase foi dividida em quatro momentos, pois, além de apreender a percepção de algumas pessoas responsáveis pelo desenvolvimento do turismo no município, ou seja, um grupo de lideranças municipais que aqui foram consideradas como informantes qualificados e, também abrangeu os moradores do espaço rural do município (os quais foram divididos em três grupos) de quem buscamos captar as mudanças engendradas a partir do início da atividade turística.

O primeiro grupo (Grupo A) é composto pelos informantes qualificados ou informantes-chave, que de acordo com Yin (2003) são fundamentais para que um estudo de caso tenha sucesso. Segundo ele “essas pessoas não apenas fornecem ao pesquisador do estudo percepções e interpretações sob um assunto, como também podem sugerir fontes nas quais pode-se buscar evidências corroborativas” (YIN, 2003, p. 112).

No nosso caso eles foram importantes, pois as políticas públicas são fundamentais nas questões que envolvem o desenvolvimento de determinado local. Entre estes estiveram gestores das políticas públicas municipais, representantes de órgãos do Estado que ali trabalham e lideranças da comunidade. Assim, a importância em ouvir essas pessoas reside na busca da percepção que eles têm em relação ao papel do turismo no desenvolvimento do município e também da região.

A pesquisa de campo pode ser dificultada e até mesmo inviabilizada, se não se atentar para alguns obstáculos, como a aproximação com os sujeitos. De acordo com Cruz Neto (2003, p. 54) “essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daquelas que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados”. O autor sugere também que seja apresentado o trabalho a ser desenvolvido, os aspectos a serem investigados e as possíveis repercussões favoráveis que podem surgir com o estudo.

Nesse sentido, nosso primeiro passo foi entrar em contato com a secretaria municipal de turismo e cultura do município, manifestando nossa intenção em desenvolver a pesquisa. Para tanto, quando de nossa primeira visita ao município, apresentamos nossa proposta de pesquisa à Secretária Municipal de Turismo. Também em momento anterior tivemos a oportunidade de expor as diretrizes básicas do projeto à profissionais da EPAGRI, responsáveis nesta empresa pela área de turismo no espaço rural no estado de Santa Catarina.

Esses passos são importantes, pois podem evitar problemas futuros quando da realização do trabalho de campo. Cicourel (1990, p. 88) coloca que “o novato, que está ansioso para ser completamente aceito pelos nativos, às vezes evita os administradores

regionais com medo de prejudicar a sua recepção. Mas não o ajudará muito ser bem recebido pelos nativos para logo depois ser impedido pelas autoridades mais altas que tomam conta dos movimentos dos estranhos”.

Uma parte importante do trabalho de campo está relacionada a identificar, estabelecer e sustentar os contatos que são necessários para a realização da pesquisa. O trabalho de campo envolve uma série de questões que devem ser pensadas pelo pesquisador, entre elas estão: “Que pessoas procurar? Como fazer os contatos? Como mantê-los? De que maneira afetam os dados obtidos? De que maneira contatos específicos conduzem a certos dados?” (CICOUREL, 1990, p. 112).

Nesse sentido, se torna imprescindível que as pessoas envolvidas na pesquisa sejam informadas sobre os principais objetivos. De acordo com Godoy (1995b, p. 26) “o papel do pesquisador deve ser claro para aqueles que lhes prestarão informações, não devendo ele ser confundido com elementos que inspecionam, avaliam e supervisionam atividades”.

Entre os primeiros procedimentos tomados estive o de entrar em contato com as autoridades municipais que gostaríamos que estivessem envolvidas na pesquisa, fazendo com que estas ficassem informadas sobre a realização do trabalho e quais os seus principais objetivos. Esta etapa ficou bastante facilitada tanto pelo conhecimento do pesquisador em relação ao município e algumas de suas lideranças, como também, pelo trabalho anteriormente realizado que, de certa forma, serviu para “abrir as portas”. Assim, foram agendadas e realizadas as entrevistas com a Secretária de Turismo e Cultura do município, com o Prefeito Municipal, com a Extensionista Rural do Escritório Municipal da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI), com o Pároco da comunidade de Vargem do Cedro, e com o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores no período 2005/2006.

As entrevistas foram realizadas então, com pessoas que têm influência e/ou participação mais ativa no desenvolvimento da atividade turística no município. Nesse sentido determinamos o número suficiente de pessoas que seriam entrevistadas com base na percepção pessoal da saturação das respostas, ou seja, quando tomamos consciência de que o conjunto de respostas possíveis estaria contemplado. Assim, o que determinou o término desse momento do trabalho de campo foi o critério de saturação, ou seja, quando:

A partir de um certo número de entrevistas coletadas, as posteriores não apresentam praticamente nada ao que outras têm expresso. Dir-se-á que o campo investigado está coberto e que se alcança um certo nível de saturação. As pessoas que doravante serão investigadas não acrescentarão nada

extremamente significativo ao número de temas abordados. Pelo contrário, elas tendem a repetir o que as outras têm dito anteriormente. Não é preciso continuar a coleta (MARRE, *apud* FROEHLICH, 1994, p. 66).

Nesta fase utilizamos a entrevista como instrumento de investigação empírica, sendo este comumente o procedimento mais utilizado quando da realização do trabalho de campo. A entrevista é um instrumento pelo qual se obtém informações fundamentais para o desenvolvimento de uma pesquisa, sendo definida por Almeida (1989, p. 113) "como um método de obter informações através de uma conversa profissional com um indivíduo para fins de pesquisa".

Segundo Cruz Neto (2003, p. 57), "ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada".

O instrumento de coleta de dados que utilizamos foi a entrevista semi-estruturada, que conforme Lüdke e André (1986, p. 34) possui uma grande vantagem sobre outras técnicas, pois "permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos".

As entrevistas em geral podem ser estruturadas, cujas perguntas são previamente formuladas, e não-estruturadas, na qual o informante aborda livremente o tema proposto. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semi-estruturadas (CRUZ NETO, 2003).

Sendo um meio importante para a coleta de dados, a entrevista semi-estruturada foi a escolhida por ser um tipo de entrevista que, de acordo com Trivinos (1987, p. 146), "ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação". Neste tipo de entrevista, ainda segundo o autor, "os sujeitos, individualmente, poderão ser submetidos a várias entrevistas, não só com o intuito de obter o máximo de informações, mas também para avaliar as variações das respostas em diferentes momentos" (p. 146), o que atinge os objetivos buscados para o aprofundamento da pesquisa.

A entrevista semi-estruturada é desenvolvida a partir de um esquema básico que não é aplicado rigidamente, o que permite ao entrevistador fazer as adaptações que julgar necessário. Ela está situada entre a entrevista estruturada, onde o entrevistador tem que seguir um roteiro de perguntas que é aplicado a todos os entrevistados de maneira idêntica, na

mesma ordem, e a não-estruturada, onde não há uma ordem rígida de questões, havendo liberdade ao entrevistador durante a sua realização (LÜDKE; ANDRE, 1986).

Falando em relação aos estudos em turismo, Lage e Milone (2000b) recomendam que as entrevistas devem ser trabalhadas em forma de formulários simples e curtos, conforme for o interesse do pesquisador em quantificar e qualificar os dados e o tipo de dado que for solicitado.

Em nosso trabalho de campo utilizamos a entrevista semi-estruturada com gravação das respostas. De acordo com Lüdke e André (1986), a gravação apresenta a vantagem de registrar todas as expressões orais, ficando o entrevistador livre para prestar toda atenção ao entrevistado. Porém, ela apresenta alguns problemas em relação à inibição que pode ser provocada no entrevistado quando submetido à gravação de sua fala. A escolha de uma das formas de registro, gravação direta ou anotação durante a entrevista, deve ser feita em função de vários fatores relacionados ao estudo e também da preferência do entrevistador, sendo em alguns casos possível utilizar as duas formas concomitantemente.

Optamos em nosso trabalho por utilizar as duas formas, sendo que na primeira parte da entrevista as respostas foram anotadas, passando a serem gravadas num segundo momento. Isso se deu em função de que a primeira parte da entrevista é composta de respostas mais diretas, não correndo o risco assim de que alguma informação não fosse apreendida e facilitando também a tabulação das respostas.

Assim, temos então o Grupo A que é formado por algumas lideranças do município, e os Grupos B, C e D que são integrados por residentes do espaço rural de São Martinho onde o turismo está sendo desenvolvido. Estes últimos foram assim constituídos: - Grupo B: os empreendedores, ou seja, aqueles que estão diretamente envolvidos com o turismo e recebem visitantes em suas propriedades; - Grupo C: os funcionários/fornecedores, ou seja, as pessoas que indiretamente estão envolvidas com o turismo, através do fornecimento de mão-de-obra, tanto temporária como permanente, ou ainda na produção de produtos que são comercializados e/ou consumidos nas propriedades que recebem os visitantes; Grupo D: os não participantes, ou seja, as pessoas que não possuem nenhum tipo de relação com as atividades turísticas que são desenvolvidas no município.

Essa segmentação das pessoas entrevistadas em grupos tem como finalidade atender aos objetivos da pesquisa, pois o que observamos em nossa revisão bibliográfica é que as poucas pesquisas sobre o turismo no espaço rural no Brasil raramente ouvem as pessoas da comunidade que não estão envolvidas com o turismo. Em nosso trabalho, além de incluirmos essas pessoas, também fazemos uma distinção em relação ao tipo de envolvimento

estabelecido, ou seja, um grupo reúne os empreendedores e outro as pessoas que também estão se beneficiando a partir dessas iniciativas.

Retomando o trabalho de campo, num segundo momento as entrevistas foram realizadas nas propriedades de turismo no espaço rural do município que recebem visitantes. Ali entrevistamos os empreendedores que compõem o Grupo B. Esta etapa teve sua importância ampliada, pois foi através dela que identificamos as pessoas integrantes do Grupo C e também pudemos localizar os potenciais participantes do Grupo D.

Com base nas informações conseguidas junto a Secretaria de Turismo e Cultura do município identificamos os empreendimentos de turismo no espaço rural, os quais estão listados no quadro 4 com o respectivo ano de fundação de cada um, bem como a localização, distância da sede e atividades relacionadas ao turismo. Estes empreendimentos de turismo no espaço rural têm as seguintes características:

- Salto da Águas: está localizado às margens da Serra do Tabuleiro. Possui balneário localizado às margens do Rio Capivari, com infra-estrutura para camping, hospedagem em chalés e restaurante (Apêndice A – fotos 5 e 6).

- Salto do Rio Capivara: restaurante construído próximo a uma cachoeira. Possui área para banho com piscina natural, ponte pênsil, trilhas, sala de jogos, camping e quadra de futebol suíço (Apêndice A – fotos 7 e 8).

- Fluss Haus: possui produção de biscoitos caseiros, café colonial, loja de artesanato e produtos coloniais. Os visitantes podem também passear pela propriedade (Apêndice A – fotos 9 e 10).

- Engenho e Alambique Rech: produção e venda de derivados de cana-de-açúcar como cachaça, melado, licores, pé-de-moleque e bitter, além disso, as pessoas podem visitar o engenho.

- Recanto da Natureza: dispõe de restaurante, área de lazer com piscinas naturais, pesque-pague, campo de futebol suíço e trilhas (Apêndice A – foto 11).

- Pousada Deutsches Haus: pousada com onze apartamentos e sítio para aluguel (Apêndice A – foto 12).

- Wiemes Produtos Artesanais: produção de cachaça e venda de licores, artesanato, bolachas caseiras e doces (Apêndice A – foto 13).

- Pousada Hellmann: pousada com 17 quartos e área de lazer, com trilhas e espaço para caminhadas (Apêndice A – foto 14).

- Pousada Grossvatershaus: capacidade para 30 pessoas (Apêndice A – foto 15).

- “Kaffe Platz” Dona Otilia: café colonial tipicamente alemão e venda de artesanato.

Quadro 4 - Empreendimentos de turismo no espaço rural. São Martinho, SC. 2006.

Empreendimento	Ano de fundação	Localização	Distância da sede	Atividades
Salto das Águas	1980	Estrada geral Alto São Martinho	5 Km	Área de lazer
Salto Rio Capivara	1997	Estrada geral Vargem do Cedro	6 Km	Restaurante e área de lazer
Fluss Haus	1997	Estrada geral Vargem do Cedro	13 Km	Produção de bolachas e café colonial
Engenho e Alambique Rech	1998	Estrada geral Vargem do Cedro	10 Km	Derivados de cana-de-açúcar
Recanto da Natureza	1999	Estrada geral Canto dos Martins	9 Km	Restaurante e pesque-pague
Pousada Deutcheshaus	2000	Estrada geral Vargem do Cedro	13 Km	Pousada
Wiemes produtos artesanais	2001	Estrada Geral São Martinho Alto	1 Km	Artesanato e produtos coloniais
Pousada Hellmann	2002	Estrada geral Vargem do Cedro	7 Km	Pousada
Pousada Grossvatershaus	2004	Estrada geral Canto dos Martins	9 Km	Pousada
“Kaffe Platz” Dona Otília	2005	Estrada Geral São Luiz	2 Km	Café colonial

Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de São Martinho.

A maioria dos empreendimentos estão localizados, como podemos observar na figura 3, no distrito de Vargem do Cedro.



Figura 3 – Localização dos empreendimentos no distrito de Vargem do Cedro.

O processo de entrevistas com os empreendedores foi facilitado por dois motivos: primeiro porque estes estão habituados a receberem pessoas estranhas, pois a presença de visitantes é freqüente; e também devido a maioria deles (sete) já ter sido entrevistada pelo pesquisador em 1999. Nesse sentido, com este grupo de sujeitos não tivemos maiores dificuldades em conseguir efetivar nosso trabalho de campo.

Antes de seguirmos relatando os procedimentos relativos ao trabalho de campo é importante esclarecermos uma questão em relação à denominação que estamos utilizando para a demanda do turismo no espaço rural. Em pesquisa anterior (ELESBÃO, 2001) usamos a expressão ‘visitante’ quando nos referimos as pessoas que demandam os produtos e serviços oferecidos no espaço rural de São Martinho. Não julgamos necessário distinguir entre turistas e excursionistas, mesmo porque neste município isso seria bastante difícil, pois há presença constante tanto dos primeiros como dos segundos.

Isso acontece devido aos atrativos se complementarem em forma de um roteiro, ou seja, o visitante pode pernoitar numa pousada, tomar um café colonial noutra propriedade, adquirir produtos coloniais e artesanato noutra, e pode ainda visitar cachoeiras em outra. Enfim, há a presença de empreendimentos que sozinhos seriam facilmente caracterizados somente como de excursionismo, no entanto, eles estão de certa forma integrados e assim compõem um conjunto interessante de atrativos.

É importante destacar os períodos de realização do trabalho de campo. As entrevistas foram realizadas nas três principais idas a campo, que aconteceram nos meses de maio, agosto e setembro de 2006. Primeiro foram entrevistados, no mês de maio, os integrantes do Grupo A (Apêndice B) e do Grupo B (Apêndice C) cujos roteiros das entrevistas se encontram nos referidos apêndices. Depois, no mês de agosto, foi entrevistada a grande maioria dos sujeitos do Grupo C (Apêndice D) e no mês de setembro os do Grupo D (Apêndice E).

Terminadas as entrevistas com os empreendedores e identificadas as pessoas que tinham algum tipo de relação com o turismo, partimos então para esta nova etapa. Como dissemos antes, os sujeitos que seriam entrevistados no Grupo C, somente puderam ser definidos após a entrevista com todos os integrantes do Grupo B. No entanto, já havíamos estipulado que para cada empreendedor entrevistariamos duas outras pessoas classificadas como funcionário/fornecedor. Assim, como totalizaram dez os estabelecimentos e o Grupo B teve este número de entrevistados, o Grupo C foi composto por vinte sujeitos.

É muito importante a definição dos critérios utilizados na seleção dos sujeitos que compõem os grupos de entrevistados, pois isso, conforme Duarte (2002, p. 141), “interfere

diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado”.

De acordo com Duarte (2002, p. 141):

A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado.

É também fundamental para que se possa realizar a pesquisa, que o pesquisado aceite o pesquisador, dispondo-se a fazer relatos sobre sua vida e permitindo-lhe realizar observações. Segundo Martins (2004, p. 294) “esse mergulho na vida de grupos e culturas aos quais o pesquisador não pertence, exige uma aproximação baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade, empatia, etc.”.

Nesse sentido, foram muito importantes as cartas de apresentação que solicitamos antes da realização das entrevistas com os sujeitos integrantes dos Grupos C e D, principalmente deste último, pois as pessoas do Grupo C, com algum tipo de envolvimento com o turismo, já estão mais familiarizadas com a presença de estranhos do que as outras que não possuem relação com esta atividade. A primeira das cartas, solicitamos junto à Secretária de Turismo e Cultura do município e utilizamos para o trabalho de campo realizado em agosto de 2006, e a segunda, foi solicitada ao Prefeito Municipal para o trabalho de campo desenvolvido no mês de setembro do mesmo ano.

Estas cartas facilitaram bastante nossa abordagem às pessoas em suas residências, pois podíamos comprovar que as autoridades municipais estavam a par e apoiavam a realização do trabalho, desarmando a desconfiança com que éramos recebidos pelos moradores, motivada pelo fato de haver no período do trabalho de campo uma aura de insegurança, que descobrimos depois estar associada à alguns fatos ocorridos na comunidade, e também, por estar bastante presente em suas memórias a violência ocorrida em São Paulo no primeiro semestre de 2006.

Isso fica evidenciado e pode ser verificado na fala de um dos entrevistados:

Problema que eu vejo é só esse negócio dos espíões, que vem e acabam com a tranquilidade da gente, que antes a gente tava aqui tranquilo, podia trabalhar tranquilo e assim quando tu vê um carro encostando, tu já fica de olho e antes o cara recebeu visita. E hoje em dia tu já tem que ficar de olho. Tem que ir em casa pra olhar, pra ver o que ta acontecendo. Aí como o

senhor já viu há pouco, o cara já fica desconfiado, é um carro de fora que o cara não conhece, sei lá o que o cara quer. Pode vir com uma pergunta e a intenção é bem outra. E aí o cara já vem, já diz que é de São Paulo, aí pronto, aí já é o suficiente, o aparelhinho já diz tudo, n/é?... São Paulo... é só incendiando carro, só matando, só roubo... aí vem um carro de São Paulo e como ta fácil com o turismo do pessoal poder assaltar n/é?... aí o cara vem de São Paulo pra cá, ah, aí o negócio é ... é um da fila que ta vindo aí já. Veio com o turismo ali e espiou e agora já ta vendo como tão as coisas pra entrar (GD4).

A grande maioria das pessoas foi abordada em suas residências, exceção feita a algumas pessoas que trabalhavam em um dos empreendimentos turísticos e que foram entrevistadas no seu local de trabalho com o consentimento do empregador.

Segundo Duarte (2002, p. 145) as entrevistas fluem muito mais tranquilamente quando realizadas na residência da pessoa entrevistada, pois “em ambiente doméstico, privado, parece haver mais liberdade para expressão das idéias e menos preocupação com o tempo. Por esta razão, essas costumam ser entrevistas mais longas e, de modo geral, mais densas e produtivas”.

Durante o trabalho de campo encontramos algumas dificuldades que não são raras de acontecer quando nos deslocamos até o espaço rural e abordamos as pessoas em suas residências para realizar as entrevistas, principalmente quando envolvem um grande número de indivíduos. Além de algumas pessoas não se disporem a conceder a entrevista, justificando falta de tempo para isso, também passamos por situações em que simplesmente os moradores não apareceram, ou seja, literalmente se esconderam.

De modo geral o trabalho de campo se desenvolveu dentro da normalidade, no entanto, com algumas situações inusitadas e de certa forma constrangedoras, como em uma das propriedades onde um cãozinho não deixava o pé do entrevistador em paz, brincando, mordendo e deitando em cima, enquanto a conversa (entrevista) se desenrolava. Já em outra propriedade, o “cão” de guarda era um jacu, que passou o tempo todo da entrevista tentando uma maneira de atacar o entrevistador, quase conseguindo quando este se despedia do entrevistado.

Algumas vezes, durante a realização das entrevistas com as pessoas integrantes dos Grupos C e D, outros membros da família estiveram presentes, inclusive participando e corroborando as opiniões dos entrevistados. Podemos assim dizer que algumas entrevistas foram concedidas a duas e até três vezes.

Na análise dos dados, para não identificar as pessoas entrevistadas, as falas dos sujeitos foram identificadas por um código, ou seja, por letras e números. O primeiro grupo,

integrado pelas lideranças municipais, é identificado pelas letras “GA” (Grupo A) e seguido pelos números de 1 (um) a 5 (cinco), que representam o total de indivíduos entrevistados. Este procedimento é estendido a todos os outros grupos. Assim foi com o segundo grupo (GB) formado pelos empreendedores (1 a 10); com o terceiro grupo (GC) de funcionários/fornecedores (1 a 20), e por fim com o quarto grupo (GD), composto pelos não participantes (1 a 20).

Quanto à transcrição das entrevistas, que foram analisadas, nos orientamos pelo trabalho de Whitaker et al. (2002). Para os autores:

É evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada, para que uma transcrição seja fidedigna. Assim, se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição. Até porque a norma culta da língua é por vezes desrespeitada mesmo nos grupos que se consideram mais eruditos. Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los (WHITAKER et al., 2002, p. 116).

Nesse sentido, entendemos também que o respeito às pessoas entrevistadas significa que na transcrição e utilização das falas, reproduzimos “apenas os erros de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito” (WHITAKER et al., 2002, p. 117).

Resolvemos também como Whitaker et al. (2002) que toda pausa presente no discurso dos sujeitos, que configuram algum tipo de hesitação ou interrupção será seguida de reticências. Além disso, de acordo com os autores:

Resolvemos que a expressão NÉ (NÃO É) deveria em nossos trabalhos aparecer da seguinte forma: N/É seguida de ponto de interrogação, quando estiver no final da frase. Por ex: Era três quilômetros para ir na escola, n/é? Se a expressão ocupar o meio da frase, a interrogação deve vir seguida de reticências e a frase continuar com letra minúscula. Por ex: Então, eu tentei, n/é?... , mas a chuva não veio. Esta medida visa mostrar a expressão como contração e não como erro. Contração esta presente em discurso de todas classes sociais, do lixeiro ao ministro e só aparece na transcrição da fala do lixeiro (WHITAKER et al., 2002, p. 119).

Foi corrente então, nos reportarmos ao estudo realizado no âmbito do Mestrado em Extensão Rural (ELESBÃO, 2001), não só como base de informações, mas também com a finalidade de fazer algumas comparações e principalmente constatações sobre o que mudou a

partir do referido estudo. Julgamos ser esta uma oportunidade única, pois se pretendemos compreender o que está acontecendo no rural, onde atividades turísticas vem sendo desenvolvidas, nada mais oportuno do que acompanharmos o desenvolvimento dessa atividade em determinado local. Assim, o presente trabalho adquiriu também um caráter de continuidade e complementação.

3.5 Os sujeitos da pesquisa

Como um de nossos objetivos era investigar se havia diferenças entre a visão das pessoas da comunidade em relação a importância do turismo no desenvolvimento local, bem como as mudanças ocorridas após o início desta atividade de forma organizada no município, buscamos identificar e entrevistar três grupos diferentes de pessoas da comunidade. Além destes também foram entrevistadas algumas lideranças municipais, visando identificar como as pessoas responsáveis pelas políticas públicas enxergam as atividades turísticas.

Buscamos agrupar as pessoas da comunidade de acordo com o seu envolvimento com o turismo: um grupo composto pelas pessoas da comunidade que investiram na atividade turística e recebem visitantes em suas propriedades, o qual chamamos de empreendedores; outro grupo composto por pessoas da comunidade que possuem algum tipo de relação com o turismo, no entanto não recebem visitantes em suas propriedades, ou seja, aquelas pessoas que trabalham em algum empreendimento de turismo no espaço rural, seja permanente ou temporário, bem como as que produzem algum produto para ser revendido e/ou consumido nos empreendimentos que recebem visitantes (funcionários/fornecedores); e por fim as pessoas que não têm nenhum tipo de relação com o turismo, ou seja, que diretamente ou indiretamente não possuem contato com os visitantes (não participantes).

Grupo A: As lideranças municipais

É muito importante ouvir as pessoas que exercem e/ou são responsáveis pelas políticas públicas em âmbito municipal, quando se delimita esse nível territorial como área de estudo, pois elas, na maioria das vezes, têm participação fundamental na implantação das experiências de turismo no espaço rural. Além disso, quando se abordam questões que envolvam ‘desenvolvimento’ e mesmo o simples ‘crescimento econômico’, é imprescindível

saber o que pensam tais indivíduos e, portanto, indispensável que esses integrem o quadro de análise.

No município de São Martinho essas lideranças tiveram marcante participação no processo de implantação do turismo, conforme identificamos em pesquisa anterior (ELESBÃO, 2001). Nesse sentido, buscamos saber o papel que as atuais lideranças municipais atribuem ao turismo no espaço rural no desenvolvimento de seu município.

Assim, selecionamos para comporem o Grupo A (GA) as pessoas do município que exercem algum tipo de influência institucional nos assuntos que envolvem nosso objeto de pesquisa. Os sujeitos entrevistados foram os seguintes: o Prefeito Municipal de São Martinho; a Secretária de Turismo e Cultura; a Extensionista Social da EPAGRI; o Pároco de Vargem do Cedro (local onde se concentram a maiorias dos empreendimentos turísticos); e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores no período 2005/2006.

Grupo B: Os empreendedores

Os empreendedores, ou seja, as pessoas que investiram na atividade turística e que recebem visitantes em suas propriedades, fizeram parte do segundo grupo de sujeitos. A este grupo denominamos Grupo B (GB), sendo as falas identificadas por estas letras seguidas de numeração.

Como vimos anteriormente, identificamos no espaço rural do município de São Martinho dez empreendimentos que no período de realização do trabalho de campo estavam recebendo visitantes. Todos eles compuseram este grupo, sendo que foi entrevistada, em cada um deles, a pessoa que se apresentou como responsável pela atividade turística. Assim, para o Grupo B, dos empreendedores, foram entrevistadas dez pessoas que estão identificadas no quadro 5 pelos números de um até dez.

Importante mencionar que a atribuição de códigos de identificação, e isto vale também para os grupos seguintes, se deu em função da seqüência em que as entrevistas foram realizadas, ou seja, o sujeito GB1 foi o primeiro e o GB10 o último a ser entrevistado. Pudemos observar que há neste grupo uma predominância de pessoas do sexo masculino, seis, contra quatro do sexo feminino. Quanto à idade destas pessoas, excetuando um dos entrevistados que não respondeu, temos uma média etária de 41,7 anos, sendo que o mais nova tinha 33 anos e a mais velha 58 anos.

Quadro 5 – Sexo, idade e profissão dos empreendedores de turismo no espaço rural. São Martinho, 2006.

ENTREVISTADO	SEXO	IDADE	PROFISSÃO
GB1	Feminino	36	Agricultora
GB2	Masculino	58	Agricultor
GB3	Masculino	43	Empresário/Agricultor
GB4	Masculino	36	Agricultor
GB5	Masculino	47	Micro-empresário
GB6	Feminino	33	Advogada
GB7	Feminino	43	Empreendedora
GB8	Feminino	38	Empresária
GB9	Masculino	NR	NR
GB10	Masculino	41	Empresário

Fonte: Trabalho de campo realizado em maio de 2006. NR = Não Respondeu.

Perguntamos aos sujeitos entrevistados qual era a sua profissão. Excetuando uma pessoa que não respondeu, três responderam ser agricultores, dois empresários, e os demais afirmaram ser empresário/agricultor, micro-empresário, advogada e empreendedora. Interessante notar que apenas três dos empreendedores ainda se declararam agricultores.

Grupos C: Os funcionários/fornecedores.

O Grupo C (GC) é composto por aquelas pessoas que estão de alguma forma envolvidas com o turismo, mas, no entanto não recebem visitantes em suas propriedades. Este envolvimento com a atividade turística se dá através de uma relação de trabalho (permanente ou temporário), ou da produção de algum tipo de produto que é consumido ou revendido para os visitantes nos empreendimentos de turismo no espaço rural.

Este grupo foi identificado a partir da realização das entrevistas com os empreendedores, pois naquele momento procuramos saber quantas e quais eram as outras pessoas que através delas, tinham algum tipo de envolvimento com o turismo, bem como que tipo de vínculo era estabelecido. Assim, com base no trabalho de campo realizado com o Grupo B foi composto este Grupo. Devemos destacar que foi cumprida a proposta de entrevistar duas dessas pessoas que seriam abordadas aleatoriamente para cada empreendedor.

Nossa intenção era estabelecer uma distribuição mais ou menos equitativa entre os tipos de relações que existiam com os empreendedores, ou seja, entrevistar um número proporcional de empregados permanentes, de empregados temporários, de produtores de produtos consumidos nos estabelecimentos turísticos, bem como dos produtores de bens para venda nos empreendimentos.

Devemos ressaltar que isso não foi possível de efetivar devido a diversos problemas inerentes ao trabalho de campo, entre eles a recusa de alguns em dar entrevista, a dificuldade de acesso a sua moradia, a não os encontrarmos em casa (mesmo indo mais de uma vez), entre outras. No entanto, acreditamos que esse grupo esteja bem representado pelas pessoas que foram entrevistadas, pois procuramos incluir pelo menos uma pessoa de cada um dos empreendimentos de turismo, que obviamente tinham pelo menos um funcionário/fornecedor.

Quadro 6 – Sexo, idade, profissão e tipo de relação com o turismo dos funcionários/fornecedores. São Martinho, 2006.

Entrevistado	Sexo	Idade	Profissão	Relação com o turismo
GC1	Masculino	76	Aposentado	Fornecedor
GC2	Feminino	NR	Secretária	Funcionária T*
GC3	Feminino	24	Agricultora	Fornecedora
GC4	Masculino	44	Agricultor	Fornecedor
GC5	Feminino	20	Serviços gerais	Funcionária P**
GC6	Feminino	25	Confeiteira	Funcionária P
GC7	Feminino	20	Serviços gerais	Funcionária P
GC8	Feminino	20	Serviços gerais	Funcionária P
GC9	Feminino	25	Serviços gerais	Funcionária P
GC10	Feminino	36	Cozinheira	Funcionária P
GC11	Feminino	37	Serviços gerais	Funcionária P
GC12	Feminino	50	NR	Funcionária T
GC13	Masculino	30	Agricultor	Funcionário T
GC14	Feminino	52	Domestica	Funcionária T
GC15	Feminino	40	Agricultora	Funcionária T
GC16	Masculino	23	Agricultor	Funcionário T
GC17	Masculino	34	Agricultor	Funcionário T
GC18	Masculino	43	Agricultor	Fornecedor
GC19	Feminino	38	Serviços gerais	Funcionária P
GC20	Masculino	16	Auxiliar de cozinha	Funcionário P

Fonte: Trabalho de campo realizado em agosto de 2006. NR = Não Respondeu.

Obs.: *O “T” significa Temporário. **O “P” significa Permanente.

Como podemos verificar no quadro 6, há predominância de pessoas do sexo feminino (65,0 %), representando quase o dobro das pessoas do sexo masculino (35,0 %). Isso pode ser atribuído ao fato de que a grande maioria dos empregos permanentes são ocupados por mulheres, além do que também são as mulheres que mais se envolvem na produção de produtos alimentícios que são consumidos diretamente pelos visitantes ou utilizados no preparo de outros alimentos.

Ao considerarmos a idade dos entrevistados vamos perceber, entre os dezenove sujeitos que responderam, que a pessoa mais nova tinha 16 anos, enquanto a mais idosa tinha 76 anos. Embora essa grande amplitude, a média de idade das pessoas que responderam gira

em torno de 34,4 anos, pois há um considerável número de indivíduos (42,1 % deles) com idade entre 16 e 25 anos, sendo que a maioria é do sexo feminino. Há, por isso, uma média de idade mais alta das pessoas do sexo masculino (38 anos) do que as pessoas do sexo feminino (32,3 anos).

Quanto às profissões das pessoas que compõem este grupo, podemos identificar que há predominância de agricultores (36,8 %) e serviços gerais (31,6 %). As outras profissões mencionadas foram: aposentado; secretária; confeitadeira; cozinheira; auxiliar de cozinha e doméstica.

Grupo D: Os não participantes

O Grupo D (GD) é composto por pessoas integrantes de famílias da comunidade, cujos membros não possuem nenhum tipo de relação com o turismo no espaço rural, isto é, que sabem que essa atividade é desenvolvida na comunidade, percebem a presença de pessoas estranhas, mas não estabeleceram nenhum tipo de envolvimento.

Quadro 7 – Sexo, idade e profissão dos não participantes. São Martinho, 2006.

Entrevistado	Sexo	Idade	Profissão
GD1	Masculino	55	Agricultor
GD2	Masculino	65	Agricultor
GD3	Masculino	54	Agricultor
GD4	Masculino	47	Agricultor
GD5	Masculino	26	Agricultor
GD6	Feminino	51	-
GD7	Masculino	19	Agricultor
GD8	Feminino	60	Agricultor
GD9	Feminino	31	Agricultor
GD10	Masculino	34	Diarista
GD11	Masculino	43	Agricultor
GD12	Feminino	74	Aposentado
GD13	Feminino	46	Agricultor
GD14	Feminino	84	Aposentada
GD15	Feminino	39	Funcionária pública
GD16	Feminino	52	Agricultor
GD17	Feminino	29	Dona de casa
GD18	Masculino	63	Agricultor
GD19	Feminino	55	Dona de casa
GD20	Masculino	29	Caminhoneiro

Fonte: Trabalho de campo realizado em setembro de 2006.

Em princípio os sujeitos que comporiam este grupo seriam selecionados em função da proximidade de suas residências com os empreendimentos de turismo. A idéia era entrevistar dois vizinhos de cada um dos estabelecimentos. Porém, isso na maioria dos casos não foi possível, pois muitos desses vizinhos se enquadravam no Grupo C. Mesmo assim, buscamos, na medida do possível, entrevistar as pessoas que residiam nas proximidades dos empreendimentos, sendo que esse grupo também é composto por vinte entrevistados.

Embora não tenhamos escolhido as pessoas que seriam entrevistadas, pois chegávamos às residências e solicitávamos um integrante da família para responder nossas indagações, podemos perceber no quadro 7, que a composição do grupo por sexo mostra equilíbrio no número de entrevistados, sendo que 50,0 % dos sujeitos são do sexo masculino e 50,0 % do sexo feminino.

Quanto à idade dessas pessoas, podemos perceber que a mais nova tem 19 anos e a mais velha 84 anos. Na média os entrevistados têm 47,8 anos, média essa puxada para cima pelo significativo número de pessoas (25,0 %) com 60 anos ou mais. Se levarmos em consideração o gênero dos entrevistados, temos que a média de idade das mulheres é maior (52,1 anos) que a dos homens (43,5). Os integrantes deste grupo de entrevistados são em sua maioria agricultores (60,0 %), mas temos também a presença de aposentados (10,0 %) e donas de casa (10,0 %). Completam o rol de profissões deste grupo uma diarista, um caminhoneiro e uma funcionária pública. Não podemos esquecer que um dos entrevistados não indicou sua profissão.

**4 O TURISMO NO ESPAÇO RURAL NO MUNICÍPIO
DE SÃO MARTINHO: SEU SIGNIFICADO
SOB DIFERENTES CONTEXTOS**

Este capítulo foi construído e estruturado com o objetivo principal de responder as duas primeiras hipóteses da pesquisa, que são as seguintes: a) o turismo no espaço rural implica um pequeno número de famílias de empreendedores envolvidos diretamente com os visitantes. No entanto, essas famílias contribuem para a pluriatividade de outras famílias, através das relações de trabalho, aquisição de produtos e pontos de comercialização; e b) embora possa ser considerado significativo o número de pessoas envolvidas na atividade turística, a maioria dos habitantes do espaço rural de São Martinho não se beneficia diretamente do turismo.

Procuramos aqui esmiuçar a visão das lideranças do município, pois estas estão diretamente envolvidas nas decisões que abarcam as políticas públicas em nível municipal e principalmente nas estratégias de desenvolvimento que são implementadas.

O turismo tem contribuído, como veremos na análise da experiência de São Martinho, com a melhoria incontestável do nível de vida dos empreendedores bem como, também representando um complemento de receita para os funcionários/fornecedores. A atividade turística pode ser apontada como uma das principais responsáveis pela pluriatividade de um significativo número de famílias no rural desse município.

Primeiramente analisamos o turismo no espaço rural na visão das cinco lideranças municipais selecionadas. Após consideramos a importância dessa atividade no contexto das propriedades rurais que estão envolvidas e o que ela representa em termos de receita familiar. Em seguida analisamos como os entrevistados avaliam quem está se beneficiando com o turismo e finalizamos o capítulo analisando o papel da atividade turística no espaço rural para o desenvolvimento do município.

4.1 O turismo no espaço rural na visão das lideranças municipais

A visão positiva que as lideranças municipais geralmente têm de que o turismo pode ter um papel importante a desempenhar no desenvolvimento local é muitas vezes a base da implantação dessa atividade na maioria dos municípios. De acordo com Yázigi (1999, p. 15), “municípios que esgotaram tentativas com a indústria e agricultura, deslocam suas energias para os que poderiam vir de fora, com os bolsos endinheirados”. Segundo o autor, “para a maioria dos prefeitos do Brasil, o turismo assemelha-se à fada-madrinha, que de repente transforma a abóbora em carruagem” (p. 161).

Conforme Ribeiro (2003b, p. 42), a incorporação do turismo nas questões que envolvem o desenvolvimento do espaço rural “vem-se impondo como irrefutável, junto dos vários agentes com a responsabilidade de pensar, planejar e decidir sobre os destinos destes territórios em depressão”.

Os resultados de uma pesquisa desenvolvida por Ribeiro (2003b, p. 43) em Portugal expõem de forma clara “[...] o espaço e o destaque que o casamento do turismo com o desenvolvimento e a presunção do mesmo como o casamento ideal, o que ‘tem tudo para dar certo’, vêm ganhando no universo verbal dos responsáveis da administração pública local”. A autora conclui que as respostas dos gestores públicos “refletem e fazem parte de um processo mais vasto de construção e consolidação do que designo como uma ‘ideologia do turismo’, no quadro da concepção de saídas para os problemas de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas” (p. 54).

Diante das dificuldades enfrentadas nas questões que envolvem o desenvolvimento e influenciadas por uma “ideologização do turismo”, muitos administradores municipais incluem em seus programas de governo a promoção e o apoio às iniciativas nessa área, buscando com isso transformar seus municípios em destinos turísticos, com destaque para as modalidades de turismo no espaço rural. Nesse contexto, buscamos identificar o que pensam as lideranças do município de São Martinho acerca das implicações que este representa naquela realidade municipal.

4.1.1 A importância da atividade turística

A importância atribuída pelas lideranças municipais ao turismo no desenvolvimento de São Martinho engloba diferentes aspectos, que vão desde os postos de trabalho que são criados e a renda que é gerada, passam pela possibilidade do município se tornar conhecido além das fronteiras regionais, pela maior facilidade de comunicação dos agricultores e ainda por ocorrer uma auto-valorização dos moradores da comunidade.

Um dos entrevistados se expressou em relação aos empregos que são criados na comunidade rural, o que possibilita que mais pessoas permaneçam na comunidade, não necessitando assim partirem em busca de outro local para morar e trabalhar, da seguinte maneira: “[...] com esses novos equipamentos que a gente tem, o pessoal já trabalha junto com a família, já ficou na propriedade, não saiu, então a propriedade ao invés de diminuir, que é o que acontece geralmente na comunidade rural, tá crescendo em função dos equipamentos” (GA1). Além dos empregos, a renda gerada decorrente da atividade turística também é

destacada: “principalmente a geração de emprego e renda, renda principalmente [...], o turismo o que que ele fez, o que que ele conseguiu atrair para o município, dinheiro de fora, e gera a economia [...] aquece realmente a economia, gera emprego e gera renda” (GA5).

Em São Martinho é necessário destacar que a grande maioria dos empregos permanentes que foram criados são ocupados por mulheres. Nesse contexto, Talavera (2001, p. 163) salienta que o surgimento dessa nova via de empregos, que podem ser complementares ou alternativos aos tradicionais, “tem destacado o papel da mulher como produtora, que agora, além de tarefas agrícolas, vê de que modo os conhecimentos vinculados ao seu papel tradicional de dona de casa (preparação de conservas, elaboração de produtos lácteos, cuidado da prole, etc.) são valorizados, e não apenas economicamente”.

Outro dos entrevistados colocou que o turismo desempenha papel importante na divulgação que o município consegue alcançar em outras regiões e até nacionalmente, o que é um visível motivo de orgulho para algumas pessoas: “A importância dele, que na verdade a importância que ele tem, é principalmente, no meu entender, é a divulgação, que hoje o município é conhecido praticamente a nível nacional, ele praticamente... você vai falar, principalmente na área de turismo, em todas as regiões ele é conhecido” (GA2).

A maior facilidade de comunicação com as pessoas da comunidade que passaram a receber e/ou ter contato com pessoas diferentes do seu convívio habitual, em função do fluxo de visitação que se estabeleceu, é também destacada por um dos entrevistados: “desde que começou o trabalho de turismo, tem uma diferença muito grande, até é mais fácil pra gente trabalhar com os agricultores, eles tem contato, eles tem possibilidades de [...] ter mais conhecimento, é uma cadeia, porque traz o pessoal, como Vargem do Cedro envolve a comunidade praticamente inteira” (GA3).

O turismo representa a inserção em uma nova realidade, principalmente para as famílias que se envolvem diretamente com esta atividade. Nesse contexto, tem-se que ter em conta as diferenças no sentido atribuído por cada pessoa, no caso aqui, por cada uma das lideranças municipais, ao que representa o turismo no contexto da comunidade rural e não somente em relação aos envolvidos com a atividade.

A percepção de que houve uma boa aceitação por parte das famílias da comunidade, mesmo daquelas que não possuem qualquer relação com o turismo, é observada em uma das falas, embora seja destacado o ceticismo que permeia o olhar de algumas pessoas, que ainda não estariam acreditando no turismo: “Inclusive muita família faz questão de deixar mais apresentável o seu jardim, pelos turistas que vem, que observam, que elogiam, que gostam. Assim há uma retaguarda das famílias da comunidade em relação ao turismo. Uma ou outra

mais cética ainda não acredita muito, ou não se interessa muito, mas a maioria respeita” (GA4).

O despertar dos moradores locais para a importância que é atribuída pelos forasteiros ao seu local de trabalho e moradia, traz segundo um entrevistado, um sentimento de valorização:

E eles se questionam assim: o que que tem de tão bonito em Vargem do Cedro que todo mundo gosta? Pra nós é rotineiro, do dia a dia, só que o povo que vem de fora, as montanhas, a natureza, a pastagem, o clima, tudo isso eles ficam impressionados, gostam, porque eles vivem em lugares diferentes, urbanos e aqui tranquilidade, abundância muito grande de água pura que se tem, muita cachoeirinha, muitos córregos, riachos, a cultura alemã não deixa de influenciar bastante, os produtos de artesanato [...]. Então isso aí tudo influenciou bastante e a comunidade se torna mais acolhedora, no sentido assim que eles sentem que tem que agradecer o turista, acolher, n/é?... e também se sentem valorizados, isso valoriza o povo aqui do lugar. Eles se sentem bastante valorizados com isso (GA4).

Um outro aspecto que buscamos investigar foi a classificação atribuída pelas lideranças ao turismo no desenvolvimento do município, considerando uma escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima). Quatro dos entrevistados atribuíram uma boa classificação (7, 8, 8, 9), enquanto outro considerou pequena (2) a importância do turismo no desenvolvimento municipal. Se considerarmos a média (6,8) vamos perceber que não há um entusiasmo tão grande por parte das lideranças em relação à contribuição do turismo para o desenvolvimento do município.

Essa constatação é oposta ao que foi observado em pesquisa anterior (ELESBÃO, 2001) com as lideranças municipais da época, onde havia grande esperança e empolgação em relação às potencialidades do turismo para o desenvolvimento de São Martinho, sendo agora perceptível um menor entusiasmo das atuais lideranças municipais.

O que de certa forma surpreendeu foi que uma das principais lideranças do município, com grande capacidade de influenciar nas políticas públicas, tenha um ceticismo muito grande com relação à contribuição do turismo para a economia. Embora consiga perceber (identificado em outros momentos de sua fala) como relevantes alguns efeitos causados pelo turismo no contexto municipal, entende, no entanto, que o alcance em termos do número de pessoas envolvidas é muito reduzido, atribuindo assim uma pequena importância ao turismo para o município:

Na verdade pro turismo eu daria nota dez porque desenvolveu parte, um pequeno percentual dentro do município só que em relação à população atingida é uma minoria, são dois por cento, ou talvez menos de dois por cento, então por isso que na verdade nós temos que atender sempre o outro lado junto, principalmente à agricultura, os acessos a todas as propriedades e não pensar só no turismo, que beneficia tão poucas famílias. Estamos muito contentes, satisfeitos com esse trabalho que foi iniciado na época e da maneira que ele está sendo conduzido por cada proprietário, não esperando pelo órgão público. Eu acho que, cada proprietário, o proprietário na verdade, ficar sentado lá esperando para que o órgão público faça tudo pra ele, o órgão público tem que estar ali pra auxiliar, ajudar, os acessos, na divulgação, e cada qual vai desenvolver o seu trabalho da sua forma, com a sua capacidade. Eu pro turismo eu daria dez, aí teria que dar o máximo dois (GA2).

Essa diferença de visão pode, em parte, ser explicada pela componente política que está presente nas decisões que envolvem as questões públicas e quando se definem as prioridades administrativas dentro de um município. Isso se torna mais evidente em municípios pequenos em termos populacionais, pois é muito grande o acirramento das disputas eleitorais.

Escrevemos em trabalho anterior (ELESBÃO, 2001) que as políticas de incentivo a atividade turística sofriam com a falta de continuidade, ou seja, que em determinados governos ela tornava-se prioridade e atraía grande atenção por parte dos gestores públicos, mas que, passado o período de governo e não havendo continuidade da mesma vertente política, a tendência era que, em muitos casos, projetos então em desenvolvimento fossem interrompidos e até mesmo abandonados.

Quando defrontados com a questão de quem estava se beneficiando com o turismo no município, os entrevistados responderam, como era de se esperar, que os empreendedores são os que estão diretamente se beneficiando da atividade: “diretamente podemos dizer que quem está se beneficiando... esses produtores rurais que resolveram além de trabalhar na propriedade rural com os produtos habituais, o leite, o milho, fumo, também trabalham com turismo. Então diretamente eles são os principais beneficiados” (GA1).

No entanto, na opinião dessas lideranças municipais, não seriam somente as pessoas envolvidas diretamente na atividade turística que estariam recebendo os benefícios do turismo, mas também o comércio local, que teria o seu volume de vendas acrescido devido ao fluxo de visitantes:

Com certeza o comércio local, porque o próprio comércio que nós temos, até aqui no centro eles também se beneficiam, porque as pessoas, [...] geralmente são pessoas que circulam, eles procuram o comércio, um bom

preço, um bom produto, então de forma geral todo comércio se beneficia, além dos pontos, que na verdade, já são pontos que atraem as pessoas que vão lá para alimentação, hospedagem, o próprio comércio também se beneficia (GA2).

Nesse contexto, são muito importantes os gastos realizados pelos visitantes no comércio local, tanto no espaço rural como na sede do município. De acordo com Ruschmann (2000a, p. 65) “ao atrair fluxos de pessoas de outros espaços econômicos, o turismo rural estimula o consumo nas áreas onde ocorre, desencadeando o tradicional efeito multiplicador da atividade turística”.

Assim, os gastos diretos realizados pelos visitantes no município geram um efeito multiplicador, onde o dinheiro que é despendido pelos visitantes no local, possibilita a realização de outros gastos, ou seja, esse dinheiro é redistribuído. Por exemplo, o valor da diária que é pago em uma das pousadas vai ser utilizado, entre outros, para remunerar os funcionários (se existirem) e pagar os fornecedores de produtos adquiridos, que por sua vez vão gastar com alimentação, vestuário, etc., e assim por diante.

Nesse sentido, é muito importante o dinheiro que é trazido pelos visitantes e circula na econômica local. Assim, para um dos entrevistados, além dos empreendedores que se beneficiam diretamente, também a população do município tem benefícios: “indiretamente a população toda do município, porque justamente por causa da geração de renda que existe com a atividade turística. [...] o turismo traz muito recurso pra cá” (GA5).

Segundo um dos entrevistados, além das pessoas da comunidade serem favorecidas pela oportunidade de comercializarem produtos coloniais e artesanais, também se beneficiam do contato com pessoas diferentes: “Indiretamente o povo se beneficia porque traz um contato, cultura, contato com gente diferente e também indiretamente venda de artesanato de terceiros, que colocam muitas coisas do que tem nas vendas, [...] o bitter, licores, bordados, toalhas, e outros materiais de artesanato” (GA4).

Um dos entrevistados entende que se houvesse uma maior integração entre os empreendedores e os outros segmentos da sociedade, o turismo poderia favorecer sinergias, que repercutiriam de maneira positiva na comunidade: “todo o município, o empreendedor, os vizinhos, a comunidade, e se tivesse essa integração, se fosse quebrado esse isolamento do empreendedor também, teria espaço para muita gente, eu acho que poderia beneficiar mais ainda, principalmente a comunidade” (GA3).

No que diz respeito à participação da população do município na atividade turística e se esse envolvimento se traduz em melhorias para a comunidade local, a maioria entende que

a comunidade está se beneficiando com o turismo, mas para alguns não tanto como poderia. Para um dos entrevistados “até está, mas poderia estar sendo muito mais, eu acho que falta esse envolvimento da comunidade, [...], tá muito isolado, aqui está o pessoal que trabalha com turismo, tem uma linha, o pessoal que não trabalha com turismo, [...]. Então não tem um beneficiamento assim desejado, como a gente gostaria que fosse” (GA1). Para outro dos entrevistados o turismo “gera emprego para o pessoal da comunidade, aí tem o pessoal que produz açúcar mascavo para fazer o doce, outros os ovos, a manteiga e outro acaba envolvido. Se bem que poderia ter até mais, se o pessoal quisesse poderia ter até mais, em vez de comprar fora da comunidade poderia comprar na comunidade se alguém produzisse” (GA3).

Uma das lideranças entende que os recursos que circulam no município em função do turismo são muito importantes para a economia local e proporcionam benefícios à comunidade como um todo:

A comunidade ela está se beneficiando porque hoje o turismo é uma atividade consolidada no município, uma atividade econômica [...], a gente pode fazer uma suposição do que seria o município hoje sem o turismo... eu acho que seria muito complicado [...] de ter só a atividade agrícola e pecuária aqui... hoje se criaram várias empresas já [...], em função do turismo surgiram e estão sólidas aí e eu acredito que traz o benefício para a comunidade em geral, não vejo assim um setor, lógico, os empreendedores hoje é que estão arrecadando diretamente, mas essa visão eu acho que falta para as pessoas de que está circulando muito dinheiro (GA5).

Não é somente na questão do emprego e renda que são percebidos os resultados do turismo em São Martinho, mas também há uma mudança comportamental das pessoas, “principalmente a questão de informação, deu uma diferença bem grande, observa bem como o pessoal era antes e hoje n/é?... quando vem... eles conversam muito, o pessoal está aprendendo coisas diferentes, eles ensinam muito mas aprendem muito também com o pessoal, e o turista traz, além dessa visão diferente de mundo, trás o dinheiro também” (GA3).

No entanto, um dos entrevistados entende que somente um pequeno percentual está sendo beneficiado: “aquele pequeno percentual com certeza, um pouco ele se beneficia” (GA2). Embora ele mesmo em questão semelhante tenha identificado inclusive o comércio local como sendo beneficiado pelo fluxo de visitação.

Assim, temos que discordar, com base nas entrevistas e observações realizadas, da afirmação de um dos entrevistados quando coloca que “pelo menos os setores da política estão conscientes de que é preciso investir, que o caminho é por ali” (GA4). Em pesquisa anterior sim, quando a atividade estava em plena expansão, contatou-se uma grande esperança

- e porque não dizer certeza - por parte de todas as lideranças municipais, no grande potencial que o turismo representava para o desenvolvimento do município, mas isso hoje já não é mais consenso.

4.1.2 Os obstáculos e as ações no turismo no espaço rural

Os principais recursos apontados pelos entrevistados como sendo responsáveis pela capacidade do município em atrair visitantes foram em primeiro lugar os atrativos naturais, ou seja, a natureza e a beleza da paisagem, seguida da gastronomia, da cultura local e dos produtos coloniais: “O principal é o recurso natural. Mas o principal que não dá para construir, que são as cascatas, as matas, isso aí já tem pronto, e outro recurso que eu vejo também é cultural” (GA3).

Os atributos que envolvem a paisagem e que são tão destacados em São Martinho, fazem parte das amenidades rurais, que segundo Covas (1999, p. 23) podem resumidamente ser divididas em dois grandes conjuntos:

- as amenidades naturais, com valor de não uso, territorialmente difusas, pertencentes ao domínio público e revestindo a forma de bem colectivo ou público, por exemplo uma paisagem serrana ou rural;
- as amenidades humanizadas, com valor de uso, reportadas a um território bem delimitado, pertencendo ao domínio privado e revestindo a forma de um bem quase comercial, por exemplo uma zona de caça.

As amenidades rurais, tanto as naturais como as humanizadas, tem papel fundamental no desenvolvimento das zonas rurais desfavorecidas, desde é claro que se adote uma atitude pró-ativa em relação a elas, ou seja, que sejam consideradas como um instrumento fundamental da política de desenvolvimento rural (COVAS, 1999).

De acordo com Pires (2004), as atividades turísticas só terão início em determinado local se nele existirem as ‘matérias-primas’, ou seja, os recursos naturais e/ou culturais que são os primeiros responsáveis pela vinda dos visitantes. É somente após serem incorporados uma série de bens e serviços aos atrativos básicos que passaremos a ter efetivamente um produto turístico.

Nesse contexto então, em um primeiro momento a demanda é satisfeita pelos atrativos existentes, que respondem pelo início do desenvolvimento do turismo. Esses atrativos são os lugares privilegiados com reserva de elementos da natureza, onde também se fazem presente diversas atividades rurais (TULIK, 2002).

Em pesquisa sobre perfil das pessoas que se deslocaram até São Martinho, constatou-se que, quase metade dos visitantes apontou os recursos naturais como principal atrativo, seguido da qualidade do produto turístico e da proximidade do local de procedência. A maioria dos visitantes provinha de locais próximos, ou seja, mais de 75,0 % era originária de municípios pertencentes à região Sul catarinense. Isso se deve, entre outros, ao trabalho de divulgação realizado tendo como base a paisagem, os produtos coloniais e a cultura germânica (ELESBÃO, 2001).

Em pesquisa mais recente, realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2006 (portanto na época de verão), Rozar et al. (2006) identificaram também que a maioria dos visitantes de São Martinho provém da Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina, embora o percentual (55,2 %) seja inferior ao que havíamos levantado. A proximidade entre a origem e o destino dos visitantes é apontada nesse trabalho como principal explicação para a maior presença de visitantes dessa região. Outro dado que chamou a atenção nessa pesquisa foi o fato de haver uma significativa presença de excursionistas (59,0 %), ou seja, de pessoas que vão até o município e permanecem um dia, sem pernoite. Grande parte dessas pessoas provém de municípios próximos e se desloca até São Martinho, tendo como principal motivação o lazer e a gastronomia local, sendo que os restaurantes foram apontados como os locais mais utilizados.

Quando questionados sobre quais eram os principais obstáculos/estrangulamentos ao desenvolvimento do turismo no município, as lideranças municipais apontaram: a falta de recursos públicos; a necessidade de maior investimento privado em estruturas de hospedagem para poder receber mais visitantes; a pouca integração (parcerias) entre os órgãos públicos e destes com os empreendedores; uma “conversão de mentalidade” de que algumas ações em prol do turismo são importantes; e a falta de vontade política de que aconteça efetivamente.

Além da necessidade de ter uma maior disponibilidade de recursos públicos, um dos entrevistados ainda destaca a falta de vontade em relação à realização de investimentos para a ampliação das instalações por parte dos empreendedores: “Só que o recurso financeiro é pouco destinado no município para a área do turismo, e também assim digamos, um pouco mais de vontade de crescer, de expandir o pessoal que já trabalha com turismo, porque eles estão meio estagnados, assim sabe: deu dinheiro, cresceu a coisa, então tá bom assim” (GA1).

Essa falta de vontade de investir de certa forma estaria relacionada à falta de visão das pessoas do município em relação ao turismo: “Um dos obstáculos ainda é um pouco a falta de visão [...] então falta a conversão de mentalidade ainda, precisaria haver um pouco mais, já

melhorou bastante, mas no todo ainda tem e o outro obstáculo é os recursos, falta um investimento maior público” (GA4).

Outro dos entrevistados também aponta a falta de investimentos na construção de uma maior oferta de hospedagem: “A princípio ainda se vê hoje, se percebe bastante assim, como pousadas, hotéis, se tivesse mais estrutura para poder receber, que às vezes as pessoas, casais assim, quando querem vir para uma pequena cidade, para um lugar tranquilo, um lugar como eles querem vir para pelo menos pernoitar uma noite ou duas” (GA2).

A carência de recursos, tanto públicos como privados e a dificuldade de acesso aos locais, normalmente são apontados como os principais problemas na implementação de experiências em turismo no espaço rural no Brasil e no exterior. Em Portugal, de acordo com Ribeiro (2003b), o principal obstáculo identificado pelos gestores públicos para o desenvolvimento do turismo rural se refere ao problema de acessibilidade aos locais que recebem fluxo de visitação.

Alguns entendem que é necessário haver pavimentação das estradas que ligam as localidades turísticas, pois esta teria uma grande influência no deslocamento das pessoas até o local, influenciando positivamente a demanda. Já para outros, a pavimentação além de ser um investimento demasiadamente alto, influenciaria negativamente nas características do local, contribuindo para a perda da “autenticidade”.

No caso de São Martinho, o acesso por estrada de terra é visto por um dos entrevistados como não sendo um problema ao crescimento do turismo:

Acessos também seriam importantes, agora, acesso mesmo em estrada de terra, não é problema, às vezes quem vem lá duma cidade gosta de andar num pedacinho de estrada de terra [...], qualquer motorista se a estradinha sendo boa, uma poeirinha mais ou menos, um final de semana diferente, agora para os moradores é complicado (GA2).

Podemos inferir, com base na estimativa do fluxo de visitação do turismo no espaço rural de São Martinho, que as dificuldades de acesso não estão sendo determinantes no estabelecimento de um maior ou menor deslocamento de pessoas até este local. Isso fica patente se considerarmos a estrada geral que liga a sede do município até o distrito de Vargem do Cedro. A distância percorrida pelos visitantes que se deslocam até um dos empreendimentos mais visitados é de aproximadamente 13 Km, em estrada não pavimentada.

Em pesquisa anterior (ELESBÃO, 2001) a questão da acessibilidade também era um dos problemas apontados, pois todas as propriedades que estavam abertas à visitação eram acessíveis apenas por estradas não pavimentadas, além do que, em Vargem do Cedro,

localidade onde havia a maior concentração de atrativos, a estrada não permitia a passagem de ônibus de grande porte.

Quando questionados sobre as medidas e/ou ações que estavam sendo realizadas para apoiar o desenvolvimento do turismo no município, houve basicamente dois tipos de reações que merecem ser destacadas. Uma mais voltada para a carência de recursos financeiros, que inviabilizaria investimentos, principalmente em infra-estrutura, e outra em relação ao futuro do turismo no espaço rural do município.

Segundo um dos entrevistados, embora haja vontade de realizar ações em prol do desenvolvimento do turismo, estas seriam inviabilizadas pela carência de recursos financeiros: “há uma vontade no município de implementar mais, mas o grande desafio são recursos, recursos financeiros, que ainda são poucos. No sentido de infra-estrutura, por exemplo, se precisaria uma melhoria da estrada, as estradas tem acesso, mas ainda dificulta vir de São Martinho pra cá, aquele morro, ônibus grandes passam trabalho para subir” (GA4).

Essa visão da “vontade no município” de incrementar mais o turismo está ligada mais a iniciativa privada, pois quanto ao poder público, como colocado por um dos entrevistados e constatado por nós anteriormente, faltaria vontade política, pois não é atribuída tanta importância ao turismo, o que pode ser evidenciado na falta de recursos orçamentários para este setor.

O projeto tomou um corpo e poderia até ter um apoio maior do poder público, [...], acho que deveria ser instituída uma legislação específica na área de turismo, que não existe hoje uma legislação de incentivo a implantação e ao desenvolvimento da atividade turística no município. [...] e ainda não se dá por parte do poder público [...] a devida importância a atividade turística no município [...], a maior questão é a falta de recursos orçamentários para a área de turismo (GA5).

No entanto há no município, segundo um dos entrevistados, uma manifestada preocupação em manter a Festa do Produto Colonial, considerada um dos marcos do início do turismo: “nós principalmente procuramos preservar muito essa festa do produto colonial, eu acho que tudo nasceu... aquilo em torno disso” (GA2).

Outro dos entrevistados externalizou preocupação com o futuro da atividade, justamente em função da experiência ter dado certo. Isso se deve ao grande fluxo de visitantes que são recebidos nas propriedades e que no seu entender estaria já além da capacidade que seria a ideal:

A gente passa sistematicamente nas propriedades para saber o que o pessoal ta precisando, pra sugerir, porque a gente ta num momento que eu considero um pouco delicado, porque o turismo deu certo, o pessoal se empolgou, o pessoal que esta envolvido com o turismo ta fazendo dinheiro, todo o pessoal que eu conheço que trabalha com turismo ta contente, se não ta pelo menos deveria, porque ta tendo retorno, só que agora chegou num ponto que tem que começar repensar, porque será que suporta essa quantidade de turista que acaba recebendo? (GA3).

A capacidade de carga, um dos componentes da sustentabilidade dos destinos turísticos, principalmente do turismo no espaço rural, é sempre colocada como um dos aspectos importantes a serem considerados no planejamento e no desenvolvimento da atividade turística, mas que nem sempre ressoa como deveria: “é uma idéia que a gente ta tentando levar pro pessoal, mas que não ta tendo muita receptividade porque é um atrativo tu ficar recebendo dinheiro [...]. Espero que o pessoal desperte para cuidar bem dessa galinha dos ovos de ouro, senão ele vai acabar matando” (GA3).

Interessante mencionarmos que em 1999 já era manifestada alguma preocupação com a capacidade de carga dos empreendimentos, pois se o número de visitantes continuasse naquele ritmo de crescimento isso poderia ser um problema no futuro. O ideal seria que se conseguisse manter um fluxo sustentável de visitantes e que não houvesse sobrecarga nos empreendimentos (ELESBÃO, 2001). Pudemos observar que atualmente o número total de visitantes é maior que em 1999, no entanto, como veremos, ele está bastante concentrado no distrito de Vargem do Cedro.

Através das entrevistas e da observação *in loco* da realidade em São Martinho, percebeu-se que há um certo imobilismo, por parte dos gestores municipais, em relação à realização de ações em prol da atividade turística. Isso, de certa forma, não está somente ligado à falta de recursos financeiros, mas, principalmente, ao fato de que o principal responsável pelas políticas públicas tem uma visão diferente em relação à importância que o turismo desempenha no desenvolvimento do município, ou seja, considera a agropecuária muito mais importante e atribui um papel secundário à atividade turística.

4.1.3 O que mudou a partir do turismo

Como colocamos anteriormente, dentro de um contexto de diversificação das economias municipais o turismo vem sendo considerado pelas administrações públicas como uma das melhores alternativas, isso tendo como base a “observação das novas opções que se registam no campo da procura turística e das oportunidades que, teoricamente, por via delas

se abrem à valorização de potencialidades naturais e socioculturais locais, algumas até agora completamente ociosas” (RIBEIRO, 2003a, p. 202).

Dessa forma, é fundamental que as pessoas que têm nas mãos as rédeas da condução das políticas municipais ou que influenciam diretamente nas decisões que são tomadas, compreendam a realidade local, as suas potencialidades, e mais do que isso, reconheçam que não há soluções únicas, muito menos mágicas. De acordo com Ribeiro (2003a, p. 203) “a realização dos objetivos de diversificação econômica, e em última instância, de desenvolvimento rural, passa necessariamente pela integração e a articulação de estratégias variadas, distribuídas por múltiplos domínios”.

Nesse sentido, procuramos saber como as lideranças municipais de São Martinho percebem as mudanças que ocorreram e estão ocorrendo no espaço rural em decorrência do começo das atividades turísticas. Entendemos que a visão dessas pessoas difere das demais que integram os outros grupos, que posteriormente serão analisados, na medida em que é um olhar de fora para dentro, ou seja, de quem tem algum tipo de relação com o tecido social da comunidade, mas não vive nela no seu dia a dia. No entanto, justamente por este motivo, essas pessoas têm melhores condições de observar a comunidade num contexto mais geral, pois têm a visão de quem olha de fora. Nesse contexto, serão analisadas as falas das cinco lideranças municipais selecionadas. Assim, começamos primeiramente por questionar essas pessoas em relação a quais haviam sido as mudanças observadas a partir do início da atividade turística de forma organizada em 1994.

Um dos pontos destacados envolve o crescimento do fluxo de visitantes e, com isso, uma maior oferta de produtos para atender essa demanda, assim “tiveram que aumentar a quantidade de produto que eles fabricam, esse tipo de coisa” (GA1). Outra constatação é em relação a alteração no tipo de visitante que agora é desejado pelos empreendedores. Como identificamos em outra pesquisa (ELESBÃO, 2001) havia uma importante parcela do total da demanda de visitantes no espaço rural do município que era composta por excursionistas, o que foi corroborado, como mencionamos anteriormente, para o ano de 2006 pela pesquisa de Rozar et al (2006). Contudo, agora “o nosso empreendedor ele já tá mais exigente também. [...] aí o que eles falaram, a gente não tá mais querendo muito grandes excursões, a gente tá tentando pegar o turista que vem em carro pequeno, família, porque já tem mais poder aquisitivo, ficam mais dias, gastam mais” (GA1).

O turismo significou para algumas famílias praticamente a substituição da atividade agropecuária por outra, voltada a atender os visitantes. Para um dos entrevistados o “que aconteceu é a transformação de algumas famílias dessas aí, de que na verdade deixaram da

atividade que elas faziam, que o pequeno agricultor da maneira que ele trabalha hoje, na nossa região que é uma região acidentada, realmente é difícil para poder ainda sobreviver” (GA2). No entanto ressalta que “isso favoreceu alguma família, algumas poucas famílias” (GA2).

Outro entrevistado aponta a mobilização de pessoas da comunidade, no sentido de deixarem mais organizadas e bonitas suas propriedades em função do fluxo de visitantes. Assim, “uma mudança que eu vejo [...] está uma comunidade mais bonita, já é histórico, o pessoal se preocupa com o jardim, com a horta, mas hoje eles fazem parece com mais gosto, porque sabem que tem bastante gente que vai apreciar” (GA3). Além disso, “tem bastante gente que passou a produzir coisas pra vender para turista” (GA3).

Esses comportamentos possivelmente tenham sido influenciados pelo trabalho de sensibilização realizado quando da implantação da atividade turística de forma organizada. Nesse sentido, algumas ações identificadas em trabalho anterior podem ter contribuído para isso, pois buscando tornar o município um destino de visitação, o poder público municipal desencadeou uma série de ações, entre elas a realização de um projeto de urbanização e paisagismo, com plantio de grande quantidade de flores, e de um concurso de jardins (ELESBÃO, 2001).

Isso pode ser evidenciado na fala de outra das lideranças, para quem “o povo se tornou mais acolhedor. Em vista do turismo, eles cultivam, [...] eles embelezam mais as coisas, tem um capricho maior com jardins e flores” (GA4). Também foi constatado que a comunidade passou a conviver melhor com as diferenças: “Então a comunidade se universalizou mais, se abriu, era muito fechada, em cima da cultura alemã, hoje ela é mais aberta, no sentido de acolher o diferente, o turista, o outro que vem [...]. Então houve um enriquecimento da comunidade no sentido de pluralismo cultural” (GA4).

Para um dos entrevistados o contato dos visitantes com a população local provoca mudanças sociais e culturais: “eu acho mesmo a questão cultural da população, porque hoje tu... esse próprio contato do turista com o empreendedor, com a comunidade local, ele traz benefício, hoje a gente vê que deu um salto de qualidade também na questão cultural, social da comunidade” (GA5).

Podemos então identificar nas falas das lideranças municipais uma diferente avaliação em relação ao que mudou depois do turismo. Essa diferença de visão pode ser atribuída à distinta formação e funções exercidas no município pelas pessoas entrevistadas. Exceção é feita ao fato de que dois sujeitos entendem ter havido uma preocupação maior por parte dos moradores, no que diz respeito à aparência de suas propriedades. Além desta, foram percebidas as seguintes mudanças: necessidade de ampliar a oferta de produtos relacionados

ao turismo em função da expansão da demanda; preferência dos empreendedores por um perfil de visitante diferente do que vinham recebendo; mudança de atividades das famílias envolvidas com o turismo; uma abertura maior da comunidade que passou a aceitar mais as diferenças entre os indivíduos; esta última associada a um “salto de qualidade” na questão social e cultural da comunidade.

O passo seguinte foi questionar as lideranças acerca do que havia mudado para melhor nesse período. O que mais aparece nas falas (de quatro entrevistados) é o fato de que as pessoas envolvidas com o turismo tiveram melhorado seu nível de vida, pois “com certeza conseguiram agregar valores, até naquelas famílias que, na verdade trabalham indiretamente nos pontos [...], e durante àquelas horas do dia trabalha lá e razoavelmente ganha um salário, para a pessoa que trabalha na roça, um salário razoavelmente bom” (GA2). Assim, o que de melhor aconteceu foi “a melhoria da qualidade de vida das pessoas lá, a questão de dinheiro mesmo” (GA5).

O turismo “trouxe enriquecimento, trouxe abertura de visão, de mentalidade, contato com pessoas diferentes, [...] financeiramente enriquece bastante” (GA4). Portanto, além de economicamente, melhorou “até socialmente, eu acho assim, no trato com as pessoas, as pessoas mudaram, era um pessoal que era mais arredo, hoje eu vejo que eles tão bem diferente” (GA3).

Também é destacado o fato de que o desenvolvimento da experiência de turismo tornou o município conhecido em outros lugares, “eu acho que o principal foi lançar o nome de São Martinho a nível nacional” (GA1), pois “[...] não tem um lugar que a gente vá que alguém não ouviu falar de São Martinho, ou conhece, ou alguém já conhece, já teve. Então acho que isso foi um ponto fundamental, porque para um município do porte de São Martinho que vivia praticamente só da agricultura, ficar conhecido até o nível nacional é muita coisa” (GA1).

Os problemas decorrentes da atividade turística foram colocados quando questionamos os sujeitos sobre o que havia mudado para pior. A preocupação com o meio ambiente está presente na fala da maioria dos entrevistados (três deles), seja em relação à poluição pelo lixo jogado na beira da estrada, “porque o turista vem, sempre tem aquela questão de lixo” (GA1), ou pela depredação do patrimônio, pois “tem uma faixa de turista que depreda o patrimônio, eles arrancam mudas de flores, eles quebram galhos de plantas, que às vezes se criou com cuidado e tal, às vezes tem turista que... às vezes rouba” (GA4).

Os problemas ambientais oriundos do fluxo de visitação turística podem ser variados, mas, no entanto, de acordo com Moreira (1994, p. 93), podem ser “reduzidos para mínimos

aceitáveis (tendo em conta as virtudes que aquela atividade também possui), através de uma ação de planeamento e concertação dos diversos interesses em presença”.

Seria pior também, segundo um dos entrevistados, o intenso movimento decorrente do fluxo de visitação, principalmente nos finais de semana, que faz com que as condições de trafegabilidade das estradas se deteriore e seja necessário realizar uma manutenção periódica, sendo que praticamente “[...] de quinze em quinze dias você tem que passar uma máquina para deixar ela firme” (GA2).

Estes problemas são inerentes ao crescimento do turismo em destinos turísticos rurais, o que faz com que sejam imprescindíveis as iniciativas e ações com a finalidade de se conseguir reduzir bastante os seus efeitos. Para um dos entrevistados esse “é o preço que a gente tem que pagar junto com o turismo, mas nada que se possa dizer assim que é um fator muito relevante que vale a pena a gente focar” (GA1).

Entretanto, um dos entrevistados não apontou nenhum aspecto que teria ficado pior com o turismo: “não consigo hoje levantar um aspecto negativo, ainda não consegui visualizar isso. [...] Eu vejo só aspectos positivos. Eu acho que ainda não causou nenhum problema [...]. Aspecto negativo eu não consigo visualizar” (GA5).

Questionamos também as lideranças municipais acerca dos impactos gerados pela atividade turística, que podem ser de ordem ambiental, social, econômico e cultural. Devemos ressaltar que a concepção de impacto pode nem sempre ser a mesma para todos os indivíduos, no entanto, podemos verificar que muitas vezes ela está mais relacionada com uma conotação negativa. Analisando as falas dos entrevistados percebemos que em três delas aparece menção aos impactos negativos, enquanto que nas outras duas são destacados os impactos positivos.

A atividade turística gera efeitos que podem ser mais ou menos percebidos pelos diversos grupos de indivíduos. No caso desse grupo “o impacto principal e o problema sério que a gente enfrenta é o impacto ambiental” (GA1). Nesse sentido, “a parte sanitária dos equipamentos tu até controla, mas o lixo é muito difícil de controlar” (GA3). Isso acontece, devido “a própria educação do pessoal que vêm, a falta dela, que tem o hábito de jogar pela janela do ônibus lixo. Ali no local o pessoal limpa, mas a estrada, é fralda descartável, litrão, papel” (GA3). Um dos entrevistados coloca que “eu não vejo impacto muito grande” (GA2). Porém, ressalta que “quando o número de pessoas é bastante grande você tem que se preocupar bastante” (GA2).

O impacto positivo é destacado por duas das lideranças. Para uma delas “a comunidade sente, o povo sente, que os turistas vêm em busca de alguma coisa, alguns não percebem, o que nós temos de bonito que traz eles, eles não chegam a perceber, porque a vista

deles está no dia a dia com o meio ambiente” (GA4). Nesse sentido, “para a comunidade teve um impacto, ela se sente com muito brio, dizendo que o pequeno lugar deles que não era nada, desconhecido, hoje é bastante conhecido” (GA4). Outro, no entanto, destaca o dinheiro que aporta ao município pelo turismo e o que isso provoca:

Dinheiro no bolso das pessoas. A qualidade de vida. Tu vê uns caras que não tinham dinheiro pra pagar a conta de energia no final do mês, hoje tão aí circulando com carros do ano, tão empregando outras famílias. O dinheiro, as pessoas estão conseguindo adquirir as coisas, construir casas, comprar carros, não só os empreendedores, mas os empregados também desses estabelecimentos. Então eu acho que o principal impacto positivo a melhoria da qualidade de vida em função do dinheiro que está circulando, do que está se arrecadando com a atividade turística (GA5).

Buscamos também identificar individualmente, sendo que os resultados são apresentados no quadro 8, o que cada uma das lideranças municipais entendia ter melhorado ou piorado no que diz respeito às relações sociais na comunidade, a poluição, ao sossego/tranqüilidade e as oportunidades de negócios.

Quadro 8 – Posição das lideranças municipais em relação às relações sociais, poluição, sossego/tranqüilidade e oportunidades de negócios. São Martinho, 2006.

Entrevistado	Relações sociais	Poluição	Tranqüilidade	Negócios
GA1	Melhor/Pior	Mesma coisa	Mesma coisa	Melhor
GA2	Melhor	Pior	Pior	Melhor
GA3	Melhor	Pior	Pior	Melhor
GA4	Melhor	Mesma coisa	Mesma coisa	Melhor
GA5	Melhor	Mesma coisa	Mesma coisa	Melhor

Fonte: Trabalho de campo realizado em maio de 2006.

Podemos perceber que na visão das lideranças municipais, o turismo teve um efeito positivo na vida da comunidade, principalmente nas relações sociais, “em função de que a comunidade se abriu para essa atividade nova, teve contato com outras pessoas” (GA5). Assim, aprenderam também a respeitar as diferenças, “porque o pessoal, a comunidade sempre foi muito isolada, município pequeno, e hoje com o turismo eu vejo que eles aprenderam muito mais a respeitar a diferença” (GA3). Com a presença freqüente de visitantes “eles têm que conviver com o diferente. Aceitar o diferente. Porque eles são bastante tradicionalistas, e a cultura, a cultura de pequenos lugares ela é bastante fechada, em cima dos seus valores e sua mentalidade, então há uma abertura de visão, isso ajudou bastante” (GA4).

Todavia, um dos entrevistados entende que se por um lado melhorou “porque eles tiveram que se comunicar mais, tiveram que se abrir mais, receber, se tornaram mais sociais no bom sentido mesmo” (GA1), por outro lado “aconteceu toda essa questão de concorrência, de discórdia, às vezes um faz uma coisa, o outro não concorda, já faz uma outra diferente ou já faz uma igual para equiparar. Então há os dois lados” (GA1).

Outro aspecto que foi considerado envolve a poluição originada das atividades turísticas. Dois dos entrevistados relatam que a situação piorou e os outros três entendem que ficou a mesma coisa. Para aqueles em que a situação piorou, o principal problema se dá em função do lixo, “porque onde existe um grande número de pessoas que às vezes tá jogando uma coisinha pra cá, outra pra lá, nesse ponto piorou” (GA2). Isso faz com que afirmem que “piorou bastante, principalmente o lixo na beira da estrada” (GA3).

As outras lideranças entendem que continua a mesma coisa, pois “eu acredito que não causou um impacto assim que a gente possa levar em consideração” (GA5). Entretanto, dois deles mencionam também a questão do lixo, pois “a gente tem esses problemas de lixo às vezes, de coisas assim, mas coisas pequenas, contornáveis, nada que seja muito relevante” (GA1). Outro coloca que “no sentido geral não prejudica muito, a gente percebe que o turista, tem uma faixa de turista, que ele não sabe trabalhar com lixo, por exemplo, ele tira e joga no chão” (GA4).

O entendimento que os entrevistados manifestaram sobre a poluição também foi constatado em relação à situação do sossego e tranquilidade, ou seja, duas pessoas observaram que piorou “porque imagina a quantidade de ônibus” (GA3), enquanto para as outras três continua o mesmo. Já os entrevistados que não percebem que o turismo tenha afetado o sossego e a tranquilidade dos habitantes locais, argumentam que o turista não chega a trazer grandes problemas, assim “a tranquilidade quase não alterou tanto, porque o turismo ele passa mais na faixa diária e eles não chegam a produzir barulhos por ali, porque o turista que vem, ele de modo geral ele é ordeiro, ele vem, ele admira as coisas, e não chega a trazer grandes transtornos” (GA4).

Para um dos entrevistados os benefícios proporcionados pelo turismo superam eventuais problemas, como no caso da poeira que é produzida pelo movimento intenso: “tem a questão da poeira [...]. Mas eu acredito que o que traz de benefício supera esse problema, eu acho que a questão do sossego, as pessoas mais idosas certamente podem se sentir um pouco mais incomodadas, mas acho que o benefício que traz compensa” (GA5).

Outro entrevistado também acredita que é uma coisa aceitável, que não há grandes problemas nesse sentido:

Afetou a vida do morador do interior sim, mas não a ponto de piorar, de ser uma coisa que não valeu a pena o turismo, que a gente tá se incomodando um monte. Claro, em épocas de pico como no verão nas cachoeiras é uma grande movimentação, estrada sempre movimentada, barulho, só que é uma coisa suportável e aceitável e eles convivem bem com isso, até porque sabem que é uma época do ano de férias que o pessoal realmente tá fazendo aquilo para se divertir. Então não há um impacto grande (GA1).

O único aspecto em que observamos consenso nas respostas foi em relação ao surgimento de oportunidades de negócios. Todos entendem que esta situação melhorou com o turismo, embora “poderia ter mais” (GA1) e que “há campo a ser explorado ainda para o futuro” (GA4).

Um dos entrevistados identifica que “para o comércio local melhora bastante” (GA4), enquanto outro se refere mais especificamente aos empreendedores: “Melhorou para as pessoas que recebem visitantes. Para essas pessoas que têm o empreendimento elas na verdade, para elas, elas aumentaram, aumenta cada vez mais pelo fato deles terem um volume de pessoas cada vez maior visitando eles, então nesse ponto com certeza aumentou” (GA2).

De acordo com Moreira (1994, p. 89) muitos responsáveis pelas administrações públicas locais, entendem que “o turismo rural, tal dádiva do céu, será algo capaz de resolver boa parte dos seus problemas nos diversos domínios do bem estar das populações”. Segundo o autor esses têm expectativas do aumento do fluxo financeiro, de criação de novos empregos, de reforço na arrecadação de tributos, de dinamização econômica e também de reconhecimento de suas ações.

Esse não parece ser o caso aqui, pois embora o turismo tenha uma boa aceitação por parte das lideranças municipais, percebemos que há um pouco de cautela quanto ao desenvolvimento da atividade e sua importância para o município. Isso talvez ocorra em função do tempo de implantação do turismo no espaço rural desse, ou seja, de já ter passado a fase inicial de estabelecimento da atividade, que normalmente é acompanhada de uma empolgação muito grande.

4.2 O turismo no contexto das propriedades rurais

Os estudos que são realizados sobre o turismo no espaço rural, normalmente têm como sujeitos de pesquisa os empreendedores e/ou as lideranças envolvidas no processo de

implantação desta atividade em determinado local. Nesse sentido, buscamos ouvir, além das lideranças municipais e dos empreendedores de turismo no espaço rural de São Martinho, também as pessoas que não recebem visitantes em suas propriedades, mas que estão diretamente ligadas à atividade turística através da sua mão-de-obra, da produção de produtos para serem consumidos pelos visitantes ou da utilização dos pontos como entreposto para comercialização de produtos e/ou artesanato, ou seja, são funcionários/fornecedores. Foram ouvidos também os não participantes (grupo de pessoas que não tinha nenhum tipo de envolvimento com a atividade turística).

As entrevistas realizadas com os responsáveis pelas propriedades abertas para visitação no município de São Martinho, bem como com os funcionários/fornecedores e ainda, com os não participantes, permitiram-nos apreender o que pensam essas pessoas em relação ao desenvolvimento da atividade turística, não só no âmbito dos empreendimentos, mas também em relação ao que o turismo está representando no contexto da comunidade onde estão inseridos.

Iniciaremos esta etapa da análise enfocando o contexto das propriedades rurais em relação à participação do turismo na receita das famílias que possuem algum tipo de envolvimento com a atividade turística, mais especificamente os empreendedores e os funcionários/fornecedores. Primeiramente, serão aqui consideradas as falas dos responsáveis pelos dez empreendimentos de turismo no espaço rural, que no período da realização do trabalho de campo se encontravam em funcionamento, e logo após dos vinte funcionários/fornecedores entrevistados.

É necessário destacar que dos dez empreendedores entrevistados somente um deles não é morador do município, ou seja, é uma pessoa que realizou investimento em hospedagem, através da aquisição de um terreno e construção de uma pousada. Assim, excetuando esse empreendimento que não possui área de terra considerável, as demais propriedades possuem uma área que varia de 25,6 ha a menor, até 122,0 ha a maior. A média de área dos estabelecimentos considerados é de 57,5 ha.

Aqui é fundamental que se faça menção a possibilidade de utilização dessa terra na produção agropecuária. Se considerarmos a área agricultável, ou seja, a parte de cada propriedade possível de ser incorporada no processo produtivo, poderemos verificar que esta representa um percentual pequeno de cada uma delas. Isso se deve ao relevo montanhoso do município, principalmente no distrito de Vargem do Cedro, sendo estimada, em pesquisa anterior (ELESBÃO, 2001), para as propriedades que recebiam visitantes na época, uma média de 21,5 %, variando de 10,0 % a 50,0 %. Foi observado também que eram justamente

as propriedades que possuíam as maiores áreas que tinham os menores percentuais de área agricultável.

Essa realidade vai influenciar diretamente as características da produção agropecuária do município. O tamanho relativamente pequeno das propriedades e as dificuldades de mecanização fizeram com que as atividades que necessitassem de áreas menores para serem realizadas fossem priorizadas, como, por exemplo, a pecuária leiteira e a fumicultura, que permitem a utilização de áreas com maior declividade.

Quadro 9 – Tamanho da propriedade, principal fonte de renda e participação da atividade turística na receita familiar dos empreendedores. São Martinho, SC. 2006.

Empreendedor	Tamanho da propriedade (ha)	Principal fonte de receita familiar	Participação da atividade turística na receita familiar (%)
GB1	54,0	Turismo	70,0
GB2	25,6	Turismo	70,0
GB3	48,3	Turismo	80,0
GB4	27,0	Agropecuária	30,0
GB5	100,0	Turismo	70,0
GB6	63,0	Turismo	60,0
GB7	122,0	Turismo	70,0
GB8	44,0	Turismo	95,0
GB9	Terreno	Turismo	100,0
GB10	36,0	Turismo	80,0

Fonte: Trabalho de campo realizado em maio de 2006.

Hoje, como podemos verificar no quadro 9, a atividade turística é a principal fonte de receita familiar em nove das dez propriedades pesquisadas. Apenas em uma delas provém da agropecuária a maior parte do sustento familiar, no entanto, a agropecuária e o turismo estão ali diretamente relacionados. Para essa família o turismo representa apenas 30,0 % da receita, enquanto a agropecuária os outros 70,0 %. Nos demais empreendimentos o turismo é a principal fonte de rendimentos e representa no mínimo 60,0 % da receita, chegando, em uma delas, a 100,0 %. Numa média a receita total familiar é composta por 79,5 % proveniente de atividades ligadas ao turismo, ou seja, elas dependem consideravelmente dessa atividade.

Entre as nove propriedades em que o turismo é a atividade principal estão: três pousadas; três restaurantes com área de lazer, sendo que um deles possui um pesque-pague; dois cafés coloniais com pontos de comercialização de produtos artesanais; e um alambique, também com ponto de venda de produtos.

O que podemos observar no turismo no espaço rural de São Martinho, considerando os empreendimentos turísticos, é que a atividade turística em vez de ser apenas um complemento

da receita familiar, responde pela maior parte do sustento dessas famílias, representando, em duas delas, praticamente o total dos recursos gerados.

Almeida; Pereira e Vecchiatti (2000) identificaram em pesquisa realizada no município de Guararema – SP, que a maior parte dos proprietários ao fazer a opção pelo desenvolvimento de alguma atividade relacionada ao turismo busca complementar a atividade agropecuária ou estabelecer uma alternativa a esta. Os autores constataram, entre os quatorze entrevistados, que três deles viviam exclusivamente da atividade turística.

Há uma evidente preocupação, por parte de alguns pesquisadores, com relação à importância que o turismo deve desempenhar na composição da receita gerada dentro das propriedades rurais, sendo que este deveria ter apenas um caráter de complementaridade. Essa é a posição de Barrera (2000), para quem o turismo rural deve ser tomado como uma alternativa a mais de produção, e que, “de nenhuma maneira, deve-se deixar de lado a exploração principal para desenvolver essa nova atividade” (p. 201).

A atividade turística no espaço rural é vista então como complemento da receita gerada na agropecuária. De acordo com Solla (2002, p. 126) “é preciso conceber o turismo rural como um complemento de várias outras atividades, sem perder de vista outras vocações, muito particularmente a agrícola”.

Perez e Ganso (1998), com base no estudo da experiência do pequeno concelho de Taramundi no norte da Espanha, colocam que, apesar de uma série de resultados favoráveis, o turismo rural continua sendo uma atividade em pequena escala, cujo objetivo é a manutenção das demais atividades tradicionais.

Para autores como Graziano da Silva; Vilarinho e Dale (2001), o importante é que as atividades turísticas se constituam em atividades internas à propriedade, gerando ocupações complementares às atividades agropecuárias “as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade em menor ou maior intensidade” (p. 20).

Entendemos que o turismo vir a se tornar a principal (ou mesmo até a única) atividade desenvolvida é um processo às vezes inevitável nos locais que têm uma estrutura produtiva baseada na agricultura familiar. As pessoas irão se dedicar àquelas atividades que mais lhe trarão retorno financeiro. O turismo, como complemento de receita, é bem mais fácil de ser observado em grandes propriedades que não têm problemas em manter sua estrutura produtiva, podendo nesse caso, o turismo ser considerado apenas um complemento.

Observamos em pesquisa anterior (ELESBÃO, 2001) que o abandono das atividades agropecuárias parecia uma questão de tempo para a maioria das famílias envolvidas na atividade turística, pois algumas delas já afirmavam não possuírem mais outra fonte de receita

senão o turismo. No entanto, essa tendência identificada não vem se confirmando, pois, agora somente um dos empreendedores afirmou ter o turismo como exclusiva fonte de receita. Inclusive o empreendimento de maior sucesso, que anteriormente tinha sido identificado como somente de turismo, agora possui algumas atividades agropecuárias, embora sem representatividade econômica de acordo com seu responsável. Isso pode ser explicado por uma certa “tomada de consciência” de que seria importante manter algumas atividades que eram desenvolvidas antes do surgimento do turismo, o que também já havia sido constatado anteriormente.

Podemos observar que houve, nas propriedades abertas à visitação, o que podemos chamar de refuncionalização, ou seja, a mão-de-obra familiar passou a dar prioridade à realização das atividades ligadas ao turismo. Embora haja uma gama de atividades secundárias que foram relatadas como geradoras de receita, é certo que a importância delas parece ter diminuído muito em relação ao que era no período pré-turismo.

Essa tendência de desvinculação da mão-de-obra familiar do cultivo da terra, em função da substituição das atividades tradicionais pelas ligadas ao turismo, é criticada por Portuguez (2002, p. 96), segundo o qual isso “indica um claro exemplo de refuncionalização, em vez de multifuncionalização da propriedade”.

Do total das famílias que recebem visitantes no rural de São Martinho, apenas uma delas não possui atividade secundária. Nas outras nove propriedades fazem parte do cotidiano familiar duas ou mais fontes de receita além do turismo. Entre as mais citadas como atividades secundárias estão: a criação de gado de corte, em seis propriedades; o reflorestamento, em quatro propriedades; e a produção de leite, em outras três. Além destas foram também citadas a produção para consumo próprio da família, a prestação de serviços como profissional liberal, a criação de ovinos, a produção de artesanato e de produtos para serem consumidos pelos visitantes.

Se por um lado, o turismo no espaço rural pode vir a estimular a produção de alimentos para serem consumidos e/ou adquiridos pelos visitantes e também pelo comércio local, por outro lado, pode haver o contrário, ou seja, a agricultura segundo Schneider e Fialho (2000, p. 34): “em vez de estimulada e alavancada pelo turismo, pode acabar substituída por outras atividades mais rentáveis, perdendo a competição em termos de trabalho e terra, especialmente em regiões geográficas desfavoráveis”.

Para os autores seria desejável que o turismo desempenhasse um papel de complementaridade em relação às atividades agropecuárias. Isso se deve a possibilidade de conjugar as duas atividades, pois tanto o turismo como a atividade agrícola tem períodos de

sazonalidade e “dessa forma, há a necessidade de administrar as duas atividades, prevenindo a frustração de expectativas que não possam ser alcançadas com o turismo rural” (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p. 34).

A sazonalidade que normalmente acontece nas destinações turísticas é geralmente apontada como um dos problemas da atividade. Nesse sentido, a busca de diversificação dos atrativos torna-se fundamental para que se aumente o fluxo de visitação naqueles períodos considerados mais críticos em termos de demanda. No Brasil de forma geral a grande demanda turística está atrelada ao período de férias escolares, nos meses de verão, e um pouco também na metade do ano. Acrescenta-se a esses períodos alguns finais de semana prolongados por feriados.

Em São Martinho também ocorre uma intensificação do fluxo nos meses de verão, pois alguns empreendimentos têm na água o seu principal atrativo, estes então sofrendo mais os efeitos da sazonalidade. Se considerarmos o conjunto das propriedades de turismo, vamos perceber que há uma diversificação de atrativos. Enquanto as áreas de lazer são mais freqüentadas no verão, no inverno temos os cafés coloniais como grande atrativo.

No geral não há muitas queixas em relação ao fluxo de visitantes. Há inclusive, preocupação com a capacidade de carga dos empreendimentos, manifestada nas entrevistas com as lideranças municipais, e que encontra respaldo quando consideramos o empreendimento mais visitado, que chega a receber 5.000 pessoas em um único mês. Isso representa bem mais que a população total do município calculada em 3.274 habitantes em 2000.

As relações que são estabelecidas a partir do início da atividade turística em determinado local estão no centro da discussão da capacidade que o turismo tem de ser um fator de transformação para melhor da realidade local. Isso se deve ao tão propalado efeito multiplicador que essa atividade geraria no entorno onde se estabelece.

Buscamos através do trabalho de campo identificar todas as ramificações que surgiram com o turismo no espaço rural, desde a ocupação da mão-de-obra, passando pela aquisição de produtos locais e também os produtos que são revendidos nos empreendimentos. Aqui não estaremos nos referindo somente ao efeito multiplicador no sentido como tratamos anteriormente, mas também às novas relações de trabalho e produção que somente foram possíveis de acontecer a partir da atividade turística.

Poderemos observar no quadro 10, que dos dez empreendimentos pesquisados, em nove deles há contratação de mão-de-obra. Há predominância, como era de se esperar, da contratação de empregados temporários sendo que cinco dos empreendimentos somente

possuem esse tipo de emprego. Em outras três propriedades há empregados permanentes e temporários. Além disso, há outro dos empreendedores que contrata somente funcionário fixo.

Quadro 10 – Contratação de mão-de-obra, aquisição de produtos locais e revenda de produtos pelos empreendedores. São Martinho, SC. 2006.

Empreendedor	Contratação de mão-de-obra	Aquisição de produtos locais	Revenda de produtos
GB1	Sim	Sim	Sim
GB2	Sim	Sim	Não
GB3	Sim	Sim	Sim
GB4	Não	Sim	Sim
GB5	Sim	Não	Não
GB6	Sim	Sim	Sim
GB7	Sim	Sim	Não
GB8	Sim	Sim	Sim
GB9	Sim	Sim	Não
GB10	Sim	Sim	Não

Fonte: Trabalho de campo realizado em maio de 2006.

Nesse contexto, com base no trabalho de campo, levantamos que havia na época vinte e um funcionários permanentes, sendo que a grande maioria destes eram mulheres que residiam na comunidade. De acordo com González (2005), se trata, portanto, de uma atividade em que a contribuição da mulher é significativamente importante, dado esse que é alentador se levarmos em consideração as altas taxas de emigração feminina e de sua baixa incorporação ao mercado de trabalho nas zonas rurais.

Ribeiro (2001) afirma que, mesmo sendo muito variável entre os países a presença de mulheres nos empregos turísticos, elas representam a maior percentagem do emprego do turismo no espaço rural. Em Portugal haveria uma significativa feminização na titularidade dos empreendimentos de TER, sendo que em 1997 as mulheres respondiam formalmente por 45,0 % destes empreendimentos.

Em São Martinho, além dos funcionários permanentes, eram gerados normalmente mais trinta postos de trabalho temporários, principalmente nos finais de semana, sendo que nos meses de verão, considerados de alta temporada, o número de empregados desse tipo seria acrescido de mais vinte e sete, o que totalizaria cinquenta e sete funcionários temporários.

Se tivermos em conta que são apenas dez os empreendimentos de turismo, temos uma média de pouco mais de dois funcionários permanentes por empreendimento. E se somarmos os empregos permanentes e temporários (não somando os dos meses de verão, pois os recursos auferidos por esses funcionários neste período são considerados pouco significativos

no sustento familiar durante o ano), a média sobe para pouco mais que cinco funcionários por propriedade.

Considerando o contexto do turismo no espaço rural do município de São Martinho, onde a oferta é composta por apenas dez empreendimentos, podemos ponderar que o número de empregos gerados pode ser avaliado como significativo. É preciso ressaltar aqui que não estamos levando em conta as ocupações dentro no núcleo familiar, ou seja, consideramos somente os funcionários que não residem nos empreendimentos.

Há sempre uma expectativa muito grande em relação ao número de ocupações que serão geradas com o turismo, pois é comum encontrar na bibliografia um otimismo, que consideramos ser um pouco exagerado, como coloca Barrera (2000, p. 197): “todos os estabelecimentos que começam a operar no turismo rural incorporam mão-de-obra, tanto de forma direta como indireta, e nesse sentido a atividade tem um importante efeito de enraizamento”.

Entendemos que a discussão quanto ao número de postos de trabalho gerados pelo turismo no espaço rural depende da forma como se olha para a atividade. Se for analisado o que representa em termos do total de ocupações no espaço rural do município que está sendo estudado e, mesmo em relação à atividade turística de forma geral, na grande maioria dos casos iremos verificar que a relevância é pequena tanto em relação a um quanto ao outro. Todavia, se olharmos apenas o local onde a atividade turística é desenvolvida, estes empregos têm sua importância ampliada.

Se também levarmos em consideração que muitas áreas rurais carecem de dinamismo e padecem com o esvaziamento populacional, aí então a sua importância ganha uma outra dimensão. A questão do êxodo rural, chegando a ocorrer vazios demográficos, é particularmente importante em muitos países europeus, fato que faz com que seja atribuída ao turismo, em vários desses países, uma grande importância na fixação, mesmo que pouco representativa, de pessoas no rural, o que renova a esperança de (re)dinamização de muitos espaços em vias de despovoamento.

Um dos pontos importantes a serem considerados é que as atividades de turismo no espaço rural se caracterizam pela utilização da mão-de-obra familiar. Assim é nas mais diversas experiências implantadas tanto no país como no exterior. Os maiores efeitos em termos de ocupação se refletem no núcleo das famílias rurais, principalmente envolvendo a mulher e os filhos, que assim não precisam buscar, como normalmente acontece, emprego em outros locais.

Uma das grandes contribuições do turismo no espaço rural se dá, segundo Gómez (1988), desde as primeiras etapas do processo, na estabilização e consolidação do emprego das famílias envolvidas, evitando sua emigração e especialmente construindo a base para que alguns de seus descendentes não emigrem e esses estabelecimentos possam ter com isso sucessão.

Como podemos observar na tabela 25, na Espanha há predominância de ocupações não remuneradas (67,2 %) sobre o total de pessoal ocupado, bem como também prevalece as mulheres (68,0 %) em relação aos homens. Verificamos também que o número de ocupações com remuneração fixa é maior que com remuneração eventual.

Tabela 25 – Pessoal ocupado em atividades de turismo rural segundo o tipo de contrato. Espanha, 2003.

Tipo de contrato	Mulheres	Homens	Total
Não remunerado	5.081	2.441	7.522
Remunerado fixo	1.480	864	2.344
Remunerado eventual	1.048	281	1.329
Total	7.609	3.586	11.195

Fonte: Adaptado de González (2005, p. 188).

Como se pode verificar, a principal relevância em termos de ocupações no turismo no espaço rural está no núcleo familiar. Nesse sentido, Rodríguez (2006, p. 46) assinala que “es necesario tener en cuenta el hecho de que muchos de estos empleos sean temporales, a tiempo parcial o de escasa cualificación, siendo en la mayoría de los casos desarrollado por los propios familiares”.

Em áreas rurais deprimidas a contribuição ao emprego é em grande medida mascarada pelo caráter misto e familiar da maior parte das atividades reativadas pelo turismo. Além disso, se trata de pequenos efeitos não concentrados, mas que são, no entanto, quantitativa e qualitativamente importantes em nível familiar e local (GÓMEZ, 1998).

Assim, uma grande importância que o turismo no espaço rural representa em termos de postos de trabalho está ao considerarmos a família dos empreendedores. Ali então, a relevância dos empregos gerados é ainda maior, pois envolve, mencionamos anteriormente, a mão-de-obra dos filhos destes empreendedores que provavelmente irão ter menos motivos para migrar.

Em estudo sobre o agroturismo na região serrana do estado do Espírito Santo, Portuguesez (2002) verificou que a geração de empregos é pouco significativa, pois das vinte e

duas propriedades pesquisadas, apenas em cinco delas havia mão-de-obra contratada em decorrência do início da atividade turística. No entanto, “o agroturismo está mostrando-se como uma atividade, que em pouco tempo conseguiu aumentar consideravelmente os rendimentos das propriedades onde é praticado, além de se manter com um forte potencial de expansão” (PORTUGUEZ, 2002, p. 116).

Desse modo, é preciso ter muito cuidado ao abordamos a importância das atividades de turismo no espaço rural, principalmente em relação aos empregos gerados, pois as realidades como podemos observar são diferentes, como diferentes também são as experiências desenvolvidas pelo Brasil afora.

Em São Martinho, além de podermos considerar significativos no contexto local os empregos que são gerados tanto de forma temporária como permanente, temos também o estabelecimento de outras relações com a comunidade, através da aquisição de produtos locais, principalmente de alimentação, que serão consumidos de forma direta pelos visitantes, ou serão utilizados no preparo de outros alimentos.

Nesse sentido, outras famílias, mesmo não sendo proprietárias de empreendimentos de turismo, têm possibilidade também de diversificar sua atividade, pois, de acordo com Ferreira (2004, p. 65), “muito do que a exploração agrícola produz pode adquirir um superior valor comercial, tendo em conta a expectativa de colocar no mercado produtos que a nova procura ambiciona pela sua proveniência na exploração agrícola”.

Dos dez empreendimentos pesquisados, nove afirmaram realizarem aquisição de produtos locais, que vão desde a cana-de-açúcar para preparar a cachaça e o melado, passando por ovos, nata, manteiga, carne, verduras, queijos, conservas, doces, bolachas, embutidos (lingüiça, salame, etc.), coalhada, frutas, licores, cachaça, etc. Assim foram identificadas outras oito famílias de agricultores que possuem uma ligação mais expressiva, ou seja, com maior regularidade, com os empreendimentos turísticos, pois produzem algum tipo de produto que é comercializado em função do fluxo de visitantes que circulam pelas propriedades que têm atividades ligadas ao turismo.

Somente um dos empreendedores afirmou não adquirir produtos dos vizinhos, não estabelecendo assim uma relação de troca mais direta com outros membros da comunidade. No entanto, disse comprar os produtos consumidos pelos visitantes em mercados do município, entendendo assim que indiretamente também está adquirindo produtos locais.

Essa relação que se estabelece entre os empreendedores e outras famílias da comunidade, originada pelo consumo de produtos por parte dos visitantes, é identificada por Schneider e Fialho (2000, p. 35) como sendo uma potencialidade do turismo no espaço rural,

pois cria “mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais. Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos da região e com qualidade diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional”.

Além disso, o incremento na procura de produtos tradicionais, tanto alimentares como não, faz com que a sua produção artesanal, segundo Garcia (1996, p. 24), passe “a ser vista como mais atractiva por parte dos jovens, ao mesmo tempo que dará novo alento a população idosa, que se sentirá útil na comunidade pelo contributo que pode dar ao crescimento das artes tradicionais”.

Buscamos também identificar se, além dos produtos que eram adquiridos para serem consumidos *in natura* ou transformados em outros alimentos para serem oferecidos aos visitantes, existiam outros que eram apenas revendidos, servindo, o empreendimento turístico, como entreposto de comercialização. Dos dez empreendimentos pesquisados, cinco afirmaram revender produtos produzidos por outras pessoas da comunidade, mediante é claro, um acréscimo percentual sobre o preço pelo qual tal produto foi adquirido.

Assim, outras nove famílias da comunidade estão ligadas ao turismo, pois produzem algum produto que tem como canal de comercialização os empreendimentos de turismo. Entre os produtos destacam-se a produção de pé-de-moleque, licores, bitter, compotas, conservas, bolachas, doce de leite, cachaça e artesanato.

Se considerarmos os empregos permanentes, os empregos temporários (excetuando os da época de verão), os produtos adquiridos para serem consumidos nos empreendimentos e os outros para serem revendidos, vamos verificar que há envolvimento direto e está sendo gerado algum tipo de receita para outras sessenta e oito famílias do município. Temos então que somadas as famílias dos empreendedores, o turismo no espaço rural do município de São Martinho envolve um número aproximado de setenta e oito famílias.

As relações que se estabelecem a partir do desenvolvimento do turismo no espaço rural e que são aqui entendidas como parte da dinamização da economia local motivada por essa atividade, podem ser consideradas, no contexto de todo o espaço rural do município, como sendo de pouca importância, pois, como calculamos anteriormente, existem 78 famílias envolvidas de alguma forma com a atividade turística, para um universo de aproximadamente 600 famílias que moram no espaço rural de São Martinho.

Entretanto, essa relação adquire maior relevância ao consideramos as dificuldades que os agricultores encontram para sobreviver no campo. E mais ainda, se tomássemos como

espaço analisado somente o distrito de Vargem do Cedro, onde se concentram as atividades de turismo no espaço rural e residem aproximadamente 120 famílias.

Nesse sentido, Calvente (2001) destaca que os benefícios econômicos diretos, como a renda complementar gerada e os empregos criados, podem parecer de pouca relevância, perante uma análise puramente econômica. No entanto, “colocados no contexto dos problemas enfrentados pelas regiões agrícolas, demonstram a necessária procura de alternativas viáveis” (p. 244).

Além disso, não podemos deixar de considerar segundo a autora, que na esteira das atividades turísticas são originados outros benefícios como: “melhoria da infra-estrutura e das comunicações, surgimento de atividades de lazer, desenvolvimento de pequena produção, valorização do modo de vida rural, atitudes conservacionistas com relação ao patrimônio cultural e natural, tendência ao associativismo e ocupação com rendimentos para as mulheres e para os jovens” (CALVENTE, 2001, p. 244).

Passaremos agora a analisar as entrevistas de vinte funcionários/fornecedores, sendo que nove destes eram funcionários permanentes, sete eram funcionários temporários e quatro se enquadravam como fornecedores, ou seja, produziam produtos para serem consumidos e/ou revendidos para os visitantes (Tabela 26).

Quando questionados sobre qual era o tamanho da propriedade onde residiam, dezoito deles responderam. Destes, um afirmou possuir apenas um terreno e, para os demais, a área total da propriedade variou de 8,0 ha a menor, até 70,0 ha a maior. A média de área das propriedades ficou em 40,1 ha.

Buscamos saber qual era a principal fonte de receita do sustento familiar das pessoas que integram o grupo dos funcionários/fornecedores. Dos dezenove que responderam, onze deles têm na produção leiteira a principal atividade. Essa predominância da atividade ligada à pecuária leiteira, pode ser explicada pelo fato de Vargem do Cedro, local de residência da grande maioria dos entrevistados, ser uma importante bacia de produção de leite. Ainda tivemos citadas como principal fonte de receita dos entrevistados: a criação de gado de corte; a criação de gado de corte e o reflorestamento; o gado de corte e leiteiro; a extração de madeira; o comércio; a produção de milho, batata e aipim; e a produção de feijão, milho e cana-de-açúcar.

Um aspecto observado e que merece ser destacado é o fato de que a grande maioria dos entrevistados não aponta a atividade relacionada ao turismo como sendo a principal fonte de receita. Isso evidencia que o turismo, para este grupo, tem a função de complementar a receita gerada por outras atividades, principalmente as relacionadas à agropecuária.

Tabela 26 – Área da propriedade, principal fonte de receita, tipo de relação com o turismo e participação na receita familiar dos funcionários/fornecedores. São Martinho, SC. 2006.

Funcionário/ Fornecedor	Área (ha) da propriedade	Principal fonte de receita	Relação com o turismo	Participação (%) turismo na receita
GC1	28,0	Comércio	Fornecedor	70,0
GC2	-	-	Funcionário T*	-
GC3	39,4	Gado de leite	Fornecedor	35,0
GC4	55,0	Gado de corte	Fornecedor	25,0
GC5	Terreno	Salário	Funcionário P**	100,0
GC6	70,0	Gado de leite	Funcionário P	35,0
GC7	-	Gado de leite	Funcionário P	-
GC8	45,0	Gado de leite	Funcionário P	30,0
GC9	49,0	Gado de leite	Funcionário P	10,0
GC10	61,0	Gado de corte e leite	Funcionário P	25,0
GC11	42,0	Gado de leite	Funcionário P	50,0
GC12	30,0	Milho, batata, aipim.	Funcionário T	-
GC13	13,5	Gado de leite	Funcionário T	15,0
GC14	32,0	Gado de leite	Funcionário T	Complemento
GC15	30,0	Serraria	Funcionário T	30,0
GC16	51,0	Gado de leite	Funcionário T	Complemento
GC17	46,0	Gado de leite	Funcionário T	Complemento
GC18	32,0	Gado de leite	Fornecedor	35,0
GC19	50,0	Gado de corte	Funcionário P	-
GC20	8,0	Feijão, milho, cana	Funcionário P	30,0

Fonte: Trabalho de campo realizado em agosto de 2006.

Obs.: *O “T” significa Temporário. **O “P” significa Permanente.

Quando questionados sobre quais eram as atividades secundárias realizadas na propriedade, quinze responderam possuir pelo menos uma outra atividade que compunha a receita familiar. Cinco deles não possuem ou não responderam. Dos que responderam predomina, como fonte de receita secundária, a atividade ligada ao turismo, resposta de sete dos entrevistados. Além disso, foram referidas como atividades secundárias, a produção leiteira (dois entrevistados), o gado de corte (dois entrevistados), o reflorestamento, e outras produções diversas como o melado de cana-de-açúcar, o polvilho e o açúcar mascavo.

A participação da receita proveniente da atividade relacionada ao turismo no total do orçamento familiar das pessoas entrevistadas pode ser considerada significativa. Dos entrevistados quatro não responderam, embora um destes tenha dito que representa muito, no entanto sem estimar um percentual. Treze inquiridos atribuíram um percentual que variou de 10,0 % a 100,0 %, perfazendo uma média de 37,7 %, ou seja, dos entrevistados que consideraram percentualmente a participação da atividade turística na composição da receita familiar, pouco mais de uma terça parte desta é representada pelas atividades ligadas ao turismo. Além desses, para outros três entrevistados essa receita representa apenas um complemento.

O turismo no espaço rural configura-se como uma atividade que está sendo responsável pela pluriatividade de muitas famílias rurais do município de São Martinho. As famílias dos empreendedores são em sua maioria pluriativas, tendo o turismo como principal atividade e através de suas iniciativas estão contribuindo consideravelmente para o aumento do número de famílias pluriativas no município, pois como vimos, é significativo o número de pessoas que mantém algum tipo de envolvimento com a atividade turística no espaço rural.

4.3 A importância do turismo para a comunidade rural

A percepção dos benefícios que são gerados em função da atividade turística é uma das questões que envolvem a compreensão do papel que o turismo desempenha no desenvolvimento de uma comunidade. Nesse sentido, buscamos saber como os moradores, que foram divididos de acordo com seu envolvimento com o turismo, entendiam o que representava a atividade turística para a comunidade.

Num primeiro momento questionamos os empreendedores sobre quem estava se beneficiando com o turismo no espaço rural, para depois buscarmos saber destes se os benefícios abrangiam à comunidade como um todo. Este mesmo procedimento foi realizado com os funcionários/fornecedores e com os não participantes, que serão analisados na seqüência.

Há entendimento por parte dos empreendedores que eles próprios são quem mais estão se beneficiando com o turismo. Isso fica evidente nas respostas de nove dos dez entrevistados, que se percebem, como era de se esperar, como os que mais estão lucrando com o turismo: “Hoje nós que temos os equipamentos, quem está com as coisas em andamento” (GB2); “Eu acho que todos os donos de equipamentos estão se beneficiando” (GB6); “Acho que nós, quem tá trabalhando” (GB7); “Todas as pessoas que tem equipamentos. Todo mundo se beneficia.” (GB9).

Além disso, um dos entrevistados se reportou às relações entre o distrito de Vargem do Cedro, onde está concentrado o maior número dos empreendimentos, e o município como um todo. Segundo o entrevistado “quem faz o nome é São Martinho, mas quem trabalha para o turismo funcionar certinho é Vargem do Cedro, que se dedicou. Que é só uma comunidade pertencente ao município n/é? Mas São Martinho fez o nome, entrou de carona” (GB1).

Verificou-se que dos nove entrevistados que se manifestaram como os principais beneficiados pelo turismo, seis deles mencionaram que a comunidade também estava se beneficiando com a atividade, como coloca um dos empreendedores: “Todos os produtores estão se beneficiando, quem não está diretamente envolvido fabrica algum produto que possa ser revendido pelos comerciantes. Mas em geral, praticamente 90 % são beneficiados com o turismo de alguma forma” (GB4).

Nesse sentido, já observamos a percepção por parte dos empreendedores de que sua iniciativa estava gerando retorno para outros segmentos da sociedade, como coloca um dos entrevistados:

Eu acho que depois de um modo geral a maioria se beneficia, é nós que somos proprietários, tem os vizinhos que são contratados para ajudar, ganham seu dinheiro extra, agrega valores, e tem mais famílias que trabalham em outros lugares como funcionários fichados, o município ganha porque gera renda, gera receita, porque traz dinheiro de fora para dentro do município, então esse dinheiro circula dentro do município, então com isso gera cada vez mais renda, no comércio, todos eles ganham (GB10).

O turismo é percebido então pelos empreendedores como responsável pela melhoria das condições locais, onde todo mundo estaria ganhando com isso: “E os fornecedores de produtos coloniais. Aqui mudou bastante, eu vejo, e mesmo em outros pontos que não sei se tem empregados diretos, mas mesmo indiretos fazem extras nos finais de semana, todo mundo ganha” (GB8).

Quando chamados a responder se a comunidade estava se beneficiando do turismo, nove dos empreendedores responderam afirmativamente e apenas um respondeu que somente uma parte desta compartilhava das benesses dessa atividade. Para a grande maioria então, a atividade turística estava tendo uma grande repercussão em termos de benefícios gerados para a comunidade, ficando evidente em expressões como: “é claro”; “bastante”; “muito”; “com certeza”.

Encontramos nas manifestações dos entrevistados várias maneiras através das quais a comunidade estaria participando dos benefícios do turismo, com destaque para os empregos gerados: “Porque gera emprego e renda direta e indiretamente, porque muita gente é empregada para isso” (GB9).

Um dos empreendedores destacou os empregos gerados e a possibilidade das pessoas permanecerem no local: “Porque tá gerando um pouco mais de emprego na comunidade, que anos atrás não tinha um emprego, não tinha nada n/é?... Famílias que tinham um grande

número de pessoas em casa tinham que sair e procurar emprego na cidade. Hoje já tá ficando aí por causa do turismo” (GB3).

Esses empregos que foram criados em decorrência da atividade turística, além de permitirem a fixação de integrantes da comunidade, também são um importante fator de valorização, principalmente da mão-de-obra feminina:

Eu acho que a vida deles mudou bastante. Tanto que a gente tem um grupo, todos daqui, vizinhos, amigos. A gente mesmo acompanha e eles falam que mudou. Porque são todas mulheres da comunidade que no entanto trabalhavam na roça ajudando os maridos, mas elas não tinham salário fixo por mês. E hoje elas têm o ganho delas, é claro que levam pra casa o dinheiro, ajudam muito no orçamento familiar. Mas mesmo, um pouco de independência que toda mulher sonha, isso a gente sente. Quando eu pego mais uma funcionária nova, geralmente são mulheres que não têm condições, precisam, vem pedir emprego, então tão uns meses aqui, já começam a fazer planos, já começam a sonhar então... isso é uma coisa boa pra elas e pra mim... faz com que a gente também siga com vontade, com mais... sempre com mais gana, poxa... a gente tá indo bem, mas tem tanta gente que tá indo bem também (GB8).

Como podemos verificar na opinião da entrevistada, o emprego da mão-de-obra feminina é bastante significativo não somente em relação ao que acrescenta na receita familiar, mas principalmente como forma de uma maior autonomia das mulheres, pois agora elas recebem pelo trabalho que desenvolvem.

Além da questão que envolve a criação de postos de trabalho, o turismo está beneficiando a comunidade porque “diretamente ou indiretamente todo mundo tá envolvido um pouco” (GB4). Os benefícios se multiplicam, pois o dinheiro que é gasto vai circulando e envolvendo outras pessoas: “Os donos do comércio local, porque a grande parte da mercadoria, [...] os produtos coloniais, é comprado aqui mesmo, os próprios funcionários que vão gastar o dinheiro ali e gastam dentro da cidade, aí tudo vai girando renda” (GB6).

Assim, no entendimento da maioria dos empreendedores a comunidade está também sendo beneficiada com a atividade turística: “porque tem um que faz um produto aqui, outro agrega valor ali, então uns ganham mais outros ganham menos, mas toda a comunidade ganha e traz renda que gira dentro do município, circula aqui dentro do município” (GB10).

Buscamos agora analisar como os funcionários/fornecedores enxergam o turismo no espaço rural no contexto da comunidade. Nesse sentido, todos os entrevistados responderam quando questionados sobre quem estava se beneficiando com o turismo. Nove dos vinte entrevistados se referiram como principais beneficiados os empreendedores que investiram na atividade, ou seja, aqueles que possuem as propriedades e recebem os visitantes.

Esse tipo de constatação já era esperado. Contudo, em nove das respostas apareceram já referências aos benefícios que a comunidade estava recebendo: “Quem está se beneficiando são as pessoas que investem no turismo, mas conseqüentemente disso são várias pessoas que tão se beneficiando, porque tá dando emprego, e muitas famílias hoje já tão indiretamente, tão dependendo do turismo” (GC4).

De certa forma surpreendeu a manifestação espontânea por parte de várias pessoas, de que a comunidade estava tendo algum tipo de participação na atividade e que esta era vista como sendo positiva:

A comunidade toda com certeza, porque além das pessoas que tem os pontos turísticos, tem nós que trabalhamos, que temos isso, então temos essa oportunidade de trabalhar, tem muitas pessoas que vendem produtos de casa, que trabalham mesmo na roça, que podem vender pra esses pontos, tem pessoas que trabalham só nos finais de semana, mas que tem uma renda do final de semana. Acredito que é a maior parte da comunidade. Para o município isso é bom, porque aumenta o giro, há mais pessoas, mais jovens ficam aqui no município, constroem aqui, trabalham aqui, crianças ficam aqui nas escolas, então todos acabam ganhando com isso (GC8).

Nesse sentido, o turismo no espaço rural é considerado como dinamizador da economia local, pois é responsável pela geração de ocupações, além de favorecer que produtos produzidos na comunidade encontrem demanda e locais para serem comercializados. No contexto das dificuldades que as famílias rurais enfrentam com a agropecuária, os postos de trabalho que são criados em função do turismo, mesmo que não tanto significativos em termos numéricos, tem sua importância ampliada: “Eu acho que as pessoas que moram aqui, que têm outras opções de trabalho, não só mais na agricultura, que a agricultura não dá muita coisa, daí tem muita gente que tá trabalhando e que tá ganhando dinheiro com isso” (GC7).

Assim, é comum encontrar nas falas referência aos empregos criados: “Pra gente emprego, gera emprego, cada vez mais emprego, para as pessoas” (GC9). Assim a comunidade toda se beneficiaria: “Olha... a comunidade, praticamente a comunidade toda se beneficia com o turismo. Que ta gerando bastante emprego para a comunidade” (GC19).

Um dos entrevistados relata a importância dos jovens permanecerem na comunidade, de constituírem família e ali estabelecerem residência, o que só é possível se tiverem oportunidade de se sustentarem:

Eu acho que a comunidade num todo, porque na agricultura hoje está se passando por uma fase bastante difícil, [...] e pra gente é bom, e também para os jovens, porque os jovens todos saíram, tinha uma época assim que

Vargem do Cedro não tinha mais jovens, não tinha mais casais novos que casavam e ficavam aqui porque não tinha mais uma oportunidade, a agricultura não era viável e eles iam embora para a cidade, hoje não, hoje nós temos jovens que estão ficando, que já tem uma opção aqui e seria bom que tivesse mais (GC10).

Nesse questionamento é necessário mencionar que dois dos entrevistados se referiram aos turistas como sendo também beneficiados, por terem novos lugares para conhecer e para poderem usufruir do lazer.

Depois de inquiridos sobre quem estava se beneficiando da atividade turística no município, foi a vez de questioná-los se a comunidade estava sendo favorecida com o turismo. Verificamos que todos os entrevistados afirmaram que sim, sendo que algumas respostas foram enfáticas com expressões como “bastante”, “lógico”, “com certeza” e “muito”.

As principais explicações dos entrevistados dos motivos do turismo estar gerando benefícios à comunidade dizem respeito, como anteriormente escrevemos, aos empregos gerados, pois assim os jovens não precisam mais sair do município:

Porque é oportunidade de emprego, novas oportunidades de emprego do turismo, não só da agricultura, a maioria antes vivia da agricultura, agora as famílias estão tendo outros recursos, os jovens não precisam mais sair do município pra outras cidades, pra cidades grandes, podem ficar aqui, tem oportunidade de emprego aqui, antes não, a maioria só se formava e era obrigada, por não ter oportunidade, a sair, pra procurar emprego, porque, ou senão ficava na agricultura (GC5).

Porque até como agora a gente vê que tem casais assim em Vargem do Cedro, que tão ficando aqui, que muita gente tava indo embora, eram poucos jovens que ficavam, e hoje a gente vê que muito mais... como as minhas colegas que trabalham ali, quantas delas teriam saído e hoje tão aqui trabalhando, e isso tem os outros lugares ali também, mesmo os filhos dos proprietários n/é..., tão ficando, então é muito bom (GC6).

Pelo fato das pessoas ficarem mais aqui, do giro ser maior, ter mais pessoas, porque normalmente as pessoas saíam, então as pessoas estão ficando, então é uma renda que entra, não só para os pontos, não só para as pessoas que tem alguma coisa, para a comunidade em geral, para pessoas que trabalham, pessoas que podem vender, o giro pelo fato de ter mais movimentação, tanto no comércio como no município todo (GC8).

Embora a grande manifestação positiva em relação a atividade, já começamos a constatar uma certa preocupação no que diz respeito a tranquilidade. Há um sentimento de que o aumento do movimento de visitantes vai diminuir o sossego do lugar: “Sempre vem mais gente que conhece a comunidade, tem a Igreja e as coisas assim. Nesse ponto sim, o problema é que é um lugar pequeno e que vem muita gente estranha n/é? Como é um lugar calmo, depois, vindo muita gente pode não ficar mais tão calmo como era” (GC7).

O problema em relação ao aumento do lixo é mencionado por um dos entrevistados como sendo uma das partes que não é boa dos efeitos do turismo: “Sempre tem as partes boas, tem as partes também às vezes que não são boas, que nem a parte do lixo, que os turistas não respeitam, tem os turistas que respeitam e outros que não, mas eu acho que para a comunidade assim, tem um crescimento, as pessoas vindo aqui conhecer, acabam divulgando, daí vem sempre mais” (GC3).

É consenso que a atividade turística quando implantada em uma comunidade traz implicações em termos econômicos, sociais e ambientais. O que se observa é que normalmente a comunidade não é ouvida, ou seja, não é a coletividade que decide a opção pelo turismo. Muitas vezes a idéia é trazida por parte dos órgãos públicos e são convidados aqueles que melhor reúnem condições de participarem da atividade.

Dessa forma, buscamos saber o que pensam as pessoas que não possuem nenhum tipo de relação com o turismo, ou seja, os não participantes, sobre a contribuição desta atividade no contexto da comunidade a qual fazem parte. Foram entrevistadas vinte pessoas de diferentes famílias para saber o “sentir” destes cidadãos em relação ao papel desempenhado pelo turismo no contexto da coletividade.

Num primeiro momento questionamos sobre quem estaria se beneficiando do turismo. Dos vinte entrevistados, onze apontaram os empreendedores, ou seja, as pessoas que trabalham com o turismo e investiram na atividade, como sendo os principais beneficiados: “Os que investiram bastante. Eles estão se beneficiando, mas tiveram que investir muito” (GD12). Um dos sujeitos coloca inclusive que não estão ganhando nada com isso: “É só tem algumas pessoas se beneficiando com isso, [...] nós não ganhamos nada com isso” (GD3).

Os proprietários dos empreendimentos estão sendo bem recompensados pela entrada de bastante dinheiro: “Tá entrando bastante dinheiro, os donos que tem as propriedades de turismo são bastante recompensados com isso” (GD7). Assim, pelo que a maioria percebe, quem está trabalhando na atividade está contente: “Pois agora... tem algumas pessoas que começaram com o turismo, eles estão contente pelo que a gente vê” (GD11).

Seis dos entrevistados além de perceber os proprietários como os maiores interessados, também mencionam outros segmentos da sociedade que estão sendo favorecidos pelo turismo. Segundo um dos entrevistados a comunidade também estaria sendo favorecida: “Eu acho que toda a comunidade está se beneficiando com o turismo, que não é só os que têm, que tão dependendo do turismo, mas toda a comunidade tá sendo beneficiada sobre o negócio de turismo” (GD2).

Isso estaria acontecendo, pois, mesmo aquelas pessoas que não têm contato com os visitantes vão aprendendo um pouco: “Quem está se beneficiando é o pessoal que construiu e aqueles que conseguiram emprego e outra parte a comunidade também toda, porque aparece pessoas de fora n/é?... e mesmo que a gente não tendo contato, mas eles lá dão umas sugestões de coisas diferentes e isso todo mundo vai aprendendo um pouco” (GD4).

Para outros três dos sujeitos o município também estaria se beneficiando com o turismo, pois a arrecadação de impostos aumenta e com isso as estradas são mais bem conservadas: “Aqueles que trabalham com turismo. O município inteiro porque arrecada impostos. As estradas são melhor cuidadas” (GD17).

O que buscamos saber, primeiro de forma indireta e agora com uma questão mais direcionada, era como os moradores percebiam a participação do turismo na comunidade em termos das sinergias geradas por esta atividade. Assim, questionamos especificamente se a comunidade estava se beneficiando com o turismo no espaço rural e podemos computar dezessete respostas “sim” e apenas três “não”.

Entre os entrevistados que responderam afirmativamente, seis justificaram sua resposta em função dos empregos que estavam sendo promovidos com a atividade turística: “Por causa dos empregos. Os jovens não são mais tanto como antes, porque os jovens estavam saindo bastante, só ficava os mais de idade e assim eles acham emprego aqui e ali ficam, não saem tanto” (GD5).

Mais uma vez encontramos várias referências à possibilidade de fixar mais pessoas na localidade através dos empregos que são criados: “Porque já tem bastante gente empregada que agora não precisa sair mais. Antes não, quando tinha idade todo mundo tinha que sair, agora já tem emprego aqui dentro n/é?” (GD11). A comunidade estaria vivendo melhor segundo um dos entrevistados: “Porque eles estão vivendo melhor e tão procurando um emprego aqui também. Bastante juventude pelo jeito estão ficando” (GD14).

O dinheiro que entra no município é apontado por quatro dos entrevistados como explicação para a comunidade estar sendo beneficiada com o turismo: “porque entra mais dinheiro, tendo mais dinheiro, todo lugar vai pra frente n/é?” (GD3). Outro coloca que “com certeza. Por causa do... pelo giro do dinheiro que dá, rende mais, o pessoal gasta mais... tudo gira em torno do turismo” (GD20).

A maioria dos entrevistados concorda que os benefícios do turismo se espraiam pela comunidade, principalmente através dos empregos e do dinheiro que circula: “Porque tem emprego, entra dinheiro, porque é um dinheiro que senão não aparecia aqui, agora com esse negócio de turismo tá entrando muito dinheiro nessa região aqui” (GD2). No entanto, alguns

colocaram que também aparecem coisas negativas, como roubos: “Só que também depois do dinheiro vem o bem, mas depois disso vem o mal também... que já tem, já tá acontecendo, entrando bandalheira ali, fazendo, roubando e coisa, que é lógico, onde que tem dinheiro eles tão por trás e vão...” (GD2).

Assim, embora reconhecendo os benefícios gerados, há preocupação com a diminuição da tranquilidade: “[...] e outra parte também tem um pouquinho de problema, porque aparece os caras, que hoje tem em todo lugar n/é?... os espiões, entra os ladrões, entra essas coisas tudo que atrapalha. E já tá acontecendo aqui, que antes era tranquilo e hoje em dia já não ta mais, então ta perigoso” (GD4).

Quando nos propomos a segmentar os integrantes da comunidade em função do envolvimento ou não com a atividade turística, esperávamos encontrar um certo grau de animosidade por parte das pessoas que não estabeleceram nenhum tipo de relação com o turismo, em relação ao fluxo de visitantes. Pensávamos que estes tenderiam a perceber mais os efeitos negativos do turismo no espaço rural.

No entanto, apenas três entrevistados, ou seja, uma minoria entende que a comunidade não está tendo benefícios com esta atividade: “Geral não. Quem mais se beneficia é os pontos. Os outros até que ainda não” (GD6). Ainda um dos sujeitos relacionados na categoria do “não” não sabe ao certo dizer: “Não sei dizer se a comunidade tem muita vantagem com isso” (GD12).

4.4 O papel do turismo no desenvolvimento do município

Identificado como os entrevistados percebem o alcance do turismo na comunidade, foi a vez de questioná-los sobre a importância desta atividade para o desenvolvimento do município. Assim, perguntamos aos empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes, se o município iria se desenvolver com o turismo.

Não foi surpresa todos os dez empreendedores entrevistados pensarem que sim, embora dois deles se apresentassem um pouco mais céticos, um tendo esperança que aconteça e outro que vai depender das lideranças municipais. Mais uma vez, temos aqui em destaque, por um dos entrevistados, o efeito multiplicador gerado em função da atividade: “Porque gera muita renda no município. Entrando dinheiro num ponto turístico, automaticamente vai gerar

mais movimento no município, ele vai investir alguma coisa, vai comprar no mercado, vai nas lojas de materiais de construção, então tudo começa a ganhar” (GB3).

O turismo no contexto do município passa a ser considerado a única saída, em função das dificuldades enfrentadas por quem depende da agropecuária, mesmo para aqueles que possuem uma boa condição comparativamente aos outros agricultores:

[...] isso aí é a única saída, aqui no interior, onde os agricultores estão tendo uma dificuldade enorme, onde se vê pessoas, por exemplo, o meu irmão tem muito terreno, tem bastante gado, tão passando dificuldades, a minha cunhada tá trabalhando comigo [...], tá super feliz, diz que depois que começou aqui... e eram pessoas que vocês vão ver a propriedade deles, eles tão bem, tem muita terra, tem muito gado, mas ela tá super feliz, diz que não vai deixar, n/é?, porque ela diz que tá se sentindo alguém, que tá tendo o seu próprio dinheiro e tá levando pra casa, onde aquilo da agricultura tá sobrando, ela tá trabalhando fora e esse dinheiro no final do mês vem certo [...] (GB8).

As dificuldades originárias da crise pela qual a agropecuária passa, se reflete na busca de alternativas, por parte das famílias que residem no rural, pois como veremos a grande maioria reside no rural por opção e não gostaria de migrar por não ter como ali prover o sustento familiar. Isso foi identificado em pesquisa anterior (ELESBÃO, 2001), onde a opção pela atividade turística se deu em função das dificuldades com as atividades agropecuárias, o que fez com que o turismo fosse tomado como alternativa em busca de uma condição melhor de vida.

Segundo um dos entrevistados, o surgimento de novas opções é uma tendência dentro da evolução da própria agropecuária. Assim o turismo se tornará com o tempo uma opção definitiva no contexto rural:

Porque é uma nova opção. Historicamente a agricultura mesmo ela tem se voltado para uma atividade com mais ênfase [...] e sempre existem os períodos em que isso não dá certo e há uma migração de atividades, de uma atividade pra outra, e com o tempo eu acho que ele entra como uma opção definitiva, uma nova opção definitiva, inclusive ajudando as pessoas a se fixarem no campo, sem ter que, como houve épocas, sem ter que sair pra cidade em massa, aliás, isso já tá acontecendo, as novas gerações, elas já estão permanecendo, e eu acho que o turismo tá ajudando nisso, e eu acho que a tendência é ajudar bem mais (GB5).

A expectativa de crescimento da atividade turística é muito grande, pois existe uma boa procura e aceitação por parte da demanda e só dependeria do apoio do poder público para crescer ainda mais: “Hoje aqui o turismo tá sendo muito procurado, tá sendo bastante aceito,

então a tendência é cada vez crescer mais, tendo um pouquinho mais de apoio da prefeitura, do órgão público, mais incentivo, pode ter certeza que vai crescer muito mais” (GB10).

Embora acreditando que o município vá se desenvolver através do turismo, os empreendedores, quando questionados sobre o que precisaria acontecer para melhorar o turismo no município, manifestaram, principalmente, preocupação em relação a participação do poder público e a acessibilidade aos locais visitados, ou seja, a conservação das estradas, que de certa forma está diretamente ligada à administração municipal, sendo uma de suas atribuições: “[...] e a prefeitura, o órgão público, se empenhar mais para ter acesso melhor, condições mais fáceis para quem quer visitar aqui, ter um acesso que pode vir qualquer hora, qualquer tempo” (GB10).

Em cinco das respostas encontramos reclamações em relação ao poder público municipal, que não se interessa mais em apoiar o desenvolvimento da atividade:

Eu acho que todos tem que acreditar e nunca assim desanimar, a gente cada dia que levanta tem que ter mais vontade de atender bem o turista, de fazer as coisas melhores, de fazer, e acreditar, acreditar na gente, porque é uma coisa que a gente se decepciona um pouco é a administração municipal, questão da Prefeitura, não se tem benefício não se tem ajuda, olha, acompanhamento muito pouco, e o que acompanha, a gente sente que não dá aquele retorno, não é uma coisa assim construtiva, então a gente sente na administração municipal interesse zero, então a gente acredita, nós aqui na comunidade acreditamos, vai dar certo, e eu acho que a gente tá sentindo que o turista tá sentindo isso na gente, na nossa vontade, por isso tá aumentando, eu acho que devia melhorar essa parte, na administração (GB8).

Em sua pesquisa Portuguesez (2002) também identificou que a população receptora, mesmo com os progressos alcançados pela sua atividade, se sente desamparada pelos órgãos do governo e esperam que o estado tenha atuação inclusive nas mais simples atividades. Os proprietários atribuem ao estado o papel de dar suporte, sobretudo financeiro, para a operacionalização de atividades incipientes.

A necessidade de melhoria nas estradas, pois estas estariam em situação precária, é externalizada na fala de outros cinco entrevistados: “Hoje nós temos a estrada que tá precária, você viu n/é?, que ela já teve bem melhor, e ta difícil o nosso acesso e acho que o resto mais ta indo bem” (GB2).

Além disso, outras manifestações também foram verificadas, como a necessidade de que mais pessoas investissem na atividade para ampliação da oferta: “Mais investimento, mais gente interessada em investir de alguma forma, criar novas opções e coisa n/é?” (GB4). A realização de maior divulgação para atrair mais as pessoas no inverno e a “conscientização”

das pessoas para a importância do turismo, também merecem ser destacadas: “Divulgação melhor, conscientização das pessoas para a importância do turismo. Atrair as pessoas para o inverno” (GB9).

Quanto às perspectivas de crescimento da atividade, verificou-se que seis dos dez empreendedores têm boas perspectivas de crescimento. Para um deles a situação atual estaria boa e para outro seria interessante estabilizar e manter o já existente. Embora dois dos entrevistados não tenham respondido, percebeu-se um menor entusiasmo se compararmos à pesquisa realizada em 1999 onde a grande maioria manifestou uma expectativa muito grande em relação ao futuro de sua atividade e do turismo no município.

No relato de um dos empreendedores a situação atual era boa, entendendo, no entanto, que no contexto municipal poderia crescer mais: “Para nós assim tá bom, não é mais preciso, a nossa propriedade n/é?... assim a nível de município poderia crescer mais, mais pousadas, a gente escuta que sempre tão cheias essas que tem, podia ainda crescer com isso” (GB1).

Outro entrevistado vê o fluxo de visitação como sendo bom e às vezes até mais do que se espera, manifestando mais intenção na melhoria da infra-estrutura para receber os visitantes, do que na ampliação da mesma: “Hoje a gente já ampliou bastante, mas sempre aparecem algumas idéias de aumentar alguma coisa, melhorar, principalmente, talvez não aumentar, mas melhorar alguma parte para que o turista que vem ficar mais confortável. O fluxo de visitação é bem bom, às vezes e até mais do que o esperado” (GB3).

Há preocupação por parte de um dos empreendedores de que no atual nível de sua atividade, o importante seria se manter ali: “A gente teve aquela época de implantar o negócio e crescer, hoje a gente tá mais na época, chegando na fase assim de se estabilizar e manter, e crescer com um nível um pouco menor, porque tu chega num negócio, tu começa e depois tu chega no pico, depois o problema é te manter, a gente tá conseguindo manter e sempre crescendo um pouco” (GB10).

Quanto aos funcionários/fornecedores, das vinte pessoas entrevistadas, dezessete delas acreditam que o município irá se desenvolver através do turismo, embora quatro destes condicionem à participação do poder público. Para dois dos entrevistados a atividade teria potencial para atingir tal objetivo. Enquanto que outro explicitamente atribuiu o progresso do município ao responsável pela administração pública municipal.

Ao considerarmos as pessoas que opinam que o município vai se desenvolver com o turismo, percebemos que para alguns, essa seria a única opção: “é a única opção que tem, turismo, única opção que tem para o município crescer é continuar melhorando, o turismo” (GC1). Além disso, o turismo é considerado uma forma muito mais fácil de ganhar dinheiro,

comparado com a agricultura: “pra mim é um futuro muito bom o turismo, porque é um modo de se ganhar o dinheiro muito mais fácil do que a agricultura, e o turismo hoje tá trazendo muitos recursos pro nosso lugar, em primeiro lugar, e para o município” (GC4).

Para um dos entrevistados o município já estaria se desenvolvendo, pois as pessoas estariam ficando e investindo no local: “Já está se desenvolvendo. Pelo fato das pessoas ficarem aqui, investirem, terem a vida aqui, não precisar sair do município. Tem mais movimento de dinheiro, tem mais empresas aqui” (GC5). A permanência das pessoas em São Martinho faz com que mais dinheiro circule neste local: “Só tem como se desenvolver, se as pessoas vão ficando aqui, a renda vai girando no município, tem que só crescer mesmo, eu acho que isso é muito importante, as pessoas ficarem aqui, e assim, o dinheiro girar no município mesmo” (GC6).

Além de desencadear uma série de sinergias na economia local, o turismo também possibilita uma relação com os visitantes que proporciona aos autóctones aprender bastante. Todavia, o aspecto econômico, de maior receita advinda da atividade turística, volta a ser o principal motivador:

Eu acho que está vindo cada vez mais gente, depois, é um aprendizado também para as pessoas, que eu acho, como assim, as pessoas vão conversando, por exemplo, com o turista, elas vão aprendendo um monte também, e eu acho que o nível de vida mesmo das pessoas melhora bastante. Tendo mais renda no caso, que hoje, por exemplo, uma família que com leite vai fazer 500, 600 reais por mês, vai conseguir um emprego fora, como é no caso [...] vai dobrar, triplicar, acho que é bem melhor (GC11).

É inevitável que algumas pessoas façam a comparação entre o passado e o presente. Para um dos entrevistados é bastante perceptível o crescimento que aconteceu: “Com o turismo começou o lugar crescer, se a gente pensa anos atrás como tava e como agora tá depois que o turismo começou” (GC12).

Um dos entrevistados que acha que o município tem potencial para se desenvolver através do turismo, pois tem atrativos naturais e boa acessibilidade, entende que precisaria mais interesse e investimento por parte do poder público: “Tem potencial para isso. O lugar é bonito, tem um acesso bom e tudo mais, só falta um pouco mais de interesse da parte da prefeitura e do governo estadual e tudo mais, investir e dar mais infra-estrutura para o pessoal do turismo poder se ampliar” (GC16).

Buscamos também conhecer a opinião dos funcionários/fornecedores acerca do que precisaria acontecer para melhorar o turismo no município. Obtivemos dezoito respostas a

este questionamento. Para sete dos entrevistados que responderam seria preciso melhorar as estradas, pois estas estariam dificultando o acesso dos visitantes aos locais turísticos. Outras seis pessoas apontaram a necessidade de maior participação do poder público municipal conjuntamente com a melhoria das estradas. E para outros quatro somente precisaria mais atenção do poder público. Completando as opiniões sobre essa questão um dos entrevistados colocou que assim estava bom.

Se considerarmos que a quase totalidade das estradas do município é atribuição da prefeitura municipal, vamos verificar que a grande maioria aponta o maior envolvimento por parte do poder público como o principal fator para impulsionar o turismo municipal: “Precisavam ser aplicado mais verbas em estradas, melhorar pontes, estradas, e o município se interessar mais do que está se interessando” (GC1).

Podemos observar que quatro dos entrevistados manifestaram que seria necessário o asfaltamento da estrada que dá acesso ao principal local turístico: “Pra nós especificamente é a estrada, quando é uma época chuvosa é difícil de o pessoal chegar ao nosso lugar, o bom era se tivesse um asfalto do município de São Martinho até Vargem do Cedro” (GC4). Assim, com o asfalto os visitantes teriam o acesso facilitado: “Se tivesse um asfalto ia ajudar muito mais. Se tivesse um trecho de asfalto para o pessoal chegar melhor” (GC18).

Quanto a visão dos não participantes em relação à contribuição do turismo no desenvolvimento municipal, dos vinte indivíduos entrevistados, dezenove deles responderam a essa questão. Dessas dezenove respostas, quatorze foram positivas, duas que poderia se desenvolver, uma que teria chance, outra que dependeria de alguns fatores e apenas uma resposta foi negativa.

Entre os quatorze entrevistados que responderam “sim”, encontramos menção ao aumento dos impostos arrecadados pela prefeitura que assim poderá aplicar em melhorias no município: “Porque o pessoal construindo pousada, coisa, vão ter que pagar imposto, vai ter rendimento para prefeitura, a prefeitura vai ter arrecadação para poder aplicar em estradas, ou melhorar, em alguma coisa. Então o turismo traz benefícios pra prefeitura” (GD4).

Há um grande movimento de visitantes como coloca o entrevistado: “Porque antigamente quase não tinha ninguém para esse lugar. Porque o que a gente vê aos domingos. Isso ali é muito movimento” (GD12). Isso faz com que entre mais recursos no município: “Não tem dúvida n/é? Porque daí o dinheiro vai entrando, não vai só sair, assim o dinheiro vai girando aqui dentro n/é? Então eu acho que vai ter lucro n/é?... o município com isso” (GD11).

Para um dos entrevistados o município teria grande chance de se desenvolver através do turismo “porque tem bastante pontos para ser explorados no turismo. Faltaria até um pouco de incentivo, em certas partes, mas teria muitos pontos aqui para se explorar o turismo no nosso município” (GD20).

Ainda para outro dos entrevistados, tudo depende das autoridades políticas: “Isso tudo depende das autoridades políticas. Se as autoridades políticas do município são a fim de ajudar no turismo, todo o município vai se beneficiar, agora se as autoridades políticas estiver contra, o que é que vai acontecer, vai mancando e daqui a pouco vai água abaixo” (GD2).

Quando questionados se o nível de vida da família tinha melhorado após o início da atividade turística no município, das dezoito respostas que obtivemos, dezessete entrevistados responderam que não tinha mudado, ou seja, que continuava no mesmo: “Não me trouxe benefício nenhum, ficou tudo no mesmo” (GD3). Embora não possuindo relação com os empreendimentos turísticos, um dos inquiridos afirmou ter melhorado o nível de vida, pois conseguia comercializar mais facilmente os produtos: “Tu vende mais fácil as coisas. Melhorou” (GD18).

É interessante destacar que embora os entrevistados tenham afirmado continuar tudo como estava, dois⁸ deles afirmaram terem percebido uma melhora. Para um deles se consegue vender produtos produzidos localmente: “Para nós aqui não. Se bem que a gente até assim pra esse pessoal a gente consegue vender coisas que nós aqui produzimos n/é?” (GD13).

Já outro, embora afirme não ter sentido nenhuma mudança no seu nível de vida, menciona que está sendo beneficiado através da venda de um produto:

O mesmo que eu tinha que trabalhar antes eu tenho que trabalhar agora pra me manter. Então para mim não mudou nada, porque é até como se diz, numa coisa eu sou beneficiado, porque agora eu tenho cana sobrando, então ao menos com o negócio de turismo eu consigo vender essa cana, não preciso tratar isso tudo para o gado ou jogar fora, que já é uma das rendas melhores que tem no local aqui... quem tem cana pra vender tá melhor do que quem tá trabalhando com outras coisas, com gado e essas coisas (GD2).

Também solicitamos que os entrevistados atribuíssem uma classificação ao turismo no desenvolvimento do município, considerando uma escala que variava de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima). Dos vinte sujeitos pesquisados nesse grupo, dezenove

⁸ Estes dois indivíduos foram incluídos no grupo dos não participantes, pois afirmaram e reafirmaram que não tinham “nada a ver com o turismo”, e também devido ao grupo de funcionários/fornecedores ser constituído por pessoas que mantêm um vínculo estável com os empreendimentos de turismo no espaço rural.

responderam a nossa solicitação e as respostas constam na tabela 27, onde podemos verificar que a importância variou de quatro até dez, sendo que a média calculada da classificação ficou em 7,3.

Tabela 27 – Classificação atribuída ao turismo para o desenvolvimento do município pelos não participantes. São Martinho, 2006.

Importância atribuída	Frequência	Percentual
4 (quatro)	1	5,3
5 (cinco)	4	21,0
6 (seis)	-	-
7 (sete)	3	15,8
8 (oito)	8	42,1
9 (nove)	-	-
10 (dez)	3	15,8
Total	19	100,0

Fonte: Trabalho de campo realizado em setembro de 2006.

Merece destaque que 42,1 % dos entrevistados atribuíram nota oito e se considerarmos as notas sete (inclusive) ou mais, vamos perceber que a maioria (71,7 %) percebe o turismo como de grande importância ao desenvolvimento do município de São Martinho. Podemos constatar então que as pessoas não envolvidas com a atividade turística, embora afirmem que o seu nível de vida não se alterou a partir do início dessa atividade, entendem que o turismo é importante não só para a comunidade, mas também para o desenvolvimento do município.

**5 OS EFEITOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA
NO ESPAÇO RURAL**

O rural vem sendo palco nos últimos tempos de mudanças significativas, não só em relação às novas funções que passou a desempenhar, mas também pelo processo de (re)valorização de seus atributos naturais e culturais. De acordo com Caldas (2003, p. 535) “reclamando diversificação produtiva e revitalização da sociedade local, os territórios e os seus percursos adquiriram, assim, um protagonismo renovado e suscitam agora olhares analíticos sobre metamorfoses, mudanças e futuros”.

Nesse contexto, nos interessa aqui, o rural onde estão sendo desenvolvidas atividades de lazer e turismo, ou seja, os locais que exercem atração nos cidadãos, que buscam ali o encontro com as raízes, com a natureza, com o ar puro, enfim, com um modo de vida que passa a ser, cada vez mais, por eles desejado.

Fundamentalmente objetivamos investigar como os diferentes grupos de habitantes percebem as mudanças que ocorreram e/ou estão ocorrendo no espaço rural que passou a contar com um fluxo de visitação. Assim, buscamos desnudar alguns dos efeitos do turismo sobre o espaço rural e seus moradores.

Ferreira (2004, p. 340) afirma ser “inquestionável considerar que os destinos turísticos sofrem influência sempre que são visitados por pessoas exteriores às comunidades”. Nesse sentido, poder-se-ia falar de “impactos do turismo”, que terão a sua intensidade definida em função da relação que se estabelece entre as pessoas residentes numa dada comunidade e os seus visitantes. Impactos esses que são provocados pelo afluxo de visitantes às comunidades rurais e que têm implicações nos possíveis benefícios em termos de emprego, atividade comercial e melhoria dos serviços, mas também algumas ocorrências desagradáveis, como o aumento do trânsito de veículos, a poluição, o aumento dos preços das propriedades e dos produtos, bem como outras eventuais perturbações que possam ser sentidas pelos habitantes locais.

Segundo Ruschmann (2000b), os impactos econômicos do turismo são muito mais considerados e avaliados, sendo normalmente relegados a um segundo plano os impactos no meio físico e os aspectos socioculturais das comunidades que recebem visitantes.

Além de outras implicações, o turismo pode também possibilitar mudanças na própria estruturação da economia agrícola, pois os agricultores envolvidos com a atividade turística, através do acréscimo de seus rendimentos, poderão incorporar inovações melhorando com isso as condições do próprio processo produtivo (SIRGADO, 1990).

Concordamos com Moreira (1994) quando este coloca que não há consenso no mundo rural, nem entre seus estudiosos, a respeito da validade e importância dos efeitos exercidos

pelo turismo no local onde este é desenvolvido. Segundo o autor, estamos diante de uma atividade muito complexa e:

Independentemente de tudo o que se possa pensar sobre os efeitos do turismo no mundo rural, os seus benefícios e inconvenientes, o fato de ser praticado de forma mais ou menos difusa, o da sua introdução ter sido melhor ou pior planejada, uma coisa parece certa, o turismo acarreta com ele o gérmen de transformações que, de forma inexorável produzirão uma nova realidade rural (MOREIRA, 1994, p. 90).

Nesse sentido, é inevitável ocorrerem mudanças no cotidiano rural, pois, segundo Portuguesez (2002, p. 96) “a visitação inquestionavelmente provoca certa reestruturação na dinâmica funcional das fazendas, que a partir do momento em que começam a ser visitadas passam a contar com importante agente alterador da rotina local – a clientela”. Desse modo, no contexto das propriedades rurais, quanto maior for o número de visitantes, mais significativas serão as mudanças e, portanto, mais alterado será o cotidiano familiar das pessoas que passam a se envolver com a atividade.

A atividade turística é marcada pelo contato entre pessoas com padrões de vida diferentes. Dessa forma, sua incidência na cultura e nas mentalidades se processa fundamentalmente em três aspectos: “(i) alteração da estrutura cultural; (ii) revalorização do patrimônio histórico, arquitectónico e cultural; (iii) mutações nas mentalidades e nos comportamentos” (SIRGADO, 1990, p. 179).

Há também no meio acadêmico uma grande preocupação com relação à migração campo/cidade, ou seja, é corrente o pensamento de que as pessoas que residem no rural devem ali permanecer. Mas será que isso é o melhor para todas as famílias? E principalmente, é o que todas desejam? Nesse sentido, é bastante oportuno o que coloca Cavaco (2003c, p. 198): “Muitos processos de mudança dos espaços rurais, e em particular de abandono, são irreversíveis, mesmo a longo prazo, para a felicidade das populações que tendo nascido nesses lugares puderam ir ao encontro de outros horizontes, oportunidades e espaços de vida”. Embora busquemos divisar o apego dos entrevistados em relação ao local onde moram, entendemos que esse debate envolve uma série de outras variáveis que escapam ao nosso objetivo e, portanto, não intentamos travar nesse momento.

Neste capítulo será analisado como os diferentes grupos de pessoas, que foram selecionadas segundo a relação que possuem com a atividade turística, percebem os efeitos do turismo no espaço rural do município de São Martinho.

5.1 Diferenças entre moradores e visitantes

Buscamos primeiramente saber se os empreendedores e funcionários/fornecedores identificavam diferenças entre os moradores da comunidade e as pessoas que visitam os empreendimentos.

As diferenças apontadas pelos empreendedores podem ser agrupadas em três categorias: uma mais relacionada às características pessoais, ou seja, em relação ao grau de escolarização, à formação pessoal e ao poder aquisitivo (cinco entrevistados); outra implica na forma diversa de valorização do local em questão (três entrevistados); e ainda pelos estilos de vida diferentes (dois entrevistados).

Normalmente as diferenças mais fáceis de serem percebidas estão relacionadas às características pessoais e comportamentais dos indivíduos, como é o caso do poder aquisitivo que se manifesta nas roupas, carros, e no fato mesmo de poder estar visitando determinado local: “Eu acho o primeiro é o poder aquisitivo” (GB6). E também a educação formal, o ter tido acesso ao estudo: “Nem sempre a maioria das pessoas são simples e a gente vê que eles têm mais, o pessoal de fora, a gente não teve estudo também n/é?... e o pessoal de fora é mais instruído” (GB2).

Não passa despercebida a comparação entre a simplicidade atribuída aos moradores locais em contraste com um certo grau de refinamento dos visitantes, que possuem um “nível de vida” mais elevado. Mas nem todos os visitantes são iguais, ou seja, há diferenças também entre eles: “Eu acho, todo o pessoal daqui são simples, é tudo simples, trabalham na roça, a gente conhece. Os de fora não se conhece, mas vê que os da cidade são mais formados, então tem um nível de vida mais alto, e também tem aqueles n/é?... classe inferior, aí é complicado. Nem todos os turistas são bons de receber” (GB8).

A falta de respeito por parte de alguns visitantes, que se traduz em um comportamento inadequado aos padrões locais, é apontada por um dos entrevistados:

Uma diferença eu posso dizer. O pessoal daqui eles têm mais respeito, o pessoal de fora não tem aquele respeito, a gente já convive aqui, já sabe o que é certo e o que é errado, e o pessoal de fora é... nem todos n/é?... eles vem, eles querem levar todas as mudas de flores, eles querem apanhar todas as flores, se tem uma fruta levam, já querem levar tudo junto, nós já estamos acostumados diferente, se tu vai lá pegar, tu vai lá pedir, mas nem todos são igual, mas eu vejo a diferença. O que é que eu vou fazer se eles são assim... (GB7).

Outro conjunto de diferenças apontadas pelos entrevistados está ligado à como moradores e visitantes percebem as características do local: “Quem mora aqui, muitas vezes não apreciam o que a gente tem, e os visitantes quando chegam aqui eles olham ao redor e falam: - meu que coisa linda, mas vocês tão no paraíso. Só que a gente nunca diz isso pra gente, ou escuta alguém daqui falar isso” (GB1).

As pessoas que residem num determinado espaço possuem uma visão diferente dos visitantes em relação aos elementos do ambiente. Isso se torna bastante visível quando consideramos o processo de implantação de algumas experiências de turismo no espaço rural. Em trabalho anterior (ELESBÃO, 2001), identificamos a etapa de sensibilização da população em relação aos possíveis benefícios do turismo como sendo uma das mais importantes, pois as pessoas tinham muita desconfiança e não acreditavam que o lugar onde moravam pudesse atrair os visitantes.

Guzzatti; Schmidt e Parente (2004) também destacam que a motivação da comunidade foi a primeira ação para a implantação da atividade turística nas “Encostas da Serra Geral” no estado de Santa Catarina e que esta foi uma das etapas mais difíceis do projeto que pesquisaram.

Os moradores do local, por estarem acostumados com o ambiente que os rodeia, tendem a perceber de forma muito diferente os seus atributos. Muitas vezes o que para os visitantes são consideradas belezas naturais, para os moradores são limitações, como por exemplo, a topografia acidentada, que forma uma paisagem muito aprazível para os visitantes e que para os residentes é um limitante da produção agropecuária. Percebemos isso na fala de um dos entrevistados: “Normalmente quem é visitante vê coisas melhores no interior do que quem mora lá. A gente que mora no interior muitas vezes não dá valor a pequenas coisas que os visitantes chegam e vêem e acham bonito, que o pessoal que mora lá, que convive o dia-a-dia com essas coisas nem dá mais valor” (GB4).

O território na perspectiva dos habitantes rurais constitui antes de tudo um recurso, do qual depende sua sobrevivência e de acordo com Figueiredo (2003b, p. 73), “se os urbanos têm do ambiente e território rurais uma visão a que podemos chamar, essencialmente estética, os rurais têm desses mesmos aspectos uma visão a que, por oposição, chamaremos utilitária”. A autora acrescenta que “os habitantes rurais não são sensíveis nem ao mito da natureza, nem ao mito do idílio rural, já que para eles se trata de um espaço quotidianamente vivido e não de um ‘patrimônio do futuro’ como o parece para o Estado e para os visitantes” (FIGUEIREDO, 2003b, p. 73).

O turismo também tem um papel muito importante no ambiente rural ao nível da cultura local, pois desperta os habitantes para o património que estes possuem. Segundo Moreira (1994, p. 96), “acontece muitas vezes que, por tanto estarmos em contato com determinada realidade, começamos a alhear-nos dela, senão mesmo, a deixar de a apreciarmos convenientemente”.

Isso não acontece só no espaço rural e o turismo ao trazer visitantes que apreciam o património chama a atenção das pessoas do local de novo sobre este património. Assim, “uma nova relação é susceptível de se estabelecer entre os habitantes e aquilo que os rodeia. O que passava despercebido é reapreciado, o que era tido como uma vulgaridade é agora valorizado. Pois se até os forasteiros gostam” (MOREIRA, 1994, p. 96). Assim o turismo no espaço rural é uma atividade que também possibilita o enriquecimento da comunidade, pois proporciona que esta desenvolva um profundo conhecimento dos seus próprios traços culturais.

Para um dos entrevistados o pessoal da comunidade não dá o devido valor aos investimentos que foram realizados. Isso é atribuído à falta de “visão” de algumas pessoas: “O pessoal que vem visitar às vezes elogia muito n/é?... o que eles vêem de beleza, e o pessoal do lugar às vezes não dá o devido valor, que deveria dar com os investimentos que tem. Até existe pessoas que ganham dinheiro com o turismo e ainda dizem que o turismo é só cinco, seis que ganham dinheiro. Falta um pouco de visão das pessoas que moram em volta do pessoal que tem alguma coisa de turismo” (GB3).

Os visitantes que compõem a demanda no turismo no espaço rural vão em busca do diferente, sendo que o modo de vida e a paisagem são alguns dos elementos de atração dos destinos rurais. Um dos entrevistados observa que: “O mais importante é o próprio estilo de vida. As pessoas que visitam, elas vem justamente porque encontram aqui toda uma cultura, todo um estilo de vida aparentemente exótico. Eu acho que o turismo é isso. O turismo, principalmente o turismo de campo, é aquilo, as pessoas vão em busca do diferente n/é? E esse diferente é a cultura, o modo de vida, de forma bem genérica” (GB5).

Enquanto que na fala dos empreendedores apareceram mais as diferenças pessoais, os funcionários/fornecedores identificaram mais a diferença entre o olhar dos moradores e dos visitantes. Das vinte entrevistas realizadas obtivemos dezenove respostas que passam agora a serem analisadas. O que mais foi referido nas falas dos funcionários/fornecedores (em oito delas), foi a diferença que existe entre o olhar dos visitantes e dos autóctones em relação aos atributos do local, ou seja, o pessoal de fora valoriza determinadas coisas que passam despercebidas, ou mesmo, que são consideradas empecilhos pelos membros da comunidade.

Outro grupo de diferenças que teve destaque está relacionado às características pessoais (presente em cinco falas).

Na fala a seguir o entrevistado justamente aponta os dois grupos de diferenças que mencionamos anteriormente:

Elas geralmente conhecem mais, tem mais conhecimento assim de outras coisas. [...] A linguagem é diferente. O modo de vestir, sei lá. Quem vem de fora percebe mais as coisas que tem aqui do que quem mora aqui. Vê mais qualidades. Quem mora aqui passa e não percebe. Tem gente que mora aqui e nunca veio aqui tomar um café. Tem gente que vem de longe para isso. Tem o pessoal aqui que não valoriza tanto como o pessoal de fora (GC7).

Os moradores da comunidade por já estarem acostumados com o ambiente não percebem nele a beleza que os visitantes atribuem: “Uma diferença que eu vejo bem claro, é que quem visita acha lindo, acha lindo, acha o máximo, até pensam que não tem *stress*. E a gente aqui não pensa a mesma coisa, a gente acha, pô, mas tem esse morros, tal, a gente até pensa... porque a gente tá acostumado” (GC11). Assim, “quem mora aqui não vê muita diferença, e quem vem de fora, da cidade, gosta da paisagem por aqui, tem esses morros, gostam da paisagem por aí” (GC17).

O que podemos observar então, é que os visitantes valorizam determinadas coisas, como a paisagem rural, que passam totalmente despercebidas pelos moradores: “O visitante muitas vezes dá valor a uma coisa que o pessoal daqui não dá n/é?... o visitante chega aqui e vê um morro todo verde e diz: - ah que coisa bonita” (GC16). Essa apreciação da paisagem local por parte dos visitantes teria influência num possível retorno: “Pelos pessoas que vem visitar a gente, todos acham aqui um lugar bonito, se sentem à vontade, não sei se é por isso ali, se é, depende das pessoas, que sabem acolher, mas todos gostam e voltam de novo” (GC4).

De acordo com Valente e Figueiredo (2003), é difícil aos habitantes rurais perceberem o sentido das funções atribuídas pelos urbanos, que do ponto de vista destas pessoas se encontram em vantagem no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico, pois se habituaram a olhar o seu local de residência como espaço de produção de alimentos e matérias-primas.

Ribeiro (2003a, p. 200) ressalta que uma parte considerável “das representações dos meios rurais que hoje povoam o imaginário dos urbanos, remete claramente para os domínios da mitologia e do simbólico, mais do que para as suas realidades, um processo grandemente alimentado pelos meios de comunicação social e pelo marketing”.

Outras diferenças apontadas por cinco dos entrevistados, estão relacionadas às características pessoais dos próprios sujeitos que visitam o local, ou seja, o tipo de vestimenta, a maneira de se expressar e o nível de escolaridade. De acordo com um dos entrevistados, “a gente já vê quando é visitante, coisa assim, que geralmente o pessoal que é de cidade é melhor vestido do que as pessoas daqui. O jeito de se vestir, o jeito de se expressar, que as pessoas geralmente têm um grau de escolaridade maior já também. É que já vê quando é um turista ou quando é uma pessoa daqui” (GC6).

Nesse sentido, “têm pessoas que vem aqui tem melhores condições, têm pessoas que vem aqui tem mais estudo, tem um jeito de falar diferente, um jeito de se vestir diferente, mas isso aqui o pessoal é do interior, é um jeito de falar meio, meio alemão misturado com português e não tem tanto estudo” (GC8). Além disso, “as pessoas que vem de fora, a grande maioria parece ser pessoas que têm mais posses, mais dinheiro. As pessoas no geral são todas muito simpáticas, mas o que a gente mais nota é que o pessoal que vem têm mais posses do que a gente” (GC10).

Para outros entrevistados, os visitantes aportam à comunidade para conhecê-la e isso é motivo de satisfação. Então, “as pessoas que vêm, elas vêm em busca de conhecer novos lugares” (GC5). “As pessoas que vêm de fora elas gostam daqui” (GC14). “Eles gostam muito, eles conversam com a gente e a gente se anima” (GC12). Assim, “a diferença é que eles vêm porque é um lugar que... bom de se passar um fim de semana e fazer o turismo e coisa. Têm lugares bons aqui, tem muito lugar bom e o pessoal que pelo que a gente escuta recebe eles bem” (GC18).

A diferença na sinceridade, ou seja, uma certa “malícia” dos visitantes em oposição a “inocência” dos autóctones também é apontada por um dos entrevistados: “Os moradores daqui eles são muito sinceros, vamos dizer, são inocentes, eles não têm malícia, e já com o pessoal de fora você tem que ficar um pouco de olho porque sempre existe um pouco mais de malícia que o pessoal daqui” (GC1).

Para completar, um dos entrevistados relata não observar diferença entre os moradores e os visitantes, sendo para ele todos iguais: “Sei lá, eu não acho diferenças, são pessoas agradáveis, pessoas bacanas, pessoas assim simpáticas, gente muito boa que vem aqui no nosso município, acho que é igual ao nosso povo, gente agradável que gosta de conversar, gente que gosta de conhecer. Eu não acho diferença do nosso povo” (GC2).

Há aqui como vimos uma dessemelhança entre a visão dos dois grupos pesquisados quanto às diferenças entre moradores e visitantes. Enquanto os empreendedores identificaram em primeiro lugar as diferenças de caráter pessoal, aparecendo depois a maneira de

valorização do local e o estilo de vida diferente, os funcionários/fornecedores se referiram mais à diferença no olhar dos visitantes e moradores em relação ao local, aparecendo após as características pessoais.

5.2 A (re)valorização do espaço rural entre seus habitantes

Como vimos em outro momento, há alguns fatores que levam uma pessoa, ou a família, a migrar. Motivações que na maioria das vezes estão ligadas a própria sobrevivência do indivíduo, mas também a toda uma valoração depreciativa do rural em relação a cidade, que fazia com que os habitantes do campo também desejassem morar na cidade e passar a integrar uma nova realidade de progresso e “desenvolvimento”. Essa antiga realidade passa na atualidade por um processo de mudança, no sentido da valorização do que outrora era tido como atrasado.

Isso se traduz na satisfação expressada pelos habitantes rurais em relação ao local onde vivem. A cidade não é mais vista como algo tão desejado, estando bastante presente também no imaginário das pessoas que moram no espaço rural a visão das mazelas sociais e dos graves problemas vinculados principalmente às grandes cidades, como a poluição e a violência.

Nesse contexto, buscamos primeiramente identificar o que os empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes pensavam em relação ao rural como local de moradia e os valores a ele atribuídos, bem como, se gostariam de morar na cidade e as motivações de suas respostas.

Intentamos num primeiro momento identificar qual o significado do meio rural para os entrevistados. No entanto, não obtivemos um número significativo de respostas para os grupos dos funcionários/fornecedores e dos não participantes. Já quanto aos empreendedores, todos responderam a nossa indagação. A grande maioria destes afirmou que o espaço rural significa um “lugar muito melhor de se viver” (GB1), mais calmo, tranquilo, de contato com a natureza, de melhor qualidade de vida, ou seja, um “modo de viver bem mais tranquilo do que nos perímetros urbanos, você tem tranquilidade, você está em contato com a natureza diretamente” (GB4).

Nesse sentido, para um dos entrevistados, o espaço rural tem vários significados relacionados, principalmente, a uma maneira melhor de viver:

O meio rural hoje tem vários significados, um que é a qualidade de vida, que aqui em vista da cidade, o ar puro, outra quem gosta de tranquilidade e sossego também n/é? [...] é uma vida mais tranqüila, mais sossegada, não é tão agitada como na cidade e se tendo como se virar, tendo como diz... o turismo é uma saída de agregar valor, poder ficar aqui com certeza é muito melhor do que nas grandes cidades (GB10).

A oportunidade das pessoas terem uma melhor qualidade de vida, por habitarem um espaço onde é possível viver de forma mais tranqüila e sossegada depende, é claro, da possibilidade de poderem prover os meios indispensáveis para o sustento familiar que, em muitos locais, não se limitam exclusivamente pelo exercício de labores na agropecuária, mas sim, num contexto familiar, pela complementação de atividades agrícolas e não agrícolas e obviamente pelos plurirendimentos que são assim auferidos.

Na seqüência procuramos então saber se os empreendedores gostavam de morar no rural e como justificavam sua resposta. Entre os dez entrevistados, um deles não respondeu, pois reside em espaço urbano. Dos outros nove que residem no rural, todos responderam que sim, gostam de residirem no espaço rural, devido a ser um lugar mais tranqüilo e estarem adaptados a esse modo de vida.

Assim, o fato de ter nascido e crescido, portanto, o estar habituado e o “pertencer” ao local, é talvez o fator determinante na vontade manifestada de permanecer no seu “chão”, que aliado a (re)valorização de alguns atributos rurais, fazem com que uma possível partida em direção à cidade venha a se tornar muito penosa, como provavelmente deva ter sido para uma parte dos que migraram no passado. É claro que a migração campo/cidade, como vimos anteriormente, não pode ser explicada somente em função dos fatores de expulsão que se processam no rural, mas sim pela conjugação destes com os fatores de atração, exercido pela cidade.

A demanda por força de trabalho, gerada tanto pelas indústrias como pela expansão dos serviços, é o mais importante fator de atração das cidades. De acordo com Singer (1998, p. 52) “se se admite que a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico [...] e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado”.

Podemos considerar que as pessoas que permanecem no rural, ou seja, os seus atuais habitantes têm esse vínculo com o lugar ainda mais reforçado, justamente pelo destaque que cada vez mais passam a ter as amenidades rurais e o seu modo de vida. Esse outro olhar sobre

o campo por parte dos cidadãos, tem reflexo direto na auto-estima dos seus moradores e principalmente das pessoas que têm mais contato com os visitantes. Pin e Carnielli (2005, p. 43) apontam que “nos primeiros anos, tínhamos vergonha para vender nossos produtos devido à nossa ‘caipirice’, o que hoje acaba por colaborar nas negociações. Afinal, somos mesmo caipiras, e com muito orgulho, cheios de ar puro, muito verde, com muita água limpa e cheiro de terra”.

Nesse contexto, os empreendedores se sentem mais orgulhosos de viver no rural, o que é obviamente reforçado pela prosperidade econômica. Igualmente, é fundamental, além do fato de pertencer ao local e dos fatores que propiciam uma maior qualidade de vida, a redução do isolamento proporcionada pelo turismo:

Eu acho, como eu disse, eu nasci aqui. Se bem que eu não conheci cidade, conheci, mas não vivi, não faço idéia, só que pra mim eu me sinto feliz aqui, acho bom, é bom também, porque, hoje ainda melhor, porque no meio rural a gente não tá isolado totalmente, ainda mais com o turismo, o pessoal de fora, da cidade, vem e a gente pode conversar de igual para igual, n/é? Eu acho que o meio rural, eu acho que ainda é uma coisa boa, porque tem a pureza, porque tem aquela coisa inocente, que todo mundo é, de poder ir na casa um do outro, sem tá preocupado com nada, deixar as coisas ali, que ninguém vai mexer e tal... e mesmo a própria natureza, os animais, eu acho que quem nasce no interior nunca esquece e gosta daqui (GB8).

Nesse sentido então, de acordo com os empreendedores, é bom de viver no rural “porque a gente ainda vê o verde, ainda não tem tanta poluição, não tem tanta bandidagem. Ainda é bom de se viver aqui” (GB1). Assim, “não sei se é porque a gente se criou aqui, mas mais pela tranquilidade e sossego que a gente tem aqui” (GB10).

O apreço pelo espaço rural manifestado pelos empreendedores também encontramos nas respostas dos funcionários/fornecedores. Dos vinte entrevistados, obtivemos dezenove respostas a respeito do gosto em relação ao local onde moram. Com isso, constatamos que todos os entrevistados que responderam o fizeram afirmativamente quando indagados se gostavam de morar no rural. As explicações se concentraram em torno de fatores como: calma, tranquilidade e sossego (presentes em doze respostas), mas também por ser o local onde nasceram e passaram sua infância e juventude (quatro respostas). Ainda fizeram menção a liberdade e a natureza (dois entrevistados) e ao gosto pelo labor do campo.

Portanto, foi freqüente o estabelecimento de relações dicotômicas entre o movimento e agitação da cidade, e a calma e tranquilidade do rural. Assim “eu” gosto de morar no rural porque “é calmo, é tranqüilo, aqui é um lugar muito bom, é aconchegante, as pessoas são boas, mais tranqüilo do que o movimento da cidade” (GC8) e também “porque é bom,

tranquilidade, não tem barulho, na cidade é muito agito. As poucas vezes que a gente vai já não gosta, não se dá com o agito que o pessoal passa lá” (GC9). Inclusive, um dos entrevistados nunca trocava o campo pela cidade: “Gosto porque é um lugar tranquilo, o povo todo se conhece, [...], e eu por exemplo, se fosse pra trocar, para ir para a cidade, eu não faria nunca” (GC1).

O contraste entre os atributos e características do rural e do urbano, se torna mais evidente quando antigos residentes que migraram para a cidade, hoje buscam alguma forma de retorno, que se dá normalmente através das segundas residências:

Ah! Eu gosto. Pra sair daqui seria muito difícil hoje. O lugar aqui é tranquilo. Não tem esse negócio de tanta bandidagem. É um lugar muito tranquilo. A gente já vê que tem gente da cidade querendo voltar para cá, que já voltou, já tem vizinho aqui, até eu andei vendendo pedacinhos que quiseram voltar, que já eram daqui e tiveram até agora na cidade e simplesmente vieram e queriam voltar n/é? Dizem que aqui é um lugar mais tranquilo, sossegado pra se viver (GC18).

Nas entrevistas foi possível constatar algumas diferenças entre as respostas, as quais verificamos estarem ligadas à idade dos indivíduos. Nas respostas das pessoas com média de idade mais elevada, identificamos uma certa repulsa em relação a cidade, ou seja, “a gente que se acostuma aqui, na cidade a gente nem agüenta muito tempo” (GC6). Já nas respostas das pessoas mais jovens, é bom viver no rural, mas faltam algumas coisas, como mais opções de lazer: “o único problema é que nós que somos jovens tem poucas opções de lazer no caso. É bom de morar aqui, eu gosto” (GC7).

O ter nascido e estar acostumado com o local onde vivem também é uma das explicações da afeição pelo rural. Nesse sentido, um dos entrevistados aponta que “a gente nasceu aqui, daí a gente tá acostumado, a gente não é acostumado com a vida na cidade, só aqui. A gente é acostumado com a vida do interior, do sítio” (GC12). Já outro, “com certeza” gosta de morar no rural, “por que a gente se criou desde pequeno e se for para ir pra cidade eu acho que não vai se acostumar” (GC14). Um deles ainda acrescenta que “morar na cidade não vale a pena” (GC15).

No rural as pessoas valorizam agora ainda mais o contato com a natureza, o ar puro e a liberdade, que é difícil de ter na cidade: “Porque eu acho que a gente tem mais liberdade, tem mais ar puro” (GC11). E acrescenta, “a liberdade que eu digo assim... é, por exemplo... as pessoas, como eu tenho meus irmãos, meu marido tem os irmãos que moram na cidade, toda

hora eles tem que cuidar para não ser roubados, para não ser assaltados, coisas assim e a gente aqui não, deixa às vezes a casa aberta, deixa os filhos andar livre” (GC11).

É importante lembrar, mesmo que expresse somente por um dos entrevistados, o gosto por aquilo que faz: “Porque eu gosto do serviço que tem aqui, gosto de ir pra roça, gosto de lidar com o gado, tudo mais, isso que eu gosto de fazer” (GC16). Embora imaginamos que os labores agropecuários sejam muito rústicos e difíceis (e realmente o são), é preciso também entender que estes são muitas vezes realizados, não por falta de opção, mas porque essas pessoas realmente gostam daquilo que fazem.

Quanto aos não participantes, pudemos constatar que todos os vinte entrevistados gostam de morar no rural. Isso demonstra mais uma vez o forte elo que liga esses indivíduos a seu local de moradia. Embora um não tenha respondido o porquê, as explicações também estão mais concentradas nos aspectos relacionados ao sossego, tranquilidade, liberdade (onze respostas) e a certo sentimento de afetividade ao local onde nasceram e se criaram (cinco respostas).

Para alguns, os fatores relacionados à qualidade de vida e a uma maneira mais calma de viver são os principais motivos. Mais uma vez aparece a associação da cidade com agitação, barulho e poluição do ar, como constatamos na seguinte fala: “Porque aqui ao menos eu vivo tranquilo, descansado, tenho ar puro, que na cidade não existe mais [...]” (GD2). Assim preferem morar no rural “porque é mais tranquilo. Porque tem mais sossego. Não tem tanto barulho” (GD17).

Normalmente o que verificamos é que a maioria das pessoas manifesta sua preferência pelo rural com base na imagem que têm da vida na cidade ou de contatos esporádicos, e não de uma experiência concreta. O que queremos dizer é que, em grande parte das vezes, a idéia que fazem da cidade é baseada nos meios de comunicação, onde muitas vezes é dado destaque aos problemas crônicos dos grandes aglomerados urbanos. Não estamos pondo em cheque a opinião de nossos entrevistados, pelo contrário, mas julgamos necessário mencionar este aspecto. Mesmo porque encontramos dois relatos baseados em experiências vividas nas duas realidades. Um dos entrevistados coloca que: “Por enquanto eu gosto, porque aqui é mais calmo. Eu não gosto muito da cidade, eu já estudei na cidade e tudo, mas não gosto de cidade” (GD3). Outro gosta “porque a gente tem mais tranquilidade. Porque eu já tive morando um meio ano na cidade, [...] e não gostei. Aí voltei pra cá de novo” (GD11).

Outro conjunto de explicações está relacionado ao sentimento de identificação com o local. “Olha, eu nasci aqui, me criei aqui” (GD13). Assim “eu” gosto porque “eu nasci aqui e

moro aqui trinta e poucos anos. Então quando a gente nasce no lugar da gente a gente se acostuma, a gente gosta” (GD10).

Podemos apurar também que dois entrevistados embora gostem, mencionam o problema da poeira que parece incomodá-los bastante: “Eu to aqui há 35 anos. Eu gosto daqui sim. Mas o que mais me incomoda é essa poeira” (GD19). Outro coloca que “eu sou filha de colono e sempre gostei do interior. Eu gosto da cidade, mas é tudo muito agitado, eu gosto de ficar um ou dois dias e voltar” (GD15). Entretanto, “só que temos um problema com a poeira, por causa do turismo deu muitos carros e coisa, nós temos estrada de chão, não é fácil morar aqui, não é fácil por causa do pó” (GD15).

Foram constatadas outras explicações, sendo uma delas relacionada à diferença no trabalho urbano e rural: “O trabalho aqui já não é tão... eu acredito que não é tão ruim como na cidade, que se a gente trabalha, na cidade tem o compromisso de trabalhar todo dia, de todo dia cumprir a hora. E aqui a gente trabalha conforme o tempo. Tem épocas que a gente trabalha bastante e tem épocas que alivia” (GD7). Outro diz que gosta “porque eu adoro roça, eu não gosto da cidade” (GD9). E ainda, outro também gosta “só que ta difícil porque o que a gente tem eles pagam pouco [...]” (GD4).

Como pudemos verificar todos os empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes demonstraram que gostam do local onde vivem, sendo que as principais explicações podem ser reunidas em torno da maior tranquilidade e sossego do espaço rural, além da manifestação de um sentimento de afetividade com o local onde essas pessoas nasceram e se criaram.

O passo seguinte foi identificar a atratividade que a cidade exerce atualmente sobre os moradores do rural. Com este intento, perguntamos aos entrevistados dos diferentes grupos se eles gostariam de morar na cidade e o porquê de sua resposta. Nesse sentido, diante da posição tanto dos empreendedores, como do funcionários/fornecedores e dos não participantes, onde todos os entrevistados manifestaram gostar de morar na área rural, não nos surpreendemos com as respostas que obtivemos quando os questionamos se gostariam de morar na cidade.

Assim, todas as nove respostas dos empreendedores consideradas válidas para esta questão foram negativas, “por causa de todas as suas características. É muito *stress*” (GB5) e “porque aqui tem mais tranquilidade, você vive mais livre, você faz o que gosta, você tá livre, tem liberdade. Talvez por causa do costume, de nunca ter saído” (GB6).

Como nos referimos anteriormente, o surgimento de alternativas à agropecuária na geração de emprego e renda no rural é fundamental na permanência dos seus habitantes: “Já

uma época pensava em morar na cidade, hoje já não mais. Por causa das alternativas que estão surgindo no meio rural, porque existe outros meios de ganhar dinheiro, que como só a parte da agropecuária ou da agricultura, como a idéia de turismo ta dando certo. Então a idéia hoje, não existe mais essa idéia de ir pra cidade” (GB3).

Assim, podemos inferir que atualmente o nível de renda familiar é o principal fator que determina uma possível migração para a cidade, como podemos observar no relato a seguir:

Tinha uma época, que antes que nós casamos, eu já de solteira, eu já morava aqui, era perto daqui, então quando nós casamos viemos morar aqui, na casa do meu sogro e da minha sogra, isso é tradição de família. E nós, nove anos, nós trabalhamos na roça, mas como eu falei, a atividade rural aqui é difícil, porque os terrenos são quebrados, nós tínhamos pouca área aqui, então nós tínhamos muita dificuldade, nós passamos muita dificuldade financeira, tanto que aqui era assim desanimador. Então eu tinha sonho mesmo de ir pra cidade, mais não por ir, por melhorar de vida. O nosso sonho, meu e do meu marido, sempre foi assim, nós precisamos melhorar, nós precisamos fazer alguma coisa, nós não podemos ficar aqui parados. Então sim, eu tive sonho de ir sim pra cidade. Mas depois quando nós começamos com essa atividade de turismo, eu nunca mais lembrei, hoje nem pensar em ir embora (GB8).

Para os funcionários/fornecedores não é muito diferente, ou seja, pudemos verificar entre os dezenove entrevistados que responderam que apenas um gostaria de morar na cidade. A única resposta afirmativa pode ser explicada em função da oportunidade de ampliar seu grau de escolarização, que pela distância e dificuldade de acesso a um centro maior, praticamente fica inviabilizada, ou seja, “eu gostaria de morar na cidade porque é mais perto da faculdade, eu gostaria de fazer faculdade algum dia, aí seria mais perto” (GC7).

Entre as respostas da grande maioria das pessoas que não gostariam de morar na cidade, vamos encontrar muitas explicações diferentes. Uma delas (presente em quatro respostas) se deve a associação do barulho/agitação à vida na cidade e do sossego/tranquilidade à vida no campo. Assim, na cidade “não gostaria. Acho que é muito barulho” (GC11), “muito transtorno, muita agitação” (GC4), e “aqui é mais calmo, mais tranquilo” (GC19), “mais sossego, mais liberdade de certa forma” (GC10).

Os motivos, viver feliz e gostar do local onde estão, são apontados por outros quatro entrevistados. Podemos verificar que “aqui tá melhor do que na cidade” (GC9), antigamente até havia pensado em migrar, mas “hoje não mais, porque eu to feliz aqui” (GC5). “Se vou um dia pra cidade eu não me sinto bem, já fico pensando nos meus afazeres, penso em voltar,

a gente se criou desde pequeno aqui, acho que não tem como viver na cidade, acho que não” (GC14).

Considerando que principalmente os jovens são obrigados a migrar em busca de uma melhor qualificação profissional ou mesmo dos empregos que são escassos no campo, as oportunidades criadas pelo turismo, mesmo que consideradas pouco significativas, representam na maioria das vezes, o principal elemento na decisão de partir, “porque, de repente se eu não tivesse arrumado emprego aqui, de repente eu teria ido pra lá procurando uma vida melhor. Só pra acostumar é difícil” (GC6). Para esse grupo de pessoas envolvidas com o turismo como prestadores de serviço ou fornecedores, podemos afirmar com certeza, ser este hoje um dos principais elos de permanência no rural.

Alguns dos entrevistados não gostariam de morar na cidade, pois lá “tudo é diferente” (GC15), “acho que eu não me sinto bem assim na cidade” (GC18). “Porque não me adaptaria lá” (GC16), “acho assim, por causa que tem que ter mais estudo” (GC17). Não gostariam também “por causa da violência e por causa da..., que ninguém pode ter confiança como se tem aqui um no outro” (GC1).

Posição semelhante também encontramos nas falas dos não participantes, onde a grande maioria deles (dezoito) respondeu que não gostaria, enquanto um não sabia dizer se gostaria ou não. Ainda outro afirmou que sim, motivado por questões familiares, no entanto não gostaria de morar em cidade grande: “Queria sim. Mas não na cidade grande. Cidade mais pequena assim. Porque aí eu tava mais junto dos meus filhos, tem três que estão fora, na cidade” (GD8).

Entre os entrevistados que não gostariam de morar na cidade, as explicações foram algo diversas. O que mais encontramos como motivação (em cinco falas) foi a agitação e o barulho da cidade, “porque lá é muita agitação. A gente não tem sossego” (GD11). “Porque quando eu vou pra cidade parece que eu fico mais estressada do que a gente é. Por causa do movimento. Gosto de ficar um ou dois dias. A gente cansa muito daí n/é? Eu gosto do interior mesmo” (GD15). Nesse sentido, lá é “muito barulho. Não tem autoridade. Aqui é bem melhor” (GD18).

De certa forma os motivos para não querer morar na cidade se relacionam com as motivações já colocadas anteriormente para gostar de residir no rural. Nesse sentido, além da agitação e do barulho da cidade, mais uma vez o fato de ter nascido e crescido no local aparece para explicar o porquê da manifestada preferência: “Por causa da perturbação toda. Eu nasci no rural e prefiro ficar aqui mesmo” (GD20).

Assim, se depender da vontade própria de outras três pessoas, o atual local de residência será sempre o mesmo: “Eu acho que para mim sair daqui, tão fácil eu não saio. Não saio porque eu me criei aqui desde pequeno, enquanto eu puder ficar aqui eu vou ficando n/é? E tem bastante serviço pra gente trabalhar, então enquanto eu puder ficar eu vou ficando” (GD10). Outro entrevistado coloca que: “Acho que nem eu nem meu marido conseguiria ficar na cidade. A gente sempre morou no campo e trabalhou nessa atividade. E na verdade se tu não tem nada pra fazer tu acaba ficando doente. Quem não acostumou lá... já os filhos que foram não estranharam” (GD19).

Para outras duas pessoas investigadas, as relações humanas na cidade seriam muito impessoais, ou seja, nem os próprios vizinhos se conhecem. Já no rural “a gente conhece todo mundo e na cidade não conhece ninguém” (GD12). O outro entrevistado explica assim:

Porque lá ninguém conhece um o outro, aqui é um lugarzinho... o nosso... não só o nosso lugar... entende... tu sai ali por longe, por tudo tem amigo, tem conhecido, e na cidade não existe isso ali. A maioria das vezes nem os vizinhos não se conhecem... então é tipo... quase ta na cadeia. Aqui ao menos a gente... a gente tá livre. Aqui a gente vive tranquilo... fizeram um roubozinho por aí, mas por enquanto ainda dá para viver aqui (GD2).

Outro aspecto que foi apontado por dois dos entrevistados, diz respeito à insegurança da cidade, “é muita violência” (GD3). Além disso, é “muita droga na cidade, muito bandido, muito barulho. Eu gosto mais da tranquilidade do interior” (GD17). Nesse sentido, “eu não gosto da cidade. Pra tudo tem que ter mais cuidado, aqui é mais sossegado” (GD1). Também “porque lá é tudo muito preso. Aqui não, aqui a gente tem liberdade” (GD9). Por tudo isso “acho melhor aqui” (GD5), além de que “lá tem tudo que cumprir horas, tem tudo na hora certa” (GD6).

Embora todas essas motivações, duas pessoas em algum momento de suas vidas pensaram em ir morar na cidade: “Antes, quando era mais novo eu até pensava, mas eu acho que não, prefiro ficar aqui, trabalhando aqui” (GD7). Um deles tinha uma motivação específica, pois gostaria de estudar: “Quando eu era mais nova eu pretendia estudar. Eu gostava muito de estudar. Mas eu não tive oportunidade. Hoje não mais. Hoje os meus filhos já estão formados e eu hoje não pretendo mais. Hoje nós dois continuamos com isso aqui” (GD13).

Como era de se esperar então pelo já manifestado apreço pelo rural como local de moradia, a grande maioria das pessoas entrevistadas não manifestou nenhuma vontade em

morar na cidade. Assim mais uma vez não identificamos nenhuma diferença significativa entre a visão dos empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes.

A explicação para isso pode ser atribuída a dois fatores principais. Um deles, como já referimos anteriormente, e que entendemos ser a principal motivação dos empreendedores e funcionários/fornecedores para não pensar em sair de seu local de moradia, é a possibilidade de ter uma melhor condição de vida em função da receita e do emprego gerados pela atividade turística. Já para os não participantes, todo esse processo de (re)valorização dos atributos e da vida no espaço rural, em grande medida reforçado pelo turismo, certamente exerce maior influência.

Nesse sentido, é muito oportuno o que aponta Baptista (2006, p. 100): “os herdeiros do velho rural agrícola estão agora agradados com os seus lugares e aldeias, e opinam que são os melhores locais para morar. De qualquer modo, também não se lhes abre outra possibilidade e, mesmo que esta existisse, dificilmente teriam condições para aproveitar”. E acrescenta ainda que “o rural já está depois da agricultura mas ainda não é outra *coisa*, ou melhor, outras *coisas*. Estas começam a aparecer mas não se encontra localmente quem as faça avançar” (p. 100) .

5.3 Relação da agropecuária com outras atividades

Após identificar algumas percepções por parte dos entrevistados em relação à preferência pelo rural como local de residência em detrimento da cidade, buscamos também saber o que as pessoas integrantes dos Grupos B, C e D pensavam em relação aos agricultores que desempenham outras atividades além da agricultura.

Todos os empreendedores responderam, bem como a maioria dos funcionários/fornecedores. No entanto, entre vinte entrevistados do grupo dos não participantes obtivemos somente sete respostas, com a presença nestas de manifestação favorável à referida situação. A grande maioria dos não participantes não respondeu ou afirmou que não sabia, por isso, as respostas deste grupo não serão analisadas.

Os dez empreendedores responderam como sendo positiva a busca de diversificação das atividades e rendimentos, inclusive alguns apontando como sendo esta a única maneira de se manterem: “Tem que diversificar as atividades, só uma coisa hoje em dia não dá mais, tem que também fazer o que dá, tirar da onde que dá” (GB1); “Eu acho que eles tão obrigados a

fazer isso agora, porque a crise tá tão grande que qualquer atividade externa tá vindo como tábua de salvação” (GB6).

De acordo com Garcia (1996) a pluriatividade é uma estratégia comum utilizada pelas famílias para aumentarem seu rendimento, principalmente nas explorações agrícolas de pequena dimensão.

As práticas de pluriatividade e plurirendimento que as famílias rurais se encarregaram de prolongar até nossos dias, surgem agora revalorizadas e conforme Nave (2003, p. 144), “isto já não tanto pelos seus praticantes, mas por estratégias de apoio ao mundo rural, que prometem a sua recuperação como espaços pluriformes, multifuncionais e de valor patrimonial política e culturalmente reconhecido”.

As atividades exercidas na agropecuária são vistas como não sendo mais suficientes para prover o sustento familiar, principalmente para quem possui propriedade com pequena extensão de terra. Assim, as outras atividades são percebidas como “uma saída, uma fonte de renda a mais na propriedade, porque depender só da agricultura é complicado, principalmente propriedade pequena, porque para viver só da agricultura em propriedade pequena hoje é difícil, porque tem que procurar outra saída, partir para o turismo, ou um reflorestamento, porque só da agricultura propriedade pequena não sobrevive mais” (GB3).

A diferença de possibilidades, entre aqueles que possuem outras atividades além das relacionadas à agropecuária e aqueles que somente tem nessa última sua fonte de receita é destacada por um dos entrevistados: “Eu tenho pena daqueles que só trabalham na roça, que tá difícil. Eles passam o ano todo, eles não podem comprar nada, nada, nada. Eles não conseguem adquirir nada, porque não tem preço, eles não têm ânimo pra fazer, porque não tem preço” (GB7).

Um dos entrevistados, mesmo afirmando ter abandonado as atividades agropecuárias, entende a diversificação da receita como solução para as famílias rurais, pois o custo de vida seria menor para os agricultores e com o complemento de outra atividade a situação melhoraria muito para estes:

Hoje é a solução, aqui na nossa região é a solução, nós hoje, nós não vivemos mais da agricultura, porque deu certo nosso empreendimento, graças a Deus está indo bem, então, nós não dependemos mais da agricultura, mas os outros, eu acho que precisa continuar, por ser um funcionário, tem um emprego, mas a agricultura precisa continuar, porque o custo de vida, sendo agricultor, ele é pequeno, o custo de vida aqui na região é pequeno. Eu acho que tem que ter as duas coisas. Aproveita um final de semana para trabalhar, entra um dinheiro extra que não ia entrar. Quem pode

ser funcionário, vamos supor que seja a esposa, o marido continua, aí então melhora muito (GB8).

A diversificação, entendida aqui como a conjugação de atividades agrícolas e não agrícolas, é apontada como a grande alternativa para a melhora do nível de vida das famílias rurais. No entanto, como relata um dos entrevistados, não se pode querer diversificar muito, mas a atividade paralela é importante: “A diversificação é bom, a gente só não pode querer abraçar tudo, que não dá certo, a gente tem que se especializar em alguma coisa, mas acho que uma pequena atividade paralela é bom, inclusive como segurança” (GB5).

Embora a grande maioria tenha no turismo no espaço rural a principal fonte de receita, apenas em uma delas não há nenhum tipo de labor relacionado à agropecuária. Nas outras todas, mesmo que de forma secundarizada, estas atividades ainda estão presentes. Diante disso, buscamos saber por que estes empreendedores continuam com algum tipo de produção agropecuária. A maioria dos entrevistados (seis deles) afirmou manter a relação com a terra, pois utilizam o que é produzido na propriedade para servir aos visitantes: “Para usar o que é nosso, pra usar o que produz na propriedade na pousada” (GB2).

Assim, nessas propriedades a produção agropecuária é mantida e está relacionada à atividade turística que é desenvolvida, pois os produtos produzidos têm o seu custo reduzido e com isso a margem de lucro é ampliada: “Porque precisa também, uma é porque a gente usa muita coisa da propriedade, da agropecuária, no caso como a carne que é consumida no restaurante é toda da propriedade, já é uma fonte de renda a mais, não precisa comprar a carne no mercado n/é? Você tem o custo da carne mais barata criando aqui na propriedade” (GB3).

As atividades agropecuárias estão voltadas a atender os visitantes, principalmente os produtos de alimentação, que são consumidos *in natura* ou na elaboração de alimentos: “A gente tá cuidando aquilo, porque é um conjunto, que tu precisa daquilo pra manter a nossa pousada, por causa disso. Carne tu não precisa comprar n/é?... e daí a verdura, se tu plantou, o aipim tu pode pegar na roça, a batata pra fazer o pão, cará pra fazer o pão, o feijão se tu planta tu tem...” (GB7).

A perda de importância em termos de receita familiar, e mesmo o abandono das atividades agropecuárias só se estabelece depois de passado o período que pode ser considerado de instalação dos empreendimentos turísticos no espaço rural. É a partir do momento que os empreendedores percebem que a nova atividade está dando certo e com isso sentem a redução da insegurança, que as atividades anteriormente realizadas passam a perder importância: “Porque a gente começou nisso e hoje porque a gente investiu muito,

começamos um negócio sem capital nenhum, só na vontade e na coragem, então tem que manter as duas coisas para que o negócio pudesse se estabelecer, ser um negócio sólido financeiro e pra ter uma renda a mais, que a gente se criou e tocar as duas coisas juntas” (GB10).

Além de toda a relação que se constitui entre a produção de alimentos e o turismo, com a necessidade de servirem alimentos que possam avalizar como sendo de qualidade, também foi mencionada, por parte de um dos entrevistados, a questão emocional, de apego às tradições familiares:

É porque eu acho que a gente que nasceu nisso, a gente não consegue deixar desses bichinhos, porque a gente viveu, nasceu, se criou e gosta disso, quando tem uma folga, vai lá ver os bichos, vai lá ver as frutas, porque é uma coisa que não dá pra... tá na gente, acho que quem nasce aqui no interior nunca vai esquecer, então a gente continua. E mesmo pela qualidade, a gente pensa sempre, nós estamos num turismo rural, então a gente tem sempre que tentar melhorar essa parte da qualidade, de natural, hoje não dá, mas há de chegar o dia em que a gente consiga produzir muita coisa, como por exemplo, esse frango caipira, isso é uma coisa que aqui, vem gente no café colonial tomar canja de galinha, porque é diferente, porque é aquela que a vó fazia lá no interior, que antigamente... então eles falam direto isso pra gente [...] é a diferença, faz a diferença (GB8).

Assim como os empreendedores, os funcionários/fornecedores pensavam positivamente em relação aos agricultores que desempenham outras atividades além da agricultura. Dos vinte sujeitos que compõem este grupo, dezesseis responderam. Entre eles, é então, praticamente unânime a opinião de que é importante ter outra atividade, porque “aqueles que têm continuam crescendo mais” (GC3).

O principal argumento que valoriza a atividade turística como importante nesse contexto, para oito dos entrevistados, se dá em função das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais com a agropecuária, pois, “a agricultura tá muito ruim. As coisas que a gente tem pra vender não têm preço” (GC14). Assim, “é uma renda a mais que eles ganham, pois a agricultura quase não dá mais. Nós, por exemplo, o meu marido trabalha na roça e a gente trabalha em outras coisas, por que senão não dá pra viver da roça” (GC19). Nesse sentido, “eu acho que a agricultura é muito importante, mas só da agricultura é difícil viver, por isso é que a gente procura, como eu procurei outra coisa, porque na agricultura tá muito difícil” (GC6) e “hoje em dia se for pra ti tirar tudo da roça tu não ganha nada, não ganha nada, tu tem que desenvolver outra coisa ou o turismo, ou outra coisa” (GC20).

Na opinião de um dos entrevistados, as famílias com plurirendimentos pareciam ter uma condição de vida bem melhor que aqueles que dependiam somente da agropecuária, o que foi confirmado quando este passou a também ter outra atividade:

Eu acho que é bom. Nós mesmos, lá em casa eu acho assim que é uma ajuda, você conseguindo manter aquela propriedade, fazer algum investimento sempre é bom, você sempre tem por exemplo, uma reserva, com um salário a mais é um reforço, que às vezes você deixa de investir porque não tem recurso, porque precisa pro gasto da família, tendo um dinheiro extra, de repente o investimento que você faz na propriedade para o futuro, um reflorestamento, uma coisa assim que você possa fazer. É bom que você tem um seguro, uma garantia para o futuro, e nessa parte, porque a gente via, a gente já via há mais tempo, assim, agricultores que tinham a propriedade, uma pessoa era empregada, parecia que a vida pra eles era mais fácil, n/é?... , ajudava, conseguiam fazer os investimentos mais facilmente e parecia ser mais fácil, e de fato é, eu to trabalhando há pouco tempo, mas a gente já percebe essa diferença (GC10).

Além disso, possuir outra fonte de receita além da agropecuária representa uma relativa segurança diante, por exemplo, de uma possível frustração de safra. Para um dos entrevistados, “[...] sempre se conseguir manter duas atividades é bom, porque quando uma coisa não estiver bem, se mantém com a outra coisa, então se puder mexer com duas ou três coisas ao mesmo tempo eu acho que é recomendável” (GC4).

Também é mencionada a participação do turismo na pluriatividade de parte dos agricultores. Como acrescenta o entrevistado: “O turismo cada vez vai tomando mais conta do agricultor, porque hoje tá ruim pro agricultor, não dá, daí ele tem que sobreviver de outra coisa, que eu sei que tem gente aqui que é agricultor bom, que tem propriedade, tem tudo e tá saindo pra esses pontos turísticos” (GC13).

O êxodo rural que ocorreu principalmente entre os anos 60 e 80 do século passado, e que ainda continua acontecendo, mesmo que em pequena intensidade, passou também a ser acompanhado pelo êxodo agropecuário, ou seja, ocorre a substituição das atividades ligadas à terra por outras atividades, sem, no entanto, as pessoas abandonarem o rural. De acordo com Cavaco (1980, p. 2) “nem sempre o êxodo agrícola se traduz em êxodo rural. Tudo depende da distância a que se situa o novo emprego”.

O êxodo rural e o conseqüente abandono da terra não são inevitáveis, sendo que a pluriatividade se torna em muitos casos o único expediente capaz de reter as pessoas no rural. Essa consideração é particularmente importante em áreas rurais desfavorecidas (CAVACO, 1981).

5.4 Mudanças no espaço rural a partir do turismo

O modo como cada pessoa percebe o mundo ao seu redor está diretamente relacionado a uma série de fatores, entre eles a formação, a idade, o gosto, a ideologia, a profissão, etc. Assim, podemos dizer que cada indivíduo vai olhar determinado objeto ou acontecimento com um olhar próprio, que é baseado nas experiências vivenciadas durante a trajetória de vida. No entanto, no contexto de uma determinada realidade, esse olhar individual tende a se aproximar do olhar coletivo, principalmente quando consideramos um grupo de pessoas que compartilham uma mesma experiência.

Passaremos a analisar agora as falas dos empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes sobre se houve e quais as mudanças que aconteceram no espaço rural do município de São Martinho a partir do início da atividade turística, identificando também o que mudou para melhor e o que mudou para pior.

Num primeiro momento questionamos os empreendedores sobre se estes identificavam ou não alguma mudança. Do total de dez entrevistados, nove deles responderam que sim. Apenas uma das pessoas não percebeu alteração alguma, pois seu olhar está ligado muito mais ao urbano (onde reside) do que ao local onde tem o empreendimento. Assim, para ele “Vargem do Cedro não mudou há 30 anos” (GB9).

A partir da identificação dos entrevistados que perceberam algum tipo de alteração com o desenrolar das atividades turísticas, buscamos de maneira espontânea que estes expressassem quais seriam essas mudanças. Os enfoques que obtivemos foram bastante variados entre os empreendedores, sendo que alguns apontaram mais de uma mudança. As alterações percebidas são de caráter pessoal (três entrevistados), no perfil dos visitantes (dois entrevistados), financeiras, no emprego, na direção do fluxo, na divulgação do município e na postura da comunidade diante dos visitantes.

O estabelecimento de relações pessoais com indivíduos externos à comunidade, que faz com que se altere a rotina de trabalho, é indicado por alguns dos entrevistados como sendo muito positivo:

Ah, mas a gente tem muitos amigos em primeiro lugar n/é?... e a gente aprendeu a viver também, porque a gente trabalhava na roça de manhã até a noite, agora todo dia tu conversa com uma pessoa, com outra pessoa, vai trocando idéias, eles dão novas idéias, isso a gente... acho que é bom, é uma coisa boa. A gente, acho que vai viver mais tempo com essas coisas assim n/é? A gente trabalha, mas ao mesmo tempo a gente tem bastante novidade,

um conta uma coisa, outro conta outra, e quando não tem gente parece que falta alguma coisa, é muito bom isso (GB7).

Desse modo, esses indivíduos apreciam muito a oportunidade de se relacionarem e conversarem com outras pessoas, o que representa também a possibilidade de crescimento pessoal em termos de troca de idéias e maior acesso às informações:

Do crescimento da gente, não sei... mudou muito... pelo fato de você poder conhecer outras pessoas. Antes aqui no interior, nós levantaríamos de manhã, tirava leite, ia pra roça, domingo ia na missa, e era só isso que a gente via, hoje tem o mundo, um mundo que você não conheceu antes e essas pessoas trazem pra gente, a gente conversando aprende muito, mesmo nós não tendo estudo, não tendo muita coisa, mas se aprende muito com as pessoas que vem aqui (GB8).

Guzzatti; Schmidt e Parente (2004), com base na experiência de agroturismo desenvolvida nas “Encostas da Serra Geral” no estado de Santa Catarina, colocam que os agricultores se sentem muito valorizados quando recebem os visitantes. Assim, esta atividade promove entre os habitantes locais o resgate da auto-estima.

O atual estágio do turismo no espaço rural de São Martinho ainda é de crescimento, principalmente em termos da oferta de hospedagem, pois no período da realização do trabalho de campo estavam sendo construídas mais duas pousadas. Isso se dá em função dos investidores identificarem ainda um potencial de crescimento da atividade, e também da necessidade de ampliar o tempo de permanência dos visitantes no município.

Podemos afirmar que algumas pessoas são seduzidas pelos benefícios que a atividade turística pode proporcionar. Moreira (1994, p. 88) coloca que “do ponto de vista dos rurais, o turismo é fundamentalmente visto como uma atividade capaz de lhes proporcionar diversas vantagens a variados níveis. O ponto de vista é de alguém que inesperadamente oferecem algo. Há que aproveitar”.

Guzzatti; Schmidt e Parente (2004) observaram que o sucesso da atividade de agroturismo estava sendo tão grande que inclusive outros investidores de fora estavam apostando no turismo na região.

No começo da atividade turística no município de São Martinho a grande preocupação era com a quantidade de visitantes que seria preciso atrair para os estabelecimentos, sendo que pouca ou nenhuma importância era atribuída às características dessas pessoas, ou seja, mais especificamente ao perfil do visitante. No entanto, atualmente a mudança na composição da

demanda, em direção a presença de um visitante com maior poder aquisitivo, com mais famílias e grupos de terceira idade, é vista como positiva:

No começo era um turista de mais perto, hoje tá chegando um turista mais de longe, com mais poder aquisitivo, um turista mais sofisticado, digamos assim não sofisticado, mas uma classe mais alta que vem aqui, que são turistas mesmo, antes eram mais excursões, o povão, hoje tá chegando um pessoal mais... terceira idade que hoje é um turismo que tá gerando aqui... hoje aqui o maior fluxo turístico é terceira idade, que aqui a gente também tem e famílias. Então eles querem chegar no final de semana e sair para descansar e curtir um pouco a natureza que aqui tem (GB10).

Nesse sentido, dois dos entrevistados já identificaram uma mudança para melhor no perfil dos visitantes, que como vimos, era e ainda é composto em sua maioria por excursionistas. Um dos empreendedores não observou alteração na quantidade de visitantes, mas sim na composição destes: “Eu acho até que o fluxo não aumentou, ele mudou de, o visitante mudou de perfil, para melhor, isso eu acho que é mais importante que aumentar o fluxo. [...]. Isso ali eu diria como um dos pontos, que o perfil do visitante melhorou” (GB5).

De certa forma podemos dizer que o turismo no espaço rural do município teve uma contribuição importante das excursões que eram organizadas em outros municípios e que iam até São Martinho realizar visitas técnicas para conhecer a experiência que ali estava sendo desenvolvida. Esse tipo de demanda teve como era de se esperar, uma grande redução, menos sentida na localidade de Vargem do Cedro, pois ali está concentrada a maior parte da oferta. Desse modo, um dos entrevistados que tem sua propriedade localizada na localidade de São Martinho Alto, identifica uma redução significativa da demanda para este local: “No geral, que no começo vinha muito turista de excursões de ônibus [excursionistas], hoje quase isso não acontece mais pro lado de São Martinho Alto, acontece ainda pra Vargem do Cedro, mas pra cá parou bastante” (GB4).

Um dos entrevistados indica a geração de empregos como a principal mudança observada, pois estaria difícil para as famílias sobreviverem somente da agricultura: “Porque gerou muito emprego, n/é?... , porque da agricultura tá difícil uma família sobreviver sem ter alguém com outra renda. E trabalhar de empregado e fazer umas horas extras no fim de semana tá ajudando sim” (GB1).

Como os integrantes da comunidade percebem o fluxo de visitantes na sua localidade é um fator importante no desenvolvimento do turismo do espaço rural, pois isso implica na existência ou não de relações conflituosas e, que podem influenciar no futuro da atividade.

Em São Martinho pelo que é relatado por um dos entrevistados, a comunidade aceita bem a presença de visitantes:

No começo não faziam idéia do que era turista. Hoje a própria comunidade, mesmo quem não tem ponto, tem assim, todo mundo tem um respeito pelo turista, admira, e sei lá, vê a pessoa que vem de fora pra cá, sei lá, parece que eles têm um respeito e gostam de atender, e eu acho que o turista é bem atendido aqui, então essa mudança teve, as pessoas da comunidade vêem o turista de outra forma (GB8).

O orgulho em pertencer à determinada comunidade que é conhecida em outros locais é manifestado por um dos entrevistados, que destaca a divulgação do município como a primeira mudança: “Acho que a primeira foi isso, que São Martinho até então era desconhecido e agora você chega em Florianópolis. - Ah! Lá que tem o produto colonial [produtos produzidos em São Martinho]” (GB6).

Buscamos saber também dos funcionários/fornecedores se estes perceberam mudanças desde que teve início o turismo de forma organizada no município e mais particularmente no local onde vivem. Pudemos observar que todos os vinte, ou seja, 100,0 % dos entrevistados afirmaram que “sim”, que havia tido algum tipo de alteração.

A partir daí buscamos saber de cada um quais eram então essas alterações. O que pudemos perceber foi que há uma diversidade de visão, sendo que algumas se entrelaçam. No entanto, é mais marcante o aumento do movimento em função do fluxo de visitantes (sete entrevistados) e a geração de emprego e renda (quatro entrevistados).

Houve um significativo aumento do movimento de pessoas na comunidade, sendo agora a presença de estranhos vista como natural:

O movimento aqui na comunidade aumentou muito, veio gente muito mais diferente, as pessoas... não é mais aquele ritmo de antes, que não tinha nenhum estranho, toda pessoa estranha que entrava na comunidade todo mundo percebia. Agora não, é uma coisa mais natural ter pessoas estranhas numa festa, entrosou mais a comunidade com pessoas de fora. Não é mais só aquele centro só das pessoas daqui ou dos parentes que vem passear. Tem pessoas que tem muitas amizades. Tem pessoas que eram desconhecidas que com o turismo vieram pra cá e fizeram amizades (GC8).

Observa-se a familiarização das pessoas da comunidade com a presença de estranhos pelo “muito mais movimento de povo, muitas excursões, que vem de toda parte do Brasil, do Sul, principalmente da região do Rio Grande do Sul, vem muito, muito turista. E também tem,

tem muito, muito turista que vem às Termas de Gravatal e vem até aqui verificar o que existe em Vargem do Cedro” (GC1).

Esses visitantes demandam uma grande diversidade de produtos e serviços locais, o que faz com que, de certa forma, impulse a oferta desses produtos. Assim, “com esse movimento todo teve que ser contratado cada vez mais gente pra trabalhar também, essa é uma das coisas que mudou” (GC6). Nesse contexto, “as pessoas acabam tendo mais renda, acabam podendo se vestir melhor, comprando um carrinho melhor” (GC11).

Nesse sentido, é destacado que o turismo proporciona o surgimento de iniciativas empresariais, que através dos investimentos que realizam, geram empregos na comunidade: “Em primeiro lugar todos lutam e batalham pra conseguir financeiramente alguma coisa, o turismo traz isso aí, hoje nós temos já pequenos empresários que não tinha antes, e esses empresários tão dando emprego e tá melhorando gradativamente para aquelas pessoas que investiram e para as pessoas que estão trabalhando” (GC4).

Em seus estudos, González (2005) identifica que o turismo rural não somente está proporcionando certos ingressos aos proprietários dos estabelecimentos, mas também gerando efeitos de arraste para outras atividades produtivas locais, citando como exemplos os restaurantes, bares, os pequenos comércios, as produções agrárias e artesanais, etc.

De acordo com Ferreira (2004), o turismo, além de todas as implicações sócio-culturais e da contribuição que dá à comunidade no que diz respeito à redução do isolamento das famílias, também provoca efeitos no emprego e no tecido empresarial.

Esses empregos ligados às atividades turísticas são vistos como responsáveis pela permanência de algumas pessoas nesse local: “Porque antes eu não tinha lugar pra trabalhar, eu tinha que trabalhar na agricultura que eu não gostava. Então eu teria que sair daqui, que era o que eu não queria porque a minha mãe iria ficar sozinha, aí ela não queria assim que eu fosse, aí é bom que eu consegui um emprego bem perto da minha casa, aí eu posso morar aqui” (GC7).

Assim, outras mudanças também foram detectadas, como a diminuição do êxodo rural (dois entrevistados): “O que mais aconteceu foi, parou o êxodo rural no caso n/é?... , porque aqui o pessoal tudo saía, fazia no máximo segundo grau e saía, ia pra cidade, e hoje não tem mais tanto isso, também acontece, mas diminuiu isso” (GC16). Outros três entrevistados destacam o surgimento dos empreendimentos turísticos, “que nem aqui não tinha restaurante, não tinha pousada, não tinha nada, cresceu com tudo isso. Antes não tinha, a partir do momento que começou pequeno, daí foram surgindo mais assim” (GC3).

Haveria segundo um dos entrevistados, preocupação por parte das pessoas da comunidade em deixar o ambiente mais agradável, pois os visitantes elogiam:

As pessoas em geral num todo se preocupavam em deixar os jardins bem arrumados. De certa forma houve um interesse sim das pessoas em melhorar, por exemplo, o ambiente, para ficar tudo bonito, é uma coisa que as pessoas realmente elogiam que as pessoas têm o jardim bem arrumado, que as pessoas capricham assim, até nas próprias pastagens na limpeza pra deixar um ambiente bonito (GC10).

Além disso, “a gente vê pessoas diferentes, bastante pessoas de fora no nosso município” (GC2), e também mudou “a qualidade de vida do povo” (GC5). No entanto, para um dos entrevistados passaram a haver roubos: “Último tempo foi a ladroagem. Nesses pontos turísticos andaram roubando muita coisa. Teve um outro cara também, tava falando que isso iria acontecer, provavelmente venham turista ruim e turista bom” (GC13).

Passamos agora a analisar o que pensam os não participantes. Para isso foram entrevistados aleatoriamente vinte habitantes locais, conforme relatamos no capítulo destinado aos procedimentos metodológicos. Este grupo de sujeitos se reveste de grande importância, pois além de identificar os possíveis efeitos que o turismo desempenha na comunidade, também é a base para apurar a aceitação dessa atividade entre aqueles que não estão se beneficiando dela diretamente. Assim, buscamos verificar como este grupo de entrevistados percebe o turismo e se este está, de alguma forma, influenciando suas vidas.

Procuramos identificar se este grupo de pessoas havia percebido alguma mudança a partir do início da atividade turística e obtivemos resposta positiva de 90,0 % dos entrevistados.

Após isso, buscamos averiguar entre as pessoas que perceberam mudanças, quais então seriam as alterações observadas. A fala de um dos entrevistados abrange algumas dessas mudanças: “Mudou o movimento. Emprego. Pessoas que moravam fora e voltaram a morar aqui por causa desse turismo” (GD7). O que mais constatamos nas repostas foi o aumento do movimento (em cinco delas) tanto de pessoas como de veículos nas estradas, como pode ser verificado na fala a seguir:

Muito movimento nas estradas. Que antes, antes a gente... nem todo dia a gente via subir, passar um carro, agora tem dias que chega a passar dezessete ônibus aqui, realmente, pra ter um ônibus aqui que leve o pessoal pra fora não tem... agora com esse negócio de turismo, já aconteceu dias que entrou dezessete ônibus aqui, fora os carros pequenos, que aquilo tem dias aqui que

a poeira não baixa mais, aquilo o cara quase afoga, aí no dia que pega o nordeste vem essa poeira toda pra dentro de casa, então aí é incrível (GD2).

Nos locais de fluxo turístico é razoável que uma das primeiras coisas percebidas seja essa intensificação da movimentação: “Bom, o que tem mais é mais movimento nas estradas. Mais pessoal de longe vindo” (GD17). E isso, embora acarrete problemas, como a poeira, por exemplo, também é considerado bom para a comunidade, “porque quando dá bastante movimento é bom pro lugar, é bom para o lugar quando fica bastante movimentado, vai se desenvolvendo, vai crescendo o lugar, chamando a atenção do pessoal [...]” (GD10).

Outros três entrevistados identificam “o número de visitantes que vem para cá” (GD15), que “tem mais pessoas, mais visitantes” (GD9), ou seja, “vem mais gente de fora” (GD14). O fluxo de visitantes como vimos anteriormente, tem influência na dinâmica econômica da comunidade e vai representar para algumas pessoas o motivo da sua permanência. Nesse sentido, constatamos em três falas que “as pessoas ficam mais aqui no lugar e não saem tanto” (GD5). Assim, “o emprego que o pessoal não precisa mais sair, já tão ficando mais gente na comunidade. Isso já é uma coisa. E além disso, cada vez mais turistas, mais gente investindo cada vez vai melhorando” (GD11).

Em pesquisa realizada no município de Guararema – SP, Almeida; Pereira e Vecchiatti (2000) identificaram que 47,0 % dos produtores rurais entrevistados consideram o fluxo de turistas como negativo, 40,0 % consideram como positivo, e os restantes 13,0 % se manifestaram indiferentes, ou seja, podemos considerar que há uma divisão entre essas pessoas quanto à presença de visitantes.

Como é possível observar também na fala a seguir, os investimentos realizados no turismo no espaço rural geraram empregos que estão contribuindo para manter essas pessoas residindo na comunidade. Além disso, a grande movimentação faz com que seja necessária uma maior atenção em relação à estrada:

Foram construindo mais coisas em Vargem do Cedro, mais casas, muita gente ficou porque conseguiram um empreguinho, porque senão também tinham que sair porque não tem emprego e a agricultura não ta mais dando. Então aqueles que conseguiram um emprego naquelas poucas coisas que tem n/é?... , mas já ficou mais gente aqui e o acesso aqui melhorou muito a estrada, senão era patrolada duas vezes por ano e olha lá, onde que tem duas festas aqui, e agora cada quatorze dias tem que ser patrolada porque senão já tão cheio de buraco por causa do movimento que tem na estrada, a estrada vai piorando, da um dia de chuva o carro vai passando, vai batendo, o buraco afundando, são obrigado a patrolar de novo, então a nossa saída aqui melhorou muito por causa disso (GD4).

A criação de empregos aparece em destaque na resposta de outros três entrevistados. O turismo está gerando “emprego para muita gente que antes não tinha” (GD13). Assim, “mais empregos surgiu. Não aquela demanda. Mas surgiu mais empregos e o comércio está mais visitado. A gente vê que as pessoas compram, os turistas vem, compram e levam” (GD19). Além disso, “muitas mulheres que trabalhavam na roça hoje têm o seu emprego. Não precisam mais estar se judiando no sol quente como antigamente as mulheres dos agricultores. Hoje pelo menos a maioria, muitas já tem emprego. Não precisam ficar trabalhando na roça” (GD12).

De acordo com Garcia (1996) o turismo no espaço rural pode representar a ocupação de mão-de-obra feminina com problemas de emprego e, além disso, fixar a população, contribuindo assim para evitar o êxodo rural.

Almeida; Pereira e Vecchiatti (2000) revelam, com base em pesquisa em propriedades rurais que somente possuíam atividades agropecuárias, que os entrevistados destacaram como pontos positivos a geração de oportunidades de trabalho e o comércio de produtos agrícolas. Além disso, alguns enxergam no turismo um canal de novas informações.

Também Schneider e Fialho (2000, p. 36) afirmam que a “tanto a criação de mercado para os produtos agrícolas como a valorização das características naturais e culturais e a melhoria da infra-estrutura para receber os turistas ampliam o mercado local para absorção de mão-de-obra, que pode ocorrer tanto em atividades internas às propriedades rurais como externas”.

Nesse sentido, a comunidade local também seria beneficiada “pelas iniciativas de expansão e consolidação do turismo no meio rural, através da realização de obras de melhoria da infra-estrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos como o saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso às telecomunicações, a recuperação de áreas degradadas, a conservação de parques e reservas florestais” (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p. 35).

Com base na experiência de agroturismo em Venda Nova do Imigrante no Espírito Santo, Pin e Carnielli (2005) constataram que ocorreu no contexto familiar uma grande mudança na área social, com a inclusão das mulheres nesta atividade. De acordo com os autores antigamente a mulher tinha a função de criar os filhos, cuidar da casa e acatar as decisões do marido, mas agora “a mulher rural é responsável por grande parte dos empreendimentos. Ocorreu uma grande transformação no papel social da mulher. O que ela sempre fez – quitutes, bordados, queijo – tornou-se uma oportunidade de valorização pessoal e de geração de renda” (PIN; CARNIELLI, 2005, p. 42).

Foi também identificado (dois entrevistados) o surgimento de opções de lazer que são usufruídas também pelos membros da comunidade: “Hoje tem mais opções de lazer até pra nós da comunidade. Antes não tinha e hoje tem. Tem restaurantes, tudo tem agora. Antes não tinha nada. Eu acho isso que o turismo beneficiou muito para nós” (GD20).

Para completar o rol de mudanças identificadas pelas pessoas que não possuem envolvimento com o turismo, foi mencionada a mudança que houve com os empreendedores: “Esses que começaram a gente viu que eles mudaram bastante, aqui o pessoal mexia com pouca coisa, era colono, como é que se diz, tudo terreno pequeno, morro assim, então esses agora eles, a gente percebe que eles estão indo pra frente” (GD1). E também uma melhora geral do município, pois, “sempre muda bastante coisa. Melhorou bem mais o município. Assim como eu disse, as estradas, o povo se interessa um pouco mais em deixar as coisas mais bonitas, mais ajeitadas” (GD18).

Tendo os entrevistados se expressado livremente sobre as mudanças que perceberam a partir do estabelecimento do fluxo de visitação no município, buscamos interrogá-los sobre o que havia mudado para melhor. Das nove respostas que obtivemos dos empreendedores, seis deles se referiram à questão financeira, um deles aos empregos, outro à mudança pessoal e ainda um outro se referiu ao perfil dos visitantes.

É inevitável que os empreendedores façam a comparação entre a atual situação financeira familiar e a anterior, quando dependiam basicamente das atividades agropecuárias: “A renda da família melhorou com o turismo, bem diferente da época que se trabalhava na agricultura” (GB3). Antes não tinham dinheiro para nada e agora podem comprar o que desejam: “Financeiramente em primeiro lugar, acho que mudou bastante, porque quando a gente trabalhava na roça nunca tinha dinheiro pra nada, agora a gente quer uma coisa, tu tem o dinheiro pra comprar as coisas, isso ajudou bastante. Eu acho é isso que melhorou bastante” (GB7).

As atividades de turismo possibilitaram então uma mudança muito grande no nível de vida familiar e com isso os filhos de pessoas da comunidade passam a ter a opção de permanecer, pois tem onde trabalhar, como relata um dos entrevistados:

O que to achando hoje é que mais pessoas da comunidade que trabalhavam na agricultura, como falei a pouco, e hoje agregam valor, então, um do casal fica na propriedade, continua na agricultura, e outro do casal tá pegando um emprego n/é?... e gera mais renda. E com isso o que é que tá acontecendo, a gente que investiu, a nossa família e os filhos hoje há perspectivas deles ficarem na comunidade, ficarem aqui, não essa visão de ir para a cidade, e outras famílias que tão conseguindo agregar valores com certeza vão ficar

aqui porque é um lugar mais tranquilo e a qualidade de vida é melhor, e aí eles podem sobreviver, porque se fosse só da agricultura, hoje como é um lugar desses com um relevo muito declinado, não era fácil, aí tem que ir para cidade procurar outro meio de sobrevivência, assim eles tão conseguindo ficar, eu acho que a maior coisa que tá acontecendo de bom é isso aí (GB10).

Já em relação aos funcionários/fornecedores, dos vinte entrevistados, dezenove deles responderam quando questionados sobre o que havia mudado para melhor após o início do turismo na comunidade. Na resposta da maioria deles (onze entrevistados) encontramos referência a parte financeira e de empregos que foram gerados com o turismo. Outros três entrevistados afirmaram haver melhorado muito, mas não identificando um fato específico para isso, ou seja, seriam várias coisas. Também foi novamente destacado o fato de mais pessoas poderem permanecer na comunidade (dois entrevistados).

São bastante visíveis os empregos criados e a melhoria do nível de vida das famílias envolvidas com a atividade turística no contexto das comunidades rurais. Como vimos anteriormente, os empreendedores já nem se reportam tanto à melhoria da sua qualidade de vida, mas aos efeitos que o turismo está gerando no local. Já abordamos esse aspecto e o voltaremos a fazer em outro momento, mas é preciso ressaltar que o emprego e a receita da atividade turística local, se comparados ao trabalho e a receita da agropecuária e mesmo da atividade turística em geral, certamente serão considerados de pouca relevância. No entanto, sua presença e seus efeitos não deixam de ser muito visíveis pelas pessoas que habitam o local onde essa atividade está sendo desenvolvida.

Nesse sentido, fica mais fácil compreender que, para as pessoas que possuem algum tipo de envolvimento com o turismo, essa oportunidade de ter emprego, mesmo que temporário, bem como a possibilidade de produzir e comercializar algum tipo de produto tenha uma influência significativa na sua percepção.

O efeito do emprego no rural é um pouco encoberto, como vimos anteriormente, pelo caráter familiar da atividade, mas ele é importante tanto em nível familiar como local. De acordo com Garcia (1996, p. 21), “nas primeiras etapas de desenvolvimento turístico a criação de emprego assalariado nas atividades ligadas directamente ao turismo é reduzida, dada a grande flexibilidade do trabalho no seio da família”. Assim, no curto prazo, o turismo contribui fundamentalmente para a fixação dessas pessoas, evitando a migração e assegurando a sucessão familiar nessas propriedades rurais.

A maior disponibilidade de recursos monetários é apontada como um fator muito importante. Na opinião do entrevistado “a parte econômica também, porque naturalmente, automaticamente vai gerando mais dinheiro, as coisas vão melhorando, se gira mais dinheiro é

bom pra todo mundo” (GC10). Nesse sentido, “o que mudou para melhor é tendo dinheiro no bolso n/é?... se tem o dinheiro no bolso, se a coisa anda bem, eu acho que tá indo pra melhor” (GC4).

Os postos de trabalho são também muito significativos, pois o turismo “dá mais emprego aqui no interior” (GC17). Desse modo, “mudaram um pouco os rumos, não era todo mundo só na roça, só lutando, lutando por aquilo e não dava nada” (GC8). Assim, “melhorou pro pessoal por causa do emprego, a maior parte não tinha o que fazer e agora já tem” (GC15).

E não é somente em relação ao maior número de postos de trabalho criados e à receita que é gerada, mas também é apontada a diferença entre o trabalho realizado na agricultura e o das atividades relacionadas ao turismo: “Surgiram empregos com isso, é melhor trabalhar na sombra que trabalhar no sol e a renda é bem melhor do que a gente trabalhar na agricultura, que nem pra mim, eu trabalhando aqui a minha renda é bem melhor” (GC9).

Novamente destacamos o papel que essa outra dinâmica decorrente do turismo representa na manutenção de algumas pessoas na comunidade que está, é claro, diretamente relacionada ao emprego e receita abordados anteriormente. Em uma situação de constante migração de pessoas, qualquer alteração nessa tendência se torna bastante marcante:

Eu acho que o que mais mudou para mim assim, que eu via era isso, quando eu estava estudando, os meus irmãos e amigos deles, só se formavam, e ficava geralmente um filho em casa para ficar com os pais, e ajudar a cuidar, e os outros se formavam e saíam. O mais marcante para mim é isso, que o pessoal tá conseguindo ficar aqui, ficar na família, conseguir viver e viver bem, que é um lugar tranquilo, não precisar sair daqui, do lugar que a gente se criou pra... se bem que isso também é bom, é lógico que é bom sair, e conhecer novos lugares, mas para mim é importante valorizar o lugar em que a gente se criou (GC5).

Primeiro porque já muitos ficam por aqui mesmo, não precisam sair, já é uma coisa boa porque daí os filhos da região primeiro queriam ir tudo pra cidade, agora já tão se atando aqui, fazendo movimento por aqui, e tem como sobreviver aqui, é só falta de boa vontade e interesse e daí se veio o turismo, com mais movimento daí as pessoas se incentivaram em ficar aqui, a juventude (GC14).

Muita coisa mudou para melhor, “eu acho que mudou tudo para melhor para mim, como a gente, primeiro, na época de nossos pais, eles agora via isso, eles ficavam desesperados, porque não era acostumado com isso” (GC12). Além disso, “tem muito mais opção pra lazer dentro do lugar, se criou muito mais opção de lazer” (GC16). Também foi

mencionado o aumento da motivação das pessoas da comunidade em relação à realização de novos investimentos e a maior divulgação do município, agora conhecido nacionalmente.

Como aconteceu com os outros grupos, questionamos os sujeitos de pesquisa que integraram o grupo de não participantes para saber o que estes entendiam ter mudado para melhor a partir do turismo. É interessante observar que alguns entrevistados mencionaram acontecimentos diferentes do que quando lhes foi solicitado para responderem de forma mais geral. Passaremos então a analisar o que aconteceu de melhor no pós turismo.

Antes de qualquer coisa é preciso aludir que continuam sendo considerados os mesmos dezoito entrevistados que constataram algum tipo de mudança. Entre estes, o que mais encontramos nas respostas (em sete), foi “emprego pra muita gente. Porque senão aqui era o pessoal só dependia tudo da roça. E agora tem outras opções” (GD13). Segundo outro entrevistado “para nós aqui foi o emprego mesmo, quantos empregos já... quanta gente já foi empregada. Isso foi o que mais progrediu” (GD7).

Essa importância manifestada pelas pessoas da comunidade em relação aos empregos pode ser explicada segundo Solla (2002, p. 124), pois “deve-se ter em conta que o turismo rural gera (ou assim deveria ser) sinergias positivas no mercado de trabalho da comunidade. Como já foi dito anteriormente, estimula consumos de produções ordinárias (alimentos) e extraordinárias (artesanato)”.

Mais uma vez os postos de trabalho criados, mesmo que num aspecto mais global sejam pouco significativos, aqui se revestem de uma importância muito grande:

Mudou pra melhor que o pessoal aqui não precisa sair pra outros lugar para procurar emprego, já tem emprego aqui dentro, porque a maioria de juventude aqui quase não tem mais... é só gente velha, daqui a pouco isso aqui se torna um asilo de velho. Mas vamos e viemos, hoje se quisesse já pode ficar a juventude aqui que tem emprego, que ali em cima, essa fábrica de doces, eu acho que já tem mais de 10 pessoas trabalhando ali, direto, e ainda tem final de semana com o café colonial tem mais outra turma que tem o emprego lá e tem os outros restaurantes também, final de semana eles precisam... todo mundo que tem aqui dentro eles tão ocupando quase, que tem interesse em fazer alguma coisa (GD2).

O maior movimento de pessoas que anteriormente foi colocado como a mudança mais visível, aparece em segundo lugar como aspecto positivo, pois, “eu digo assim, que sempre que tem movimento as coisas pro lugar é melhor” (GD10). Outro acrescenta que “pra melhor mudou muito. O lugar é sempre melhor quando tem mais movimento, entra mais dinheiro” (GD18). Assim então, “muita gente entra aqui. Eu acho que isso é um dinheiro que fica no lugar” (GD14).

De acordo com Ferreira (2004), o turismo tem uma vertente econômica positiva, pois promove o consumo e introduz quantias monetárias nas áreas receptoras. E ainda Gómez (1988) acrescenta que todos os estímulos e melhoras (em vendas, emprego, inversões, etc.) embora em pequena escala, considerando um nível regional ou nacional, são importantes em nível local e familiar.

Outro fator positivo que foi percebido por dois entrevistados envolve a ampliação na comercialização de produtos, ou seja, “as vendas aqui no município ficaram melhor, pra vender as coisas, os produtos” (GD5) e “os lojistas eles vendem mais” (GD19). Também melhorou bastante a situação das pessoas que estão envolvidas no turismo. Dois sujeitos da pesquisa identificam que “mudou pra melhor pra todos eles” (GD1), ou seja, “esses que investiram no turismo, eles estão muito contentes com isso, que pelo menos eles sabem que isso é o futuro deles” (GD12).

Avaliam também a melhoria das finanças: “o pessoal que têm essas pousadas, tudo aí, consegue se manter melhor do que era na parte rural mesmo. Eu acho que mudou muito” (GD20). Outro acrescenta que “todas as pessoas no final eles vão se envolvendo. Um vende uma coisa... os que investiram no turismo vendem pra eles, daí já não precisa sair pra fora pra vender essas coisas assim. Um vai ajudando o outro” (GD11).

No entanto, duas pessoas têm opinião contrária a isso, entendendo que para a população em geral não mudou muito, que só melhorou para aqueles que trabalham na atividade: “De melhor mesmo para o povo em geral não mudou assim muito” (GD6). Assim, “pra nós aqui pouco. Mudou pra melhor quem trabalha com turismo que tem condições. Agora pra nós não, não tem como” (GD16).

Buscamos também identificar o que na visão dos três grupos pesquisados havia mudado para pior, ou seja, o que eles entendiam como sendo as consequências negativas do turismo.

Não foi surpresa que, dos nove empreendedores entrevistados que responderam a essa indagação, cinco deles tenham afirmado não haver nenhum tipo de mudança para pior, ou seja, entendiam que a situação local somente tinha melhorado após o turismo, sendo alguns bem enfáticos: “Não piorou nada, não existe pior” (GB2); “Para pior não tenho nada a dizer, para pior não vejo nada” (GB3); “Eu não vejo nada, acho que só tem a ganhar com o turismo” (GB8).

Entre os outros quatro entrevistados que mencionaram mudanças negativas, não há consenso quanto ao teor dessas alterações. Para um faltaria criatividade às pessoas para investirem no turismo, para achar um diferencial com vista a atrair os visitantes. Outro

identifica como sendo pior a redução do fluxo de excursões para a localidade de São Martinho Alto, onde está localizado seu empreendimento: “Pra pior, essa questão dos ônibus, das excursões, que diminuiu muito” (GB4).

Um dos empreendedores percebeu que não há mais participação, por parte de algumas pessoas, nas atividades promovidas pela comunidade, citando como exemplo as festas, pois esses estão envolvidos com o turismo nos finais de semana: “Agora tem muitas pessoas que não ajudam mais na comunidade, que nem era antes. Que nem antes, fazia uma festa em nível de comunidade era 100,0 % participação das famílias, hoje é 80,0 %, 70,0 %, porque têm muitas famílias envolvidas no turismo e que têm que trabalhar final de semana” (GB1).

Outro dos entrevistados embora afirme que a tranquilidade ainda prevalece no local, já manifesta preocupação com o aumento da violência, com base em alguns assaltos que ocorreram: “Com certeza vindo mais público sempre alguma coisa de ruim vem junto. Hoje a violência é grande, então chegou um pouco [na comunidade], mas não é... casos isolados, assim, alguns assaltos assim, mas não tão graves, a tranquilidade ainda por enquanto tá prevalecendo” (GB10).

Após descortinar o que havia melhorado com o turismo e constatando algumas respostas entusiastas entre os funcionários/fornecedores, buscamos saber o que havia mudado para pior. Novamente obtivemos dezenove respostas que serão aqui objeto de análise. Para dez destes entrevistados não piorou nada, ou seja, “acho que o que aconteceu aqui foi só para melhor. Para pior acho que não” (GC3). Isso, em parte, pode ser explicado pelo envolvimento na atividade: “Pra pior ainda não, talvez porque eu to me beneficiando com isso, eu só vejo coisa que venha melhorar” (GC5).

No entanto, alguns mesmo entendendo que não mudou nada para pior, apontam alguns efeitos do turismo, mas que não seriam grandes problemas: “Eu não vejo nenhum lado negativo. Uma coisa assim como eu já falei da estrada também n/é?... , que é o trajeto de São Martinho pra cá, com o movimento nas estradas pioraram também n/é?” (GC6).

Nesse sentido um dos entrevistados aponta que as estradas são prejudicadas com o intenso movimento: “O que a gente nota pra pior, não é que isso seja uma consequência ruim do turismo, por exemplo, as estradas de chão batido, elas sofrem muito com esse movimento intenso que tem” (GC10).

O movimento intenso de visitantes além de prejudicar na conservação das estradas, faz com que tenha que ser dispensado por parte dos moradores, um cuidado maior com a circulação de veículos: “Piorou não posso dizer que piorou, só que a estrada fica mais movimentada, mas isso não é dizer que piorou. Só que no caso, a gente hoje em dia tem que

cuidar mais quando sai na estrada. O movimento é tanto que o cara já não pode sair distraído. Que o movimento é grande, principalmente em feriado e finais de semana” (GC18).

Dos nove entrevistados que apontaram algum fator como sendo negativo, quatro deles se referiram aos roubos que passaram a haver depois que começou a atividade turística: “Por enquanto está muito calmo, mas já se viu alguns roubos que aconteceram, pouca coisa, mas sempre existe essa parte, que vêm os bons e vêm alguns ruins no meio, roubos que não aconteceram nunca” (GC1); “Pior é que entra muita gente que não é de confiança, às vezes bandidos entram também. [...] Porque já aconteceu, roubaram motos, coisas. Talvez não foi por causa do turismo mas antes nunca tinha acontecido. Vem os bons e vem os ruins também” (GC17). Então, “o que mudou, que não teve antes ainda, teve uns furtos, uns pequenos furtos que aconteceram, então esse eu vejo um ponto negativo que acontece nesse meio do turismo” (GC4).

A presença de pessoas que poderiam causar algum tipo de problema, um dos motivos para a redução da tranquilidade das pessoas do local, é apontada por outros três entrevistados: “Talvez tirou um pouco a tranquilidade da comunidade, porque às vezes vem pessoas que não são bem de confiança, sai tem que fechar melhor a casa, tem mais movimento. Isso talvez um pouco... mas é uma coisa que não é tão prejudicial assim” (GC8). Então, “aí o sossego da comunidade se foi, porque aquele sossego todo agora já deixou de ter” (GC16).

Para completar, um dos entrevistados ressalta como o principal problema do turismo, que há pessoas que não tem cuidado com as coisas do local e que jogam lixo: “O problema é que muitas pessoas que vêm pra cá, têm pessoas que vêm pra bem, outras que não vêm, que jogam lixo, que não cuidam assim das coisas que têm aqui” (GC7).

Agora passaremos a analisar o que o grupo dos não participantes entende como tendo mudado para pior com o surgimento do turismo, ou seja, quais os efeitos indesejados que esta atividade estaria ocasionando na vida da comunidade.

Almeida; Pereira e Vecchiatti (2000, p. 206) identificaram, também com base em entrevistas, os seguintes aspectos negativos decorrentes do turismo: “um sentimento de incompatibilidade do turista com a vida no campo, por consumir o meio rural pelo modismo, por trazer mais benefícios ao meio urbano, por possibilitar o aumento da marginalização e da violência e por, inclusive, influenciar na desqualificação da mão-de-obra agrícola”.

Conforme Ferreira (2004), os problemas causados pelo turismo que foram identificados pela pesquisa realizada nos Concelhos de Paredes de Coura e Vila Nova de Cerqueira (Portugal) são os seguintes: aumento do trânsito (54,0 %); aumento dos preços dos restaurantes, cafés, etc. (53,7 %); maior custo das habitações (42,9 %); aumento da poluição

sonora, visual e ambiental (38,0 %); maior custo dos solos (28,5 %); aumento do custo de vida (27,4 %); aumento da insegurança e da criminalidade (21,7 %); perturbação da moralidade dos residentes (19,3 %); desconsideração dos locais em benefícios dos turistas (15,0 %); e mão-de-obra mais cara (13,9 %).

Constatamos, com um pouco de surpresa, pois acreditávamos que as pessoas sem envolvimento com a atividade turística estariam muito mais propensas a identificar os possíveis problemas dela decorrente, que uma parte significativa dos entrevistados não identificava problemas em função do turismo. Para oito das dezoito pessoas entrevistadas que responderam a essa questão, o turismo não trouxe problemas, pelo menos “eu não acredito que mudou nada pra pior” (GD19). Assim, “não vejo ponto pra pior. Só melhorou” (GD20), ou seja, “pra pior acho que não tem o que apontar, porque eu acho que melhorou tudo” (GD2).

Outros dois entendem que, por enquanto, o fluxo de visitantes desencadeado pelo desenvolvimento turístico ainda não gerou efeitos negativos, mas receiam que futuramente isso possa mudar: “Por enquanto ainda não. Pior se vier gente de fora n/é?... bandidos, alguma coisa, porque o lugar era muito tranqüilo” (GD6). Assim, com o “movimento pode vir bandidos” (GD14).

A diminuição da tranqüilidade, que como vimos, está diretamente ligada ao surgimento de um certo sentimento de insegurança provocado pela entrada de pessoas estranhas que podem roubar, assaltar, etc., é o principal efeito negativo apontado: “Tranqüilidade. Já não é mais tudo que nem antes. Nunca houve um roubo, e agora já roubaram moto, já roubaram carro. Está acontecendo algumas coisas que não acontecia. Ta entrando algumas pessoas ruins junto” (GD7).

Esse efeito negativo é identificado na fala de sete dos entrevistados: “O que a gente vê é que a gente sempre fica com receio n/é? Tem gente que fala que entra muito bandido... acaba o sossego. Mas por enquanto ainda ta bom... esse é o lado ruim que a gente vê” (GD11). Isso faz com que “às vezes a gente fica com um pouco de receio, tem que cuidar um pouco. Com o turismo vem gente boa, mas também vem gente ruim” (GD12).

Pudemos então constatar que está se desenvolvendo um sentimento de insegurança principalmente entre os não participantes, motivado por alguns casos isolados que aconteceram, mas que tiveram a sua importância ampliada no imaginário de algumas pessoas. Entendemos que um dos fatos que contribui para isso, como já destacamos em outro momento, foi a onda de violência que aconteceu em São Paulo no primeiro semestre de 2006

e que ganhou ampla cobertura da mídia. Este foi justamente o período de realização da maioria das etapas do trabalho de campo.

Vamos perceber na fala a seguir que o turismo é responsável pelo advento de pessoas com interesses escusos, que conheceram o local e identificaram ali facilidades para as contravenções:

Ah, aí os ligeirinhos que entram. Que no meio do turismo tem aqueles... tem muita gente boa, mas no meio desses ali sempre tem alguns que vem só para espionar e para depois fazer sacanagem, roubar e assaltar, essas coisas, então isso piorou muito aqui, a tranqüilidade nossa aqui parou, que aqui a gente tava até acostumado nos domingos e coisa assim, ia pra missa, eu não, mas os outros meus vizinhos não tão... eu to mais acostumado sair pra cidade, por causa do meu pai que fica doente, levar pra cidade, pro médico, então já tava acostumado a trancar o carro, mas eles não, eles chegavam ali e deixavam o carro aberto, ficava tudo aberto, e hoje em dia não tem mais jeito, porque se tu depois voltar o carro não ta mais. Porque isso tudo veio por causa do turismo. Os caras vieram e olharam a facilidade que tinha, então aqui era mais fácil digamos assim, pra roubar, pra atacar, do que na cidade, que na cidade tá tudo mais trancado e aqui tava tudo fácil para pegar, então eles chegava e tava levando tudo aí (GD4).

Essas pessoas estabelecem uma relação entre o antes e o depois do turismo: “A gente tem mais medo, porque antes não tinha o turismo, a gente tava mais tranqüila, hoje em dia a gente já tem que pensar, será que é tudo gente boa? Porque antes a gente deixava as casas tudo aberto e hoje em dia já não dá mais, já aconteceu que roubaram” (GD5). Assim, “o que mudou pra pior é que muita gente antes nem conhecia este lugar e agora conhece. Todo mundo conhece n/é?... então para certas coisas até não é bom n/é?... sabe, porque já houve assim, muito roubo, essas coisas aqui também, que antes não tinha” (GD13). Então para estes entrevistados acabou o sossego depois do turismo: “Pra pior é a entrada de pessoas, como entrar nas casa n/é?... A gente tinha... a gente podia sair sossegado nunca tinha medo de alguém entrar dentro de casa. Agora não, agora tu não pode sair sossegada, porque estão entrando bandidos n/é?... assaltando as casas” (GD16).

Podemos constatar então que há uma divisão entre as pessoas da comunidade que não possuem relação com o turismo no que diz respeito ao que mudou para pior depois do início dessa atividade. Uma parte delas não atribui nenhum efeito negativo à atividade turística e outra parte manifesta, principalmente, preocupação com a diminuição da tranqüilidade. Para encerrarmos esse item de análise, acrescentamos a manifestação de um dos entrevistados que chama a atenção para a poeira originada pelo tráfego de veículos: “Pior foi pra nós a poeira” (GD15).

Em pesquisa realizada na Serra da Freita, que integra parte dos Concelhos de Arouca, Vale de Cambra e São Pedro do Sul em Portugal, Valente e Figueiredo (2003, p. 101) constataram que “as visitas freqüentes à serra levantam alguns problemas para os residentes, uma vez que a afluência é maior ao fim-de-semana e feriados e, com tal, é habitual assistir-se à existência de engarrafamentos e ruído em demasia o que provoca algum transtorno e descontentamento nos habitantes”.

Também, de acordo com Ferreira (2004), é inevitável que o turismo no espaço rural produza alterações no meio ambiente, com destaque para o aumento no trânsito de veículos e do ruído.

5.5 Os problemas e o incentivo ao turismo no espaço rural

Os entrevistados colocaram anteriormente o que havia melhorado e o que havia piorado após o início da atividade turística de forma organizada no município. Como vimos os aspectos positivos do turismo foram mais destacados que os negativos. Mesmo assim, buscamos saber quais eram os problemas do turismo, o que seria uma forma de reforçar alguns aspectos já mencionados, como também eventualmente observar o surgimento de outros aspectos relevantes.

Os locais que passam a ser freqüentados por visitantes sofrem alterações que são mais ou menos sentidas conforme a intensidade do fluxo de pessoas e a percepção de quem observa esses acontecimentos. Nesse sentido, buscamos identificar o que os empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes pensavam ser os problemas advindos da atividade turística e após saber qual a posição destes em relação ao incentivo ao turismo.

Sabemos que o turismo no espaço rural representa para as famílias empreendedoras uma considerável mudança em seu nível de vida. No entanto também é preciso considerar que essa atividade pode apresentar problemas. Assim, buscamos identificar, primeiramente na visão dos empreendedores, quais seriam então os problemas do turismo.

Temos que ter claro aqui que a percepção dessas pessoas é influenciada pelo fato de estarem em contato direto com os visitantes, bem como pela mudança causada pelo turismo na vida familiar. Assim, dos dez entrevistados, nove expuseram algum tipo de problema causado pela atividade turística, enquanto um dos entrevistados afirmou não enxergar nenhum tipo de dificuldade. Foram apontados os mais diversos problemas decorrentes do turismo,

entre eles a presença de pessoas indesejáveis (quatro entrevistados), a pouca presença da administração pública municipal (dois entrevistados), o fato de não poderem agradar a todo mundo (dois entrevistados) e ainda a conservação da estrada, que não deixa de estar ligada ao poder público municipal.

A diferença de comportamento entre os visitantes é mais uma vez mencionada. O fato é que há dois tipos de turistas, aqueles que respeitam o ambiente onde estão e aqueles que efetivamente trazem problemas, “seria a questão de turistas e turistas. Tem turistas que causam problemas, têm outros que não. Por exemplo, tem gente que vem deixa lixo jogado, deixa tudo, e têm outros que vem e já são bem educados, isso é questão de cada pessoa como teve a educação” (GB4).

Dessa forma, como já identificamos anteriormente, há preocupação por parte de alguns proprietários de empreendimentos com a composição da demanda, pois a uma parte desta é atribuída a maioria dos problemas: “É que às vezes, com tanta divulgação vem àqueles que não querem só desfrutar das coisas que tem na nossa comunidade. A gente sempre tá com o pé atrás, com medo, que pode vir outra gente n/é?... porque é muita divulgação e coisa, e que pode também daqui a pouco acabar com o sossego da gente n/é?” (GB1).

Foi identificado como mencionamos anteriormente nos estudos do perfil da demanda do turismo no espaço rural em São Martinho (ELESBÃO, 2001; ROZAR et al. 2006), que havia grande presença de excursionistas provenientes de municípios da região. Além disso, a renda média e o nível de escolaridade desses visitantes foram considerados inferiores quando comparados a outros destinos turísticos rurais (ELESBÃO, 2001). Isso pode, em parte, com base na análise das entrevistas, explicar alguns dos problemas apontados.

Outro problema apontado diz respeito à participação do poder público na organização da atividade turística no município, pois na opinião de um dos entrevistados, falta integração, entre os atuais empreendedores e até mesmo com outras pessoas que podem ingressar na atividade: “a integração hoje não tá mais como deveria estar. Mas como eu disse falta [...] uma pessoa de coordenar de fazer assim, de encabeçar as coisas, [...], isso deveria ter mais essa integração, essa união” (GB10).

Preocupação também é manifestada em relação ao atendimento das necessidades manifestadas pelos visitantes, no sentido que há diferentes demandas e que não é possível agradar a todos: “Uma coisa é que você trabalhando com o povo, trabalhando com turismo é trabalhar com o povo, e trabalhar com o povo é complicado porque nem sempre se consegue agradar a todos, porque sempre tem gosto de todo tipo, então nem sempre tu consegue agradar a todos do gosto que eles gostariam de ser agradados [...]” (GB3).

Quanto aos funcionários/fornecedores, entre as vinte entrevistas realizadas obtivemos dezessete respostas que serão analisadas. Para a maioria dessas pessoas (nove delas) o turismo não tem problema. “Não vejo problema do turismo” (GC13), “por hora só trazem benefícios” (GC1). Inclusive, “a gente fica conhecendo mais pessoas que não conhecia, a gente consegue novas amizades. Até se tivesse mais, melhor ainda” (GC15).

Para esse conjunto de pessoas que compartilham a mesma opinião, o turismo “não tem” (GC19) problema, ou “talvez tenha” (GC9), mas se tem “não sei dizer um problema” (GC8). No entanto, um dos entrevistados não descarta problemas futuros: “Não sei se tem algum. Talvez bastante compromisso n/é? [...] e talvez futuramente a gente pode até ter medo de ladrões, de bandidos, uma coisa assim” (GC11).

Excetuando uma das pessoas para quem “problema sempre tem, sempre existe, mas assim muito não” (GC14), os outros sete entrevistados apontam algum tipo de problema decorrente ou conexo ao turismo. Os principais são os relacionados à sazonalidade da atividade e a conservação das estradas (atribuição do poder público municipal): “Na época que não tem muito movimento, que quem depende disso não tem aquele dinheiro, não tem aquele retorno, e as estradas, quando chove sempre atrapalha bastante as idas e vindas” (GC7).

A sazonalidade inerente ao turismo afeta principalmente aqueles que apostam muito na atividade e gostariam que o fluxo de visitantes aumentasse cada vez mais:

Uma coisa de repente teria que estar acontecendo mais alguma coisa pra continuar chamando a atenção das pessoas, que de repente ta bom e para, de repente o movimento esfria, seria bom se a gente conseguisse fazer mais alguma coisa para continuar esse ritmo para que as pessoas continuem vindo e também eu acho assim a parte de estrada mesmo que teria que ter um interesse da comunidade pra preservar isso melhor (GC10).

Outro problema, principalmente para aqueles que possuem suas moradias próximas à estrada por onde se deslocam os visitantes até os empreendimentos de turismo, é com a poeira originada do intenso movimento de veículos: “Uma das coisas que aqui a gente percebe muito é quando tem muito movimento, isso aqui é uma estrada de chão, aquilo levanta uma nuvem tão densa de pó, que aquilo não baixa, aquilo vai a semana inteira só aquela nuvem, só baixa quando da uma trovoada, uma chuva, que abaixa a poeira” (GC16). Também é destacada a falta de apoio do poder público municipal, pois “hoje em dia eles não incentivam mais nada aqui. Antes era incentivado. Hoje em dia tá fraco” (GC20).

Ainda um outro entrevistado aponta a poluição, mas que não seria um problema decorrente exclusivamente do turismo: “A única coisa que eu acho que é um problema é a parte da poluição... também não é só turista, as pessoas daqui também são bem relaxadas” (GC3). Essa questão está um pouco atrelada às diferenças entre as pessoas, que um dos sujeitos de pesquisa identifica: “O problema do turismo é muitas pessoas diferentes, vêm pessoas que vêm para passear, vêm para se divertir, vêm para conhecer, e têm aquelas pessoas que não vêm, vêm talvez por outro motivo” (GC4).

Para finalizar essa abordagem sobre os problemas decorrentes do turismo, trazemos a fala de um dos sujeitos de pesquisa que aponta o surgimento de assaltos e roubos, que não aconteciam antes: “Pra mim o que seria mesmo, de isso aqui ser conhecido no mundo inteiro, é de vir coisas ruins também, como a maioria são gente que vem para conhecer, que vai vir gente para assaltar, para roubar, coisas que aqui não existia antes, para mim é isso que talvez possa piorar” (GC5).

Também indagamos os sujeitos integrantes do grupo dos não participantes quanto aos problemas gerados pelo turismo. Na análise podemos constatar como era de se esperar, que os assuntos abordados se assemelham aos que foram identificados anteriormente quando abordamos o que havia mudado para pior a partir da atividade turística.

Das vinte pessoas entrevistadas que compõem este grupo, serão consideradas as respostas de quinze delas na análise do turismo. Cinco dos entrevistados não responderam e consideraremos, com base nessa negativa em responder e nas anotações realizadas durante as entrevistas, que a atividade turística não gera problemas na visão desses indivíduos. Nesse contexto, podemos acrescentar outros quatro entrevistados que afirmaram não ter observado nenhum tipo de problema, ou seja, “eu não teria o que dizer. Eu to vendo que isso aí não tá dando problema, é benéfico” (GD2).

Entre os onze sujeitos que mencionaram algum tipo de problema, o destaque fica com os roubos e a conseqüente redução da tranqüilidade, que constatamos em cinco falas: “Em primeiro lugar roubo” (GD13). O problema seria que “a gente não sabe que pessoal que ta entrando n/é?... que pessoal ta se envolvendo” (GD5). Isso faz com que “até agora foi tudo bem. Muito ladrão não, mas já foi roubado alguma coisa. Isso eu acho que muito movimento não é bom” (GD14).

Como colocamos anteriormente, está se desenvolvendo um sentimento de insegurança em algumas pessoas da comunidade. Isso pode ser apenas uma constatação pontual e que possui algumas raízes conhecidas, mas que merece ser considerada. Podemos perceber que

para algumas pessoas, a simples chegada de um carro estranho já é motivo de grande preocupação, o que pudemos constatar *in loco* quando do trabalho de campo.

Outro problema relatado envolve a conservação das estradas (três entrevistados), pois “a estrada é muito ruim” (GD11) e “dá muito acidente nas estradas, principalmente no verão” (GD17). Assim, “se eles fizessem asfalto seria bom” (GD15). Além disso, também foi relatada a “falta de incentivo do governo municipal” (GD20), que acontece em função da descontinuidade dos projetos políticos, como podemos constatar na fala seguinte:

No caso tinha um prefeito, aquele prefeito incentivou muito o município nesse turismo, já o outro prefeito que veio, porque era coisa daquele prefeito, ele já não incentivou tanto, então precisa ser uma força assim contínua, precisa ser assim... vamos supor... eu sou o prefeito hoje eu deixo o cargo, vem outro prefeito teria que dar continuação aquilo com bastante força. Isso também acontece. Dentro da política isso... que às vezes vem de outro partido aí eles já não incentivam tanto (GD19).

Identificado o que pensavam os diferentes grupos que organizamos em relação aos problemas do turismo, buscamos saber qual a posição desses em relação ao turismo. Nesse sentido, um dos aspectos que buscamos identificar entre os empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes foi o que fariam em relação ao turismo se tivessem em suas mãos o poder de decisão sobre o futuro da atividade, ou seja, se incentivariam a atividade turística, se eram indiferentes ou ainda se acabariam com ela.

Entre os empreendedores, como era de se esperar, pela satisfação manifestada e constatada por terem melhorado de vida após o ingresso na atividade turística, todos responderam que incentivariam a atividade turística, como poderemos verificar na tabela a seguir.

Também procuramos identificar o apoio dos funcionários/fornecedores à atividade turística. Todos os sujeitos deste grupo responderam, sendo que a grande maioria deles (95,0 %) se posicionou a favor do incentivo ao turismo, sendo que apenas um afirmou que tanto fazia, ou seja, que para ele era indiferente.

Embora não tenhamos solicitado explicação em relação ao motivo da resposta, procuramos dar liberdade para que os entrevistados se manifestassem espontaneamente. Assim, trazemos a seguir uma das falas que de certa forma engloba uma parte considerável das motivações para tal apoio ao turismo, as quais são também identificadas em outros momentos:

Incentivar cada vez mais, para ter trabalho, para ter emprego para o nosso município, quanta gente que é empregada aqui por causa desses cafés, por causa dessas fábricas de doces, de geléias, de pousadas. Quantos empregos que o pessoal pegou e tá trabalhando e antes nem tinha emprego, não tinha emprego aqui no nosso município, agora tem tanta gente trabalhando, essas fábricas de artesanato, café colonial, pousada, todo mundo tá trabalhando, com isso o povo trabalha, ganha o seu também, não precisa sair do município para trabalhar, pode trabalhar aqui dentro do município (GC2).

Buscamos saber também o que os não participantes fariam em relação ao turismo. Como podemos perceber na tabela 28, a grande maioria (80,0 %) dos sujeitos incentivaria o turismo e os outros 20,0 % são indiferentes.

Tabela 28 - Posição manifestada em relação ao turismo pelos empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes. São Martinho, 2006.

Posição	Empreendedores	Funcionários/fornecedores	Não participantes
Incentivar	10	19	16
Indiferente	-	1	4
Acabar	-	-	-
Total	10	20	20

Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de maio, agosto e setembro de 2006.

Uma explicação para este significativo apoio ao turismo pelos não participantes pode ser observada na fala a seguir: “Se não tiver o turismo pioraria mais ainda a nossa situação, porque aí o acesso seria pior ainda e mais gente ia sair ainda, que já tá saindo todo mundo e aqui, a nossa localidade aqui eu sempre digo, tá virando um asilo” (GD4). Isso acontece em função de que “os nossos filhos tão saindo pra cidade porque não tem emprego” (GD4).

É interessante notar que embora tenham sido apontados problemas decorrentes do turismo por uma parcela considerável dos entrevistados, não constatamos nenhuma oposição mais veemente ao desenvolvimento turístico no município. Isso nos faz acreditar que os benefícios dessa atividade são considerados mais relevantes que os problemas gerados e que o turismo é bem aceito no contexto dessa ruralidade.

Ferreira (2004) observou que o turismo não tinha uma expressão significativa nos locais onde realizou sua pesquisa, ou seja, existia mas não era fundamental para a economia e o emprego local. No entanto, os residentes “reconhecem-lhe influência positiva nas actividades económicas, no desempenho institucional em criar melhores condições no ambiente e nos serviços de apoio às populações, aspectos que permitem perceber que o turismo é desejado nestas áreas” (FERREIRA, 2004, p. 347).

O autor coloca que as comunidades locais reconhecem a “faculdade de o turismo ajudar a quebrar o isolamento a que vinham sendo voltados, além de contribuírem para a melhoria das acessibilidades, de alguns equipamentos e do desempenho econômico local” (FERREIRA, 2004, p. 360). Talvez seja por isso que o autor conclua que não são muito relevantes as atitudes de rejeição das comunidades rurais em relação aos visitantes.

5.6 Alterações nas relações sociais, poluição, sossego e oportunidades de negócios

Após termos identificado algumas mudanças que ocorreram no espaço rural após o início da atividade turística e como essas mudanças eram percebidas pelos empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes buscamos mais especificamente saber se tinham melhorado ou piorado em relação a quatro assuntos: relações sociais na comunidade; poluição; sossego e tranquilidade; e por fim as oportunidades de negócios.

É importante, antes de analisarmos as respostas, que se esclareçam alguns pontos. Como entendíamos que esses assuntos possivelmente seriam abordados em algumas das questões realizadas anteriormente, julgamos desnecessário pedir para ser explicado o porquê da resposta, somente indagando se tinha ficado melhor ou pior. No entanto, não impedimos a livre manifestação dos entrevistados e iremos considerar algumas dessas observações. Outro ponto diz respeito ao entendimento que cada pessoa manifesta sobre determinado assunto (que vale também para o contexto de nosso trabalho), que como nos referimos em outro momento, é fruto das suas vivências. Assim, buscamos identificar o que pensa esse conjunto de indivíduos reunidos num mesmo grupo, mas sabendo que as diferenças entre os integrantes de cada grupo também não podem ser esquecidas.

Trazemos aqui estas observações, porque as respostas aos questionamentos que serão objeto de análise a seguir, certamente foram elaboradas em função das relações pessoais, da distância entre os empreendimentos e destes para os vizinhos, do tipo de atividade relacionada ao turismo, da composição do núcleo familiar, do tipo de atividade realizada anteriormente, etc., enfim, de uma gama de fatores que se entrelaçam dando base para que cada um deles construa sua percepção.

Primeiramente buscamos descobrir se haviam mudanças nas relações sociais, ou seja, intentamos saber se o convívio entre as pessoas da comunidade havia melhorado ou piorado a partir do turismo. Como poderemos verificar na tabela 29, a maioria (oito) dos

empreendedores afirmou que melhoraram as relações sociais na comunidade, sendo que somente dois deles responderam que havia ficado pior. Merece destaque a colocação de um dos inquiridos, que mencionou que há manifestação por parte de outros integrantes da comunidade que “reclamam que o pessoal do turismo não vai muito na Igreja” (GB7). Assim, conforme ele “um domingo dois vão e outros domingo outros dois vão” (GB7). Haveria também um pouco de “rixa na comunidade”, pois “quem trabalha no turismo ganha muito dinheiro” (GB7).

Tabela 29 – As relações sociais na comunidade na visão dos diferentes grupos. São Martinho, 2006.

Situação	Empreendedores	Funcionários/fornecedores	Não participantes
Melhor	8	8	17
Melhor/Pior	-	2	1
Pior	2	3	1
Mesma coisa	-	7	1
Total	10	20	20

Fonte: Trabalho de campo realizado em maio, agosto e setembro de 2006.

No que diz respeito ao que pensam os funcionários/fornecedores quanto às relações sociais na comunidade, identificamos que há maior presença de entrevistados entendendo que a situação está melhor, embora para um número considerável de pessoas tudo continue a mesma coisa. Ainda uns acham que a situação está pior e outros entendem que por alguns motivos está melhor e por outros está pior.

Como anteriormente colocamos, não pretendíamos obter explicações em relação à situação identificada por cada entrevistado. Para nós o que importava era a resposta em si, pois acreditávamos que grande parte das justificativas se repetiria. No entanto, procuramos proporcionar toda a liberdade possível aos entrevistados e não iremos nos furtar de considerar essas falas em nossa análise, pois trazem alguns elementos que podem ter passado despercebidos e outros aos quais pode não ter sido dada a devida importância. E mesmo porque, se nos repetirmos, no mínimo estaremos reforçando alguns pontos que consideramos fundamentais em nossa tese.

Começamos então por destacar que nenhum dos entrevistados que anteriormente havia manifestado que a situação estava melhor depois do turismo, incluiu uma explicação para essa situação. O que também aconteceu com as demais condições. Nas falas das pessoas que incluímos na categoria “mesma coisa” podemos perceber que alguns fazem menção a uma certa inveja que é considerada normal: “Ficou a mesma coisa. Muita gente tem inveja, isso é o

normal, porque tem pontos que tem, tão se fazendo, mas isso aí é desde sempre. Se um tem a mais o outro...” (GC13).

Isso é reforçado na fala de outro entrevistado, para quem “o que talvez possa existir é um pouco de inveja, assim, de quem começou com turismo, das pessoas que começaram e que os outros só criticavam, que não iria dar certo, e deu certo e tá evoluindo, tá cada vez crescendo mais, talvez seria isso” (GC5). Também um dos sujeitos coloca que “tem às vezes assim, um querendo competir com o outro, um querendo ser melhor que o outro. Talvez isso tenha mudado que antes não tinha...” (GC7).

Já aqueles que identificaram aspectos negativos nas relações sociais depois do início da atividade turística, destacam o fato de que as pessoas que estão mais envolvidas com o turismo não participam mais da comunidade como anteriormente, principalmente aos domingos, que tradicionalmente era o dia de ir à Igreja e de encontrar outras pessoas.

A maioria dos habitantes de São Martinho é descendente de imigrantes que emigraram da Westfália e de acordo com Dirksen (1995), westfaliano é sinônimo de católico. Antigamente era comum que os colonos, antes ou depois do momento dedicado a oração, tratassem dos seus negócios, discutissem seus problemas, resolvessem suas dificuldades locais, fizessem sua política, de modo que o conagraçamento dominical era um fato essencial na vida da comunidade.

Tradicionalmente o domingo é considerado o dia mais importante da semana. Conforme Dirksen (1995, p. 181) “aos domingos os colonos se dirigiam de suas propriedades até a igreja onde se reuniam para a celebração do culto. Este encontro, que ocupava boa parte do programa dominical, não era somente um apelo da fé para a oração mas também uma ocasião de entretenimento e relacionamento social”.

Pin e Carnielli (2005) observam uma mudança significativa no tipo de vida que tinham, onde trabalhavam durante toda a semana na lavoura e, com o turismo, passaram a trabalhar mais em casa. Também quebraram o jejum do trabalho aos domingos, o que “foi considerado pela tradição e crença um contraste, pois praticamente ninguém trabalhava aos domingos: era dia de culto e de descanso” (p. 40).

A fala de um dos entrevistados revela justamente uma nova realidade que o turismo imprime na vida da comunidade:

Piorou um pouco pelo seguinte fato, que hoje em dia... há um tempo atrás o pessoal aqui na comunidade tinha por... não sei porque... mas todo domingo de manhã eles tariam reunidos na Igreja, a comunidade toda, então ali todo mundo se encontrava, passavam os recados que precisavam passar, um para

o outro, negociavam e tudo mais... e hoje, já quebrou muito isso, hoje muitas vezes o pessoal que tá mais envolvido no turismo não aparece mais na Igreja, então deixou esse lado religioso um pouco a desejar (GC16).

Nesse sentido, está havendo um deterioramento das relações sociais, pois as pessoas que trabalham no turismo não podem mais participar com a mesma frequência das atividades na comunidade, uma vez que é justamente nos finais de semana que eles estão mais envolvidos com os visitantes: “até um lado assim as pessoas não tem mais tempo, tanto tempo de tá assim, por exemplo aos domingos, se encontrarem ou coisa, que é praticamente nos domingos que tem mais movimento, então as pessoas acabam indo pros lugares, pra trabalhar n/é?... , isso eu acho que assim, acabou um pouco mais com o entrosamento das pessoas da comunidade” (GC6).

Beber e Barretto (2007), com base em pesquisa realizada em uma pousada no município de São José dos Ausentes no Rio Grande do Sul, identificaram que os familiares tinham uma atividade social intensa antes do início do turismo. Anteriormente era freqüente a participação em festas e bailes, idas até a sede do município, visitas a parentes e vizinhos, sendo que agora é necessário haver um maior planejamento para que possam participar de qualquer evento. Inclusive os parentes e vizinhos deixaram de visitá-los com temor de interferir nas suas atividades e também por ficarem envergonhados diante dos visitantes.

Em São Martinho há também dois funcionários/fornecedores que entendem que os dois lados devem ser considerados, ou seja, que por um lado melhorou e por outro piorou, “depende do ângulo que a gente olha, por alguns lados melhorou, porque as pessoas têm que se relacionar por causa do trabalho muitas vezes um ponto com outro. Mas tem um lado de pessoas que criticam, vão fazer turismo, trazer tanta gente estranha e só trabalham direto, pensam em dinheiro. Então tem os vários lados” (GC8). Assim, “em umas partes melhorou e em outras partes o pessoal anda muito... trabalhando muito e dialogando pouco” (GC17).

No que diz respeito aos não participantes, a maioria dos entrevistados como podemos verificar na tabela anterior entendem que estão melhores. Uma pessoa afirmou que por um lado melhoraram e por outro pioraram, enquanto outra entende que está pior. Ainda uma outra não vê mudança.

Um dos argumentos que sustentam a afirmação de estarem melhores as relações entre as pessoas da comunidade pode ser identificado na fala a seguir: “antes era um pouco assim, um povo mais fechado e agora o pessoal é mais aberto, tem mais conversação com o pessoal de fora. Então fica uma coisa mais interessante. Tem mais abertura, até dentro da comunidade mesmo, fica uma coisa mais aberta, o pessoal fica mais acessível” (GD20).

O sujeito que nesse tema afirma ter piorado, sente falta das pessoas envolvidas com o turismo no encontro domingueiro, pois “a grande maioria depois do turismo que domingo não aparece mais lá na praça, só cai lá uma vez, a maioria dos domingos tem uma boa turma que eram grandes amigos, que a gente se dava muito bem, ma só que... eles tem os afazeres deles lá, chega domingo então, é o dia deles fazer a colheita, então eles tem que ficar lá” (GD2).

Um dos entrevistados entende que por um lado piorou, pois “têm alguns que porque não tem como ganhar daquilo então ficam revoltados e acham que é ruim, então dá uma richazinha e piorou” (GD4). Contudo, por outro lado “eles entram mais em contato, um se comunica com o outro da parte do turismo, pra ver o que pode melhorar, o que não pode” (GD4).

Procuramos também saber dos diferentes grupos de pessoas quanto ao envolvimento com o turismo, como estes percebiam a questão da poluição, ou seja, se esta havia melhorado ou piorado após o início da atividade turística.

Podemos observar na tabela 30 que há um equilíbrio nas respostas dos empreendedores quanto à situação da poluição após o início das atividades de turismo, sendo que esta melhorou para cinco dos entrevistados. Embora “com o advento do turismo [...] aumentou o número de freqüentadores e a produção de lixo e tal, mas por outro lado, aumentou a conscientização da necessidade de se encaminhar esse lixo de forma mais adequada. De manter limpo os ambientes, os rios, as matas, que é o nosso potencial turístico” (GB5). Assim, “acho que essa conscientização, ela ta aumentando” (GB5), pois “melhorou a mentalidade das pessoas” (GB8) e estas “cuidam melhor” (GB7).

Tabela 30 – A situação da poluição na comunidade na visão dos diferentes grupos. São Martinho, 2006.

Situação	Empreendedores	Funcionários/fornecedores	Não participantes
Melhor	5	6	6
Pior	4	9	9
Mesma coisa	-	5	5
Não sabe	1	-	-
Total	10	20	20

Fonte: Trabalho de campo realizado em maio, agosto e setembro de 2006.

Esta constatação de uma maior sensibilidade das pessoas em relação à questão ambiental pode ser atribuída ao trabalho de conservação do meio ambiente realizado pela EPAGRI e que foi umas das bases para o início da organização da atividade turística em São Martinho (ELESBÃO, 2001).

Um dos entrevistados não sabia responder se a poluição havia aumentado ou piorado e para os outros quatro empreendedores, ao contrário daqueles que preferiram destacar o aumento do cuidado por parte das pessoas, o nível de poluição piorou e o que teve destaque foi “o lixo da estrada e a poluição do ambiente” (GB2).

A questão da poluição após ter se estabelecido um fluxo mais intenso de visitação turística também foi abordada com os funcionários/fornecedores. Para isso questionamos os entrevistados se a poluição havia melhorado ou piorado após o turismo. Como podemos observar (Tabela 28) a maior parte dos entrevistados (45,0 %) entende que a atividade turística trouxe mais poluição, principalmente lixo e poeira. Assim “tem um pouco mais, tem mais lixo nas ruas, tem mais movimento de carros” (GC8). Isso é percebido “se a gente faz uma caminhada aqui na beirada da estrada a gente acha muito lixo jogado na beirada da estrada, principalmente na época do verão” (GC3). Também “piorou um pouco, porque aqui nós temos estrada de chão, então os finais de semana principalmente, que é muito movimentado, dá muita poeira” (GC4).

Almeida; Pereira e Vecchiatti (2000) realizando uma análise sócio-ambiental das propriedades de turismo no espaço rural no município de Guararema – SP, também identificaram que “o descarte do lixo pelos visitantes apresenta-se como problema frequente” (p. 207).

No entanto, seis entrevistados (30,0 %) acham que melhorou, pois, haveria “mais cuidado por parte da população” (GC1). Para um dos entrevistados, a situação não era boa antes, mas com o processo de implantação do turismo teria ocorrido a conscientização dos habitantes do local:

Um pouco melhorou até no caso, porque aqui o turismo depende do rio, e há um tempo atrás esse rio parecia que ia se perder de tanto lixo. Se criou uma consciência em relação a isso, hoje muitos já não jogam mais lixo, já deixaram de fazer o que faziam antes, jogar o lixo no rio para ir embora, eles queimam, tem coleta seletiva agora também, que a prefeitura, isso é um ponto bom da prefeitura (GC16).

Nesse sentido, teria melhorado a situação da poluição pelo cuidado que a população local dispensa em relação a isto: “acho que o pessoal daqui com o turismo estão preservando mais, tão cuidando mais do lixo nas ruas. Tem turista que vem e que joga, mas é muito pouco também. Eu acho que o pessoal daqui tão cuidando mais em relação a isso, com o lixo na rua, nas estradas. Acho que melhorou” (GC7).

Uma parte dos entrevistados (25,0 %) não percebeu diferença em relação à poluição. Para um deles “ficou a mesma coisa, eu pelo menos não sinto mudança” (GC13). O trabalho que teria sido desenvolvido quando do início do turismo teria contribuído para isso: “foi trabalhado muito em cima para não ter poluição e agora se todo mundo trabalha direito não pode ter piorado. Eu acredito que não. Que isso aí já tinha trabalho em cima disso pra todo mundo ajudar” (GC18).

Na tabela 28 também pudemos verificar como as pessoas não participantes percebem a situação da poluição decorrente da atividade turística. É interessante notar que o grupo dos não participantes tem a mesma visão que os funcionários/fornecedores quanto a este tema. Assim, também para 45,0 % dos não participantes entrevistados a poluição piorou depois do início da atividade turística. Alguns explicaram porque havia piorado, sendo que o principal problema relatado foi em relação à poeira: “com certeza piorou, porque a poeirada que tá levantando só tem que poluir, isso aí não vem dizer que aquilo tá melhorando o ar, porque isso ali eu acho que com certeza tá piorando o ar” (GD2). Isso acontece, pois “muito mais movimento piora a poeira, mais poeira” (GD3). Vale aqui ressaltar que as pessoas atingidas pela poeira são as que possuem suas residências mais próximas da estrada por onde se deslocam os visitantes. Embora haja mais pessoas que percebem que a situação da poluição está pior, para 30,0 % dos entrevistados ela está melhor e ainda outros 25,0 % entendem que continua a mesma coisa, ou seja, nada mudou com a atividade turística.

Quanto ao sossego e a tranquilidade, podemos verificar na tabela 31 que todos os empreendedores entrevistados afirmaram ter diminuído, ou seja, que ficou pior depois do turismo. No entanto um dos empreendedores entende que no “final de semana piorou” (GB6), enquanto outro coloca que o sossego “diminuiu com o turismo, mas parece que é isso que a gente quer” (GB5).

Tabela 31 – O sossego/tranquilidade na visão dos diferentes grupos. São Martinho, 2006.

Situação	Empreendedores	Funcionários/fornecedores	Não participantes
Melhor	-	-	-
Pior	10	16	10
Mesma coisa	-	4	10
Total	10	20	20

Fonte: Trabalho de campo realizado em maio, agosto e setembro de 2006.

Com base na pesquisa sobre o agroturismo no estado do Espírito Santo, Portuguesez (2002) aponta que os empreendedores se queixaram da destinação do lixo, do furto de plantas,

das algazaras e da falta de cuidado com o patrimônio das propriedades. Segundo ele seria preciso desenvolver um programa com o objetivo de conscientizar os turistas.

Procuramos também identificar se ocorreu alteração no sossego e na tranquilidade na opinião dos funcionários/fornecedores. Como podemos perceber na tabela, para a grande maioria (80,0 %) houve mudança para pior em relação ao que era antes do turismo. Como era de se esperar ninguém entende que melhorou, no entanto, para uma pequena parte (20,0 %) continua igual, ou seja, não perceberam nenhum tipo de mudança.

Esse aspecto talvez seja um dos que mais facilmente são percebidos pelos autóctones, pois nos destinos turísticos é grande a intensificação do movimento de pessoas estranhas à comunidade. Isto em maior ou menor magnitude é facilmente observado, sendo que o sossego e a tranquilidade “diminuiu muito” (GC16). Assim, “mais barulho deu n/é? Sossego não é mais tanto não” (GC6). No entanto, embora seja “bem mais agitado agora, durante a semana não é tanto” (GC8).

Um dos entrevistados coloca que as pessoas de mais idade são os que mais estranham o movimento de visitantes, que para elas é também motivo de preocupação:

Isso já não melhorou. Ainda mais as pessoas assim de mais idade, elas acham assim que tem gente que vem pra olhar as coisas como é que é e depois vem roubar no caso n/é? Sempre vem uma gente que a gente não sabe da onde que vem, sempre a gente fica pensando, será que foi um turista, será que ele vem pra isso, será que ele vai olhar, porque tem gente que... às vezes passa carros assim, eles param e ficam olhando, aí a gente já começa a imaginar coisas, mas na verdade eles estão olhando, observando tudo, a natureza, e a gente fica pensando outra coisa, a gente fica mais preocupada (GC7).

Já aqueles sujeitos para quem o turismo não teria sido motivo de redução do sossego/tranquilidade, ou seja, “não incomodou, até agora ainda não” (GC2), inclusive esse movimento é motivo de alegria: “a gente vê o movimento passar, mas a gente até se alegra... a gente tem um ponto desses que vem tanta visita de gente de fora para a nossa comunidade. Coisa muito legal. Às vezes a gente senta no domingo aqui vê os carros, vão e voltam, vão e voltam, a gente que tá indo bem pra acontecer isso e todo ano é mais” (GC8).

Quanto aos não participantes, percebemos que há um equilíbrio nas respostas dos entrevistados, que se dividem entre aqueles que entendem que piorou e aqueles para quem continua tudo a mesma coisa, ou seja, 50,0 % das pessoas percebem alteração no sossego e tranquilidade da comunidade, pois “o pessoal já não tá mais tranquilo. Que nem aqui, o

cachorro de noite acoou o pessoal já ta dizendo: - Opa! Tem alguém por aí. Então o sossego já não é mais aquilo” (GD4).

Aconteceu que “eles fizeram uns quantos roubos numa semana... então ali começou a mexer com os nervos do povo [...], então a partir daquilo a gente vai pra cama a casa ta na chave, sai, a casa ta na chave, até que mexeu um pouco com a gente” (GD2). E acrescenta que “isso eu logo falei quando começaram o turismo. Eu disse que o bom ta ali e o ruim ainda vem, então a gente não tem mais, bem bem o sossego que a gente tinha a muitos anos atrás” (GD2).

Para os outros 50,0 % dos sujeitos não houve nenhum tipo de alteração, ou seja, o sossego e a tranqüilidade continuam os mesmos. Alguns talvez afirmem isso, pois “nossa casa é um pouco distante da estrada. A gente fica aqui e não se mistura com os outros” (GD12). Para outros, “por enquanto tem sossego ainda, mas daqui a pouco pode piorar se vem muito pessoal, muito turismo, pode piorar, mas por enquanto tá bom. Por enquanto o turismo trouxe mais felicidade do que encrencas” (GD11).

O último aspecto investigado foi em relação às oportunidades de negócios geradas na comunidade com o início do turismo. Como podemos perceber na tabela 32, a quase totalidade dos entrevistados entende que a situação está melhor.

Tabela 32 – As oportunidades de negócios na visão dos diferentes grupos. São Martinho, 2006.

Situação	Empreendedores	Funcionários/fornecedores	Não participantes
Melhor	10	19	16
Pior	-	-	2
Mesma coisa	-	1	2
Total	10	20	20

Fonte: Trabalho de campo realizado em maio, agosto e setembro de 2006.

Ao considerarmos as oportunidades de negócio na comunidade na visão dos empreendedores, vamos perceber que todos eles afirmaram ter melhorado depois de haver começado as atividades relacionadas ao turismo. No caso deste grupo de indivíduos não poderíamos esperar constatação diferente, pois além do incremento de receita familiar estes também entendem, como colocamos anteriormente, que a comunidade também está se beneficiando com o turismo.

O mesmo se dá para os funcionários/fornecedores, embora não tenhamos obtido muitas manifestações em relação à quais seriam os motivos para tal melhora. Um dos entrevistados coloca que “melhorou. Pra mim melhoraram, como eu já falei, eu tenho

emprego com o turismo” (GC7). Ainda para outro dos sujeitos pesquisados: “Melhorou. Isso aumentou um pouco, porque hoje quase todo produtor rural ele tem um produto pra colocar pra vender lá no ponto turístico” (GC16).

Ferreira (2004) constatou em pesquisa realizada no Norte de Portugal, mais precisamente nos Concelhos de Paredes de Coura e Vila Nova de Cerqueira, que os maiores benefícios do turismo para a localidade e para o Concelho, foram o aumento da atividade comercial (para 71,5 % das pessoas entrevistadas), a melhoria da qualidade dos serviços (49,2 %) e o aumento da oportunidade de encontros sociais (33,8 %). O aumento do emprego e do nível de vida das famílias foi mencionado por apenas 15,9 % dos entrevistados, o que faz com que o autor não considere este aspecto significativo para a população, o que pode ser avaliado como natural, pois há poucas pessoas que estão diretamente ligadas profissionalmente ao turismo.

Para completar nossa análise vamos verificar como o grupo dos não participantes percebe a situação das oportunidades de negócios. Para 80,0 % dos entrevistados há melhores oportunidades agora do que antes, pois “o turismo é bom pra comunidade” (GD13) e “o turismo ajuda de um jeito ou de outro” (GD18). Para 10,0 % dos sujeitos entrevistados a situação encontra-se pior agora do que estava antes e outros 10,0 % entendem que continua a mesma coisa. Nesses casos não foi possível identificar alguma explicação para as respostas.

CONCLUSÃO

A caminhada em direção ao desenvolvimento tem se mostrado muito longa e difícil, e as soluções para os problemas sociais e econômicos não são facilmente encontradas. Nesse contexto, os países buscam formas, não somente de inserção na economia mundial, mas também para desenvolver harmoniosamente o seu território com base nas potencialidades existentes. Assim os diferentes espaços locais se revestem de grande importância, pois é fundamental descobrir e mobilizar os atributos e afazeres particulares que cada local possui. A discussão do desenvolvimento passa a ter assim alguns recortes, entre os quais se destaca o desenvolvimento local. É precisamente nessa abordagem que as atividades turísticas passam a ser bastante consideradas, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento local em meio rural.

O turismo no espaço rural é então marcado pelo encontro entre uma atividade e um local onde esta vai exercer algum tipo de efeito: o turismo (e todas as suas características que envolvem a busca do homem moderno por usufruir o seu tempo livre, procurando ao mesmo tempo recuperar-se da fadiga do trabalho, desfrutar dos seus benefícios e galgar algum *status* social); e o rural, que serve de palco para esta atividade, sendo historicamente um espaço de produção, mas que sempre foi também um modo de vida, com todas as suas particularidades.

Vimos que os gestores públicos atribuem ao turismo um papel de destaque na correção dos problemas de desenvolvimento dos territórios onde atuam, mesmo sem conhecer todas as suas implicações. Estes estão muitas vezes convencidos de que a atividade turística vai proporcionar uma nova realidade, através da geração de uma série de benefícios. No caso do município de São Martinho também havia uma grande empolgação e expectativas em relação a isso quando se iniciou a atividade turística. No entanto, atualmente, como pudemos verificar, as lideranças municipais não demonstraram tanto entusiasmo e até um pouco de cautela quanto à contribuição dessa atividade para o desenvolvimento, embora ainda tenham destacado suas virtudes. Em parte isso pode ser explicado por já ter passado a fase inicial de implantação da atividade, que normalmente é acompanhada de grandes expectativas, bem como pela constatação de que algumas dessas não estariam se confirmando. Também não podemos esquecer as divergências políticas que perpassam a definição de prioridades no município.

A maioria das lideranças do município entende que a comunidade está se beneficiando com o turismo, mas, não tanto quanto poderia. A importância da atividade turística reside na criação de empregos, na geração de renda, na divulgação do município para além das fronteiras regionais, na maior facilidade de comunicação dos agricultores e ainda na própria auto-valorização dos moradores das comunidades onde o turismo ocorre.

Entre os principais obstáculos ao desenvolvimento do turismo no município, foram apontados a falta de recursos financeiros, de integração de ações e de uma “conversão de mentalidade” no sentido de que a atuação em prol do turismo é importante. Estes obstáculos podem ser interpretados como falta de vontade política e, além deste, aparece a necessidade de ampliar a estrutura de hospedagem. Há nesse sentido, um certo imobilismo por parte dos gestores públicos municipais em relação à atividade turística. Isso não está somente relacionado à falta de recursos, mas, principalmente, ao fato de que o principal responsável pelas políticas públicas considera a agropecuária muito mais importante e atribui um papel secundário à atividade turística.

A atividade turística gera efeitos que podem ser percebidos com maior ou menor intensidade pelos diversos grupos de indivíduos. Nesse sentido, as lideranças municipais apontam a melhoria do nível de vida das pessoas envolvidas com o turismo como sendo o que de melhor aconteceu depois do início desta atividade. Na visão deste grupo, o turismo teve um efeito positivo na vida da comunidade, sobretudo nas relações sociais e nas oportunidades de negócios. Já quanto à poluição, ao sossego e à tranquilidade, não são percebidas mudanças significativas, exceto quanto ao lixo e à depredação do patrimônio natural. Todavia foi afirmado que os benefícios proporcionados pelo turismo superariam os eventuais problemas.

Os recursos provenientes do turismo respondem pela maior parte da receita familiar de quase todos os empreendedores, sendo responsável por uma incontestável melhoria em seus níveis de vida. Houve, nas propriedades abertas à visita, um processo de refuncionalização em que a realização dos labores ligados ao turismo passou a ter prioridade. Embora ainda sejam mantidas algumas atividades agropecuárias, é certo que sua importância diminuiu muito em relação ao que era antes do turismo. Assim, a produção agropecuária é mantida nessas propriedades, mas está direcionada a atender as necessidades demandadas pela atividade turística. Já a participação dos recursos obtidos com o turismo na receita total familiar dos funcionários/fornecedores pode ser considerada significativa. No entanto, caracteriza-se mais como um complemento das outras atividades.

O turismo configura-se então como uma atividade que está sendo responsável pelo aumento da pluriatividade no espaço rural do município de São Martinho. Os dados apresentados e analisados no capítulo 4 confirmam a **hipótese a** (o turismo no espaço rural implica um pequeno número de famílias de empreendedores envolvidos diretamente com os visitantes. Entretanto, essas famílias contribuem para a pluriatividade de outras famílias, através das relações de trabalho, aquisição de produtos e pontos de comercialização), pois os empreendedores, embora em pequeno número, estão contribuindo consideravelmente através

de suas iniciativas para o aumento do número de famílias pluriativas, sendo significativo o contingente de pessoas que mantém algum tipo de envolvimento com a atividade turística.

A grande maioria dos empreendedores e dos funcionários/fornecedores afirmou que a comunidade estava se beneficiando com a atividade turística, principalmente através dos empregos gerados. Entre os não participantes, embora tenha havido alguma discordância, a maioria também tem a mesma visão. Para este grupo, embora com menor incidência, prevaleceram os empregos que são criados que contribuem para que mais pessoas permaneçam no lugar não precisando assim migrar.

No entanto, é preciso ter muito cuidado quando nos referimos aos efeitos do turismo no espaço rural na geração de emprego, pois a sua importância vai depender das condições locais e dos tipos de atividades que estão envolvidas. Isso é mais relevante quando se alude a este caso como modelo para outros, pois as realidades Brasil afora são muito diferentes, como diferentes também são as experiências desenvolvidas.

A segmentação em grupos dos integrantes da comunidade em função do tipo de participação na atividade turística e do não envolvimento com esta, teve como objetivo responder a uma de nossas questões de pesquisa. Esperávamos constatar entre os não participantes, um certo grau de animosidade em relação ao turismo, ou seja, que estes tenderiam a perceber mais os efeitos negativos da atividade. Todavia, apenas uma minoria, que se configura pouco significativa, afirmou que a comunidade não estaria tendo benefícios com o turismo.

Além disso, todos os empreendedores e a grande maioria dos funcionários/fornecedores opinam que o município vai se desenvolver com o turismo, sendo para isso, necessário acontecer um maior envolvimento do poder público na atividade e melhoria dos acessos aos empreendimentos. Também entre os não participantes o município pode se desenvolver através do turismo, inclusive estes atribuem uma boa classificação à importância da atividade para o seu desenvolvimento.

Embora a grande maioria dos entrevistados, tanto das lideranças municipais como dos moradores do espaço rural, entenda que a comunidade está sendo beneficiada com a atividade turística e que o município vai se desenvolver através dela, quando estabelecemos uma comparação entre o número de famílias que possuem algum tipo de envolvimento com o turismo e o total de famílias do espaço rural, percebemos que é pouco significativo. Isso faz com que aceitemos a **hipótese b** (embora possa ser considerado significativo o número de pessoas envolvidas na atividade turística, a maioria dos habitantes do espaço rural de São

Martinho não se beneficia diretamente do turismo), pois a maioria dos habitantes do espaço rural de São Martinho não se beneficia diretamente do turismo.

Há vários fatores que interferem na decisão de uma pessoa em abandonar o espaço rural. Entre os principais estão aqueles ligados à própria sobrevivência de suas famílias, mas também a toda uma valoração depreciativa do campo em relação à cidade, que fazia com que os habitantes do campo desejassem morar nela, passando a integrar uma nova realidade de progresso e “desenvolvimento”. Essa antiga realidade passa na atualidade por um processo de mudança, no sentido de uma (re)valorização do que outrora era tido como atrasado. Isso se traduz na satisfação expressa pelos habitantes rurais em relação ao local onde vivem. A cidade não é mais vista como algo tão desejado, estando bastante presente no imaginário destas pessoas a visão das mazelas sociais e dos graves problemas vinculados principalmente às grandes cidades, como a poluição e a violência.

A esmagadora maioria dos empreendedores, dos funcionários/fornecedores e dos não participantes gostam de viver no rural, devido a ser um lugar mais calmo, tranquilo, por ser o local onde nasceram e cresceram, estando assim adaptados a esse modo de vida. Há então um forte elo que liga esses indivíduos a seu local de moradia, que fica evidente no sentimento de afetividade manifestado por este lugar. Podemos assim considerar que as pessoas que permanecem no rural têm o vínculo com o lugar ainda mais reforçado, justamente pelo destaque que cada vez mais passam a ter as amenidades rurais e o seu modo de vida. Esse outro olhar sobre o campo por parte dos cidadãos tem reflexo direto na auto-estima dos seus moradores e especialmente das pessoas que têm mais contato com os visitantes.

Como era de se esperar então pelo já manifestado apreço pelo rural como local de moradia, a grande maioria das pessoas entrevistadas dos três grupos de moradores pesquisados não manifestou nenhuma vontade em morar na cidade. Assim, mais uma vez não identificamos diferença significativa entre a visão dos empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes. Considerando que, principalmente, os jovens são obrigados a migrar em busca de uma melhor qualificação profissional ou mesmo dos empregos que são escassos no campo, as oportunidades criadas pelo turismo, mesmo que avaliadas como pouco significativas num contexto mais amplo, representam, na maioria das vezes, o principal elemento na decisão em não partir. Nesse sentido, podemos buscar explicação em dois fatores principais: um deles, que entendemos ser a principal motivação dos empreendedores e funcionários/fornecedores para não pensar em sair de seu local de moradia, é a possibilidade de ter uma melhor condição de vida em função da receita e das ocupações geradas pela atividade turística. Já para os não participantes, todo esse processo de

(re)valorização dos atributos e da vida no espaço rural, em grande medida reforçado pelo turismo, certamente exerce alguma influência.

A partir do contato com os visitantes as pessoas residentes no espaço rural passam também a (re)significar o seu olhar sobre o espaço onde vivem, ou seja, começam a dar mais valor ao seu modo de vida, passando a ter mais orgulho do lugar onde vivem e trabalham, pois vêem que este é muito valorizado pelas pessoas de fora. Essa (re)valorização do rural pelos próprios moradores passa a ter uma certa importância na amenização do êxodo. Não que a cidade, mesmo com todos os seus problemas, não represente ainda um grande atrativo, sobretudo para os jovens, mas essa (re)valorização do rural desperta, em vez de repulsa por morar num lugar outrora tido como atrasado, o orgulho por viver em contato com a natureza, longe dos problemas da cidade. Assim, o turismo provoca também uma elevação da auto-estima das pessoas do rural, ou seja, eles próprios passam a se valorizar e a olhar para o local onde vivem com mais carinho e orgulho. Mas é claro que só isso não basta para que essas pessoas permaneçam nesses locais. É fundamental que elas tenham renda, ou seja, que consigam prover o seu próprio sustento e de suas famílias, e mais do que isso, com um bom nível de vida.

É precisamente a demanda dos cidadãos pelo rural que provoca essa mudança de mentalidade nas pessoas do campo, que faz com que eles valorizem o lugar onde moram, as coisas que produzem e passem a não se sentir inferiores e excluídos. É claro que os recursos obtidos com a atividade turística têm importância crucial para as pessoas envolvidas, pois sem esta, seria menor a possibilidade de terem melhorado o seu nível de vida. Mas fundamentalmente o que se percebe é que, mesmo nas famílias sem nenhuma relação com o turismo, a auto-estima melhora, mesmo frente aos problemas que eles enfrentam para sobreviver das atividades agropecuárias.

Verificamos que os moradores percebem algumas diferenças entre eles e os visitantes. Diferenças que são de caráter pessoal, mas também na forma como cada um olha o local. Aqui encontramos uma pequena diferença entre a visão dos empreendedores e dos funcionários/fornecedores, enquanto para os primeiros são mais marcantes as diferenças de caráter pessoal, os segundos se referiram mais a diferente maneira de ver o local. Assim, estas podem ser reunidas em dois grupos principais: um que envolve características pessoais dos visitantes e moradores, tanto físicas como comportamentais, onde os primeiros são mais educados, refinados, bem vestidos, com melhor nível de vida, etc.; e o outro voltado para o olhar que cada um lança sobre o local, em que os moradores da comunidade por já estarem acostumados com o ambiente não valorizam determinadas coisas, como as belezas naturais,

que são muito apreciadas pelos visitantes e que para os autóctones são consideradas limitações para a atividade agropecuária.

As atividades exercidas na agropecuária são vistas como não sendo mais suficientes para prover o sustento familiar, especialmente para quem possui propriedade com pequena extensão de terra. A atividade turística é abalizada como importante nesse contexto de dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais com a agropecuária. As famílias com plurirendimentos parecem ter uma condição de vida bem melhor que aqueles que dependem somente da agropecuária. Nesse sentido, é apontada como sendo positiva a busca de diversificação das atividades e rendimentos.

A esmagadora maioria dos entrevistados constatou mudanças no espaço rural a partir do turismo. Os enfoques que obtivemos foram bastante variados entre os empreendedores, sendo que alguns apontaram mais de uma mudança. As alterações percebidas são de caráter pessoal e no perfil dos visitantes. Entre funcionários/fornecedores é mais marcante o aumento do movimento em função do fluxo de visitantes e a geração de emprego e renda. Quanto aos não participantes, a opinião destes se revestiu de grande importância, pois além de identificar os possíveis efeitos que o turismo desempenha na comunidade, também é base para apurar a aceitação desta atividade entre aqueles que não estão se beneficiando dela diretamente. A grande maioria identificou alguma mudança a partir do início da atividade turística, sendo mais referido o aumento do movimento tanto de pessoas como de veículos nas estradas.

Para os empreendedores o que mudou para melhor foi a questão financeira, sendo inevitável que comparassem a atual situação financeira familiar com a anterior, quando dependiam basicamente das atividades agropecuárias. Já os funcionários/fornecedores se referiram a parte financeira e também aos empregos criados com o turismo. Entre os não participantes os empregos criados é o que de melhor aconteceu.

Quanto aos aspectos negativos, ou seja, o que mudou para pior com o turismo, para a maioria das pessoas envolvidas não houve nenhum tipo de mudança para pior. Contudo, para os que apontaram algum fator negativo, prevaleceu a diminuição da tranquilidade. Já entre os não participantes há uma divisão entre os que não atribuem e os que atribuem efeito negativo, estes manifestando também a redução da tranquilidade. Isso está diretamente ligado ao surgimento de um certo sentimento de insegurança motivado por alguns casos isolados de roubos que aconteceram, mas que tiveram a sua importância ampliada no imaginário de algumas pessoas.

Os locais que passam a ser freqüentados por visitantes sofrem alterações que são mais ou menos sentidas conforme a intensidade do fluxo de pessoas e o olhar de quem observa

esses acontecimentos. Nesse sentido, buscamos identificar o que os empreendedores, funcionários/fornecedores e não participantes pensavam ser os problemas advindos da atividade turística e após saber qual a posição destes em relação ao incentivo ao turismo. Assim, quanto aos empreendedores, a maioria expôs algum tipo de problema causado pela atividade turística, estando entre os principais a presença de pessoas indesejáveis e a pouca presença da administração pública municipal. Já a maioria dos funcionários/fornecedores afirmou que o turismo não causa problemas e para os outros (a minoria) seriam a sazonalidade e a conservação das estradas. Em relação aos não participantes, constatamos, com um pouco de surpresa, pois acreditávamos que as pessoas sem envolvimento com a atividade turística estariam muito mais propensas a identificar os possíveis problemas dela decorrentes, que a maioria dos entrevistados não identificou nenhum tipo de problema em função do turismo. Para aqueles que identificaram problemas o destaque ficou com os roubos e a conseqüente redução da tranquilidade.

Isso influenciou diretamente na manifestação de apoio à atividade turística, pela maioria dos entrevistados integrantes dos três grupos. É interessante notar que, embora tenham sido apontados alguns problemas decorrentes da atividade, não constatamos nenhuma oposição mais veemente ao desenvolvimento turístico no município. Isso nos faz acreditar que os benefícios dessa atividade são considerados mais relevantes que os problemas gerados e que o turismo é bem aceito no contexto dessa ruralidade.

Constatamos que para a maioria dos moradores entrevistados as relações sociais na comunidade estão melhores depois do turismo. Entretanto, não deixamos de perceber que está havendo certo deterioramento, pois muitas das pessoas envolvidas com o turismo não podem mais participar com a mesma freqüência das atividades da comunidade, uma vez que é justamente nos finais de semana que eles estão mais envolvidos com os visitantes. No que diz respeito à poluição, houve divisão entre os empreendedores, uns achando que melhorou e outros que piorou. Já para os funcionários/fornecedores e não participantes, a maior parte destes entende que a poluição está pior devido ao lixo e a poeira, entretanto, somadas, contabilizam maioria as pessoas que não perceberam diferença com aquelas que acham que está melhor.

Quanto ao sossego e a tranquilidade, pudemos verificar que todos os empreendedores e a grande maioria dos funcionários/fornecedores entrevistados afirmaram ter diminuído, enquanto que entre os não participantes percebemos que há uma divisão entre aqueles que entendem que piorou e aqueles para quem continua tudo a mesma coisa. Constatamos assim que a redução do sossego e da tranquilidade é mais percebida pelas pessoas que estão

envolvidas com o turismo. Ao considerarmos as oportunidades de negócio na comunidade na visão dos empreendedores, dos funcionários/fornecedores e não participantes vamos perceber que a grande maioria afirmou terem melhorado depois de haver começado as atividades relacionadas ao turismo.

Com base no que foi analisado no capítulo 5 e sintetizado aqui, temos que rejeitar a **hipótese c** (a visão dos moradores em relação aos efeitos do turismo no espaço rural é diferente de acordo com o grau de envolvimento destes na atividade. Essa visão tende a ser mais positiva quanto maior for o envolvimento com a atividade turística), pois não ocorre diferença significativa na visão dos moradores envolvidos e não envolvidos em relação aos efeitos do turismo no espaço rural de São Martinho.

É preciso não esquecer que o espaço rural é, antes de qualquer coisa, um espaço de múltiplas vivências, sendo assim local de residência e trabalho. Considerando esse pressuposto, pudemos identificar uma postura bastante favorável por parte dos diferentes grupos de moradores em relação ao desenvolvimento do turismo no espaço rural na sua comunidade. Essa reação, por um lado, pode ser atribuída ao que estão representando atualmente para a comunidade os empregos e a renda gerados pelo turismo perante uma situação de muitas dificuldades enfrentadas com as atividades agropecuárias tradicionais, o que faz com que a procura por outras opções de afazeres e rendimentos seja encarada como fundamental na atual realidade.

Considerando que crescimento não é a mesma coisa que desenvolvimento, entendemos que o turismo no espaço rural pode vir a ser importante para o crescimento econômico, e isso fica evidente em relação aos rendimentos e oportunidades indicados pelos moradores, mas que sozinho não reúne condições de promover o desenvolvimento do local onde é realizado. Nesse sentido, nos apropriamos das palavras de Moreira (1994, p. 91): “não pensamos de forma nenhuma que o turismo só por si seja suficiente para originar estas mudanças, pensamos no entanto que pode funcionar numa primeira fase como despoletador e, posteriormente, integrado com as restantes atividades, assumir-se como um poderoso coadjuvante nesse processo”.

Buscamos então demonstrar que o turismo no espaço rural, mesmo com sua capacidade de gerar diversos efeitos positivos na economia local, sozinho não leva ao desenvolvimento e mesmo em termos de crescimento econômico seu reflexo é muitas vezes pequeno, dependendo do nível espacial que se analisa. Queremos explicitamente deixar registrado que o efeito da atividade turística tem um alcance limitado em termos de desenvolvimento, pois, como vimos, embora com todo o sucesso alcançado por São Martinho,

a grande maioria dos moradores não participantes não sentiram nenhum tipo de melhoria no seu nível de vida em decorrência desta atividade. Assim, temos que aceitar a **hipótese d** (se desenvolvimento pressupõe melhoria da qualidade de vida de toda a população, o turismo no espaço rural, embora contribua para dinamizar a economia local, não leva necessariamente ao desenvolvimento local), visto que o turismo no espaço rural não tem como consequência a melhoria da qualidade de vida da população rural do município como um todo.

Contudo, é importante destacar que esta atividade parece ter uma função muito importante, pois consegue mobilizar alguns recursos e, principalmente, despertar capacidades humanas que estavam latentes e mesmo subutilizadas. Pensamos então que o turismo no espaço rural deva necessariamente ser incluído num programa de desenvolvimento que envolva a agropecuária, a agroindústria, bem como outras atividades não agrícolas. Somente assim poderá vir a desempenhar um papel relevante na busca por uma situação de desenvolvimento do tecido econômico e social do espaço rural local.

Todo processo de desenvolvimento local implica que haja uma política pública que, por sua vez, pressupõe a existência de estratégias específicas baseadas em cada realidade. Além disso, a participação do setor público se reveste de fundamental importância nos pequenos municípios como São Martinho, pois uma pequena propriedade sozinha normalmente não constitui um atrativo suficiente para despertar e sustentar um fluxo de demanda, sendo necessário um conjunto de atrativos e cabendo ao poder público local apoiar, sobretudo a fase inicial de organização e operacionalização.

Para finalizar, gostaríamos de salientar mais uma vez, que nosso trabalho não colocou em causa o desenvolvimento turístico do espaço rural, mas sim o desenvolvimento do espaço rural onde o turismo está sendo realizado, abordando as transformações engendradas por esta atividade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992. 275p.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149p.

ALBUQUERQUE, M. C. C. de; NICOL, R. **Economia agrícola**: o setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. 355p.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, n. 15. 2000, p. 87-112.

_____. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 147-173.

ALMEIDA, A. F. de; PEREIRA, M. T.; VECCHIATTI, K. Análise sócio-ambiental das atividades voltadas ao turismo no meio rural na região de Guararema, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000. Piracicaba. **Anais ...** Piracicaba: [s. n.], 2000. p. 203-209.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC, 1989. 182p.

ANDRADE, J. V. de. **Lazer**: princípios, tipos e formas na vida e no trabalho. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a. 200p.

ANDRADE, J. V. **Gestão em lazer e turismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b. 176p.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374p.

ARAÚJO, J. G. F. de. **ABC do turismo rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 138p.

BACAL, S. **Lazer e o universo dos possíveis**. São Paulo: Aleph, 2003. 144p.

BAIDAL, J. A. I. ¿Constituye el turismo la mejor apuesta para el desarrollo rural? In: RUBIO, M. V. (Coord.). **Los turismos de interior**: el retorno a la tradición viajera. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. 1997. p. 675-683. (Colección de Estudios).

BALSADI, O. V. Emprego agrícola no Brasil e no Estado de São Paulo nos anos 90. **Ops**, Salvador, v. 2, n. 7, p. 15-23, 1997.

BAPTISTA, F. O. O rural depois da agricultura. In: FONSECA, M. L. (Coord.). **Desenvolvimento e território**: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. p. 85-105.

BAPTISTA, M. A cultura e o ambiente na competitividade do turismo no espaço rural. In: SEMINÁRIO TURISMO RURAL, 1998, Vila de Rei. **Anais ...** Vila de Rei: Associação Portuguesa de Management, 1998. p. 1-36.

BARRERA, E. Situação do turismo rural na Argentina. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. p. 181-208. (Turismo).

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus. 2000. 164p. (Turismo).

_____. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 17-36.

BARRETO, M. J. Turismo no espaço rural cresce de vento em popa. **A Razão**, [S. l.], v. 4, n. 30, p. 32-41, mar. 1992.

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 53-59, jul./set. 1996.

BEBER, A. M. C.; BARRETTO, M. Los cambios socioculturales y el turismo rural: el caso de una posada familiar. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, El Sauzal, Tenerife, v. 5, n. 1, p. 45-52. 2007.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 178p.

BENEVIDES, I. P. O PRODETUR-CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 163-176.

BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimos a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 31-34.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.

_____. **Economia, espaço e globalização: na aurora do Século XXI**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. 264p.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC, 2003. 170p. (Turis).

BRASIL, Ministério do Turismo. **Roteirização turística – Módulo Operacional 7**, Brasília, 2005. 26p. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/regionalização>>. Acesso em: 06 de junho de 2007.

BRUYNE, P. de et. al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. 252p.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 180p.

CALDAS, J. C. Estudos rurais: continuidades e rupturas. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta, 2003. p. 533-539.

CALVENTE, M. del C. M. H. **Turismo e excursionismo: o qualificativo rural: um estudo das experiências e potencialidades no norte velho do Paraná**. 2001. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 100p. (Primeiros Passos, 172).

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 145-179.

_____. O lazer e o novo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002. Passo Fundo. **Anais ...** Passo Fundo: SOBER, 2002. p. 1-14.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002. 296p.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. 228p.

_____. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

_____. **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade**. II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/iisemina/mjose.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2005.

CARVALHO, L. M. C. **Políticas de desenvolvimento em regiões desfavorecidas: o caso de Portalegre**. 2000. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planejamento Regional e Local) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

CASTELLS, M. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 147-171.

_____. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 617p. v. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CAVACO, C. **A agricultura a tempo parcial em Portugal: nota introdutória**. Estudos de geografia humana e regional. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1980. 41p. (série B-Portugal).

_____. A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado econômico, social e geográfico. **Economia**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 271-313, mai. 1981.

_____. O mundo rural em Portugal. In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO. **O programa de desenvolvimento regional e o mundo rural**. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1993. p. 91-109.

_____. Turismo rural e desenvolvimento local. . In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999a. p. 94-121.

_____. O mundo rural português: desafios e futuros? In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural**: desafio e utopia. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999b. p. 135-148. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

_____. Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.). **TERN**: turismo em espaços rurais e naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003a. p. 25-38.

_____. O mundo rural português: desafios e futuros? In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003b. p. 15-33. (Turismo).

_____. Ambiente e usos do território: reflexões incômodas. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta, 2003c. p. 189-198.

_____. Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta? In: ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. de. (Org.). **Turismo rural**: patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria: UFSM, 2006. p. 63-104.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. p. 153-174.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1995. 164p. (Biblioteca de Educação, série 1, v. 16).

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990. p. 87-121.

CLAVÉ, S. A.; REVERTÉ, F. G. Opciones del turismo para el desarrollo sostenible de los espacios rurales. In: RUBIO, M. V. (Coord.). **Los turismos de interior**: el retorno a la tradición viajera. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid. 1997. p. 61-69 (Colección de Estudios).

CORDOVIL, F.; ROSA, M. (Coord.). **Desenvolvimento rural**: novas realidades e perspectivas. Lisboa: DGDRural, 1997. 85p. (Estudos e Análises).

CORIOLOANO, L. N. M. T. Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. In: _____. (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998. p. 28-55.

COSMELLI, J. M. **Teoria da atratividade turística**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1997. 70p. (Série Cadernos).

COSTA, E. M. da. **Reestruturação econômica e desenvolvimento local**: o caso de Castelo Branco. 1992. 223f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planejamento Regional e Local) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

COVAS, A. **As amenidades rurais**: um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas. Lisboa: Direção-Geral de Desenvolvimento Rural. 1999. 55p. (Estudos e Análises, n. 8).

CRISTÓVÃO, A. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Org.). **Turismo rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 81-116.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 51-66.

DALE, P. J. **Novas dimensões da ruralidade**: turismo e desenvolvimento territorial. 2001. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. São Paulo: Ícone Editora, 1983. 240p.

DEL GROSSI, M. E. A pluriatividade no meio rural brasileiro. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. **Anais ...** Natal: SOBER, 1997. p. 804-837.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. In.: AGUIAR, D.; PINHO, J. B. (Ed.). **O agronegócio brasileiro**: desafios e perspectivas, Brasília: SOBER, 1998. p. 635-646.

DE MASI, D. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. 354p.

_____. **O ócio criativo**: entrevista a Maria Serena Palieri. Rio de Janeiro: Sextante, 2000a. 328p.

_____. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: **Lazer numa sociedade globalizada**: leisure in a globalized society. São Paulo: SESC, 2000b. p. 121-137.

_____. (Org.). **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001. 183p.

DIAS, R. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003. 251p.

DIAS, C. M. de M. **Ribeirão Preto, “Le pays du café”**: propostas de utilização turística em fazendas históricas. 1996. 149f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DINIS, F. J. L. de S. O turismo em espaço rural no LEADER I: uma oportunidade ganha ou uma aposta perdida. In: ENCONTRO NACIONAL DA APDR, 6., 1999, Braga. **Anais ... Braga**: [s. n], 1999. p. 639-650.

DINIZ, F.; GERRY, C. A problemática do desenvolvimento rural. In: COSTA, J. da S. (Org.). **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002. p. 535-570.

DIRKSEN, V. **Viver em São Martinho**: a colonização alemã no Vale do Capivari. Florianópolis: Edição do Autor, 1995. 212p.

DOWBOR, L. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Primeiros Passos, n. 285).

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 115, p.139-154, mar. 2002.

DUMAZEDIER, J. **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: PUC, 1975. 73p.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 249p.

ELESBÃO, I. **Turismo rural em São Martinho (SC)**: uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal. 2001. 154f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

EMBRATUR. **Manual operacional do turismo rural**. Brasília: DEPLAM/EMBRATUR, 1994. 38p.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 33, p. 45-54, 2000.

FERREIRA, A. C. V. C. **Turismo no espaço rural**: formas de alojamento e impactos na sub-região Minho-Lima. 2004. 524f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 28-46, abr. 2002.

FERREIRA, C. Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de “novos e velhos” residentes. In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural**: desafio e utopia. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 313-318. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

FIGUEIREDO, E. Ambiente rural: a utopia dos urbanos? In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural**: desafio e utopia. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 263-279. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

_____. Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar?: algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.). **TERN: turismo em espaços rurais e naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003b. p. 65-81.

FREIRE, J. P. de A. G. G.; ANDRADE, M. I. N.; PAIVA, S. F. de O. O turismo no espaço rural na Região Centro. **Estudos Sectoriais**, Coimbra, n. 9, p. 1-95, 1996.

FROEHLICH, J. M. **Sexualidade, subjetivação e poder**: o discurso de liberação “liberação dos costumes” em Vila Block, RS. 1994. 251f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o “desenvolvimento”. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 181-197.

FÜRSTENAU, V. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 139-154, 1987.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964. 292p.

GARCIA, A.; PALMEIRA, M. Rastros de casas-grandes e senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 38-77.

GARCIA, A. M. M. **Turismo e desenvolvimento local**: o exemplo de Manteigas. 1996. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planejamento Regional e Local) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **RBCS**, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 59-67, out. 1990.

GODINHO, C. O turismo em espaço rural (TER) em Portugal: problemas e desafios para o futuro. **Turismo & Desenvolvimento**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 91-93, 2004.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995a.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995b.

GÓMEZ, V. B. **Turismo en espacio rural**: rehabilitación del patrimonio sociocultural y de la economía local. Madrid: Editorial Popular, 1988. 134p.

GONÇALVES, R. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 137p.

GONZÁLEZ, A. F. A. El valor del fenómeno turístico: ¿panacea para la ordenación de los espacios interiores deprimidos? In: RUBIO, M. V. (Coord.). **Los turismos de interior**: el

retorno a la tradición viajera. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1997. p. 71-80. (Colección de Estudios).

GONZÁLEZ, M. R. El turismo como nueva fuente de ingresos para el medio rural de Castilla y León. **Cuadernos de Turismo**, Murcia, n. 16, p. 175-195, 2005.

GORBACHEV, M. **Meu manifesto pela Terra**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 135p.

GOVERNO DE PORTUGAL. **Férias dos portugueses 2006**. Portugal: Instituto de Turismo de Portugal, 2007. 44p. Disponível em: <<http://www.turismodeportugal.pt>>. Acesso em: 05 jun. 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. A gestão das políticas agrícolas numa agricultura moderna. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXVI, 1988, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: SOBER, 1988. p. 244-273.

_____. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, A. C. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro**. Uberlândia: 1997, p. 75-100.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. 211p.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 15-62. (Turismo).

GREMAUD, A. P.; SAES, F. A. M. de; TONETO JR, R. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997. 247p.

GROLLEAU, H. A emoção primeiro que tudo. In: CADERNOS LEADER. **Comercializar um turismo rural de qualidade**. Bruxelas: AEIDL, 1994. p. 7-8.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. et al. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA, 2000. 74p.

GUERREIRO, S. Turismo em espaço rural: políticas e perspectivas de desenvolvimento. In: **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MANAGEMENT**. Porto: Vida Econômica, 2001. p. 37-46.

GUERRERO, A. E. A. El turismo rural: una de las alternativas al desarrollo rural en la Serranía de Cuenca. **Cuadernos del Turismo**, Murcia, n. 13, p. 73-89, 2004.

GUZZATTI, T. C.; SCHMIDT, W.; PARENTE, M. das M. Associação acolhida na colônia: organização e solidariedade no desenvolvimento do agroturismo. In: CITURDES, 4., 2004, Joinville. **Anais ...** Joinville: IELUSC, 2004. 1 CD-ROM.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998. 364p. (Zero à Esquerda).

HOBBSAWM, E. J. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 594p.

IANNI, O. **A sociedade global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. 194p.

_____. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-32, abr./jun. 1998.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 135p.

JOAQUIM, G. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade. In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural**: desafio e utopia. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 305-312. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

KASTENHOLZ, E. A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.). **TERN**: turismo em espaços rurais e naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003. p. 203-216.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 235p.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). **Turismo**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000a. p. 117-128

_____. Bases para a elaboração de um trabalho científico no turismo. In: _____. (Org.). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000b. p. 298-311.

LEADER II. **O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade**. Lisboa: Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, 2003. 366p.

LEAL, C. M. **O turismo rural e a União Européia**: uma realidade em expansão. Coimbra: Almedina, 2001. 260p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 100p.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papirus, 1983. 83p. (Krisis).

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300. mai./ago. 2004.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. 1999. 211f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- MELO, J. P. B. de. A problemática e as políticas de desenvolvimento local. In: COSTA, J. da S. (Org.). **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002. p. 515-534.
- MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-30.
- MOLETTA, V. F.; GOIDANICH, K. L. **Turismo rural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1999. 64p. (Série Desenvolvendo o Turismo, n. 6).
- MOREIRA, F. J. **O turismo em espaço rural: enquadramento e expressão geográfica em território português**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994. 225p. (Estudos Gerais B8).
- MOREIRA, M. B. **Globalização e agricultura: zonas rurais desfavorecidas**. Oeiras: Celta, 2001. 225p.
- MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 204p.
- MORENO, L. M. C. **Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminhantes**. 2002. 498f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- NAVE, J. G. O rural e seus duplos. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta, 2003. p. 129-148.
- OHMAE, K. **O fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. 214p.
- OLIVEIRA, C. G. de S. **Turismo rural: procedimentos para implantação dessa atividade em propriedade rurais do estado de São Paulo**. 2001. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. 2003. 237f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papirus. 1997. 94p. (Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- PEREZ, E. C.; GANSO, M, F. La influencia del turismo en el desarrollo rural: proyecto piloto de Taramundi. **Sociedade e Território**, Porto, n. 28, p. 69-78, ago. 1998.
- PIN, J. V.; CARNIELLI, D. Agroturismo: impactos do turismo no espaço rural. In: CALIMAN, O. (Coord.). **Impactos sobre o turismo no Espírito Santo**. Vitória: SEBRAE/ES, 2005. p. 33-43.
- PIRES, P. dos S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 117-132. (Turismo).

_____. O despertar dos municípios para o turismo: potencialidades e limitações em análise. In: CITURDES, 4., 2004, Joinville. **Anais ...** Joinville: IELUSC, 2004. 1 CD-ROM.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 20 de março de 2006.

PORTELA, J. Agricultores e agriculturas: que futuros?: memória para um debate urgente. In: MINISTÉRIO DA AGRICULTUA. **Dois contributos para um livro branco sobre agricultura e o meio rural**. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1993. p. 109-303.

PORTUGUEZ, A. P. Turismo e desenvolvimento socioespacial: reflexões sobre a experiência do agroturismo no estado do Espírito Santo. In: LIMA, L. C. (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998. p. 229-249.

_____. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. 127p.

REIS, J. O desenvolvimento local é possível? In: SPER. **Fórum**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1994. p. 3-16.

REQUIXA, R. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977. 111p.

_____. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980. 103p.

RIBEIRO, J. C.; FREITAS, M. M. de; MENDES, R. B. **O turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal**. Braga: Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, 2000. 18p.

RIBEIRO, M. Turismo rural em Portugal: dos seus protagonistas principais e da sua configuração. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. p. 209-238. (Turismo).

_____. Oportunidades empresariais no sector do turismo em regiões do interior de Portugal. **Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], n. 10, p. 319-332, 2001.

_____. Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta, 2003a. p. 199-215.

_____. Pelo turismo é que vamos/podemos ir (?): sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.). **TERN: turismo em espaços rurais e naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003b. p. 41-56.

RIVERO, O. de. **O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2002. 222p.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999a. 158p.

_____. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000a. p. 51-68.

_____. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 111-126. (Turismo).

RODRÍGUEZ, B. B. El turismo rural en Galicia: análisis de su evolución en la última década. **Cuadernos de Turismo**, Murcia, n. 17, p. 25-49, 2006.

ROZAR, A. et al. **Plano de desenvolvimento turístico de São Martinho**. São José: UNIVALI, 2006. 191p.

RUSCHMANN, D. van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000a. p. 63-74 (Turismo).

_____. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000b. 199p. (Turismo).

RUSSELL, B. O elogio ao ócio. In: DE MASI, D. (Org.). **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001. p. 49-74.

SACHS, I. O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 197-217.

_____. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 155-163.

_____. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152p.

SALGADO, S. R. da C. Experiências municipais e desenvolvimento local. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 48-52, jul./set. 1996.

SARTOR, L. F. **Turismo rural**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. 62p.

SCHMIDT, W.; SCHMIDT, W.; TURNES, V. A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um “território” nas encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 287-307.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 208p.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000. p. 15-50.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1974. 687p.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SESSA, A. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre: UNIONTUR, 1983. 167p.

SEVINATE PINTO, A. Desenvolvimento rural: os objetivos, as ambigüidades e os meios. In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural**: desafio e utopia. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 367-370. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

SILVA, G. **O imaginário rural do leitor urbano**: o sonho mítico da casa no campo. 2000. 238f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVEIRA, M. A. T. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento**: um foco no estado do Paraná no contexto regional. 2002. 277f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 133-150. (Turismo).

SIMÕES, O. Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.). **TERN**: turismo em espaços rurais e naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003. p. 15-23.

SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A.; BURNAY, M. J. Contributos para um aproveitamento alternativo dos espaços rurais e naturais. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.). **TERN**: turismo em espaços rurais e naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003. p. 267-278.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 155p.

SIRGADO, J. R. **Turismo e desenvolvimento local e regional**: o caso do Conselho de Lagos na região do Algarve e no País. 1990. 358f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

SOARES, A. M. S. de C. **Contemplar Tomar a propósito do turismo**: representações e vivências da cidade turística. 1998. 254f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

SOLLA, X. M. S. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 113-129.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMANN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 198-224.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993. 242p.

SOUZA, M. de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. 2000. 304f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUZA, M. J. L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 17-22.

STIGLITZ, J. E. **Os exuberantes anos 90**: uma nova interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 391p.

STREETEN, P. Globalização: ameaça ou oportunidade? In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 71-153.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impactos ambiental. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000. 140p. v. 1.

TALAVERA, A. S. O rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol? In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 151-170.

_____. Desarrollos y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 13-50.

TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998. 185f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

TROPIA, F. **Turismo no meio rural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. 80p. (Pequena Empresa, n. 6).

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980. 288p.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 136-143.

_____. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. 94p. (ABC do Turismo).

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 231p.

VALENTE, S.; FIGUEIREDO, E. “O turismo que existe não é aquele que se quer...” In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.). **TERN: turismo em espaços rurais e naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003. p. 95-106.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP, 1991. 219p. (Estudos rurais, n. 11).

_____. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 197p.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 303p.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 5, p. 51-67, 2004.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 220p.

VERBOLE, A. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 117-140.

VILELA, S. L. de O. **Globalização e emergência de múltiplas ruralidades: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado**. 1999. 205f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000a.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conflitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 39-52.

WHITAKER, D. C. A. et. al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002a. p. 115-120.

YÁZIGI, E. **Turismo**: uma esperança condicional. 2. ed. São Paulo: Global, 1999. 190p.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. 205p.

YRUELA, M. P.; GUERRERO, M. del M. G. Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teoricas. In: SPER. **Forum**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1994. p. 44-86.

ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. p. 127-142 (Turismo).

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 31p. (Texto para discussão n. 702).

_____. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conflitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 113-128.

ACCARINI, J. H. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987. 224p.

ALMEIDA, A. C. et. al. O “sentir” da população sobre a transformação dos campos do Baixo Mondego. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 19, p. 29-41, 2000.

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.) **Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 264p. (Turis).

ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. de. (Org.) **Turismo rural**: patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. 255p.

ALVES, H. F. I. **Turismo e desenvolvimento**: a dimensão cultural – Serra da Mantiqueira (MG). Santa Maria: FACOS, 2005. 210p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 10).

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWINDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001. 203p.

ALVES MORENO, M. do R. N. P. **Da indução do desenvolvimento rural à gestão multiparticipada**. 1996. 258f. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

AMABLE, B.; PETIT, P. Ajustamento estrutural e política industrial: uma abordagem regulacionista. In: THÉRET, B.; BRAGA, J. C. de S. (Org.). **Regulação econômica e globalização**. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 351-391.

AMIROU, R.; BACHIMON, P. (Org.) **Le tourisme local**: une culture de l'exotisme. Paris: L'Harmattan, 2000. 237p.

ANJOS, F. S. dos. **A agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Universitária, 1995. 169p.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2001. 395p.

ARAÚJO, E. R. **O doutoramento**: a odisséia de uma fase de vida. Lisboa: Colibri, 2006. 221p.

AZANHA, J. M. P. **Uma idéia de pesquisa educacional**. São Paulo: EDUSP, 1992. 201p.

BAHL, M. **Agrupamentos turísticos municipais**. Curitiba: Prottexto, 2004. 176p.

_____. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004. 190p.

BALABANIAN, O. Le tourisme vert: défi ou utopie? In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural: desafio e utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 255-261. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

BANDUCCI JR., A.; BARRETTO, M. (Org.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001. (Turismo).

BAPTISTA, F. O. Um rural sem território. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.). **Portugal Chão**. Oeiras: Celta, 2003. p. 47-66.

BARBIERI, E. **Desenvolver ou preservar o ambiente?** São Paulo: Cidade Nova, 1996. 63 p. (Pensar Mundo Unido).

BARBOSA, A. Novos produtos turísticos rurais. In: SEMINÁRIO NOVAS ESTRATÉGIAS PARA O TURISMO, 2000, Porto. **Anais ...** Porto: Associação Empresarial de Portugal, 2001. p. 135-140.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280 p.

BECKER, D. F. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. **Estudo & Debate**, Lageado, v. 11, n. 1, p. 137-150, 2004.

BEZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: UFSM, 2004. 292 p.

BLOS, W. **Turismo rural e desenvolvimento local**: Lages (SC). Santa Maria: FACOS, 2005. 129p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 8).

BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 2004. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BOMBASSARO, L. C. **As fronteiras da epistemologia: como se constrói o conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1992. 144p.

BOULLÓN, R. C. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. Bauru: EDUSC, 2004. 208p.

BOVO, C. E. O. **Turismo rural no Estado de São Paulo: uma semente que floresce**. Santa Maria: FACOS, 2005. 150p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 9).

BRAGA, D. C. **Demanda turística: teoria e prática: universitários paulistanos como demanda segmentada**. 1999. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL, H. S.; OLIVEIRA, C. G. de S. Avaliação econômica do empreendimento de turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000. Piracicaba. **Anais ...** Piracicaba: [s. n.], 2000. p. 41-59.

BRICALLI, L. C. L. **Uma contribuição ao estudo das tipologias do turismo rural**. Santa Maria: Grupo Turismo e Desenvolvimento, 2003. 173p. (Série Dissertações, n. 4).

CALVENTE, M. del C. M. H. Turismo rural e modernização: sua forma e função. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 25-39, jan./jun. 2000.

_____. O turismo rural – informações e reflexões sobre as instituições e a regulação nas diversas escalas. **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 81-103, 2002.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. Tradução Álvaro Cabral. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1994. 447p.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SANTOS, R.; CARVALHO, L. F. de; SILVA, F. C. T. da. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 95-118.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. 306p.

CAVACO, C. A agricultura a tempo parcial como “factor de estabilidade e de paz social” em Portugal. **Finisterra**, Lisboa, v. XX, n. 39, p. 47-107, 1985.

_____. Diversidade dos processos de terceirização das explorações agrícolas. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 10, p. 179-198, 1991.

_____. O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal. In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural: desafio e utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 281-292. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

_____. Turismo rural e turismo de habitação em Portugal. _____. (Coord.). **Desenvolvimento rural: desafio e utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 293-304. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

_____. Turismo, comércio e desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 69-94.

_____. “Habitação” dos espaços rurais. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Porto, v. XIX, p. 47-64, 2003.

_____. Desafios de desenvolvimento rural: notas de leitura. **Finisterra**, Lisboa, v. XXXIX, n. 78, p. 99-112, 2004.

_____. As paisagens rurais: do ‘determinismo natural’ ao ‘determinismo político’? **Finisterra**, Lisboa, v. XL, n. 79, p. 73-101, 2005.

_____. Práticas e lugares de turismo. In: FONSECA, M. L. (Coord.). **Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. p. 299-362.

CAVACO, C.; RAMOS, A.; GOMES, H. O tapete no desenvolvimento local de Arriolos. In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural: desafio e utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 171-184. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001. 440p.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CLAVÉ, S. A.; MONNÉ, R. L. Turismo rural, desarrollo local y preservación del ambiente. Elementos para un desarrollo sostenible del turismo en la zona de montaña Prades-Montsant, Cataluña. **Ería**, Oviedo, n. 41, p. 227-238, 1996.

COLLER, X. Estudio de casos. **Cuadernos Metodológicos**, Madrid, n. 30, p. 1-140, 2005.

CORA, R. B. El turismo y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 86-93.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. 93p. (Série Princípios).

CORREIA, A. O turismo em espaço rural. **Lavoura Moderna**, Lisboa, p. 38-39, 1995.

CRAVIDÃO, F. D. Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares. In: FONSECA, M. L. (Coord.). **Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. p. 269-278.

CRAVIDÃO, F. D.; CUNHA, L. Turismo, investimento e impacto ambiental. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 10, p. 199-220, 1991.

CRISTÓVÃO, A. Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais: o caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 46-56, jan./mar. 2000.

CRISTÓVÃO, A.; TIBÉRIO, M. L.; DIÉGUEZ, V. C. (Coord.). **Microproduções agrícolas e desenvolvimento local no Douro – Duero**. Vila Real: UTAD, 2005. 208p.

CRISTÓVÃO, A.; DIÉGUEZ, V. C.; BAPTISTA, A. (Coord.) **Dinâmicas organizacionais e desenvolvimento local no Douro – Duero**. Vila Real: UTAD. 2005. 224p.

CUNHA, J. C. da. **Turismo rural**. Lisboa: Gabinete Coordenador das Acções para o Mundo Rural, 1990. 9p.

CUNHA, K. P. L. da. **Patrimônio e lugar: o turista no espaço rural de Mococa e seu interesse no atrativo histórico cultural**. 2003. 193f. Dissertação (Mestrado em Relações Públicas,

Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CUNHA, A. **A agricultura européia na encruzilhada**. Porto: Asa, 1996. 176p.

DALY, H. E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. In: MANDER, J.; GOLDSMITH, E. (Org.) **Economia Global Economia Local: a controvérsia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 207-211.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 293p.

DESMICHEL, P. Réalité économique et perceptions sociale du tourisme en milieu rural fragile: analyse à travers l'exemple de trois territoires pyrénéens. **Géographie Alpine**, Grenoble, v. 88, n. 3, p. 51-63, 2000.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. 208p.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1/2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

ESCALONA, F. M. de. Turismo y desarrollo. **Estudios Turísticos**, Madri, n. 115, p. 23-44, 1992.

ESPÍRITO SANTO, E. N. do. **Transformações da agricultura no estado de Santa Catarina, 1920-1985**. 1998. 198f. Tese (Doutorado em Ciências: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

ESTEVES, M. C. **A sustentabilidade dos empreendimentos rurais: um estudo a partir da implantação do turismo rural no estado de São Paulo**. 2004. 145f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ETXEZARRETA, M. La modernisation de l'agriculture espagnole et le développement rural. **Économie Rurale**, [S. l.], n. 202/203, p. 44-45, mars/juin 1991.

FERMISSON, J. A revitalização de áreas rurais no interior português: desafios e possibilidades de integração territorial. **GeoINova**, Lisboa, n. 1, p. 51-60, 2000.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 131-150.

FIGUEIREDO, E. **Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais**. 2003. 612f. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas ao Ambiente) – Departamento de Ordenamento e Ambiente, Universidade de Aveiro, Aveiro.

_____. Entre o vivido e o desejado: o papel do ambiente na nova dicotomia rural/urbano. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta, 2003. p. 149-166.

FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S. de; NORONHA, J. C. de. **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. 239p.

FIRMINO, A. **A modernização da agricultura portuguesa: um novo desafio para os agricultores de Coruche**. 1992. 496f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

FONSECA, M. L. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-68. (Turismo).

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 93p.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117p.

GALBRAITH, J. K. **A economia das fraudes inocentes: verdades para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 84p.

GAMA, A. Notas para uma geografia do tempo livre. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 7, p. 203-217, 1988.

GASPAR, F. **Turismo em espaços rurais e naturais**. Lisboa: [mimeo.], 2003. 8p.

GIARRACCA, N.; APARICIO, S.; GRAS, C. Multiocupacion y pluriactividad en el agro Argentino: el caso de los cañeros tucumanos. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 41, n. 162, p. 305-320, 2001.

GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. 6. ed. Lisboa: Presença, 2006. 91p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GOLDMANN, L. **Ciências humanas e filosofia: que é sociologia?** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. 117p.

GOODLAND, R. O crescimento atingiu o seu limite. In: MANDER, J.; GOLDSMITH, E. (Org.) **Economia Global Economia Local: a controvérsia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 223-233.

GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais ...** Brasília: SOBER, 1998. p. 117-142. v. 1.

GUERREIRO, J. P. **Sistemas agrários do Algarve: da exclusividade autárquica à integração pluriactiva**. 1993. 248f. Tese (Doutorado em Ciências Económicas) – Universidade do Algarve, Faro.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF, 2002. 186p.

HERVIEU, B. **Agricultura e desenvolvimento rural**: a necessária convergência. p. 1-7. Disponível em: <<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/agri/art01.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2005.

HEUSER, D. M. D. **Repercussões do agroturismo na qualidade de vida de núcleos familiares receptores de Santa Rosa de Lima (SC)**: um processo criativo e solidário. 2002. 126f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ISHIY, M. **Experiências brasileiras em agroturismo**: o exemplo da Fazenda Floresta (Lupércio – SP). 2002. 98f. Dissertação (Mestrado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JAPIASSU, H. **Introdução às Ciências Humanas**: análise de epistemologia histórica. São Paulo: Letras & Letras, 1994. 191p.

JAPPE, F. M. **Turismo e meios de comunicação**: estudo da divulgação do turismo rural em São José dos Ausentes (RS). Santa Maria: FACOS, 2005. 98p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 12).

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Tradução Maria J. C. Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 178p.

KANNI, F. N. **Turismo sustentável**: contribuições para um desenvolvimento socioambiental. 2002. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KNAFOU, R. L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. **Géographie Alpine**, Grenoble, Tome LXXIX, n. 4, p. 11-19, 1991.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 62-74.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do turismo**. Campinas: Papyrus, 1991. 122p. (Turismo)

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução Angela M. N. Tijiwa. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1993. 336p.

LEBRE, A. M. G. A urbanística do lazer e do turismo. **Sociedade e Território**, Porto, n. 28, p. 23-30, 1998.

LE MOS, A. I. G. de. (Org.) **Turismo**: impactos socioambientais. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. 305p. (Geografia: Teoria e Realidade, 31).

LIMA, A. L. L. de. **Educação profissional**: o ensino técnico em turismo rural. 2003. 77f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

LIMA, A. V. de. Agricultura de pluriactividade e integração espacial. **Sociologia – Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 8, p. 55-61, 1990.

LUÍS, E. Turismo no espaço rural em Portugal. **GeoINova**, Lisboa, n. 5, p. 139-152, 2002.

LUNARDI, R. **Turismo rural**: a contribuição da mulher, Campos de Cima da Serra, RS. Santa Maria: FACOS, 2007. 126p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 13).

LUTZENBERGER, J. A. O absurdo da agricultura. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 61-74, 2001.

MAGALHÃES, C. F. **Organização do espaço turístico de municípios mineiros**: uma proposta metodológica. 2000. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MAGNOLI, D. **Globalização**: estado nacional e espaço mundial. São Paulo: Moderna, 1997. 96p. (Polêmica).

MALINAUSKAS, M. D. **San Martin de los Andes**: uma percepção dos impactos sócio-econômicos e físicos ocasionados pela atividade turística. 1999. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARQUES, R. J. **Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências**: a participação dos cidadãos no Concelho de Santa Comba Dão. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2000. 183p. (Estudos de Geografia Humana e Regional, 42).

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 95-112, 2002.

MARTINEZ, J. M. B. El turismo rural como propuesta de revitalización económica de áreas rurales desfavorecidas: el suroeste soriano. **ERIA**, Oviedo, n. 33, p. 25-39, 1994.

MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica**: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 168p.

MELO, V. A. de; ALVES JÚNIOR, E. de D. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003. 153p.

MENDONÇA, M. C. A. de. **Gestão interada do turismo no espaço rural**. 2006. 305f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: HUCITEC. 1998. 270p. (Saúde em Debate, n. 46).

MORAES, C. dos S. **Turismo rural, renda e bem-estar**: estudo em Salvador do Sul, RS. Santa Maria: FACOS, 2007. 120p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 14).

MORENO, L. Desenvolvimento rural em obras: das raízes na utopia aos ramos da abordagem. In: CAVACO, C. (Coord.) **Desenvolvimento rural: desafio e utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 37-53. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

_____. (Coord.) **Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local**. Lisboa: animar, 2003. 237p.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989. 149p. (Estudos Rurais, n. 10).

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NOVAES, M. H. O desenvolvimento do turismo no espaço rural: considerações sobre o plano de Joinville – SC. In: ANSARAH, M. G. dos R. (Org.). **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999. p. 139-154.

PATRÍCIO, M. C. **Espaço de identidade e percepção em áreas de fronteira: o caso de Trás-os-Montes**. 2002. 708p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa.

PEDRON, F. de A. **Planejamento do turismo rural: estudo do roteiro Nostra Colônia, Jaguari, RS**. Santa Maria: FACOS, 2007. 112p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 15).

PIRES, M. J. Turismo rural: marketing de atrativos culturais na fazenda. In: OLIVEIRA, C. G. de S.; MOURA, J. C. de. (Ed.). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. **Anais ...** Piracicaba: [S. n.], 2000. p. 103-109.

PIRES, M. J. **Raízes do turismo no Brasil**. 2. ed. Barueri: Manole, 2002. 236p.

PRESVELOU, C. Ações inovadoras em turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. p. 143-162. (Turismo).

RATTNER, H. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1/2, p. 30-33, jan./jun. 1992.

REIS, J. O desenvolvimento local: condições e possibilidades. In: HOVEN, R. v. d.; NUNES, M. H. (Org.) **Desenvolvimento e ação local**. Lisboa: Fim de Século, 1996. p. 35-45.

_____. Observar a mudança: o papel dos estudos rurais. In: PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (Org.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta, 2003. p. 37-45.

REJOWSKI, M.; COSTA, B. K. (Org.) **Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2003. 316p.

REQUENA, J. C.; AVILÉS, P. R. O turismo, uma oportunidade para as zonas rurais desfavorecidas. In: CADERNOS LEADER. **Comercializar um turismo rural de qualidade**. Bruxelas: AEIDL, 1994. p. 9-13.

REZENDE, G. C. de. **A agricultura brasileira na década de 80**: crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119p. (Série IPEA, n. 138).

RIFKIN, J. A nova tecnologia e o fim dos empregos. In: MANDER, J.; GOLDSMITH, E. (Org.) **Economia Global Economia Local**: a controvérsia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 119-132.

RODRIGUES, I. da S. **Desenvolvimento do turismo e conservação da paisagem**: estudo do potencial turístico de Itaara (RS). Santa Maria: FACOS, 2005. 136p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 7).

RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 17-32.

_____. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. p. 111-126. (Turismo).

_____. Turismo e território: a apreensão da dinâmica espacial. In: FONSECA, M. L. (Coord.). **Desenvolvimento e território**: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. p. 247-267.

ROESE, M. **Problemas globais, respostas locais**: a indústria de móveis de madeira no Brasil à luz dos enfoques de cadeias produtivas e sistemas regionais de inovação. 2003. x?f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROSA, E. (Coord.). **INTERREG IIIA**: Douro/Duero séc. XXI: aproveitamento e valorização dos recursos. Vila Real: UTAD. 2005. 178p.

ROSSINI, R. E. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. In: SOUZA, M. A. A. de.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 97-120.

SALLES, M. M. G. **Turismo rural**: inventário turístico no meio rural. Campinas: Alínea, 2003. 128p.

SANTOS, A. L. B. R. dos. Alcoutim: expectativas e experiências para o desenvolvimento de um município rural. In: CAVACO, C. (Coord.). **Desenvolvimento rural**: desafio e utopia. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1999. p. 373-394. (Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 50).

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1995. 59p.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **O novo mapa do século**: fim de século e globalização. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 15-22.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 124p.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 308p.

SANTOS, N. P. dos; MENDES, A. G. Os espaços-tempos de lazer na sociedade de consumo contemporâneo. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 18, p. 129-137, 1999.

SILVA, M. F. da. **Caminhos de Pedra: família, comunidade e turismo rural – distrito de São Pedro, Bento Gonçalves (RS)**. Santa Maria: Grupo Turismo e Desenvolvimento, 2002. 157p. (Série Dissertações, n. 3).

SILVA, G.; EDWARDS, J.; VAUGHN, R. Oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento do turismo rural. In: SIMÕES, O.; CRISTOVÃO, A. (Org.). **TERN: turismo em espaços rurais e naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003. p. 217-227.

SILVA, J. A.; PERNA, F. Turismo e desenvolvimento auto-sustentado. In: COSTA, J. da S. (Org.). **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002. p. 451-474.

SOUZA, T. M. M. de; BRAGA, T. M. Desenvolvimento via turismo: um enfoque sobre os mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. **RDE**, Salvador, n. 12, p. 59-68, 2005.

STAVENHAGEN, R. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 26-38.

STRAHM, R. H. **Subdesenvolvimento: por que somos tão pobres?** Petrópolis: Vozes, 1991. 221p.

TULIK, O. Estratégias de desenvolvimento do turismo rural. In: OLIVEIRA, C. G. de S.; MOURA, J. C. de. (Ed.). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: [S. n.], 2000. p. 61-68.

VALIENTE, G. C.; JIMÉNEZ, L. H; PÉREZ, M. V. Turismo rural em Espana: paisajes y usuarios, nuevos usos y nuevas visiones. **Cuadernos de Turismo**, Murcia, n. 15, p. 63-77, 2005.

VEIGA, J. E. da. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., 1999, Belém. **Anais ...** Belém: [S. n.], 1999. p. 1301-1318.

_____. O futuro das regiões rurais. **Valor**, São Paulo, 23 set. 2003. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/artigos_valor/027_2003>. Acesso em: 15 jun. 2004.

_____. O principal desafio do século XXI. **Ciência e Cultura**, Campinas, ano 57, n. 2, p. 4-5, 2005.

VEIGA, J. F. F. da. **Território e desenvolvimento local**. Oeiras: Celta. 2005. 268p.

VIEIRA, E. M. **Políticas públicas e legislação para o turismo rural**. Santa Maria: FACOS, 2005. 175p. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 11).

VITULE, M. L. de L. **Agricultura e globalização**. 1996. 151f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

WAHAB, S-E. A. **Introdução à administração do turismo**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. 237p.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

_____. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=224>>. Acesso em: 06 mar. 2004.

WHITAKER, D. C. A. et. al. (Org.). **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002. 256p.

WILKINSON, J. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: HUCITEC, 1986. 219p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FOTOS ILUSTRATIVAS DE SÃO MARTINHO



Foto 1 – Casa em estilo enxaimel em Vargem do Cedro.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em setembro de 2006.



Foto 2 – Pavilhão onde é realizada a Festa do Produto Colonial.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em maio de 2006.



Foto 3 – Ponte na estrada geral que leva até o distrito de Vargem do Cedro.
Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em maio de 2006.



Foto 4 – Plantação em São Martinho.
Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em junho de 2007.



Foto 5 – Chalé no empreendimento Salto das Águas.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em setembro de 2006.



Foto 6 – Área de lazer no Salto das Águas.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em setembro de 2006.



Foto 7 – Restaurante Salto da Capivara.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em junho de 2007.

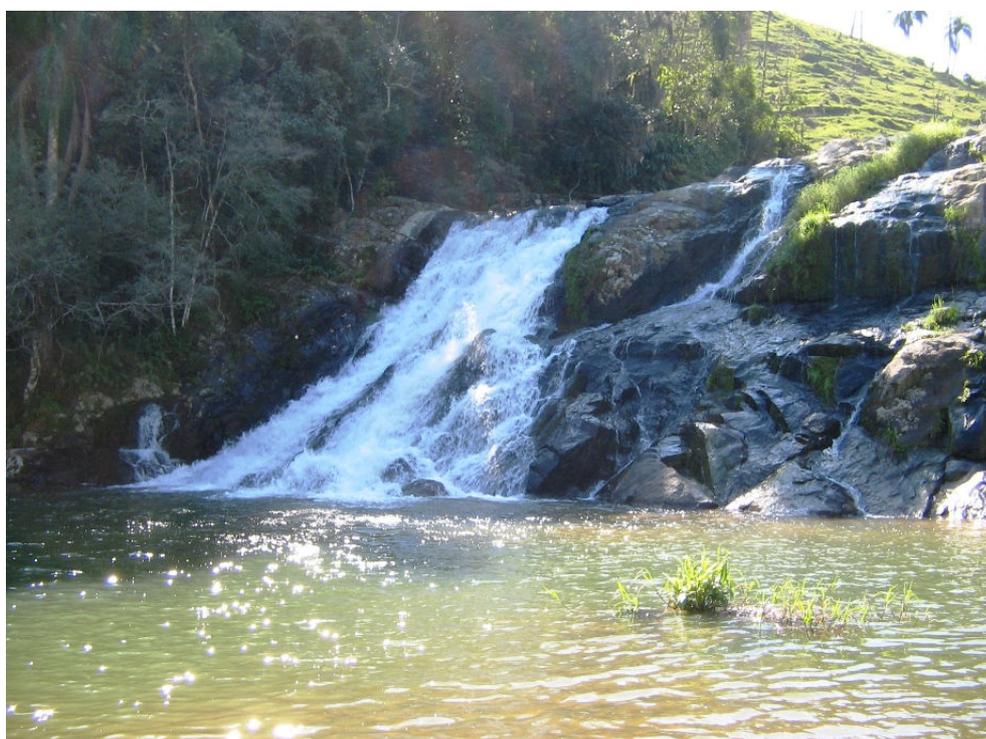


Foto 8 – Cascata no Salto da Capivara.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em agosto de 2006.



Foto 9 – Produção de bolachas artesanais Fluss Haus.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em maio de 2006.



Foto 10 – Exposição de produtos na Fluss Haus.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em maio de 2006.



Foto 11 – Empreendimento Recanto da Natureza.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em maio de 2006.



Foto 12 – Pousada Deutcheshaus.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em setembro de 2006.



Foto 13 – Wiemes Produtos Artesanais.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em maio de 2006.



Foto 14 – Pousada Hellmann.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em maio de 2006.



Foto 15 – Pousada Grossvatershaus.

Fonte: Foto de Ivo Elesbão em trabalho de campo realizado em maio de 2006.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS MUNICIPAIS

Identificação do entrevistado:

A) Importância do turismo no espaço rural

- 1) Qual a importância do turismo no espaço rural para o desenvolvimento do município?
- 2) Que classificação atribui ao turismo para o desenvolvimento do município considerando uma escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima)?
- 3) Identifique o que considera serem os principais recursos turísticos do município.
- 4) Quais os principais obstáculos/estrangulamentos ao desenvolvimento do turismo no município?
- 5) Quais as medidas e/ou ações implementadas para apoiar e orientar o desenvolvimento da atividade turística no município?
- 6) Quem está se beneficiando do turismo? Por quê?
- 7) A comunidade está se beneficiando com o turismo? Por quê?

B) Transformações no espaço rural

- 1) Quais foram as mudanças observadas a partir do início da atividade turística no espaço rural?
- 2) O que mudou para melhor?
- 3) O que mudou para pior?
- 4) Quais os impactos gerados?
- 5) Melhorou ou piorou em relação:
 - a) Relações sociais
 - b) Poluição
 - c) Sossego/tranquilidade
 - d) Oportunidades de negócio.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EMPREENDEDORES

Identificação do entrevistado:

Nome: _____ Idade: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

A) Importância da atividade turística no espaço rural

- 1) Qual o tamanho da propriedade?
- 2) Qual a atividade principal?
- 3) Quais as atividades secundárias?
- 4) Qual a participação das atividades na receita total?
- 5) Composição e atividades do núcleo familiar:

Parentesco	Idade	Profissão	Local trabalho	Tempo destinado à agropecuária

- 6) Contrata mão-de-obra? a) Sim b) Não

Se sim, quantos e para quais atividades: a) Permanentes b) Temporários

Procedência/endereço:

- 7) Adquire produtos locais? a) Sim b) Não

Se sim, quais?

Procedência:

- 8) Produtos finais revendidos:

Quais?

Procedência:

- 9) Quem está se beneficiando do turismo? Por quê?

- 10) A comunidade está se beneficiando com o turismo? Por quê?

- 11) O município vai se desenvolver através do turismo? Por quê?

- 12) O que precisaria acontecer para melhorar o turismo no município?

- 13) Quais os investimentos realizados para receber os visitantes?

- 14) Quais são as perspectivas de crescimento de sua atividade?

B) Transformações no espaço rural

- 1) O que significa o meio rural para você?
- 2) Gosta de morar no rural? Por quê?
- 3) Gostaria de morar na cidade? Por quê?
- 4) Aponte diferenças entre os moradores e os visitantes?
- 5) Percebeu alguma mudança a partir do início da atividade turística?
 - a) sim
 - b) não
- 6) Quais foram as mudanças observadas?
- 7) O que mudou para melhor?
- 8) O que mudou para pior?
- 9) O que pensa em relação aos agricultores que desempenham outras atividades além da agricultura?
- 10) Quais os problemas do turismo?
- 11) Se pudesse escolher, o que faria em relação ao turismo?
 - a) Incentivaria
 - b) Acabaria
 - c) Indiferente
- 12) Quais os impactos gerados?
- 13) Melhorou ou piorou em relação:
 - a) Relações sociais na comunidade
 - b) Poluição
 - c) Sossego/tranqüilidade
 - d) Oportunidades de negócio.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIOS/ FORNECEDORES

Identificação do entrevistado:

Nome: _____ Idade: _____ Profissão: _____
Endereço: _____

A) Importância da atividade turística no espaço rural

- 1) Qual o tamanho da propriedade?
- 2) Qual a atividade principal?
- 3) Quais as atividades secundárias?
- 4) Qual a participação das atividades na receita total?
- 5) Composição e atividades do núcleo familiar:

Parentesco	Idade	Profissão	Local trabalho	Tempo destinado à agropecuária

- 6) Quem está se beneficiando do turismo? Por quê?
- 7) A comunidade está se beneficiando com o turismo? Por quê?
- 8) O município vai se desenvolver através do turismo? Por quê?
- 9) O que precisaria acontecer para melhorar o turismo no município?

B) Transformações no espaço rural

- 1) O que significa o meio rural para você?
- 2) Gosta de morar no rural? Por quê?
- 3) Gostaria de morar na cidade? Por quê?
- 4) Aponte diferenças entre os moradores e os visitantes?
- 5) Percebeu alguma mudança a partir do início da atividade turística?
 - a) sim
 - b) não

- 6) Quais as mudanças observadas?
- 7) O que mudou para melhor?
- 8) O que mudou para pior?
- 9) O que pensa em relação aos agricultores que desempenham outras atividades além da agricultura?
- 10) Quais os problemas do turismo?
- 11) Se pudesse escolher, o que faria em relação ao turismo?
 - a) Incentivaria
 - b) Acabaria
 - c) Indiferente
- 12) Melhorou ou piorou em relação:
 - a) Relações sociais
 - b) Poluição
 - c) Sossego/tranquilidade
 - d) Oportunidades de negócio.

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM NÃO PARTICIPANTES

Identificação do entrevistado:

Nome: _____ Idade: _____ Profissão: _____

Endereço: _____

A) Importância da atividade turística no espaço rural

1) Composição e atividades do núcleo familiar:

Parentesco	Idade	Profissão	Local trabalho	Tempo destinado à agropecuária

2) Foram convidados a participar das decisões para o processo de implantação do TER?

3) Por que não participa da atividade turística?

4) Quem está se beneficiando do turismo?

5) A comunidade está se beneficiando com o turismo? Por quê?

6) O município vai se desenvolver através do turismo? Por quê?

7) Você acha que o nível de vida de sua família melhorou após o início da atividade turística no município?

8) Que classificação atribui ao turismo para o desenvolvimento do município considerando uma escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima)?

B) Transformações no espaço rural

1) O que significa o meio rural para você?

2) Gosta de morar no rural? Por quê?

3) Gostaria de morar na cidade? Por quê?

4) Percebeu alguma mudança a partir do início da atividade turística?

a) Sim b) Não

- 5) Quais as mudanças observadas?
- 6) O que mudou para melhor?
- 7) O que mudou para pior?
- 8) O que pensa em relação aos agricultores que desempenham outras atividades além da agricultura?
- 9) Quais os problemas do turismo?
- 10) Se pudesse escolher, o que faria em relação ao turismo?
 - a) Incentivaria
 - b) Acabaria
 - c) Indiferente
- 11) Quais os impactos gerados?
- 12) O que melhorou ou piorou em relação:
 - a) Relações sociais
 - b) Poluição
 - c) Sossego/tranquilidade
 - d) Oportunidades de negócio.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)